

Este exemplar corresponde à
redação final da tese defendida
por Aureo Eduardo M. Ribeiro e
aprovada pela Comissão Julgadora.

Campinas, 19 de maio 1986

Dêa Ribeiro Feuber

OS FAZENDEIROS DA CULTURA

Estudo sobre a fazenda "tradicional" e a moder-
nização agrícola na região mineira dos cerrados

Aureo Eduardo Magalhães Ribeiro

Dissertação de mestrado apresentada
ao Curso de Mestrado em História do
Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas da Universidade Estadual de
Campinas, sob a orientação da Pro-
fessora Doutora Dêa Ribeiro) Fene-
lon, em 1986.

Campinas - 1986

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

Este trabalho é para meu pai e minha mãe,
que me ensinaram a gostar da terra;
para Jerônimo e Justino,
que vêm tentando me ensinar a dividir;
para Pedro e Ana, meus filhos,
companheiros de aprendizado.

"É clássico o exemplo de um ubral que perdurou enquanto foi visitado por um mendigo, e se perdeu de vista quando ele morreu. Às vezes alguns pássaros, um cavalo, salvaram as ruínas de um anfiteatro."

A G R A D E C I M E N T O S

Esta dissertação jamais teria sido possível sem a colaboração de muita gente. Agradeço ao IFICH-UNICAMP pela dilatação dos prazos, à Déa pela infinita paciência, à PUC-MG (Pró-Reitorias de Execução Administrativa e Pesquisa e Pós-Graduação) pela bolsa de um ano e meio. Sou grato a Helvécio Magalhães Ribeiro pela discussão e estímulo fraternais no todo, mas, principalmente, na parte técnica e no fornecimento da bibliografia sobre extensionismo. A Ricardo, Rogério e Albericó Ladeira, pela recepção e orientação no PADAP: dada a justificável desconfiança dos fazendeiros e sitiantes, dificilmente conseguiria depoimentos honestos, não fosse chegar às propriedades pela mão de uma família relacionada e benquista no lugar. Ao meu compadre Ivan Pimenta, que pesquisou comigo muitas dúvidas, resolveu outras sozinho e tratou de arranjar-me ainda outras por conta própria. A Luíz Gazola, que moveu esforços para me arranjar uma bolsa parcial e driblou muita burocracia para oferecer algumas facilidades. A Múcio França, que pesquisou de ângulo diferente o mesmo assunto dessa dissertação, e permitiu-me o acesso ao seu texto e suas fontes, dentro do melhor espírito acadêmico. A Wagner Nogueira, Fábio Murta, aos diversos técnicos da iniciativa privada e do governo que forneceram, quase sem restrições, as informações solicitadas. Agradeço também, aos técnicos da EMATER-MG, tanto da sede quanto dos ESLOCS, que, na maior boa vontade, gastaram comigo horas de conversa.

Sou grato ao pessoal da Comissão Pastoral da Terra de Minas Gerais, principalmente Jerônimo Nunes, Rodrigo Peret e Justino Obers, com quem discuti várias passagens do texto. À Júnia Santa Rosa e Maurício Mendonça, pelo apoio crítico e bibliográfico. A Márcio Gomes, Adilson Brito, Marta Oliveira, Beatriz Cardoso e Mauro Borges, pelas discussões, sugestões e críticas. A todas as pessoas que durante dois anos me escutaram falar obsessivamente de um só assunto: cerrado. Principalmente os meus alunos.

Agradeço ainda a Regina R. Molina e Aruana R. Tomich pelas revisões parciais; ao Fernando da Silva e Ataíde C. Barreto pelo cuidado na datilografia da versão inicial e do texto definitivo; ao Tito e ao Caló pelos desenhos e diagrama.

E, especialmente, sou grato àqueles fazendeiros, sitiantes e volantes do PADAP, que me deram pouso e ouvidos, desperdiçando horas de produção ou descanso com um sujeito que no final, mesmo, não levou nada para eles.

Í N D I C E

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I - A MODERNIZAÇÃO DOS CERRADOS	9
1 As Políticas de Modernização	9
2 Modernização e Tradicionalismo	16
3 Os Cerrados	24
4 O Programa	30
CAPÍTULO II - OS FAZENDEIROS MINEIROS	55
1 Um Fazendeiro	55
2 Os Fazendeiros Mineiros	59
3 A Produção Fazendeira	65
4 A Família e o Trabalho	86
5 Negócios de Fazendeiros	93
6 A Sociedade Fazendeira	99
CAPÍTULO III - A ERA DA REFORMA	111
1 A "Exploração Racional"	112
2 A Modernização e os Fazendeiros	130
2.1 - Os Fazendeiros e o Crédito	135
2.2 - Os Fazendeiros e os Técnicos	146
2.3 - Os Fazendeiros e a Cooperativa	165
CAPÍTULO IV - A MORTE DA CULTURA	171
1 A Vida Desconsertada	171
1.1 - A "Falta de Mão-de-Obra"	172
1.2 - Problemas da Pecuária	182
1.3 - A Modernização Parcial	185
2 O Nascimento do Cerrado	190
CAPÍTULO V - CONCLUSÃO	210
BIBLIOGRAFIA	214

INTRODUÇÃO

O fazendeiro sempre foi mal tratado na literatura técnica. Usando algum cuidado classificatório, podemos notar que existem dois procedimentos básicos para inserir este personagem no mundo da ciência. O primeiro, digamos, procedimento "teórico", muito usado por economistas e sociólogos, pode ser dividido em duas grandes versões. A versão "política", que identifica qualquer proprietário de terras com o latifundiário, o inimigo número um dos camponeses, e a versão "técnica", que identifica o fazendeiro com o empresário rural, cidadão de conduta racional, um maximizador dos lucros. Em quase todas as análises que assumem esse procedimento "teórico", o fazendeiro é despido de qualquer pessoalidade ou complexidade: é um personagem linear, liso como uma tábua, que subordina sua razão de ser a perseguir camponeses, na primeira versão, e a multiplicar seu capital, na segunda.

O segundo procedimento, bastante difundido nos meios agrônômicos e veterinários, tem um caráter mais operacional. Divide, para fins de ação no meio rural, os proprietários em dois grandes grupos. O primeiro, composto pelos proprietários acessíveis à informação técnica urbana e aos processos produtivos dinâmicos: estes seriam os proprietários modernos. O segundo, composto por proprietários avessos à inovação, afeitos a práticas agrícolas historicamente superadas, cientificamente condenáveis, numa palavra, irracionais. Estes seriam os proprietários "tradicionais".

O conservadorismo rural, segundo essa vertente analítica, seria derivado, fundamentalmente, do dado cultural, compreendido num sentido próximo ao estrito, ou seja, grau de educação formal. A rejeição aos comportamentos racionais e eficientes seria creditada à falta de escolaridade ou conhecimento. Vivendo nas trevas do agrarismo rústico, o proprietário desenvolveria defesas - supostamente irracionais - às condutas científicas de produção. Segundo esta análise, só através da luz levada pelo extensionista ou técnico-assistente esse produtor rural alcançaria o progresso e a felicidade(1).

(1) Esta interpretação é feita por Araújo e outros (1981) "Dirigente Rural" (1976), Ribeiro (1980), Lima e Silva (1984), Luppi (s.d.), Reis (1983), Silva (1977) e Valério e outros (1979). Para uma crítica a esta concepção, ver Martins (1975), Reis (1978) e Lewin (1974).

No entanto, quem se der ao trabalho de observar poderá notar que a maioria dos fazendeiros "tradicionais" escapa aos esquemas formais que tentam capturá-los. De forma alguma são personagens lineares: não são inteiramente "racionais", como os querem muitos teóricos, tampouco "irracionais" como os imaginam os técnicos de campo, nem perseguidores de camponeses, conforme pregam os "políticos". São, na verdade, proprietários dotados de uma racionalidade singular, ditada pela especificidade dos seus sistemas de produção⁽²⁾, pela combinação possível de seus recursos, pela experiência histórica de produção e pela cultura desenvolvida e adaptada à região. Não são, em sua maioria, personagens avessos às relações capitalistas, muito menos integrados inteiramente a elas. Imprimem à sua ação produtiva e comercial uma lógica própria, que não é sempre aquela do empresário rural ou urbano, nem sempre é formada de comportamentos e práticas da economia camponesa (que quase sempre tem na terra um fator limitante).

Mas os fazendeiros "tradicionais" participam do jogo do mercado, embora, grande parte das vezes, de forma subordinada. E, apesar disso, em diversos casos, conseguem acumular patrimônio em extensão considerável. Essas singularidades, no entanto, não são suficientes para livrá-los dos rígidos esquemas de análise e da ação compactadora do planejamento e assistência estatais. Embora vistos de maneira única (por qualquer das correntes interpretativas), a prática dos fazendeiros teima em trilhar por caminhos diversos dos que querem os técnicos.

O produtor "tradicional" é um personagem inscrito no quadro das relações capitalistas integradoras. Mesmo sendo mal-ajambrado, tortuoso, fugidio em muitos aspectos, suas ligações com o mercado de insumos e produtos são bastante claras. A economia fazendeira "tradicional" é reproduzida e ajustada às regras do capital, muito embora não existam em seu processo produtivo todas as mediações características da sociedade envolvente. Conforme diz Wanderley (1979:17):

"(...) em determinadas circunstâncias (o capital) cria e reproduz relações de produção diferentes da relação definidora do próprio capital".

(2) Uma descrição de sistema de produção encontra-se em Queiróz (1973), Capítulo XI, e em Araújo e outros (1981).

O capitalismo em sua expansão, na ocupação de novos ramos, não procede de forma homogeneizadora, com o poder de uma lei; antes, afirma-se como uma tendência⁽³⁾. O capital domina a agricultura de forma lenta e desigual. A economia fazendeira "tradicional" é uma organização particular, onde a rígida definição das funções na produção (trabalhador versus organizador da produção) e a racionalidade empresarial, na sua expressão mais acabada, não estão inteiramente presentes. É praticamente inexistente para esses proprietários o controle dos custos e o planejamento do investimento. É comum a mistura das contas da família e da fazenda, sem qualquer distinção. Mas, todo o esforço produtivo é orientado para a acumulação do patrimônio.

Uma imagem histórica próxima que podemos encontrar para esses fazendeiros está na formação da indústria moderna, onde a manufatura combina traços do artesanato (o trabalho conjunto e a técnica rústica) com outros da empresa capitalista (a propriedade privada dos meios de produção e a busca dos lucros). Mas a economia fazendeira não é exatamente uma formação de transição. E se fôssemos seguir aqui um percurso clássico de análise da agricultura, encontraríamos, no fazendeiro, muito mais as características do proprietário territorial (o rentista), que exatamente do arrendatário capitalista (o sujeito racional, etc.). Mas, buscar a definição do fazendeiro dentro da economia política clássica não levaria a muito longe.

Este estudo é uma tentativa de compreender a chamada propriedade "tradicional", a partir dos elementos internos de sua organização e das relações que estabelece com o mundo. Sendo, ao mesmo tempo, particular na sua forma de produzir, e socializada nas trocas que mantém com o conjunto da economia, a fazenda não pode ser analisada como objeto autônomo. Principalmente em face das políticas agrícolas e agrárias que foram sendo montadas, o presente e o futuro da produção "tradicional" tropeçam, necessariamente, na questão da modernização.

(3) Para maiores considerações sobre o assunto, ver Marx (1975 e 1978) e diversos de seus intérpretes, particularmente Luxemburg (1975). Uma análise semelhante para o caso da agricultura brasileira pode ser encontrada em Velho (1980), entre outros.

Assim, o estudo do "tradicionalismo" é simultaneamente o da modernização: o primeiro não se explica sem o segundo. Uma vez que as análises e descrições deste tipo de proprietário procuram captar apenas alguns fragmentos dessa totalidade, tento desenvolver aqui algumas pistas fornecidas principalmente por José de Souza Martins (1975) e Maria Sylvia de Carvalho Franco (1976). Segundo estas propostas, o meio rural não pode ser analisado somente a partir dos processos urbano-industriais, mas tendo também como referência as singularidades das diversas formas de organização da produção rural e seus elementos determinantes.

Dessá forma podemos perceber que não há somente irracionalidade no "tradicionalismo", nem, igualmente, racionalidade absoluta na modernização. A definição de tais elementos vai depender muito das diversas situações, dos recursos e dos métodos aplicados pelos proprietários. Há, na verdade, uma forma diferente de acumular e reproduzir a propriedade; diferente do empresário rural - que usa dos processos modernos - e do camponês - que não possui patrimônio tão expressivo quanto os fazendeiros "tradicionais". As questões essenciais para o fazendeiro - e também para o empresário - são sobreviver e acumular. Sua especificidade reside exatamente na forma particular que encontra para enfrentar estas questões.

Tentei compreender a organização, as transformações e os ajustamentos da propriedade "tradicional", a partir das peculiaridades da natureza local e do processo produtivo - a interação da força de trabalho e capital disponíveis com o meio ambiente. Por esse caminho, me pareceu, a organização da produção, a capitalização e as transformações poderiam ser "li-das" sem que houvesse um descolamento excessivo entre pesquisa de campo e análise dos resultados. Tenho a suspeita de que se fosse feita uma opção por pesquisa apenas quantitativa ou bibliográfica, esses elementos próprios da fazenda seriam percebidos de forma muito fragmentária.

A pesquisa de campo envolveu, na abordagem, duas fases: uma primeira, com aplicação de um questionário objetivo, que buscava saber o nome, a área da fazenda, o rebanho, a produção e outras coisas deste gênero. A segunda, condicionada pela primeira, era uma entrevista aberta, gravada e/ou anotada, que começava com a história da vida do cidadão e buscava, no

essencial, captar as impressões sobre sua própria situação. O fio comum das impressões - qualquer que fosse a situação do fazendeiro - foi sempre o PADAP, os colonos, e a modernização. A outra parte do trabalho foi cruzar, em campo, informações de vários fazendeiros, sitiante, volantes e técnicos. Isto exigiu que muitas fazendas fossem visitadas várias vezes. Comum também passar o dia em uma propriedade e sair em visitas com aquele fazendeiro, aproveitando a reunião de produtores para debater os mais diversos assuntos.

Em geral, fui muito bem recebido. Acredito que isto foi devido ao fato de chegar às fazendas sempre levado por outros fazendeiros, principalmente pela família Ladeira. Depois, por que jamais houve qualquer identificação do meu trabalho com interesses ou órgãos do governo. A opção pela entrevista aberta e exaustiva, a visita insistente aos locais de produção - que roubou muitas horas de trabalho aos produtores - a coleta de informações em todas as fontes, permitiram começar a compreender estes processos micro: viver, produzir, pensar, da forma que os fazendeiros os fazem.

Naturalmente que esta escolha ofereceu sérias armadilhas, e não tenho a certeza de ter evitado todas. Principalmente o perigo de tomar o locutor ao pé da letra, e valorizar, em excesso, a imagem que tem de si mesmo, transformando-o numa caricatura. Todo discurso é sutil e difícil de ser corretamente interpretado. Por isso, no texto, os personagens falam demais: se o entrevistador caiu nas armadilhas do discurso, o leitor pode, talvez, evitá-las.

Quanto à escolha da região, é mais simples de ser explicada. Em 1974, o governo de Minas e a Cooperativa Agrícola de Cotia - CAC - montaram em quatro municípios do Alto Paranaíba (microrregião do Planalto de Araxá e Mata da Corda; municípios de Ibiã, Campos Altos, São Gotardo e Rio Paranaíba) um projeto de modernização agrícola chamado Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba - PADAP. Ofereceram crédito, técnicos, infra-estrutura e pesquisa para tentar expandir a capitalização nos cerrados, tendo como objeto inicial uma população de 90 (noventa) cooperados da CAC.

Logo ali, na vizinhança, questão de metros, os fazendeiros "tradicionais" da região, estabelecidos há décadas naquelas veredas, foram excluídos (e excluíram-se também, para não

faltarmos com a verdade) dos prováveis benefícios do Programa. Existia lá, em 1984, um convívio da vanguarda da modernização agrícola com um "tradicionalismo" dos mais vigorosos. Uma ótima situação, portanto, para estudar não só a fazenda, mas suas relações com a modernização e todos os seus instrumentos. Naquela área, bem mais que em outras regiões mineiras, é acentuado o contraste entre a modernização e o "tradicionalismo". Os resultados estão - creio - cristalizados, e é uma área delimitada com precisão rigorosa, podendo ser coberta com relativa facilidade. Estive lá pela primeira vez em fevereiro de 1984, para as primeiras sondagens, e em junho e julho do mesmo ano, para coletar o grosso das informações usadas neste trabalho.

Eu não conhecia a região do PADAP. Tampouco aquela forma de um fazendeiro produzir: trabalhando. A fazenda minha conhecida era aquela do organizador da produção (apenas) ou do absenteísta, onde todo o trabalho é feito por assalariados ou meeiros. Embora a forma de agir nas trocas seja comum a esses dois tipos de fazenda, a maneira do fazendeiro entrar na produção naquele Oeste mineiro era completamente diferente de qualquer coisa que eu já vira até então. Estudar os fazendeiros do PADAP foi a oportunidade de enfrentar a questão do "tradicionalismo" e, simultaneamente, conhecer os dilemas da grande exploração familiar.

Na investigação de campo, as questões básicas multiplicaram-se em diversas indagações derivadas. Contar a história e interpretar os fazendeiros do PADAP, foi também investigar o próprio PADAP e as transformações recentes do cerrado, o comportamento dos técnicos e instituições envolvidas na trama. Assim, a questão da modernização da agricultura atravessa o trabalho inteiro, o que, de resto, possivelmente aconteceria num estudo de caso em qualquer região agrícola.

Este estudo surgiu de forma muito nebulosa. Inicialmente, dentro de um programa de estudos bastante amplo, pretendia avaliar os resultados de diversos planos oficiais de colonização em Minas. No manejo da bibliografia, a questão dos fazendeiros foi-se tornando muito evidente, ganhando corpo e expressão incontornáveis. Ao mesmo tempo, surgiu para mim a questão dos cerrados, do gigantismo dos novos projetos (tipo CAMPO, por exemplo), e da tecnologia, com suas viabilidades e in

viabilidades. Em pouco tempo fiquei, como diz o povo do cerrado, "maniado": grudando em pesquisadores, técnicos e fazendeiros; andando por aquela região toda, olhando vegetação, topografia, tecnologias e processos de produção.

No início da pesquisa, o projeto era muito ambicioso. Pretendia reconstituir a vida dos fazendeiros em três aspectos essenciais: a produção da vida no cotidiano, a produção da historiografia oficial e a interpretação - pelos personagens envolvidos - desses elementos. Em resumo, a análise, pelos agentes, de uma historiografia onde são pacientes. Tudo, lógico, tendo como pano de fundo o "tradicionalismo".

Mas os caminhos do conhecimento são muito complexos. Revelou-se mais fácil chegar à agronomia (e suas afilhadas: veterinária, pedologia, etc.), à questão da produção, que ao movimento da História. Acredito que isso se deve a um conhecimento antropológico muito capenga, insuficiente para tratar com decência o acossamento da cultura fazendeira e para destrinchar todas as implicações das falas. E também, mesmo na parte que pareceu menos complexa - a agrônômica - não tenho certeza de ter eleito o melhor em bibliografia. Mas a salada interdisciplinar, para mim, foi muito interessante.

A organização do texto que segue obedece a um esquema muito pouco original. O Iº Capítulo trata da questão geral da modernização da agricultura e da modernização dos cerrados em particular. Expõe, de forma suscinta, as políticas modernizadoras (se é que podemos falar assim) que foram sendo gestadas e a forma como surge na literatura a "questão do tradicionalismo". As propostas de "ocupação" dos cerrados representam, a meu ver, a forma de expressão mais acabada dessas políticas. A análise geral dos projetos japoneses e nacionais para o cerrado é omitida propositadamente. Embora tenham o PADAP como matriz e efeitos muito semelhantes, escapa aos objetivos desse trabalho um detalhamento maior do fenômeno.

O IIº Capítulo trata da vida dos fazendeiros da região do PADAP. É onde se procura apontar suas especificidades, suas formas singulares e ao mesmo tempo gerais de organizar a produção. Tive aí um cuidado de não tratar aquelas formas como excrecências ou anormalidades, mas sim de buscar ver, desde os determinantes culturais, naturais e técnicos, o que compõe aqueles sistemas.

O IIIº Capítulo analisa as relações dos fazendeiros com os instrumentos modernizadores que atuaram no PADAP. Os métodos modernos de lidar com a agropecuária têm um caráter fundamentalmente urbano. Mas, nem por isso, apresentam racionalidade empresarial completa, se comparados aos sistemas desenvolvidos pelos fazendeiros. Em resumo, a afirmação da modernização envolve coerções econômicas, cultural e ecológica significativas.

O IVº Capítulo é a análise dos problemas da fazenda "tradicional" face à modernização, materializados, principalmente na limitação da acumulação. Mas este movimento não destrói aquelas formas particulares de organizar a produção.

A citação usada na abertura deste trabalho foi retirada de Jorge Luís Borges. As citações dos Capítulos Iº, IIIº e Vº são de "Grande Sertão: Veredas". A frase que abre o IIº Capítulo é uma reflexão do Seu Pedro, fazendeiro das Guaritas, depois de horas de conversa sobre os bois de carro, os homens e a Natureza. Perguntei o que era ser fazendeiro. Finalmente, o verso do IVº Capítulo é de uma música sertaneja muito conhecida, chamada "Mágoa de Boiadeiro".

CAPÍTULO I

A MODERNIZAÇÃO DOS CERRADOS

"- O que mal não pergunto: mas, donde será que o senhor está servido de estando vindo, chefe cidadão, com tantos agregados e pertences?"

"- Ei, do Brasil, amigo!" (...) - "Vim departir alçada e fôro: outra lei - em cada esconso, nas toesas deste sertão."

1 As Políticas de Modernização

A modernização da agricultura tem sido a linha básica de política dos governos brasileiros para o setor, desde, pelo menos, a década de 1950. Embora o termo possa ter uma certa dubiedade(1), o próprio caminho da sua implementação fornece coerência à ambigüidade que possa conter.

O objetivo fundamental perseguido pelas diversas políticas foi o de ajustar a agricultura às demandas do setor urbano, seja de insumos, produtos agrícolas ou mão-de-obra. Para isso foi necessário injetar capital na agricultura, ampliando o consumo de máquinas e outros produtos industrializados, aumentar a produção e produtividade, sem que fosse alterada a estrutura da propriedade territorial. Modernização, enfim, foi o esforço desenvolvido pelo Estado, grupos empresariais e políticos, para transformar as propriedades existentes em unidades eficientes, principalmente pela utilização de instrumentos de política econômica(2).

As primeiras manifestações desta orientação aparecem na década de 50, a partir da constatação de um certo estrangulamento na oferta de alimentos para a população urbana. Por essa época, quando o governo estimulava um esforço industrializante, são observadas elevações acentuadas de preço de alimentos, que poderiam comprometer o bom desempenho do setor urbano. Os problemas da agricultura são equacionados pelo Relatório Klein e Saks (Homem de Melo, 1979 I, Linhares e Teixeira da Silva, 1979) e é feita a proposta de uma intervenção estatal.

O governo então ataca esses problemas por dois lados. Primeiro, através dos investimentos públicos em armazenagem e

(1) Em certos momentos históricos ele efetivamente pode ter ganhado sentidos distintos (por exemplo, no governo Goulart) que entretanto não são tão muito distantes da idéia básica.

(2) Graziano da Silva (1982) chama este processo de "Modernização Conservadora".

transporte, que gradativamente começam a ocupar o lugar dos tabelamentos de preços. Esperava-se eliminar as distorções da comercialização, controlada por uns poucos atravessadores que provocavam desperdícios de alimentos e manipulavam os preços.

Por outro lado, começam a ser oferecida uma série de estímulos para a transformação das propriedades. O governo passa a fornecer em quantidades crescentes o crédito subsidiado para a agricultura, subsídios também para a importação de máquinas e fertilizantes. Acreditava-se que havia uma tecnologia agrícola bastante desenvolvida (principalmente no exterior) mas não aplicada pelos agricultores nacionais. Supunha-se também que o uso de tecnologia eficiente que apresentasse resultados positivos em uma propriedade, induziria as demais ao mesmo caminho. Assim, seria possível transformar os agricultores imobilistas, escravos das velhas técnicas e dos atravessadores, em modernos empresários rurais. Significativamente, nessa época, crescem os recursos destinados à assistência técnica e extensão rural (Homem de Melo, 1980).

Essas iniciativas foram tomadas num quadro de estímulo à industrialização, onde o setor agrícola, se não marginal, era objeto de poucas atenções do governo. Como aponta Homem de Melo (1979 II, 30):

"Da agricultura (...) passou-se a esperar apenas uma contribuição no sentido de evitar crises de abastecimento de alimentos aos centros urbanos, acontecimentos que poderiam complicar a realização do objetivo de industrialização."

Mas, é desde aí - quando a agricultura passaria a cumprir a função chã de abastecer a cidade - que o setor rural, em geral, passa a receber do Estado uma atenção que talvez possa ser considerada um esboço de política. A ação estatal não será mais dirigida somente a determinados produtos (de exportação, por exemplo) mas ao amplo espectro da produção, distribuição, excesso ou escassez de alimentos e exportáveis. No correr dos anos 50 os instrumentos acima citados foram se sofisticando, principalmente as considerações sobre a possibilidade do crédito rural atuar como ativador da modernização. Combinava-se a crença numa possível transformação das unidades produtivas para efeito do aumento da produtividade, e as possibilidades quase ilimitadas de ocupação da fronteira agrícola. (Sobre o assunto, ver Homem de Melo, 1979 II).

No início dos anos 1960, apesar de continuar ainda praticando o controle de preços agrícolas para enfrentar uma alta relativamente generalizada, o governo prossegue investindo em armazenamento e fornecendo crédito subsidiado. O desempenho do setor agrícola nos anos 50, apesar de algumas limitações, havia sido considerado satisfatório. Mas a década seguinte apontava para a necessidade de maiores e melhores definições de política. É por isto que o governo Goulart desenvolve um esforço para fazer crescer a oferta de crédito e ampliar a rede de assistência técnica e extensão rural (Nicholls, 1975; Linhares, 1979); mas os resultados em produção deixaram muito a desejar.

O único intervalo da "modernização conservadora" é o período anterior e posterior à elaboração do Estatuto da Terra, quando os governos Goulart e Castelo Branco entreviram perspectivas diferentes para a agricultura. Durante esse breve tempo, carentes de sustentação política efetiva, os governos oscilam entre a reforma agrária e o imobilismo. No caso do governo Castelo Branco essa indefinição é mais sensível, havendo, de um lado, a possibilidade de efetivação das desapropriações - refreada pela mobilização do patronato rural -, de outro, a impossibilidade de investimentos modernizadores na agricultura, limitados pela recessão 64-68(3).

O Estatuto da Terra, de 1964, é inteiramente contagiado pela idéia de modernizar a agricultura. Apenas, é um modernismo reformista, não inteiramente conservador. Na época em que foi elaborado, havia uma rica discussão política que formulava uma proposta distributivista para a agricultura(4): estavam no latifúndio os males da agricultura, e, por causa dele, havia impossibilidade de expandir a oferta de alimentos, mão-de-obra para setor urbano, capital e consumo de bens urbanos necessários para estimular a industrialização. Essa discussão foi apropriada pelo governo pós-64, e sofreu uma depuração política, transformando-se no Estatuto. A forte conotação distributivista da proposta política do pré-64 foi expurgada, e ganhou corpo uma formulação que privilegiava os aspectos "téc

(3) Sobre o assunto ver Cêzar (1980).

(4) Ver Servilha (1978); Ribeiro (1970); Linhares (1981); Carvalho (1978), entre os muitos autores que tratam do tema.

nicos" da questão agrária e da produção, a racionalidade e a produtividade agrícola.

A introdução do Estatuto ("Mensagem número 33, de 1964") expressa com muita clareza o objetivo do texto. Segundo ela, o documento legal vem satisfazer "anseios de reforma e justiça social" mas não da forma acenada pelos propagandistas, que faziam um "mau uso" da questão agrária, um uso "para fins políticos subalternos", que trouxe como resultado a desorganização da produção. Atuando "sem sinceridade", o governo anterior "excita expectativas" e "utiliza-se do desespero e do desamparo do povo como armas políticas" (Estatuto da Terra, s.d.; 8).

É por este "mau uso" dos problemas do campo - que a "Mensagem" admite existirem - que o governo Castelo Branco vai primar na introdução do documento em separar o joio do trigo. Separar a fase "incorreta" onde a questão era objeto de manipulação política - o antes -, da fase "correta", onde as inquietações do campo serão objeto de uma política científica, elaborada por técnicos capazes, norteados por princípios cristãos e democráticos, o depois:

"A opção democrática, expressa nos diplomas legais que traçaram o processo brasileiro de Reforma Agrária, eliminou a possibilidade de aplicação de quaisquer dos procedimentos característicos da opção socialista: transferência da propriedade da terra para o Estado; fomento da luta de classes; confisco da terra, explícito ou disfarçado; utilização de métodos radicais para alteração da tenência da propriedade; transformação dos trabalhadores rurais em simples usuários das terras do Estado; e eliminação da liberdade de iniciativa."

(Ribeiro, 1967)

A reforma prevista pelo Estatuto é, antes de mais nada, reforma do caráter das explorações: o velho latifúndio poderia e deveria virar uma moderna empresa rural, que usa racionalmente seus recursos, ajustando meios e fins para a consecução do lucro. Isto seria conseguido com a taxaçoão progressiva sobre o mau uso da terra e o oferecimento de estímulos de forma a converter-se em empreendimento moderno. Ao lado disto há a possibilidade de desapropriações por "interesse social" de áreas de tensão (quando se apresentar tensão extremada ou latente, o Estado pode intervir, reformando) e a proposta de colonização de terras novas, idéia acalentada desde os anos 50,

materializada nos anos 70, como forma de empurrar para longe a chamada tensão social (ver Martins, 1984).

Pela "Mensagem" do Estatuto, a terra reformada ou a empresa rural consolidada iriam cumprir cinco funções cruciais no desenvolvimento econômico, que seriam:

- "a) suprir a base alimentar indispensável à intensificação da vida urbana e industrial;
- b) concorrer com produtos de exportação mais diversificados para ajudar o equilíbrio do balanço de pagamentos externos;
- c) criar, pela elevação do nível de vida do meio rural, um alargamento do mercado interno de consumo para absorver o crescimento da produção industrial do país;
- d) concorrer para que se estabeleça um equilíbrio nas migrações entre o campo e a cidade (...);
- e) fixar, na vastidão do território nacional, núcleos de atividade permanente, concorrendo para a regularidade do trabalho no campo e para a progressiva absorção de técnicas, que só a continuidade e a tradição agrária possibilitam."

(Estatuto da Terra, página 9)

Estes objetivos, excetuando parte do último que tem um aspecto mais "geopolítico", em nada quase diferem das propostas pré-64 (vide Servilha, 1978). A reforma aqui, no entanto, tem um caráter mais modernizador que distributivista, onde o objeto fundamental era a consolidação da empresa rural⁽⁵⁾, uma exploração organizada em bases empresariais, racionais, capitalistas e, secundariamente, como instrumento de tornar acessível a terra aos lavradores. Dispondo da propriedade estes terão condições de poder

"exigir a concessão de facilidades creditícias, da assistência técnica, da mecanização, do aperfeiçoamento do sistema de escoamento dos produtos agrícolas." (Estatuto da Terra)

A ênfase no cumprimento dos papéis da agricultura, o privilégio à empresa rural e a possibilidade de transformação do latifúndio, transformam o Estatuto num norte para a modernização, num objeto precioso de alívio de "tensões sociais" através do assentamento e da colonização. Neste sentido, apenas limitadamente, ele pode ser compreendido como instrumento efe

(5) Para uma análise do Estatuto da Terra sob este ponto de vista, ver Martins (1984) e Rech (1985).

tivo de reforma; isto depende de uma leitura seletiva, orientada, que depure do documento todas as considerações e abstraia as circunstâncias históricas em que foi produzido.

Apesar disto não se pode afirmar que a proposta distributivista seja meramente discursiva, por parte do governo Castelo Branco. Segundo Cêzar (1980), faltou ao primeiro governo pós-64 força política suficiente para enfrentar o latifúndio. No governo Costa e Silva a possibilidade relativamente mais ampla de crédito rural e a opção por um modelo concentracionista de crescimento econômico, demonstram que a modernização do latifúndio era efetivamente viável.

De fato, a um padrão de crescimento urbano-industrial, baseado em renda concentrada nos estratos médios e altos da sociedade, pode perfeitamente corresponder um padrão também concentrado de renda no setor agrário. Castro (1977) e Graziano da Silva (1982) apontam com muita propriedade esse fenômeno. Segundo esses autores, pode não ser fundamental para a expansão da capacidade de consumo do setor rural que haja uma distribuição de renda. Pode haver perfeitamente um consumo agrícola de bens intermediários (máquinas, adubos, etc.) suficientemente forte para gerar efeitos consideráveis sobre o setor urbano.

Trata-se então de uma opção política por um padrão de desenvolvimento econômico, que, adotado para o setor urbano, pode ser estendido ao setor rural. A demanda de milhões de agricultores, pequenos proprietários, por roupas, sapatos e enxadas, pode ser substituída na formulação política, pela demanda de alguns empresários rurais por tratores, colhedeiras e automóveis. O efeito sobre o setor urbano, grosso modo, pode ser o mesmo. Como diz Castro (1977; 133):

"... a indústria, reproduzindo entre nós uma miniatura de país desenvolvido, elevou-se muito acima dos padrões imperantes nos demais setores; para que uma atividade tão atrasada como a agricultura logre fazer encomendas condizentes com o avanço da indústria, deverá a renda, que aí se gera, ser aglutinada em mãos de uma minoria capacitada para sustentar um elevado padrão de consumo e operar modernas funções de produção."

Será a partir do final dos anos 60 que a proposta de modernização da agricultura ganhará corpo definitivo. Embora as idéias de adoção de inovações tecnológicas e capitalização acentuada, como vimos, já existissem desde os anos 50, na pri-

meira metade da década seguinte elas são mescladas por propostas reformistas-distributivistas, principalmente nos governos Goulart e Castelo Branco. A opção definitiva por uma modernização que conserve a estrutura fundiária só aparece claramente formulada na virada da década, na época do "milagre" (Martins, 1984).

A partir do governo Costa e Silva a reforma agrária vai desaparecendo do discurso oficial e o Estado foi assumindo a tarefa de transformar o latifúndio em empresa. Desde esse momento, a modernização, conforme a conhecemos, vai ganhando expressão como sinônimo da política agrícola e agrária do governo, viabilizada principalmente pelo crédito rural (6).

Na década de 1970 a idéia modernizadora atinge seu escopo final. Deve ser lembrado que não existe uma formulação explícita de política agrícola, isto é, uma ação planejada para atingir determinados objetivos. A ação do Estado pauta-se mais pela adoção de vários instrumentos, fundamentalmente os econômicos, para enfrentar determinados problemas conjunturais (7). Mas pode ser notado que existe um fundo comum a estas diversas ações, onde qualquer que seja o instrumento utilizado - crédito rural, preços mínimos, programas especiais - o objetivo que se persegue é a modernização, onde o produtor combine de forma racional os estímulos de preço e crédito e a dote insumos modernos.

O crédito rural subsidiado, no fim das contas, foi o instrumento mais eficaz e constante para a estimulação da agricultura. Na época do "milagre" ele é acompanhado pelo aprofundamento da extensão rural, da pesquisa e da colonização de novas terras (entre outros instrumentos). Mas persistiu sendo a alavanca fundamental para se conseguir uma transformação acentuada do caráter das explorações e um estreitamento cada vez maior das relações entre agricultura e setor industrial.

A modernização no entanto é desigual: ela é parcial em termos de região e de produto, não alcançando, às vezes, sequer a totalidade do processo produtivo (8). As consequências

(6) Sobre a importância do crédito para a modernização, consultar Guedes Pinto (1981).

(7) A respeito do caráter implícito das políticas agrícolas, ver Szmeru csányi (1983).

(8) Para uma análise deste fenômeno, ver Graziano da Silva e outros (1983).

desta política tem sido registrada em vasta crônica⁽⁹⁾. De qualquer forma, a exclusão dos sem-terra, a proletarização dos camponeses, a concentração da terra, não são resultados acidentais da modernização, são resultados sistemáticos, e os possíveis. Desde a formulação, esta política é excludente, se letiva e autoritária.

Movido pelo crédito rural o latifúndio se moderniza, ligando-se ao setor produtor de insumos modernos, de um lado; de outro, ao comércio internacional. Sem qualquer ruptura significativa na estrutura agrária, sem a tributação progressiva proposta pelo Estatuto da Terra, a grande propriedade vai-se transformando em empresa moderna, mostrando suas possibilidades efetivas de produzir, consumir e exportar, sem mudar.

2 Modernização e "Tradicionalismo"

Mas nem todos os latifúndios "evoluíram". Muitas das grandes e médias propriedades permanecem produzindo sem qualquer (ou muito pouca) agregação de tecnologia. Para muitos autores isso é devido a um conservadorismo grosseiro, como foi dito. Mas nem todos adotam exatamente esta perspectiva. Alguns, partindo da situação própria do produtor "tradicional" (e não das demandas urbanas sobre o setor rural) notam que ver o "moderno" ou o "tradicional", o "racional" ou o "irracional" vai depender bastante da perspectiva que o autor assume.

Modernizar a agricultura é algo mais que uma política, é uma ideologia. Os donos da idéia concebem um mundo repartido entre os agricultores rotineiros, pouco dados ao risco e à inovação próprios da atividade empresarial, e os agricultores modernos, suscetíveis de realizarem várias invenções na combinação dos fatores, de forma a perseguir a produtividade e a lucratividade máximas, viabilizadas pela técnica. Os agricultores, com esse espírito, geralmente perdem nessa retórica, o nome de "fazendeiros" e ganham o nome novo de "empresários rurais" e a fazenda, por consequência, vira "empresa rural". A "empresa" é concebida como um negócio capitalista que age positivamente para ampliar o lucro do seu capital. Quando então

(9) Por exemplo D'Incao e Mello (1976); Graziano da Silva (1982); Pinsky, (1979); Sandroni, 1980; Castro (1979), entre outros

se pensa a empresa como motor da expansão modernizadora do campo, é descartada no discurso toda a problemática adicional da estrutura agrária e das relações de trabalho, convertendo a atividade agrícola - deste ponto de vista - num ramo da indústria (a este respeito, ver Linhares, 1981).

Ao ganhar foros de ideologia, a modernização cria seu antônimo, o "tradicionalismo". Quando se impulsiona, pelos caminhos institucionais possíveis, a construção da nova propriedade rural, cria-se paralelamente o inimigo a ser combatido, que reside exatamente naquele proprietário incapacitado para transformar sua propriedade e aceitar o progresso e suas derivações. Essa idéia está presente no discurso da burocracia agrícola, dos técnicos, nos textos analíticos produzidos por autores ligados à economia e sociologia rural, nos currículos dos cursos técnicos ligados à agricultura, nas publicações e na prática extensionista. Ao mesmo tempo em que se define um objetivo a ser perseguido, define-se também um mal a ser extirpado.

Mas essa idéia não é nova, na literatura e na historiografia, pelo menos. O conservadorismo e a preguiça do "nosso agricultor" já foram objeto de muitas considerações de Monteiro Lobato, por exemplo. Mesmo antes, em Minas Gerais, ao menos, já são encontrados registros de reclamações de atraso agrícola, em detrimento de práticas racionalizadoras e lucrativas: há mesmo um núcleo de parlamentares e comerciantes que fazem campanha por um uso racional e produtivo, empresarial enfim, da terra, já no "Congresso Agrícola, Industrial e Commercial de Minas Gerais", no início do século XX.

No correr dos anos essa concepção vai empolgar a máquina do Estado. Helena Lewin (1974) quando analisa a ideologia que motiva os planos do governo para a agricultura, observa que eles não tocam na complexidade do meio rural. Apenas os aspectos econômicos são enfatizados, como se as mudanças neste aspecto motivassem a germinação de uma nova sociedade. O campo é concebido como o lugar "atrasado", que por isso mesmo deve subordinar-se à cidade. Segundo a autora, toda a dualidade é unificada pelo moderno, que subordinando o meio rural, elimina a possibilidade de haver convivência de formas variadas de produzir, uma vez que o urbano rege.

Nos planos oficiais o "atraso" rural é explicado por con

dicionantes locais: o "ambiente" e a "natureza". As relações entre pessoas e classes não possuem sentido, restando ao campo absorver a modernidade. Ainda, de acordo com Lewin, a burocracia analisa o homem rural separado de sua cultura ("humanidade", como diz a autora) como elemento significativo: é transformado em "agricultor", o recebedor da inovação, personagem concebido apenas a partir de sua ocupação, desligado de aspectos políticos ou culturais. A forma como a proposta modernizadora chega ao campo não importa, mas a dificuldade de aceitar inovações é compreendida sempre como resistência à mudança.

Maltratado na boca do técnico, o chamado proprietário "tradicional" é um personagem obscuro e mal explicado. São poucos os autores que dedicaram esforço para compreendê-lo, e, entre estes, escolhi aqui duas vertentes interpretativas. A primeira, representada por Ruy Miller Paiva (Paiva, 1975; também Paiva e outros, 1976) e José Pastore (Pastore, 1977), procura explicar através dos instrumentos da ciência econômica as razões que entravam a modernização da propriedade "tradicional". Para estes autores, a modernização é necessária, mas não é somente a ignorância que afasta certos produtores dela. A segunda, composta de análises de José de Souza Martins (Martins, 1975) e Maria Sylvia de Carvalho Franco (Carvalho Franco, 1976), procura explicar uma certa "racionalidade" nas práticas agrícolas "tradicionais".

Paiva acredita que o problema das baixas rendas e salários da agricultura brasileira poderia encontrar solução na Reforma Agrária ou na modernização. A primeira, para ele, dificilmente seria uma solução real. Dada a baixa renda, a parcelização da propriedade apenas acentuaria este problema, distribuindo a miséria existente para a totalidade da população rural. Em vez da solução de um problema, teríamos a criação de outro.

Quanto à modernização, estaria na dependência de dois pré-requisitos:

- de haver disponibilidade de áreas como solo e clima favoráveis ao emprego de técnicas modernas;
- do setor não-agrícola manter um ritmo de desenvolvimento ágil o suficiente para absorver o incremento de produção e de mão-de-obra excedente, oriundos da agricultura em mudança.

Embora seja simples entender o porquê da primeira condição, a segunda não tem sido, segundo o autor, examinada convenientemente. O seu modelo teórico de "mecanismo de autocontrole" da modernização propõe-se a explicar as vinculações entre a expansão da modernização e o setor não-agrícola, e, reversivamente, porque muitos produtores são excluídos desse processo.

À medida que cresce a modernização, com aumento da produtividade da terra e do trabalho, tende a aumentar também a produção e, por consequência, cair o preço de mercado dos bens agrícolas. Com maior difusão da tecnologia agrícola, os fatores de produção tradicionais - terra e trabalho - perdem preço, pois tornam-se relativamente "excessivos" para a demanda do mercado. Havendo tal queda no preço, a modernização torna-se menos recompensadora em comparação aos fatores tradicionais, restringindo-se à difusão das novas tecnologias.

Ele afirma então, que existe um "limite de modernização", que é colocado pelo setor não-agrícola e sua capacidade de consumo de bens agrícolas e absorção de força de trabalho, liberada da agricultura. O mercado exterior e o surgimento de novas tecnologias mais baratas, podem, de certa maneira, contrarrestar os efeitos do autocontrole, mas dificilmente os benefícios da modernização serão compartilhados pelos produtores "tradicionais" e assalariados rurais, prejudicados os primeiros pela queda dos preços, os segundos pela poupança de mão-de-obra. No fim das contas, a capacidade de a agricultura modernizar-se estaria ligada às possibilidades de crescimento do setor não-agrícola.

Do seu modelo teórico o autor procura tirar as consequências para a agricultura "tradicional". Para ele, nos países "em desenvolvimento" a capacidade limitada de crescimento do setor não-agrícola vai implicar em uma penosa espera da modernização por parte dos agricultores "tradicionais". Por outro lado, se o governo insistir na modernização pode levar a uma acentuação do desemprego e da marginalização de uma camada de agricultores. Desse ponto de vista, a política modernizadora é complexa e delicada, pois pode gerar pobreza ampliada na agricultura. Ainda, o autor nota, que os níveis de salários da agricultura "dependem da produtividade do trabalhador marginal" e esta somente se eleva com a difusão da tecnologia. Assim, os assalariados rurais não terão crescimento real dos sa

lários com a modernização: os beneficiários, o serão exclusivamente em virtude de sua qualificação superior à média.

Pelas conclusões de Paiva, seria criado um núcleo de beneficiários - núcleo instável, pois depende do crescimento do setor não-agrícola e das exportações - e um núcleo de excluídos, os assalariados rurais e os produtores "tradicionais". Em resumo, nos países "em desenvolvimento", a modernização não pode ter um espectro amplo de beneficiários.

Assim, para o autor, o "tradicionalismo" se explica por características específicas do setor rural, que dadas suas relações com o setor não-agrícola - o pólo dinâmico da economia -, tende a ser gradativamente modernizado. Enquanto isso não ocorre, sobrevive insatisfatoriamente, combinando seus fatores de produção da forma possível. Desse ponto de vista, não reside apenas na educação do produtor - apontada como causa pelo discurso modernizador, digamos, vulgar - a não-modernização da propriedade.

A análise de José Pastore procura descobrir os elementos que impedem a incorporação da tecnologia por muitos agricultores. Para ele, o determinante fundamental é o que chama de "impotência", ditada não pela vontade do agricultor mas por duas condições: 1ª - a escassez de recursos naturais; e 2ª - a inadequação das técnicas disponíveis. A terra usada por muito tempo em condições rústicas (fogo, pisoteio de animais, erosão, etc.) perde a fertilidade natural e passa a ser condição restritiva à produção. As técnicas desenvolvidas para a agricultura moderna não foram criadas para serem utilizadas em áreas exauridas ou acidatadas; pelo contrário, as tecnologias biológicas (melhoramento de sementes e variedades) exigem solos aptos, regime hídrico satisfatório, e, completando a economicidade, terras planas, possíveis de serem usadas pela tecnologia mecânica disponível. Como diz ele, tais tecnologias foram geradas para aumentar a produção agrícola e não para eliminar a pobreza rural. Daí, se utilizadas parcialmente, proporcionam "retornos insatisfatórios".

O autor conclui então que o emprego dos métodos convencionais de estimular a tecnificação (crédito rural e assistência técnica, por exemplo) esbarra num agricultor que conhece suas limitações, "impotente" - frente à tecnologia ofertada e às condições naturais - de aceitar mudanças em sua forma de

produzir. Não há, segundo Pastore, uma "aversão ao risco" gratuita, mas sim uma estratégia histórica para não aventurar-se em becos sem saída. Para ele, o crescimento do crédito rural subsidiado no Brasil, não trouxe modificações substantivas nas condições de vida do agricultor de baixa renda, exatamente por essas razões.

Para Paiva então, o "tradicionalismo" se explicaria, pela impossibilidade econômica de viabilizar a modernização, uma vez que a própria expansão do capitalismo torna não rentável a introdução indiscriminada de tecnologia moderna. Pode-se concluir daí, que o produtor não se furta necessariamente à introdução dos processos técnicos modernos. Pelo contrário, tomando como variável independente a expansão urbano-industrial, o processo cuida de excluir alguns determinados produtores.

Segundo Pastore, pelos condicionantes históricos e físicos que dominam a propriedade "tradicional" (topografia, fertilidade, manejo, etc.) e pelo caráter compacto do pacote(10) agropecuário. Dessa forma, a separação entre os produtores e a modernização não é dada somente a partir deles mesmos, mas principalmente a partir de certas condições externas, pré-definidas e independentes da vontade dos indivíduos.

Esses dois autores têm o mérito de levantar questões importantes para a compreensão da absorção diferenciada de tecnologia agrícola pelos produtores rurais. Ao contrário da maioria dos modernizadores, eles não adotam uma atitude preconceituosa e determinista em relação ao produtor "tradicional". Procuram buscar explicações fora de um certo sociologismo vulgar - muito ao gosto do Sistema Embrater, por sinal - que coloca nos determinantes "culturais" (indolência, falta de estudos, etc.) a raiz de toda a aversão à mudança. Embora suas análises façam uma certa abstração do político (por exemplo) introduzem sensíveis modificações na forma como os técnicos em geral vêm pensando a agricultura.

Maria Sylvania de Carvalho Franco parte do próprio cerne das relações ditas "tradicionais" para buscar seu sentido. Descrevendo as transações entre fazendeiros e comissários de café no século XIX, observa que eles são ligados entre si por

(10) Para uma descrição e conformação histórica do chamado "pacote" agropecuário, ver Almeida e outros (1984).

relações de parentesco e amizade, que no fim das contas definiam a opção por um ou outro intermediário. O comissário era uma espécie de agente do fazendeiro que cuidava de seus interesses urbanos, aconselhava nos negócios, supervisionava a contabilidade e emprestava capitais. No entanto, sobre o véu da "tradicionalidade" das relações, estava o objetivo do comissário de reunir clientela cativa:

"(...) esses padrões foram incorporados numa ordem competitiva e dentro dela adquiriram o sentido de um meio eficaz das firmas comerciais expandirem suas operações, mantendo e alargando sua freguesia. Nessa luz os propalados liames de solidariedade e auxílio, que uniam fazendeiro e comissário, aparecem como uma técnica em que esses componentes da ordem "tradicional" foram reelaborados e transferidos para o plano dos negócios, tendo aí eficientemente se adequado aos propósitos de lucro." (cf. Carvalho Franco, pp 163)

Por outro lado, a produção rústica e descuidada do café, a negligência aparente na comercialização, antes de serem elementos de um conservadorismo arraigado, satisfaziam aos requisitos do mercado: a produção em grande escala, a preços baixos e circulação ágil, de um bem de consumo para assalariados. Produzindo "muito e barato" esse fazendeiro conquistava os pontos de venda no mercado externo. Assim, a fazenda "tradicional" adequava-se aos imperativos da sociedade "moderna".

Martins faz uma análise que parte da forma como o meio urbano (ou a ideologia urbana) concebe o rural. Segundo ele, com o crescimento da economia industrial há ao mesmo tempo a criação de uma ideologia urbana valorizadora das atividades e procedimentos citadinos, que enfoca o rural pela ótica do desprestígio, do pitoresco e do folclórico. Tais procedimentos colocam na raiz dos problemas do campo o atraso, o conservadorismo, o tradicionalismo enfim. Para o autor a construção do rural como estereótipo negativo do urbano levou a duas posições:

"O seu uso para reforçar as características urbanas da existência dos que já o utilizavam (...) e sua manipulação para advogar a intervenção das instituições urbanas na vida rural, dinamizá-la e propiciar as condições para transformar o caipira do estereótipo no cidadão das concepções urbanas." (cf. Martins, cit, pag 4)

O estereótipo do homem rural é incapaz de chegar à grandeza da sociedade urbana; apenas com a intervenção externa do médico, do agrônomo ou do extensionista, a sociedade rural se

rã adequada ao meio não-rural. É portanto a centelha da ciência moderna que transforma o Jeca Tatu num novo homem, progressista, endinheirado e comprador de mercadorias.

A ideologia urbana, segundo Martins, molda um novo rural. O campo é problemático na medida que escapa as determinações do setor não rural: não produz o suficiente, gera escassez e provoca elevação dos preços e dos salários; não se moderniza, portanto não libera mão-de-obra; não consome o bastante, re-freando a expansão da indústria. Para explicar a sobrevivência do "tradicionalismo" o autor procura entender a sua "racionalidade", que ocorre numa dimensão inteiramente estranha às práticas empresariais urbanas. É a "economia do excedente":

"O excedente não é o produto que sobra do consumo, mas o produto dos fatores de produção excedentes dos que foram utilizados na subsistência (no caso, a mão-de-obra e a terra com suas pastagens naturais). É o fator excedente que gera o produto excedente e que define a economia, a sociedade e a cultura baseadas no excedente, à margem das relações monetárias, das relações sociais abstratas, da dominação política, das relações capitalistas de produção típica, da conduta racional com relação a fins seculares." (Martins, op cit)

Podemos observar que a sociedade fazendeira relaciona-se com o mundo dos negócios de uma forma peculiar. Estão misturados negócios e relações pessoais, como a forma mais satisfatória encontrada para reproduzir o capital comercial. Nessa ordem, não há somente a reprodução subordinada da produção fazendeira, mas também uma interação que fornece alguma eficiência ao imperativo da sobrevivência do produtor.

Por outro lado, podemos notar um novo elemento agregado por Martins. Nas relações entre urbano e rural o setor hegemônico impõe um determinado processo, gestado na cidade, que exclui a possibilidade do campo afirmar-se como tal. A partir daí, o nexos dos processos deixa de pertencer aos produtores (ou organizadores da produção) rurais e passa ao domínio da produção e da ideologia integradoras. Por este caminho é compreensível a criação da idéia modernizadora, pois o campo é sempre interpretado "de fora", isto é, de uma perspectiva urbana e industrial.

Por último, deve ser observado que o chamado "tradicionalismo" possui uma certa racionalidade. Pela análise de Carvalho Franco, a rusticidade não busca a eficiência, mas o lucro; pela análise de Martins o uso dos recursos excedentes

procura garantir a reprodução⁽¹¹⁾. Assim, a organização da produção fazendeira obedece a princípio às vezes bastante diferentes daqueles do capitalismo. Há uma racionalidade que escapa quase que completamente ao técnico de campo (ou analista), que garantiu e garante a sobrevivência histórica da propriedade "tradicional".

São os elementos desenvolvidos pelos autores comentados que fornecem os marcos essenciais para esta dissertação. Em resumo, compreendemos que a propriedade "tradicional" tende a realizar uma combinação de fatores ajustada à sua disponibilidade "natural". Sua negação aos processos modernos em geral não é derivada apenas do grau de educação formal ou do ambiente. Antes, ela é excluída por processos econômicos, culturais e políticos bastante fortes. Os instrumentos de modernização, como o crédito e a A.T.E.R., de caráter urbano, passam ao largo das demandas específicas desses produtores. Enfim, é perfeitamente possível que a questão não esteja em como o rural responde ao urbano, mas precisamente na forma como o urbano qualifica e interroga o rural.

3 Os Cerrados

A região dos cerrados ocupa um terço⁽¹²⁾ do território brasileiro, na região centro oeste; em Minas, praticamente todo o norte, oeste e noroeste. São terras geralmente planas, de vegetação arbustiva, arbórea ou campos. Tecnicamente a vegetação tem quatro gradações, que podem ser encadeadas (podem também ser alternadas, com o predomínio de apenas um dos tipos). Há o cerradão, formado por árvores de porte elevado, retilíneas, quase iguais às florestas, apenas mais espaçadas; há o cerrado propriamente dito, de vegetação arbustiva, cascas e folhas grossas, troncos retorcidos, formando geralmente uma vegetação compacta. Onde os arbustos que caracterizam o cerrado são espaçados, entremeados de gramíneas (geralmente chamadas capim-do-campo, flecha ou barba-de-bode) é chamado

(11) As informações usadas por Martins no trabalho aqui citado foram criticadas por Sandroni (1980), mas isto não invalida a essência da argumentação do autor.

(12) Ou um quarto: os autores são divergentes.

de campo sujo, e, finalmente, onde ocorrem apenas os capins, chama-se campo (13).

Desde pelo menos o século XIX a região mineira dos cerrados foi sendo ocupada por fazendas de criação. Segundo a Fundação João Pinheiro (1983) a ocupação dessa região é derivada da "expansão dos currais paulistas". Parece bastante improvável (mesmo para o caso do Triângulo) que paulistas fossem instalar fazendas naquelas terras.

Segundo a descrição de Saint Hilaire (1975) e as pesquisas de Mello (1971) o povoamento foi feito a partir das minerações de Paracatu e Desemboque. Estas observações são de certa forma confirmadas por Castro (1977). Ao lado da mineração (ou após) surgiu a pecuária extensiva, apoiada principalmente nas fontes minerais da região. Conforme descreve Saint-Hilaire, a pecuária da região era super-extensiva, havendo, de raro em raro (3 ou 4 léguas), a sede de uma fazenda. Os campos eram sistematicamente queimados e o gado pastava livre em torno dos mineradouros. A comercialização da produção, ao que parece (não encontrei informações bastante sólidas) era feita em Ouro Preto e no Vale do Rio das Mortes. Desde essa época usava-se o cerrado e os campos para a pecuária; as áreas próximas às nascentes, de vegetação e solos mais nobres, eram usadas para fazer roças de milho e feijão.

Essa região era considerada "terra de fazer longe", isto é, terra que só servia para aumentar as distâncias. Mas, desde meados do século XIX, foi objeto de preocupação de cientistas. Eugênio Warming (1973) é considerado o pioneiro nos estudos sobre o cerrado. Durante os três anos que passou em Lagoa Santa (em companhia de Lund, de quem era assistente) pesquisou rigorosamente o clima, a vegetação e o regime hídrico, levantando algumas hipóteses sobre aquela formação.

Warming suspeitava que eram a escassez de chuvas e o fogo

(13) Para uma descrição do cerrado, questões de solo, clima e flora, consultar: Ferri (1971 I, 1971 II, 1973, 1977), Warming (1973); IPEA (1973), Paiva e outros (1973), Estado de Minas (21/01/84); Homem de Melo (1985), Paiva (1979), Sedeyama e Reis (1979), Fernandes (1983 I e 1983 II), Ribeiro (1980), Melo (1977), CAMPO (1980) Dirigente Rural (1976), Planejamento e Desenvolvimento (1981), Informe Agropecuário (fev/1979), Revista Brasileira de Extensão Rural (set/out 81), Goodland (1971), Verdade (1971), Saturnino e outros (1977), Hoeflich (1977), Duque (1977), Coimbra (1971) e Goodman (1978).

os responsáveis pelo caráter raquítico, tortuoso e falho da vegetação. O fogo, principalmente, era objeto de preocupação do autor:

"Cada ano queimam-se grandes extensões de campos. Avançado o período da seca, quando um sol ardente num céu sem nuvens já tem crestado a grama campestre alta, já há muito de cor cinzenta e reduzida a feno, e quando já não serve mais, sendo até rejeitadas pelo gado livre que no interior do Brasil constitui a maior riqueza da população, o lavrador, ou melhor, o criador, trata de arranjar pasto novo. Põe fogo nos campos; as gramíneas e todas as outras ervas e subarbustos ardem com a maior facilidade e depressa uma comprida e ondulante linha de fogo rasteja crepitando sobre o chão, devorando as plantas, até muitos arbustos, e atacando as próprias árvores, carbonizando-lhes os troncos e os galhos baixos." (Warming, 1973:86)

Durante muito tempo as idéias de Warming foram dominantes. Uma concepção oposta surgiu a partir das pesquisas de Mário G. Ferri e seu grupo. Na década de 40, vão observar que a vegetação do cerrado poderia não ser condicionada por falta de água, ou por fogo. Pesquisas levadas a cabo no cerrado de Emas (S.P.) mostraram que o solo de cerrado é profundo e contém água; que as raízes das plantas atingem o lençol (até mais de 10 metros). Portanto, a água não era fator determinante para aquele tipo de vegetação.

Na década de 50, as pesquisas dos botânicos vão apontar que o solo, mais que qualquer outro fator, influi na distribuição dos cerrados. A ação do fogo, quando muito poderia servir para ter ampliado o cerrado. A vegetação feia, de árvores retorcidas e formato grosseiro, não era assim por escassez de chuvas ou ação do fogo. Antes, a forma que assumia era derivada principalmente da alta acidez do solo e da escassez dos chamados "macro-nutrientes" (fósforo, cálcio, nitrogênio, potássio, magnésio e enxofre), desaparecidos do solo pela formação de compostos insolúveis, não-trocáveis ou lixiviados. Como se estes elementos que estão geralmente disponíveis na superfície de terras mais férteis fossem drenados para profundidades inacessíveis às raízes das plantas, uma espécie de erosão "para dentro", vertical.

A partir daí o grupo de Ferri formula a hipótese do "escleromorfismo oligotrófico" (sobre o assunto ver Goodland, 1971), querendo dizer com isso que a vegetação tem aquele aspecto torto, feioso, cascas grossas ("escleromorfismo"), por

escassez de nutrientes disponíveis e trocáveis no solo ("oligotrofismo"). O "gradiente fisionômico" do cerrado (cerradão, cerrado, campo sujo e campo) é determinado pelo "gradiente de oligotrofismo" (Goodland). Em outras palavras, as formações arbóreas são determinadas por graus diferentes de fertilidade da terra.

Um meio interessante para acompanhar a evolução das pesquisas são os "Simpósios sobre o Cerrado", organizados por Ferri, desde 1962. No primeiro (1962), as comunicações versam geralmente sobre botânica e química, da mesma forma que o segundo (1965). No terceiro (1971) e quarto (1977) Simpósios, embora ainda existam estas comunicações, vão sendo sobrepujadas por pesquisas agronômicas de cunho prático: são relatos de experiências de plantio e adubação, proposições de métodos de manejo de solo e rebanho. A partir da década de 70, a produção científica sobre o assunto, passa a ser quase que exclusivamente subordinada aos interesses imediatamente produtivos.

A pesquisa agronômica sobre o cerrado nasce na década de 40, a partir da Estação Experimental de Sete Lagoas (do Ministério da Agricultura), depois chamado Instituto de Pesquisa Agronômica do Centro Oeste (IPEACO), hoje Centro Nacional do Milho e Sorgo, da EMBRAPA. As experiências, combinadas com a evolução da pesquisa botânica, passaram por duas vertentes fundamentais: primeiro, descobrir formas de tornar disponíveis os macro nutrientes, de forma que as plantas pudessem crescer a partir de sua oferta. Em segundo lugar, desenvolver variedades adaptadas a estas condições, aptas para resistir à rudeza das condições do cerrado.

Para que os nutrientes ficassem disponíveis para as plantas foram adotadas as práticas de calagem e fosfatagem. Foi em Sete Lagoas no começo dos anos cinquenta que os pesquisadores começaram a usar o calcário (em substituição da farinha de ostras, que até então tentava-se usar como corretivo) e medir seus efeitos. A partir daí sucessivas experiências de dosagens e plantas terminaram por criar uma base relativamente sólida de conhecimentos, que de maneira geral já estava à disposição dos agricultores no começo dos anos setenta. O modelo aplicado daí para a frente sofreu alguns ajustes, mas no essencial permanece o mesmo. Através da análise química do solo, constata-se sua deficiência específica; o técnico então

recomenda uma certa dosagem de calcário (Calagem) suficiente para reduzir a acidez do solo. Em seguida é aplicado o fosfato. Passado algum tempo esses compostos dão às plantas condições de absorver os nutrientes.

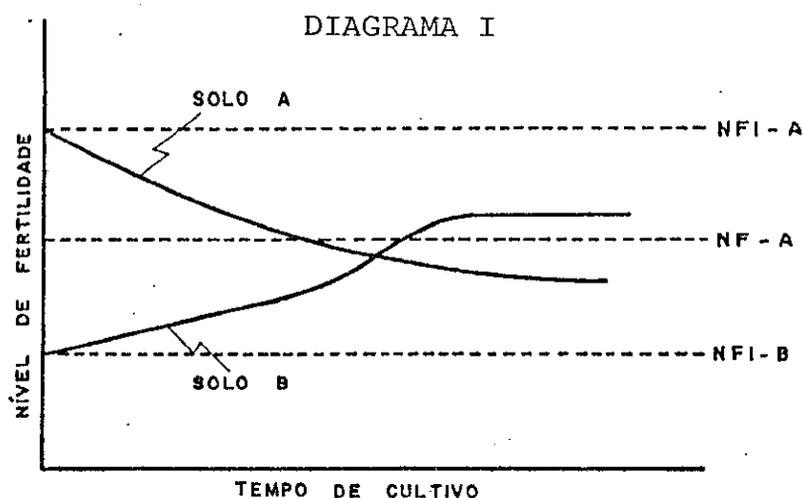
Isso, no entanto, não ocorre imediatamente. A operação de fertilização mostra resultados efetivos apenas no segundo ou terceiro ano após sua realização. Esses processos, em resumo, são equivalentes à dotação a terra da capacidade de produzir. Como se o agricultor, encontrando os obstáculos naturais à produção, vegasse a natureza à sua vontade, "fabricando" (14) a terra e a condição de produzir. Mas, eles apenas igualam num certo sentido as terras de cerrado às mais férteis; para as operações constantes de plantio é necessária a adubação de manutenção, como em qualquer outro terreno.

O IPEACO, depois da EMPRAPA (CPAC e outros centros), as empresas estaduais de pesquisa e as universidades da região centro-oeste cumpriram papéis cruciais no desenvolvimento da tecnologia moderna para os cerrados. Em fins da década de 60 a Universidade Federal de Viçosa já possuía variedades de soja relativamente adaptadas às condições rústicas da região do cerrado ("Viçoja" e "Mineira", segundo Sedeyama e Reis, 1979).

Atualmente existem variedades suficientemente desenvolvidas que são capazes de alcançar produtividade plena já no primeiro plantio, antes que a terra do cerrado esteja devidamente "amansada", isto é, tenha ganho condições de absorver os nutrientes postos no solo. Já existem sistemas de recuperação de solos, utilizando compostos altamente solúveis, que no primeiro plantio dão à terra grande fertilidade. Segundo Fernandes (1983 II) a estrutura física (proporção de argila e areia numa certa terra) e a topografia do cerrado permitem que a u-

(14) Essa expressão muito apropriada, foi usada por Graziano da Silva (1980:57): "A separação da cidade/campo só se dá por inteiro quando a indústria muda para a cidade; a reunificação, quando o próprio campo se converte numa fábrica. (...) A industrialização da agricultura representa o último passo da subordinação da Natureza ao Capital, quando então se prescindem das condições naturais dadas e se passa a produzi-las sempre que se fizerem necessárias. Assim, se faltar chuva, irriga-se; se não houver solos suficientemente férteis, aduba-se; se ocorrerem pragas e doenças, responde-se com defensivos químicos ou biológicos; e se houver ameaças de inundação, estarão previstas formas de drenagem. A produção agropecuária deixa, assim, de ser uma esperança ao sabor das forças da Natureza para se converter numa certeza sob o comando do Capital."

tilização desta terra, desde que guardados os preceitos definidos pelos técnicos, implique em fertilidade crescente. Ao contrário de outras regiões, de fertilidade natural maior mas topografia irregular, que tende a perder a camada fértil por erosão hídrica ou manejo inadequado. Os fertilizantes depositados sobre os solos de cerrado, a matéria orgânica e os elementos incorporados principalmente pela soja, levam, em curto espaço de tempo, estas terras a superarem em produtividade as terras férteis de outras regiões (vide Diagrama I).



FONTE: FERNANDES (1983 II, 66)

CONVENÇÕES

NFI - A: ALTO NÍVEL DE FERTILIDADE NATURAL (TERRA ROXA)

NF - A: NÍVEL DE FERTILIDADE EXIGIDO PARA EXPLORAÇÃO AGRÍCOLA

NFI - B: BAIXO NÍVEL DE FERTILIDADE NATURAL (CERRADO)

Para a agricultura empresarial, descobrir o cerrado para sua exploração, foi um excelente negócio⁽¹⁵⁾. Área imensa de terras aproveitáveis para as operações motomecanizadas em virtude da topografia plana, com solos possíveis de serem transformados, com clima e regime hídrico propícios para a prática agrícola; localização privilegiada em relação aos grandes centros consumidores e dispondo de uma infra-estrutura viária, relativamente bem montada; ainda, e talvez principalmente, ca

(15) Segundo Homem de Melo (1985), desde aproximadamente 1975, o crescimento "fácil" (isto é, mantendo tecnologia constante e expandindo as fronteiras) da agricultura brasileira já mostrava tendências ao esgotamento. No mesmo trabalho o autor aponta a forte correlação existente entre expansão de novas áreas e pesquisa agrônômica.

recendo de imensa quantidade de insumos (calcário, fosfato, a dubos e defensivos) e máquinas, para a exploração empresarial. Para dar uma idéia dessa demanda criada, basta dizer que quando o POLOCENTRO foi projetado, estimou-se a necessidade de 1.000 tratores de esteira e 20.000 tratores de pneu, apenas para dar início ao empreendimento. Isto correspondia, na época, a um terço da produção nacional dessas máquinas.

4 O Programa

A exploração do cerrado em moldes empresariais e modernos ensaiou seus primeiros passos em 1971 e 1972 com o Programa de Crédito Integrado (P.C.I.), criação da ACAR-MG (atual EMATER-MG) e do B.D.M.G. Supondo que a ação difusa do extensionismo trazia poucos resultados concretos, e, que a liberação do crédito rural sem adequada coordenação provocava mudanças apenas parciais no perfil do agricultor, essas duas empresas combinaram Assistência Técnica e Crédito num patamar bastante elaborado. A idéia era mobilizar todos os recursos técnicos e institucionais disponíveis para transformar o caráter da propriedade. Desde que o proprietário demandasse, teria um apoio integral, seria financiado na globabilidade do processo de produção com a articulação dos diversos instrumentos disponíveis. Através de um levantamento técnico criterioso, seriam selecionados os sistemas potencialmente viáveis para determinada gleba, cobrindo agricultura, pecuária, reflorestamento, conservação de solos e todas as coisas mais.

O P.C.I. foi testado na região do Alto Paranaíba (conforme Fernandes, 1983), trazendo resultados controversos. De um lado, mostrou que sob "orientação adequada" a fazenda se modernizaria. Mas, por outro seu "efeito demonstração" seria limitado, pois apenas uma propriedade (entre todas as outras vizinhas) se modernizava. Do ponto de vista de uma avaliação do tipo que a EMATER costuma realizar, sobraria ao produtor "tradicional" a alternativa de furtar-se ao exemplo, considerando a possibilidade de que naquela propriedade transformada havia condições ou dotações excepcionais, de que ele não dispunha. E o P.C.I., aplicado em propriedades isoladas, era concentrador em excesso. Demandava esforço e capital públicos dedicados a um só empresário, trazendo frutos limitados, se adotado

como modelo geral de atuação do governo mineiro na agricultura de cerrado⁽¹⁶⁾.

Foi a partir do P.C.I. que surgiu o Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba - o PADAP. Na gênese do PADAP foi aproveitado o modelo de ação concentrada do P.C.I. (e sua linha de crédito), onde há diversos órgãos articulados a um objetivo único, com a diferença de atuar sobre um número maior de produtores.

Com este programa o governo do Estado procurava alcançar alguns objetivos. Primeiro, orientar para o cerrado recursos de crédito rural. Depois, através da exploração empresarial da região, aumentar a área agriculturada, pois conforme observou Alysson Paulinelli, a demanda de alimentos crescia sem que encontrasse resposta satisfatória nas terras mais férteis de Minas (17). A agricultura, sendo setor privatizado, não poderia ser forçada a ampliar a produtividade, e tampouco responderia ao estímulo de preço e crédito de forma rápida o suficiente para abastecer o mercado. Mas, sobretudo, o PADAP foi uma inequívoca demonstração de força e prestígio político da burocracia agrícola mineira, suficiente para fornecer-lhe um status - entre os outros setores da burocracia - que não possuía.

O PADAP foi um projeto modernizador, na acepção integral do termo. O governo queria - e conseguiu plenamente - substituir na área-programa a pecuária vasqueira e as roças de beira de córrego por uma agricultura moderna: intensiva, ágil e capitalizada. Nesse sentido, é uma demonstração inquestionável da eficiência produtiva do projeto modernizador. Embora a elaboração do Programa contivesse várias dúvidas técnicas e riscos efetivos, conseguiu de forma plena o objetivo maior de transformar "por cima" o caráter da agropecuária regional, razão por que hoje é um exemplo nobre para os diversos órgãos do governo estadual e para o empresariado do setor rural. É por isso que o PADAP é a grande afinidade ideológica e política desse meio, que aparece claramente expresso no discurso vi

(16) Ao todo o P.C.I. atingiu 26 proprietários em 26 municípios (Nabuco Palhano, 1982).

(17) Alysson Paulinelli, foi Secretário da Agricultura e depois Ministro da Agricultura no governo Geisel (74-79). Essa observação é confirmada pelos dados empíricos de Homem de Melo (1985).

torioso dos diversos órgãos que elegeram o Programa modelo de agricultura empresarial do cerrado.

O Programa não se explica sem o crédito rural. No princípio, havia os recursos do P.C.I., fornecidos pelo B.D.M.G. Mas, logo no segundo ano de implementação surge o POLOCENTRO. Em 1975, dentro dos objetivos de expansão da produção agrícola do IIº PND, o governo federal monta o POLOCENTRO, Programa do Desenvolvimento dos Cerrados, baseando-se em grande parte nas possibilidades de exploração que o PADAP começava a mostrar e nos resultados do método de crédito integral. A concepção norteadora do POLOCENTRO, vem das chamadas "teorias do desenvolvimento polarizado", diversa da concepção do PADAP. Enquanto este é um projeto de "assentamento dirigido", colonização de área restrita dentro de objetivos específicos, aquele pretendia estimular a expansão de todo o Centro-Oeste, aspergindo capital público por 3 milhões de hectares de cerrados, na lavoura e pecuária, realizando de um lado investimentos em infra-estrutura (armazéns, silos, eletrificação, transportes e exploração de calcário), pesquisa agropecuária, assistência técnica e extensão rural; e por outro, oferecendo crédito rural subsidiado.

O POLOCENTRO abriu diversas linhas de crédito (ver Tabela I.1), e foi a partir delas que os colonos do PADAP, por exemplo, tiveram oportunidade de expandir suas explorações. Mas não foram somente eles os usuários desse benefício; apenas, usaram mais e melhor que a maioria dos proprietários da região dos cerrados.

Os frutos do POLOCENTRO, no entanto, não apareceram para o governo de forma tão plena quanto os programas que o antecederam e sucederam no cerrado. A avaliação de órgãos oficiais e técnicos (em particular IPEA, 1981; FJP, 1984 e Goodman, 1978) em geral é bem pouco positiva. Apontam como deficientes, desde a concepção até a fiscalização, do favoritismo político que orientou a priorização de municípios até o caráter concentrador do programa.

Segundo eles, o POLOCENTRO atomizou os projetos por extensa área sem que houvesse as condições de avaliar os resultados. Os proprietários que tomaram tais créditos para a agricultura, usavam-no em geral para dois ou três anos de plantio

TABELA I.1: Polocentro, Principais Linhas de Crédito por Atividade

ATIVIDADE E USO	TAXA DE JUROS	MATURIDADE (anos)	CARÊNCIA (anos)	REQUISITOS DE GARANTIA
a. Preparação Inicial da Terra				
1. Limpeza preliminar da terra	7	12	6	Escritura de propriedades
2. Trabalho de conservação do solo	7	12	6	"
3. Aplicação de cal e corretivos	0	5	2	"
b. Formação de Capital na Fazenda				
1. Estradas internas da fazenda	15	12	6	"
2. Eletrificação na fazenda e comunicações	15	12	6	"
3. Armazéns, silos, currais e cercas	15	12	6	"
4. Formação de pasto permanente	15	12	6	"
5. Despesas legais relacionadas com escrituras de propriedades	15	12	6	"
6. Barragens, drenagem e trabalhos de irrigação	15	12	6	"
7. Compra de máquinas e implementos para fazenda	15	12	6	"
8. Compra de ceifeiras, tratores, máquinas, etc.	15	12	6	"
9. Compra de veículos, barcos e aeroplanos	15	12	6	"
10. Outros gastos com capital fixo	15	12	6	"
c. Compra, Transporte e Aplicação de Fertilizantes	0	5	2	"
d. Aquisição de Maquinária Pesada, Equipamento, etc. para Preparação e Limpeza da Terra	15	12	1	Equipamento comprado
e. Requisitos para Capital de Giro				
1. Agricultura arável	12	3	-	Não especificado
2. Gado para engorda e latifícios	12	não especificado		"
3. Entidades de aluguel de equipamentos	12	1		"

FONTE: Goodman, 1978

de arroz ou soja, de forma a "amansar" a terra de cerrado, revertendo depois aquela gleba à pecuária extensiva. A produtividade das lavouras financiadas não cresceu de forma sensível, antes foi acentuada a pecuarização das unidades, reduzindo as áreas plantadas de feijão e milho. A própria atividade de criação de bovinos não foi muito melhorada: embora crescessem os efetivos e a capacidade de suporte dos pastos, ficaram muito aquém do que seria de esperar, caso houvesse um manejo "conveniente" do pacote ofertado. As obras de infraestrutura realizadas pelo governo serviram para a valorização da terra com conseqüente uso especulativo, e o emprego, se foi criado, não foi suficiente para contrabalançar a tendência à urbanização da região.

Mas é em relação ao crédito rural que podemos notar as maiores distorções do POLOCENTRO (ver Tabela I.2). Orientado pela idéia de explorar moderna e "racionalmente" o cerrado, o Programa privilegiou as grandes propriedades, e, principalmente os grandes empresários. O sofisma criado pela Fundação João Pinheiro (1984) para explicar este aspecto é bastante interessante e vale a pena ser citado:

"O pequeno produtor não foi excluído da possibilidade de obtenção de crédito; contudo, a restrição de não se conceder crédito a quem de 100 MVR (Maior Valor de Referência), visando apoiar projetos em escalas de operações mínimas consideradas viáveis, dificultou a concessão de crédito aos produtores de baixo grau de capitalização (...)." (F.J.P., op cit)

TABELA I.2: Distribuição do crédito rural do POLOCENTRO por estratos de área

TAMANHO DA PROPRIEDADE (ha)	PROJETOS (%)	RECURSOS (%)	RECURSOS/PROJETOS
menos de 100	2,2	0,38	0,173
100 a 200	7,1	1,78	0,251
201 a 500	30,7	21,39	0,697
mais de 500	60,0	76,45	1,274
T O T A L	100,0	100,0	-

Ora, apesar de não ser proibido o crédito para o pequeno produtor, ele não se ajustava às "escalas de operações mínimas", tampouco possuía garantias fundiárias suficientes para endividar-se. Em outras palavras, estava realmente excluído.

Mas não foi esse o caso dos colonos do PADAP. Público-alvo por excelência dos benefícios do crédito, souberam, na maior parte dos casos, usar com muita eficiência os recursos oferecidos.

Para levar a cabo o PADAP a Secretaria da Agricultura⁽¹⁸⁾ articulou todos os seus órgãos subordinados, mais o BDMG, sob a regência da Fundação Rural Mineira - RURALMINAS -, o órgão que realmente comandou a parte institucional da implantação. A Ruralminas e o BDMG, representando o Estado, e a Cooperativa Agrícola de Cotia elaboraram o Programa, configurando um feliz acasalamento entre Estado e iniciativa privada no que toca aos projetos de colonização.

A participação de cooperativas num projeto desse calibre até então era inédita. Se examinarmos os projetos de colonização elaborados pelo governo federal para a região amazônica⁽¹⁹⁾, um pouco anteriores ao PADAP, podemos notar que a idéia de envolvimento de uma cooperativa nesses empreendimentos não estava ausente. A diferença é que os projetos amazônicos pensavam a montagem da cooperativa a partir da organização espontânea (ou induzida, no caso não faz diferença) dos próprios agricultores, de qualquer forma surgida a partir dos produtores. No PADAP nós temos a organização cooperativa precedendo o assentamento. A cooperativa é órgão que tem participação efetiva na concepção, montagem e deslançamento do Programa, coisa que se tornou quase que norma para os projetos no cerrado que sucederam ao PADAP⁽²⁰⁾. A organização cooperativa fornece aos produtores, na maioria das vezes, condições mais efetivas de barganha, face aos compradores, vendedores e governo que os órgãos de representação política da categoria, como os sindicatos ou associações rurais, podem oferecer. Por esta razão optaram pela cooperativa, e por uma grande cooperativa.

(18) Existem algumas versões oficiosas que relacionam a gênese do PADAP à Cotia, ou aos "produtores e lideranças locais". Embora a participação da Cooperativa na condução do Programa não seja nem um pouco desprezível, parece muito difícil supor que apenas a CAC fosse capaz de gerar tal idéia-força, que teve o poder de unificar (por cima, pelo menos) toda a burocracia agrícola do Estado na realização de sua - até então - utopia.

(19) Ver por exemplo, Tavares e outros (1972); Cardoso e Muller (1977).

(20) Isto pode ser notado na concepção e montagem do Projeto CAMPO-JICA para o cerrado. Consultar sobre o assunto: CAMPO (1980 e 1981), JICA (1979), IPEA S.d.

Existem ainda outros aspectos de originalidade na concepção do PADAP: é, por exemplo, o que respeita à idéia de colonização. Até então a colonização aplicara-se ao objetivo maior de "alívio das tensões sociais", principalmente na rota Nordeste-Amazônica, aparecendo umbilicalmente ligada à noção de reforma agrária(21). No Programa essas coisas aparecem diferentes, pelo menos se tomarmos o conceito de Reforma Agrária como equivalente a política distributivista. Não há qualquer interesse, na organização do PADAP, em beneficiar agricultores sem terra. Isto é muito claramente exposto nos documentos, nos relatórios e na fala de seus propositores. Os beneficiários, em sua maioria absoluta, já eram ligados a uma cooperativa agrícola, e quando não possuíam a terra (caso dos antigos arrendatários), possuíam capital agrícola materializado em maquinário, principalmente. O PADAP pode ser concebido como reforma apenas no sentido literal.

A escolha dos 25.000 hectares de Antônio Luciano Pereira no Alto Paranaíba para montar o Programa está em perfeita consonância com essa formulação. Era uma gleba imensa, contínua e explorada extensivamente por um proprietário que possuíamuitas outras terras. A desapropriação "por interesse social" da aquela área, com base no Estatuto da Terra, mostra bastante claramente esta concepção de Reforma Agrária. Reforma-se o uso da terra, e não exatamente a propriedade concentrada da terra.

Uma observação ainda pode ser feita. As propostas anteriores de colonização (sempre no caso amazônico) nunca chegaram a montar uma parafernália burocrática equivalente à do PADAP(22), onde todos os fatores e recursos foram aplicados disciplinadamente, e nunca uma ação integrada dos diversos órgãos públicos - agrícolas e não-agrícolas - foi proposta com tal envergadura e cumprida quase que integralmente. Dos projetos anteriores de colonização, geralmente constava somente a localização espacial dos colonos, oferecimento de alguma infra-estrutura viária, o oferecimento do crédito fundiário e

(21) Sobre o assunto, ver Tavares dos Santos (1985).

(22) Participaram da montagem do PADAP o BDMG, a ACAR (atual EMATER), o CEASA, I.E.F., CAMIG, CASEMG, EPAMIG, DER, CEMIG, ERMIG, TELEMIG, IN CRA, Secretarias de Estado da Educação e da Saúde. Sobre o assunto, ver Secretaria da Agricultura (1973).

das linhas normais de crédito rural. No PADAP há uma ação coordenada para oferecer aos colonos, além desses benefícios, o crédito e a assistência técnica integrais, além da pesquisa agrônômica e do apoio estratégico da cooperativa.

A partir do PADAP nasce a exploração efetivamente moderna dos cerrados. Além dos aspectos levantados anteriormente, de caráter econômico e locacional, merecem ser discutidos alguns elementos que compõem o perfil ideológico do projeto, que ao mesmo tempo precedem e subsidiam a expansão empresarial na região.

Em primeiro lugar, existe a idéia de que essa área era desocupada. Isto talvez não seja muito claro em todos os estudos oficiais, onde os dados demográficos e outros quantitativos não podem ser completamente escamoteados. Eles costumam no entanto enfatizar os aspectos das baixas produtividades e retornos dos empreendimentos de tipo "tradicional" no cerrado.

Mas, quando se trata de exposições técnicas, políticas ou de avaliações para objetivos diversos, o cerrado é tido como o grande "vazio" nacional. Isto pode ser notado em diversos trabalhos, em discursos, artigos e relatórios⁽²³⁾, mas, vamos citar aqui o registro mais nobre, retirado do documento da JICA, de 1979, sobre o cerrado:

"Há na região centro-oeste do Brasil uma extensa área inexplorada, com cerca de 1.300.000 km² de superfície (aproximadamente 3,5 vezes maior que todo o território japonês), estendendo-se pelos Estados de Goiás e Minas Gerais."

Desse ponto de vista, que não é exclusivo dos técnicos da JICA, o cerrado aparece como área "vazia" de população, de capital, de exploração e produção. Por essa razão se explica o fato de se falar geralmente em "ocupação" dos cerrados, na "nova terra" que representa o cerrado. Assumindo tal perspectiva, qualquer "ocupação" que se faça é melhor que a vigente, ou se já, melhor que o "nada" existente.

É por essa razão também que as avaliações do desempenho dos programas do cerrado enfatizam não um crescimento da pro-

(23) Ver por exemplo os diversos relatórios da Ruralminas, entre 1973 e 1979, os relatórios da CAMPO, de 1981 e 1982, e uma enormidade de artigos como o "Dirigente Rural" (1976), do "Informe Agropecuário" e inúmeros outros que seria ocioso listar.

atividade, mas o nascimento de uma nova produtividade; não o crescimento do emprego (quando há), mas a geração do emprego. Por esse mecanismo, os resultados pouco lisonjeiros sobre a população há muito estabelecida na região desaparecem, ou deixam de ser comentados. De qualquer forma, partindo daquele su posto "vazio", a população local só pode ser beneficiária dos projetos, pois há uma troca do "nada" pela "ocupação". Mas es se é um caso limite na rica literatura técnica sobre o cerrado.

Em geral - e colocada desta forma, a concepção é absolutamente hegemônica - o cerrado é tido como o grande vazio de capital. Isto é exposto com muita clareza pelo ex-ministro Paulinelli:

"O cerrado era a 'terra de fazer longe' (24). A não ser uma pecuária extrativa muito incipiente ele não tinha outra atividade. Se você procurou analisar bem o cerrado, pode olhar que isso ainda existe hoje. A população era muito rarefeita no cerrado e vivia quase sempre em torno dos cursos d'água, levando uma vida muito precária, típica da agricultura de subsistência só. Plantava uma mandiocazinha, perto da nascente um arroz, e vivia da exploração do gado, muito irracionalmente. Então era um vazio, era uma expectativa. Bom, a proximidade dos grandes centros consumidores, a infra-estrutura já existente, e principalmente a confiança de que o Brasil já dispunha de uma tecnologia para isso, nos levou a fazer projetos de ocupação do cerrado."

Exposta dessa forma, fica mais clara a noção de vazio de capital. O caráter de subsistência será contraposto em quase todas as formulações ao caráter empresarial moderno ("era uma expectativa"). Mas, como poderá ser notado nas partes seguintes deste trabalho (e em alguns outros que abordam aquela região na fase anterior à modernização), o capital não estava completamente ausente daquele meio, apenas aparecia em outras esferas, principalmente na comercialização (25). Na realidade, trata-se não de propor o "enchimento" de um "vazio", mas a substituição de uma forma de capital - tida por ineficiente e atrasada - por outra mais eficaz.

(24) Expressão atribuída aos mineiros do interior, em particular do Oeste, querendo dizer com isso que as planuras do cerrado só serviam para fazer lonjuras, aumentar as distâncias.

(25) Graziano da Silva e outros (1983) observam que o capital, mesmo estando ausente do processo direto de produção, pode parasitá-lo através da intermediação, venda de insumos, etc.

O segundo aspecto notável, no discurso da expansão do cerrado, é que a região deve ser explorada com capitalização acentuada da atividade produtiva. Da forma como o assunto é exposto, parece ser esta a única forma possível de explorar a agricultura na região.

Desde o estudo coordenado pelo IPEA (1973), a pesquisa do cerrado sai do plano da pesquisa botânica e pedológica para ingressar no rol das considerações econômicas. Naquele estudo foi feita uma observação sobre classes de solos e aptidões de manejo, e concluíram que sob manejo "primitivo" o potencial dos solos de cerrado era extremamente baixo: ao contrário, sob manejo "desenvolvido", a capacidade de produção melhorava significativamente. E conclui:

"A observação dos vários manejos propostos indica que, de modo geral, a melhoria no sistema de manejo faz com que áreas de classe inferior sejam classificadas com melhor aptidão agrícola, de onde se conclui que, somente com nível mais elevado de tecnologia grandes extensões de terra poderiam ser incorporadas ao processo produtivo.

A este respeito parece não existirem mais dúvidas de que para exploração agropecuária nas áreas de cerrado não se pode mais valer de métodos tradicionais." (IPEA, 1973)

A partir de considerações como essa foi surgindo uma orientação política para a "ocupação" da região. A pesquisa agropecuária para os cerrados privilegia (talvez mais que as outras pesquisas para regiões específicas) apenas os aspectos produtivos e os bens dinâmicos - média e grande propriedade, alto investimento, alta tecnologia química, mecânica e biológica. O ponto de partida é: sendo as terras de cerrado menos férteis, apenas com um alto uso de insumos e máquinas será possível agregar produtividade suficiente para torná-las competitivas com as demais regiões agrícolas, privilegiadas pela fertilidade natural. A diferença da renda gerada pela terra mais fértil seria compensada, no cerrado, por um grande aumento da produtividade e da escala de operações, suficientes para diluir os custos diferenciais de produção.

Esse dado técnico, aparentemente inquestionável⁽²⁶⁾, passa a ser desenvolvido e fundamentar todas as propostas de "ocupação racional" do cerrado. O trabalho de Ribeiro (1980), uma tentativa de equacionar do ponto de vista econômico as potencialidades da região, afirma em certa altura:

"A questão da competitividade do cerrado com outras áreas pode ser respondida com um sim, desde que algumas condições sejam preenchidas. A exploração racional das áreas de cerrado envolve a utilização de mecanização e insumos modernos, tais como sementes fiscalizadas, fertilizantes, fungicidas e herbicidas. Tal procedimento é bastante desejável, visto que o uso de mecanização aumenta a produtividade do homem e o uso de insumos modernos aumenta a produtividade da terra." (Ribeiro, 1980)

Por essas razões, a exploração da região será sempre considerada um empreendimento intensivo em capital. Daí cristalizar-se na área do cerrado, em sua forma mais plena, a proposta de modernizar a agricultura, é a construção de uma nova agricultura, e a depender da forma como é orientada a pesquisa agrícola, é a única forma rentável de realizar essa exploração.

De fato, colocados os dados como foram dispostos desde o início da década 70, a agricultura, na maioria das terras de cerrado (excetuadas as "culturas" e os cerradões) surge, desde o princípio, ligada à indústria de fertilizantes e adubos, de máquinas, sementes e defensivos. Exclui fases intermediárias de acumulação de capital e exige, por deficiências historicamente constatadas de capitalização do setor, forte participação do crédito rural.

Para levar à frente o projeto dessa "nova agricultura", é preciso um também "novo agricultor", melhor se vindo de fora da região, despido dos sequestros do manejo "tradicional", conhecedor dos mecanismos de tecnologia e crédito. Na formação do PADAP a ênfase foi dada ao agricultor do sul e sudeste do Brasil, tido por colono experiente e habilitado para tocar um

(26) Existem alguns experimentos (não-oficiais) que procuram resgatar a fertilidade através da captura dos nutrientes lixiviados, e não "fabricar" a fertilidade pela agregação de insumos químicos. São tentativas de adequar planta e solo sem ruptura do ecossistema do cerrado: as raízes profundas de algumas espécies e variedades trazem à superfície os nutrientes "roubados", que passam a ficar disponíveis. Este método, no entanto, não traz retornos econômicos tão rápidos quanto o pacote da EMBRAPA/EMBRATER/Agroindústria.

projeto daquelas dimensões. Segundo diz um dos formuladores do Programa (27):

"Nós procuramos buscar o indivíduo que tivesse um determinado nível tecnológico e até, eu te diria, gerencial. Porque você fazer um PADAP sem essas qualidades não daria certo, isso eu tenho certeza."

Assim, a educação formal e qualidades de gerenciamento do colono passaram a ser pré-condições para seu aproveitamento na agricultura. O ressaltado desse aspecto não é privilégio do caso PADAP, nem de seus formuladores, mas compõe o amplo espectro ideológico do projeto modernizador do cerrado, expresso por exemplo em Ribeiro (1980) que relaciona diretamente os resultados dos projetos ao grau de educação formal dos colonos, e Silva (1977) que chega a definir com muita precisão os predicados e até as fontes desse novo agricultor:

"Há no momento em disponibilidade elemento capaz de realizar o plantio de trigo mecanizado na região dos cerrados e há fortes estímulos governamentais e financeiros para que esse potencial seja utilizado. Essa disponibilidade é constituída de numerosos produtores de soja e trigo mecanizado nos Estados do Rio Grande do Sul e Paraná (...). São pessoas qualificadas e capazes de executarem muitas tarefas de uma lavoura mecanizada com suas próprias mãos, estão habituados ao uso do crédito, familiarizados com a cultura de soja e trigo, além do milho e são capazes de aceitar se adaptarem às condições de uma nova região com facilidade." (Silva, 1977, pg 385)

Segundo esta forma de ver as coisas, quem serve para o cerrado é o gaúcho, o paranaense, o níssei, o japonês e o empresário rural de formação urbana, pois apenas eles estão aptos para gerenciar o pacote agrícola do cerrado. Forma-se um círculo vicioso, onde o ponto de partida é a capitalização do agricultor, que obrigatoriamente realizará alto investimento, com uma taxa razoável de riscos, que só podem ser superados através de um hábil gerenciamento, que só é possível de ser feito por agricultores capitalizados e assim por diante (28). Assim os cerrados encarnam, do ponto de vista técnico e oficial, uma demanda de exploração moderna.

(27) Em entrevista pessoal.

(28) Obviamente nem todos os agricultores capitalizados são hábeis gerentes; alguns são "tradicionais" como se verá nos próximos capítulos, mas estes estão excluídos. Também alguns bons gerentes não eram capitalizados, mas para esses o crédito rural deu um jeito.

Não pode ser negada a eficácia desse modelo. A tecnologia desenvolvida para exploração empresarial do cerrado não é divisível de forma a permitir, com margens de lucros satisfatórias, o uso de pequenas glebas de terra. Há um pacote compacto e definido que exige para sua aplicação um nível consideravelmente alto de investimento (dado o grau médio de aplicação de capital e a taxa de retorno que os agricultores costumam obter), que de forma alguma está isento de riscos, como de resto todo o setor agrícola. Desta forma, sujeito às eventualidades de clima e preço (pelo menos) o agricultor moderno deve ser atento e criterioso, se quiser sobreviver:

"O cerrado exige uma predisposição de mudança. Essa predisposição é fazer-se uma agricultura de troca e não de extração. O cerrado, se você não der, ele não te devolve. Isso infelizmente esse nosso agricultor de subsistência, aqui de Minas, não faz, ele só extrai (...) O cerrado não perdoa não. Meio termo não dá para o cerrado, o sujeito se machuca." (Alysson Paulinelli; entrevista ao autor em outubro de 1984)

Surgiu na região dos cerrados, a partir do PADAP, uma agricultura que contraria, por seus métodos, o sistema "tradicional" de manejo da agropecuária. Esta baseia-se na fertilidade natural, por pouca que seja, e o agricultor, explora os recursos que a Natureza e a propriedade privada da terra põem à sua disposição. A nova agricultura dos cerrados converte o produtor num agente de transformação da terra, onde ele fabrica a fertilidade e regula, a partir dos instrumentos que a pesquisa agropecuária coloca no mercado, produção e produtividade. Isto pode ser notado na fala desse colono, entrevistado pelo Informe Agropecuário (I.A., fev 1979;72):

"Tsuneo: Se não fizer um bom escalonamento do plantio da soja, ela amadurece toda de uma vez. A capacidade de uma colhedeira, é de no máximo 80 ha, e para isso são necessários 10 a 12 dias de trabalho. Plantamos variedades de diferentes épocas de maturação. Com precoces e semitardias, plantamos o trigo, enquanto com a tardia este plantio torna-se praticamente impossível, pois o trigo pegaria uma época problemática. Além disso, quanto mais tardia, a soja cresce mais vigorosa e com um nível de palha maior, fazendo aumentar o problema de pragas."

Por todas essas razões expostas, são justificadas as propostas de ação moderna, e apenas nesse sentido vem sendo concebida a possibilidade de "exploração" do cerrado. A aplicação do pacote agrícola, atualmente pré-requisito essencial pa

ra a produção, vincula a produção desde o nascedouro à indústria e ao crédito. A propriedade no cerrado, conforme diz o presidente da CAMPO, "já nasce moderna", realizando de forma plena os objetivos que durante anos foram perseguidos pelos técnicos, governos e agroindústria.

Havia portanto uma série de interesses envolvidos na montagem do PADAP; que compensavam, naquela época, a margem de risco de insucesso. Ao governo do Estado, o possível "efeito demonstração" resultante daquele projeto, particularmente no que toca às possibilidades de expandir aquele modelo para novas áreas do cerrado mineiro. Ainda, a possibilidade de orientar para Minas os recursos de créditos disponíveis, que por falta de uso pelos agricultores, terminavam sendo orientados para estados mais ao sul, conforme afirmam os formuladores do programa. Assim, existiam os recursos e os instrumentos necessários para acionar o programa, principalmente dada à ociosidade relativa de alguns órgãos do governo.

A ACAR-MG, por exemplo, passava por uma fase de redefinição, quando abandonara parcialmente sua filosofia extensionista original (conforme Lima e Silva, 1984), que privilegiava o crédito orientado e a ação educativa no meio rural, e começava a dedicar-se principalmente à assistência técnica, numa espécie de opção preferencial pelos ricos. A Ruralminas, nessa época em fase de crescimento, abraça o PADAP como o seu terceiro ou quarto programa. O risco e a inovação, no caso, trariam no mínimo a experiência.

A região escolhida não se destaca em muita coisa do restante dos cerrados mineiros, do ponto de vista da produção, produtividade, população e capitalização. Havia a propriedade de Antônio Luciano Pereira, de 30.000 ha contínuos, mas isto não constitui fenômeno tão raro assim em Minas Gerais. Destaca-se lá a extensão do chapadão que faz a divisa das nascentes do Abaeté, tributário significativo do São Francisco, e do Paranaíba (vide mapa). A justificativa para escolha da área é inteiramente técnica:

"Simplesmente a área dele foi escolhida porque estava dentro daquelas características que nós queríamos; nós queríamos uma área característica de latifúndio improdutivo. Aquela era. Uma área se possível contínua para reduzir custos; uma área que tivesse as condições de clima e solo que nós já tínhamos imaginado; uma área que já

Os selecionados, sob o comando da CAC, assistência da A-CAR, supervisão da Ruralminas e fornecimento de crédito rural pelo BDMG, ocupariam aquele cerrado e produziriam uma pauta diversificada de bens. Segundo a Ruralminas (1974) os produtos a serem cultivados seriam: "arroz, cebola, cenoura, feijão, milho, soja, sorgo, tomate, trigo sarraceno, café, batata e fruticultura, além de reflorestamento, avicultura e suinocultura".

A desapropriação aconteceu em 1973. Logo depois começam os levantamentos de solos e a instalação da Estação Experimental da CAC, testando diversos produtos. Em 1974, prontos os levantamentos, são assentados os primeiros colonos, feitos os primeiros plantios, iniciadas as obras de infra-estrutura. Na safra 74-75 a CAC consegue altos níveis de produtividade na Estação Experimental; o perfil e a pauta produtiva do PADAP já estavam, no essencial, definidos. Por essa época surge o POLOCENTRO (janeiro de 1975), que substitui o BDMG no fornecimento do crédito especial. Daí em diante, com a infra-estrutura e a regularização fundiária entregues à Ruralminas, o fornecimento de insumos, a comercialização e a assistência técnica (a EMATER sai do Programa em 1979) fornecidos pela CAC, o Programa caminha para crescente estabilização.

Essa fase inicial de ajustamento comporta alguns retoques no PADAP, que não chegam a alterar sua substância⁽³⁰⁾. Em primeiro lugar, pode ser notada uma redução brutal da pauta produtiva, que passa dos grãos e atividades complementares listados anteriormente, para uma singela produção especializada de soja, trigo, café e, mais recentemente, milho⁽³¹⁾. A redução foi derivada de diversos fatores, mas principalmente condicionada pela tecnologia disponível. Os produtos eleitos dis

(30) É interessante observar as diferenças entre o PADAP e o projeto piloto da CAMPO, que segue o modelo. O primeiro, de 1973, passou por uma série de retoques entre o plano e a operacionalização. O segundo, de 1980, coordenado parcialmente pelo ex-diretor da Ruralminas que implantou o PADAP, já vai apresentar as correções, fruto da experiência, etc. Ver relatórios da Fundação Rural Mineira, entre 1973 e 1982; ver Campo 1981, 1982.

(31) Diversos bens são produzidos marginalmente pelos colonos, como a batata inglesa, abacate, leite, etc. Mas não têm a expressão dos citados, e são geralmente atividades complementares, não essenciais. Em 83 e 84 houve um aumento razoável do plantio do feijão, substituindo o trigo na dobradinha com a soja.

põem de sólidas linhas de pesquisa e experimentação (ver Pastore e outros, 1982), de forma que sua adaptabilidade ao cerrado e conseqüente produtividade reduzem bastante os custos e riscos. Por outro lado, os equipamentos utilizados no manejo (plantio, carpa, colheita) desses produtos - exceto café - são comuns, reduzindo o volume dos investimentos fixos e aumentando a economia de mão-de-obra permanente e temporária.

Outros "ajustes e acertos" foram feitos nas obras de infra-estrutura, que previam a construção de 4 núcleos habitacionais para "operários rurais", com casas, área de 1.000 m² para cultivo de hortaliças e mantimentos, rede de água, esgoto, luz e outras coisas mais. Tais obras ficaram restritas ao estritamente funcional do ponto de vista produtivo, como as estradas, pontes e eletrificação. A parte, digamos, "social" do investimento foi sendo postergada, e, finalmente abandonada.

Um último ponto, ainda, foi revisto, no que diz respeito à origem dos colonos e à área ocupada. Na concepção original do Programa, a previsão era usar exclusivamente colonos não-mineiros, todos escolhidos pela CAC. As coisas começam a mudar a partir da pressão dos expropriados (ou "remanescentes"), que vão ganhando nos relatórios oficiais um espaço gradativamente ampliado. Em 1974 o relatório de "Informações Básicas" estabelecia 300 colonos da CAC e 80 produtores locais, "reintegrados na posse da terra". Um ano depois, os números foram invertidos, seriam 310 produtores locais e 90 colonos, quantidade que terminou por ser a base oficial para o Programa. Do total de 61 mil hectares desapropriados, aproximadamente 30 mil ficaram para colonos e CAC, o restante com os agricultores locais, seus proprietários originais.

Ressalvados esses ajustamentos, o PADAP passou a ser o modelo de exploração moderna bem sucedida na região dos cerrados. A produção e a produtividade cresceram bastante, em prazo curto, e, em pouco tempo a lavoura extrapolou os limites das áreas originais, incorporando mais terras à cultura de grãos. A arrecadação dos municípios envolvidos cresceu (conforme EPAMIG, 1979 e França, 1984) trazendo para o Estado os dividendos do seu investimento. O consumo de máquinas agrícolas, elemento importante para avaliar a relação da agricultura com o setor industrial mais dinâmico, continua em progresso.

Ainda pode ser observado o gasto de insumos na região do PADAP. Embora não tenha conseguido quantificar exatamente o uso de defensivos, foi possível fazer uma estimativa razoável (a partir de diversos indicadores) do gasto de adubos e fertilizantes. Conforme o documento "Projeto Cerrado", de 1979, cada hectare modernizado de cerrado consome no espaço de 5 anos um total de 8 toneladas de adubos e fertilizantes, o que significa um consumo desses produtos equivalente a 80% do peso bruto da soja (solteira) produzida nesse espaço de tempo, e a 42% do peso bruto do milho, nas mesmas condições (32).

Dessa forma, o efeito do Programa sobre a economia inclusiva é bastante grande. São beneficiários, segundo França (1984), o Estado, a indústria de máquinas e fertilizantes e a indústria de transformação de alimentos que, segundo Nabuco Palhano (1982), exige sempre um produto homogêneo:

"O nível relativamente elevado de tecnologia processadora de alimentos exige que a matéria-prima a ser processada seja homogênea e de oferta estável e crescente. Este fato determina a necessidade de que os produtores desta matéria-prima ampliem seus níveis de absorção tecnológica."

Noutro plano, é beneficiária a cooperativa, que faz a venda exclusiva de insumos e a recepção exclusiva da produção. A aquisição dos grãos em regime de consignação, reduz (ou elimina) a margem de risco da Cooperativa, já que a CAC não compra a produção, mas a recebe sujeitando o pagamento à venda posterior (33).

Por último, os colonos da CAC conseguiram vantagens com o Programa. Em sua esmagadora maioria foram transferidos de São Paulo e Paraná, onde, em maioria, já eram agricultores. (Tabela I.3). Com as condições de crédito (inicialmente PCI, depois POLOCENTRO) oferecidas no Programa, que contemplava compra de maquinário, correção de solo e custeio agrícola, os colonos capitalizaram-se. Deve ser notado, que o uso do crédito não foi apenas para apoio, do tipo crédito de custeio, mas o financiamento integral, ao qual todos os cooperados recorreram (Tabela I.4).

(32) Em outras palavras, para produzir 1 kg de soja é preciso gastar 0,8 kg de calcário, fosfato e NPK,

(33) Ela faz adiantamento sobre a produção depositada, para ser futuramente descontado.

TABELA I.3: Atividades Exercidas e Tamanho das Propriedades dos Cooperados da CAC/PADAP na Região de Origem

ESPECIFICAÇÕES	PERCENTAGEM DE PRODUTORES (%)	TAMANHO MÉDIO DA PROPRIEDADE (ha)
Trabalhavam em propriedade da família	37	75
Proprietários e arrendatários	17	178
Proprietários	23	75
Arrendatários	3	100
Arrendatários e trabalhavam na propriedade da família	3	48
Exerciam atividades fora da agricultura	17	-

FONTE: França, 1984:58

TABELA I.4: Utilização de Crédito Rural pelos Produtores do PADAP, Cooperados e Não-Cooperados - 1977

PRODUTORES	S I M (%)	N Ã O (%)
Cooperados	100	0
Pequenos proprietários locais	32	68
Médios proprietários locais	54	46
Grandes proprietários locais	70	30

FONTE: Epamig, 1979:35

Deve ser notado (conforme observa Guedes Pinto, 1981) que nessa época os programas de crédito não tinham caráter inteiramente subsidiado⁽³⁴⁾. Embora alguns itens fossem inteiramente subsidiados, com juros nulos e carência, isto não era comum a todos os itens financiados. Esta é uma razão que levou os produtores assentados a esmerarem-se na produção, presos ao acicate dos financiamentos de um lado, e ao baixo retorno inicial das lavouras no cerrado, de outro. Não foi, portanto, muito tranquilo o deslanche inicial do Programa. Segundo os

(34) O subsídio aparece na diferença entre a inflação do período e a taxa de juros dos financiamentos.

técnicos que participaram da montagem do Programa, diversos colonos pensaram em desistir, diante do peso das dívidas. Desfrutando do apoio e do estímulo da CAC, no entanto, muito poucos colonos realmente desistiram. Além do armazenamento e comercialização, a cooperativa forneceu as condições de sociabilidade, a liberação de adiantamento sobre a safra colhida, as indicações precisas para o manejo das plantações e sobretudo, supriu as deficiências da rede bancária na liberação automática dos créditos de custeio, na compra de insumos a prazo, etc.

Noutro aspecto ainda - a pesquisa - o projeto foi eficaz. Os campos de experiência e demonstração da CAC e EPAMIG forneceram desde 1974 quase todas as informações necessárias ao agricultor cooperado. O Informe Agropêcuário (nº 50, fev. 1979) através de entrevistas com colonos fornece preciosos aspectos daquela agricultura no estágio inicial. A reportagem é uma entrevista simultânea com dois cooperados discutindo questões relativas ao aumento da produtividade do trigo. Lá aparecem as dúvidas e as experimentações dos dois, deixando transparente a importância vital da pesquisa, e, sobretudo, da adaptação da pesquisa a cada propriedade específica, onde a criatividade e arrojo individual do produtor devem fazer-se presentes.

A relação do colono com a assistência técnica, do ponto de vista desta, também foi sempre bastante proveitosa. É o que chamam de agricultor "aberto às novidades", sempre pronto a aceitar modificações na sua lida com a terra, mesmo que isto implique em aumento dos custos, se trouxer retornos compensadores. Para os técnicos, os colonos representam agricultores-modelo, aptos e receptivos:

"Com o desenvolvimento do Programa, observou-se que o colono de origem japonesa se adaptou inteiramente à situação, fazendo uso integral de todas as vantagens oferecidas e oferecendo, em contrapartida, uma excelente utilização da terra com elevados retornos em produção." (EMATER São Gotardo, 1982)

Utilizando desses benefícios e vantagens os colonos capitalizaram-se em prazo curto, aumentando o volume de sua produção e a área de terras ocupadas. Um sinal bastante evidente disto é a quantidade de equipamentos e máquinas utilizadas por propriedade, que supera em muito a média brasileira (Tabela I.5). Considerando a capitalização prévia dos colonos (Tabela I.6), o enriquecimento é muito evidente.

TABELA I.5: Principais Equipamentos Agrícolas Existentes nas Propriedades dos Cooperados da CAC-PADAP. Julho 1983

ESPECIFICAÇÃO	RELAÇÃO EQUIPAMENTO/PROPRIEDADE			
	Propriedade entre 0 - 100 ha	Propriedade entre 100 - 300 ha	Propriedade entre 300 - 500 ha	Propriedade de mais de 500 ha
Colhedeira	0,25	0,80	1,30	2,40
Trator	1,00	2,60	3,80	8,60
Caminhão	-	0,90	1,80	2,60
Caminhonete	0,25	0,70	0,60	1,60
Grade	1,00	2,00	2,80	5,20
Arado	1,00	1,70	1,70	3,20
Plantadeira	1,00	2,10	2,80	3,80
Pulverizador	1,00	1,50	1,70	2,40

FONTE: França (1984:61)

TABELA I.6: Capital Trazido pelos Cooperados da CAC para o PADAP

ESPECIFICAÇÃO	PERCENTAGEM DOS PRODUTORES
Capital para compra da terra	83
Dinheiro para custeio inicial	20
Colhedeira	10
Trator	33
Conjuntos de irrigação	3
Grades	30
Arados	26

FONTE: França (1984)

Assim, a situação dos colonos apresenta francos sinais de progresso não só em relação a seus vizinhos, como ao conjunto da agricultura mineira. Eles hoje, em sua maioria, moram em São Gotardo e ocupam-se das chamadas tarefas administrativas, sendo raros os que lidam diretamente com as máquinas e plantações. Em quase todo lote há um administrador (que na maioria das vezes mora também na cidade) que gere o processo de produção, e uma quantidade de trabalhadores permanentes proporcional ao número de tratores, ou pouco mais que isso.

No que respeita à população proprietária anteriormente estabelecida na região e objeto dos próximos capítulos, a situação é bastante diferente. Na implantação do Programa foram objetos de "ajuste e acertos" até receberem a reintegração da propriedade, passando desde então a serem oficialmente também "população-programa". Mas isto foi uma formalidade. Na realidade receberam tanta atenção quanto a população extra polígono. Apesar de serem obrigados, como condição de devolução da terra, a explorarem "racionalmente" suas terras, jamais receberam qualquer cuidado oficial que sugerisse aquela intenção.

É nesse sentido que vale a pena ser apontada uma curiosa formulação que acaba por ser elaborada, principalmente pela EMATER. Apesar de serem oficialmente participantes do programa, os proprietários locais, chamados também de "remanescentes", jamais tiveram a seu dispor um esquema de assistência técnica e extensão rural que levasse a sério viés cultural e produtivo daquelas propriedades. Enquanto os colonos da CAC, de origem japonesa, receberam transplantada para sua nova região a célula-mãe da sua organização produtiva e cultural - a cooperativa - os mineiros, pelo contrário, tiveram destruídas ou desvalorizadas suas referências culturais, sociais e políticas. São duas situações radicalmente opostas.

Para as avaliações oficiais do Programa, no entanto, esses dados não pesam. Segundo elas, os produtores locais excluíram-se da modernização (o que é apenas parcialmente correto) e isto é brandido como o argumento decisivo para que aventuras com esses produtores sejam vistas sempre com muitas ressalvas⁽³⁵⁾. São entendidos como pessoas de "aspiração limitada", sendo mais recomendável para eles um trabalho educativo (no sentido de levá-los a compreender a importância do crédito, da cooperativa e da modernização) que propriamente a adoção de programas de apoio do tipo PADAP.

Os proprietários locais, em raros casos, conseguiram acumular capital em nível próximo aos colonos. Suas explorações, em geral, permanecem no essencial dedicadas à pecuária e atividades diversas. A força de trabalho familiar é a principal

(35) Ver por exemplo, Valério e outros (1979) e EMATER SÃO GOTARDO (1982), entre muitos outros.

fonte de mão-de-obra em quase todas as fazendas e o nível da renda familiar ultrapassa em muito pouco o ganho médio de uma família de colhedores de café (na safra). Se construirmos para esses proprietários uma tabela equivalente à citada sobre os colonos, teríamos a seguinte situação:

TABELA I.7: Equipamentos Modernos nas Propriedades "Tradicionais" da Região do PADAP - Julho/1984

ESPECIFICAÇÃO	RELAÇÃO EQUIPAMENTO/PROPRIEDADE			
	0 - 100 ha	100 - 300 ha	300 - 500 ha	mais de 500 ha
Colhedeira	-	-	-	-
Trator	-	0,1	0,5	1,0
Caminhão	-	-	-	0,3
Caminhonete	-	0,3	-	1,0
Grade	-	0,1	0,5	1,0
Arado	-	0,1	0,5	1,0
Plantadeira	-	0,1	0,5	1,0
Pulverizador	-	0,1	-	0,6

FONTE: Pesquisa de Campo

Existe então uma diferença enorme entre os cooperados e os proprietários locais. Não cabe, a meu ver, discutir esta diferença exclusivamente a partir da ótica excludente do Programa, restringindo as observações à concepção elitista do PADAP. Acredito que esta concepção é parte do conjunto de políticas que encontra na sua operacionalização o limite concreto representado por uma forma específica de organizar a produção e a vida.

CAPÍTULO II

OS FAZENDEIROS MINEIROS

"Ser fazendeiro é isso: é tã sempre fazendo".

1 Um Fazendeiro

"- Nasci vizinho aqui na roça. Desde pequeno, nasci e criei na roça, e sempre lidei com roça. Comecei a trabalhar acompanhando meu pai para a lavoura. Trabalhava na enxada, né?

Meu pai tinha um pedacico de terra, mas eu mesmo nunca herdei nada. Eu ganhei uma herancinha que meu pai deixou. Mas até deixei com meus irmão lã, porque eles é mais fraco. Nós são em cinco filho e ficou com eles. Tudo que eu tenho foi tirado no braço. Hoje eu tenho 450 hectares, umas 300 rês, trator, arado e grade e nunca precisei de banco, não devo nada a ninguém.

Depois que meu pai morreu - ele morreu em 52 - eu fiquei chefiando a casa de minha mãe. Eu tinha 17 ano. Eu trabalhava na roça mesmo e sustentei a casa e criei os irmão. Eu fazia roça de mantimento; de feijão, arroz e milho. Criava uns porco, uns bezerro. Fazia roça de meia. Carreava com carro de boi, essas coisa. Fazia todo serviço.

Eu vi que daquela maneira estava difícil de romper. Aí eu procurei entrar numas catira, fazia umas compra de rês, uns negociinho, isso foi em 57. Foi quando eu casei. Eu continuei tocando essa vida de ir para a roça com a enxada nas costa. Tinha que manter a família, né? Aí eu fazia as meia, produzia os mantimento, trabalhava a dia e fazia negócio.

Eu vi que os negócio de catira estava bom; estava indo prá frente. E também comprava uns bezerro, amansava, virava boi eu vendia, comprava outros bezerro. Arranjava dinheirinho emprestado aí por perto, vencia aqui eu pegava ali, fui mexendo. Comprava e vendia, tirava uma beiradinha para a gente também, né?

Comprei um pedacinho de terra em 62. Com esse negócio, de trabalhar fazendo rocinha na meia, comprando e

vendendo bezerro, amansando boi. E fui comprando terra. Trabalhando também direto, não parava nem domingo. Fui comprando os pedaço de terra. Dessa fazenda aqui eu tenho mais de 20 escritura. A terra toda que eu tenho eu consegui com esforço próprio.

Hoje é mais difícil de conseguir terra, mas o povo também é mais preguiçoso, né? E mais gastador também. O que eu ganhei, botei em terra. A única terra que eu vendi foi sete alqueire para meu filho. Quando eu vendo aqui, eu compro ali. Eu gosto de comprar terra, porque a terra valoriza muito. As duas coisa melhor que existe para gastar o dinheirinho da gente é terra e gado. Terra é melhor, porque a terra valoriza muito. O fazendeiro ganha mais na valorização. É mais seguro. O patrimônio cresce sozinho, enrica sem nem saber porque. O gado pode dar uma esfriada, essas coisa. Terra não. Terra não atola e não pega doença. O fogo passa nela e não fica nada, mas logo vem outra vez. Terra é a melhor garantia que tem.

(...) Aí eu ia fazendo mais negócio, né? E parei de trabalhar nas meia. Eu fiquei trabalhando para mim. E a terra que eu tinha já dava para o serviço render mais, e dava para aumentar as criação.

Eu crio, faço catira, faço todo negócio. Eu tiro um leitinho, vendo uma parte para a Nestlé, uma parte eu faço queijo, outra parte eu vendo na rua. Nós faz um cavão, às vez aluga o trator para o serviço dos outro, vai eu ou meu filho.

Mas trabalho direto. Eu não tenho medo de enfrentar o serviço: eu não sou mole, eu sou trabalhador. Levanto as três hora da manhã e empurro para o serviço a turminha que me ajuda, e os negócio têm que ir prá frente. Agora, ficar aí com a mão virada para cima, não vai cair nada na mão dele não.

(...) Meus filho trabalha comigo, até os mais pequeno. Eu puxo os filho para o trabalho. Capina, mocha bezerro, carrega esterco, tira leite. Desde pequeno. Aí o tempo que a gente vai pagar os de fora, os de casa faz. São bons vaqueiro, sabe fazer qualquer serviço em fazenda. O dia que eu pago para esses peão de hoje eles não vale. É quase que dinheiro gasto à-toa. Com esses peão tem que vigiar e dar o exemplo."

Esse fazendeiro é assim: uma pessoa antes de tudo ligada ao trabalho. Os atos da sua vida são relacionados ao trabalho produtivo, às operações concretas realizadas por suas mãos.

Foi através do trabalho que se fez pessoa e cidadão. Com

seu esforço, sustentou, na juventude, a mãe e os irmãos, assumindo a principal das funções do pai, o trabalho diário de fazer continuar existindo a família. Substituindo o pai, deixando de ser ajudante e aprendiz, ele entra na idade adulta por meio do trabalho.

O seu próprio trabalho é também a fonte de distinção dos outros, os não trabalhadores. Esse esforço dimensiona ao mesmo tempo o seu mundo, o do trabalho, e o mundo de uns outros, do não-trabalho. Mas é, sobretudo, a forma de se localizar no mundo, como indivíduo que se construiu através da atividade produtiva.

O mundo desse fazendeiro alcança a realização no trabalho por ser a condição de enriquecimento. A dedicação da vida à produção traz a recompensa, e esta explica aquela. A riqueza presente, expressa na propriedade, é a materialização do trabalho. Nesse sentido a riqueza é digna, foi conseguida através de meios nobres, mas, principalmente, conseguida através de esforço pessoal. Associar riqueza e trabalho qualifica o locutor ainda em outro sentido. Ele não só trabalhou - quando outros não trabalharam - mas conseguiu a riqueza com o trabalho, o que outros não conseguiram. Isto demonstra sua capacidade especial, a sua habilidade.

A acumulação é realizada com o trabalho e é o resultado máximo que se consegue com ele. A riqueza - o patrimônio - especifica sua situação como homem do mundo. E a evidência maior da afirmação da humanidade está na propriedade territorial. A terra - a fazenda - é ao mesmo tempo meio e fim. Meio de gozar a autonomia, deixando de ser meeiro aos poucos, e de situar o rebanho das crias e catiras. É o meio de ganhar mais dinheiro. Mas é também o fim de um determinado esforço útil, que sai do "abstrato" dinheiro circulante - em negócios ou em préstimos - e ganha a concretude da propriedade. A terra assim é patrimônio: ponto final de um trabalho passado, base da acumulação futura.

A propriedade define ainda uma posição na sociedade. Qualifica o proprietário como patrão, reinserindo-no no mundo do trabalho em outra condição, que dota esse fazendeiro do poder de comandar o trabalho dos outros. Ele se apresenta ao mesmo tempo como patrão e trabalhador. É patrão por dispor de capital, daí ser o dono do poder de mando. É trabalhador, pela

continuação na jornada e fornecimento do exemplo (o animador da "turminha"), que do seu ponto de vista, hierarquiza as relações dentro da fazenda, que se definirão, principalmente, no aspecto das competências e capacidades específicas.

A dupla vivência desse fazendeiro elimina toda a ambigüidade que poderia ter sua relação com os trabalhadores. Sua presença no trabalho, seu patrimônio em trabalho, sua humanidade formada pelo trabalho qualificam-no para reduzir a relação patrão-empregado ao dilema trabalhador-não trabalhador. O peão, visto pelo fazendeiro, antes de ser um trabalhador-para-os-outros é um não-trabalhador. Do trabalho ombreado e do passado de esforço nasce uma definição: a origem da hierarquia não está na relação proprietário x não proprietário, mas na relação competente x incompetente.

Ser patrão, também é uma forma de expressar sua independência. Seu passado de meeiro ou alugado, subordinação do seu trabalho ao interesse de outros, desaparece quando a propriedade da terra e gado vão criando as condições para desfrutar da autonomia. E ela não é expressa apenas diante dos ex-patrões: vale para todas as outras pessoas e instituições extra-família.

Esse fazendeiro também é afirmativo em relação as suas origens. É um homem da roça, conforme afirma, com toda a positividade que tem o termo para ele. Sabendo que tem essa formação, possivelmente pejorativa para o entrevistador, insiste em afirmá-la exatamente porque sendo quem é, superou os limites que a origem colocaria à acumulação.

Sendo homem da roça e de origem modesta, mais avulta a importância do patrimônio que conseguiu formar, através do trabalho, da habilidade e da economia. A rusticidade da vida é uma das condições da fortuna. Trabalho duro, esperteza e poupança: não refuga trabalho, não vira as costas às oportunidades e guarda tudo que pode ganhar. Assim construiu o patrimônio.

Mesmo rico, a diversificação das atividades não cessa. Suas ações são muitas, vão da produção ao comércio, absorvendo tanto quanto possível as funções do intermediário comerciante. Isto, por certo, não o coloca como modelo exato de racionalidade capitalista, ação que se define geralmente como a

busca da eficiência, que quase sempre está associada à especialização.

Dessa forma, o fazendeiro é um empresário especial. A ação de ganhar dinheiro desvia-se em muitos momentos de um curso estabelecido, a pecuária, para entrar no negócio de carvão, na venda direta de leite e queijo, na prestação de serviços a terceiros. Não há, do seu ponto de vista, um caminho obrigatório; apenas a vontade de ganhar dinheiro rege essas ações. Em determinado momento pode pular de uma a outra atividade, com possível prejuízo da atividade central. É um empresário diferente.

Trabalhar, acumular, comprar terra e ser patrão. Trabalhador, patrão, proprietário, homem da roça, habilidoso, produtor e negociante; em torno desses conceitos gira esse mundo fazendeiro. Exatamente a partir deles é que poderemos buscar compreender sua inserção no mundo industrial urbano e sua forma particular de organizar a produção e a vida.

2 Os Fazendeiros Mineiros

Os cerrados do Alto Paranaíba são grandes extensões de terra plana, são tabuleiros, chapadões entremeados de vales com nascentes de córregos ou rios. Dos fundos das grotas aos tabuleiros existe uma declividade variável, mais ou menos, acentuada. Podem haver vales inteiramente íngremes, e outros com várzeas de aguadas. As partes mais próximas às águas, terrenos de maior fertilidade natural, são cobertas de vegetação arbórea; árvores altas, retilíneas e espaçadas, quase semelhantes a uma floresta. São chamadas de "cultura"(1) pela sua propriedade natural para o cultivo. Pela declividade, as culturas em geral são denominadas também como terras "tortas"(ou "desconsertadas") em oposição ao campo - sujo ou limpo - do chapadão, geralmente "consertado".

(1) Cultura designa um solo de boa vegetação arbórea e aptidão para lavoura, no sentido corriqueiro. Também nesse sentido, "cerrado" é qualquer vegetação mais fraca que a cultura em fertilidade e formação vegetal. Tomada no sentido coloquial, a palavra "cultura" é oposta a cerrado, mas, como zona ecogeográfica, a região dos cerrados inclui as áreas de cultura. No correr deste texto cerrado e cultura serão usados da mesma forma que os naturais da região usam, isto é, os dois como lugares diferentes. Quando for necessária será feita a distinção técnica entre as diversas gradações.

As culturas justificaram a ocupação histórica da região. Terra fértil, as árvores eram derrubadas e queimadas para a formação de lavouras e pastagens. Depois da queimada brotavam capins como o provisório - ou jaraguã - e o gordura - ou meloço - de pastejo bom e certa capacidade de suporte de rebanhos. Durante dezenas de anos as terras do cerrado mineiro foram ocupadas dessa forma.

A lavoura foi feita nas terras baixas, terras de cultura, que não demandavam adubação e podiam ser plantadas por anos seguidos. Quando o plantio exaure a terra, as cercas são abertas e a terra cedida ao pastoreio; nova área de cultura é cercada, feita a derrubada à base de machado e fogo, novamente plantada por anos. Também na "cultura das vertentes" os fazendeiros e sitiantes manejam seu gado, de verde a verde, entre um tempo-de-chuva e outro tempo-de-chuva.

No Alto Paranaíba, o cerrado mesmo, nunca foi coisa de muita valia. Os campos - sujos ou limpos - e o cerrado mais fraco eram queimados nos meses de agosto ou setembro, no pico da seca. Em todas as duas formações há presença de certa forrageira, dita capim-do-campo, que possui valor nutritivo muito baixo. Depois de adulto, o capim-do-campo é fibroso e pouco palatável, segundo os veterinários. Mas queimado na seca brota cedo, graças a sua rusticidade. Já em agosto surge tenro, bastante apreciado pelo gado. No alto da seca os criadores cultivavam seus animais no cerrado, que garantia o pasto verde fora de estação.

O uso do pasto no cerrado trazia para o criador a possibilidade de dar pousio às culturas durante uns tempos. Vedado, livre dos cascos do rebanho, o capim da cultura podia crescer, sem ter os talos podados desde o chão, garantindo o pasto para a outra seca:

"- O cerrado, num determinado tempo, uns três meses de inverno, eles colocavam gado. Vamos pensar um fazendeiro que tinha aí 40, 50 cabeça, na época, ele tinha uma parte de cultura e uma parte de cerrado e ele manejava o gado o ano quase todo na cultura, e no fim da seca ele botava prá o cerrado, prá comer o broto. Se ele não tivesse cerrado, não usasse a terra de cerrado, isso prejudicava o manejo da fazenda dele. Se ele não usasse a terra de cerrado prejudicava, não tinha tempo que vedasse aquela terra. Ela ficava sempre com o pisoteio do gado e a terra de cultura é mole, então a vaca estraga tudo. Então o gado tem que sair da cultura pelo menos uns 2 meses.

Se deixar, o gado sente bem, mas a terra vai se acabando. Geralmente nossa terra de cultura é muito caída e fofa, então a vaca pisa, escorrega e arranca o capim e acaba com o pasto. Sempre todo mundo tem que usar o cerrado. Os que não usaram, as terras não aguentaram muito bem o gado."

O cerrado, apesar de sua desimportância, era parte complementar significativa na organização da produção.

Ocorre que esse uso não sera suficiente para dar preço ao cerrado. Segundo um técnico, por pouco dinheiro se comprava essa terra:

"- No cerrado a criação era extensiva, largada, se desse bem, se não desse também estava certo, sem nenhum custo para eles. Então essa terra não tinha valor, nem para alimentação do gado, nem também valor de venda, valor em dinheiro. Então tinha essa terra sub-aproveitada, desconhecendo o potencial que tinha para a agricultura. A negociação do cerrado era muito difícil, porque o pessoal remanescente, produtor assim, pê-duro aqui da roça, eles não davam valor, o que eles queriam era alí, uma invernadinha. Então numa propriedade de uns 100 hectares ele estava explorando 10% dessa propriedade, as pastagens nativas da beirada dessas veredas de nascentes, o provisório, meloso."

Por ser sistematicamente queimado, o fazendeiro fazia apenas a cerca divisória de sua cultura, aceirava-a, para que o fogo não descesse para as terras mais férteis e deixava o resto - o cerrado e o campo - nas mãos de Deus. Quando um fazendeiro incendiava seu chapadão, o fogo ia até o limite dos aceiros, queimando a sua terra e as de vários outros vizinhos ao mesmo tempo. Ficava caro gastar arame e moirões em cerca divisória de cerrado, que não valia o arame gasto para cercá-lo. Em certas áreas do Norte de Minas é comum, até hoje, o fazendeiro fazer o cálculo: gasto em cerca x compra da gleba vizinha, e optar pela última que tem um preço apenas levemente superior ao gasto de cercamento. Nessas condições, o chapadão era muitas vezes usufruído em comum, considerado parte acessória e menos significativa da fazenda.

Embora não existam evidências documentais, além do depoimento dos entrevistados, que permitam a generalização da afirmação, a aquisição da propriedade parece não ter sido muito difícil até a década de 70 pelo baixo preço da terra na região do PADAP. Lá, pessoas de pouca riqueza têm ainda a propriedade da terra. Não se trata de afirmar que a estrutura

fundiária era (ou é) democratizada ou coisa parecida, mas sim que a apropriação era relativamente menos difícil se comparada com a fase de estabilização do Programa. Houve alta de preço derivada das obras de infra-estrutura, da especulação fundiária e da própria viabilidade do projeto modernizador.

A grande maioria dos fazendeiros e sitiante da região foram (ou são), compradores de terra. Lançados na vida, os filhos entravam no mundo do trabalho como meeiros⁽²⁾, plantando em terra de fazendeiros médios ou grandes que dispunham de recursos para custear a limpeza e as sementes necessárias. A meia em terra dos outros foi o principal meio para se conseguir terra própria. Depois de alguns anos de trabalho, uma boa safra permitia a aquisição do primeiro sítio. Continuando na meiação, o patrimônio em terra e gado podia ir crescendo, até atingir uma certa dimensão, onde a atividade central passava a ser a pecuária leiteira. A agricultura ia passando a um papel secundário, às vezes mais para satisfação das necessidades de consumo da família que para comércio. Com a herança do pai ou do sogro, ou dos dois, mais terra podia ser agregada ao patrimônio.

Também ainda é comum na região, os filhos que não conseguem adquirir terra ocuparem um pedaço da gleba do pai. Mas não ocupam como moradores apenas. Mesmo que a terra não tenha sido doada para o filho, ele sempre se ocupa, depois que resolve virar criador, do trabalho na terra, às vezes como sócio em roça ou gado, ou como autônomo, mas dificilmente como empregado. Esta solidariedade entre parentes e vizinhos é comum em todos os vales do PADAP. Todo fazendeiro é cercado de parentes, com os quais mantém contato e intercâmbio de negócios e experiências.

(2) Esta informação é diferente das afirmações contidas no trabalho de França (1984), que mostra a pouca expressão da parceria nos municípios do PADAP, baseando-se em dados da FIBGE. Esta diferença deve-se obviamente às fontes utilizadas e ao período analisado. Excetuados os proprietários que herdaram a terra, a totalidade dos outros entrevistados afirma ter conseguido a propriedade pelos meios descritos nesta página e nas seguintes. Muitas vezes o fornecedor da meia, o proprietário, era parente próximo (sogro, por exemplo) do lavrador. Mas a maioria dos entrevistados conseguia a parceria era mesmo em terra de proprietários mais abastados, não-parentes. Para uma discussão sobre parceria no Brasil, ver Loureiro (1977). Uma descrição das relações de parceria no Centro-Oeste encontra-se também em Brandão (1982).

Algumas fazendas são inteiramente herdadas. Nos casos em que o pai possuía muita terra (geralmente várias centenas de hectares), era possível ao filho (ou filhos), concentrar seus investimentos apenas na compra de gado, ou benfeitorias. O tamanho da terra dava espaço ao pai e aos filhos para explorarem uma mesma fazenda, naturalmente usando currais separados, pastos separados, rebanhos e roças distintos. Quando em sociedade, a parte de cada um era observada de forma que o filho constituía uma unidade familiar e produtiva autônoma, todos fazendeiros.

Chama-se "Fazendeiro", na região, não apenas a pessoa que possui terra. Fazendeiro, assim chamado e auto-denominado, é um cidadão que possui uma certa quantidade de terra suficiente para o sustento da própria família com pecuária, que lida com gado como principal forma de ocupação e, principalmente, não trabalha para outros, apenas para si próprio. Essa área de terra varia em tamanho pela qualidade, e não é o tamanho o definidor da denominação: é a identificação com a pecuária leiteira, ou de corte, esta mais rara.

O universo fazendeiro é diferente do das outras categorias de proprietários. O fazendeiro se diferencia e é diferenciado do sitiante. Este é um pequeno proprietário que mesmo tendo rebanho, não se ocupa fundamentalmente dele. Sua ocupação principal é sempre a roça, em terra própria e dos outros. A pequenez da terra não comporta, geralmente, rebanho suficiente para suprir uma família, e a escassez de recursos não permite um melhoramento das pastagens, necessário para comportar maior rebanho. Para melhorar o pasto, o sitiante teria de desfazer-se do rebanho e talvez até de parte da terra, e de nada valeria para ele possuir pastos melhorados sem gado. Com o PADAP, a diferença entre fazendeiro e sitiante foi ficando muito clara. Com a proliferação dos cafezais e de outras culturas dos colonos no chapadão, o sitiante é o proprietário que colhe café nas propriedades modernizadas e realiza outros serviços para fora, ocupando-se muito pouco de sua gleba.

Fazendeiro também é o termo que serve para compreender e diferenciar os proprietários mais antigos dos novos colonos. Quase que indistintamente, o colono do PADAP é chamado de "japonês" e o "japonês" nunca é chamado de fazendeiro. Quando isto, acidentalmente, chega a ocorrer, o locutor imediatamente

diferencia a si próprio e a seus pares, colocando um qualificativo: viram os "fazendeiros mineiros", para se diferenciarem do colono, geralmente paranaense ou paulista.

Para os fazendeiros, "japonês" não possui fazenda: possui um "lote". Fazenda para eles é um lugar de morar, criar gado, plantar roça e sociabilizar-se. Fazenda é o lugar de viver e produzir, e consideram que o colono tem uma relação diferente com a terra. Nas suas propriedades, os colonos só plantam e constroem galpões para máquinas agrícolas, preferindo morar em São Gotardo. Daí classificarem a propriedade dos cooperados com o nome técnico que a Ruralminas deu, e que todo mundo mantém: o "lote":

"- Japonês mora em São Gotardo, pega a camionete e vem no lote, pergunta para o gerente: - 'Terra está gradeada? Soja está plantada? O trator tem óleo?' Aí ele pega a camionete e vai para a Cotia, conversar com os outros japoneses. Japonês não cria vaca, não cria porco e nem galinha. O japonês só planta soja, só."

Além do "japonês", os novos proprietários podem ser compreendidos por um outro apelativo: são os "paulistas". Este termo designa todos os proprietários que chegaram à região depois do "crescimento dos cerrados", compraram terras planas e plantam lavoura mecanizada. Pode ser uma pessoa ou uma empresa agropecuária, não importa. Nas referências, o "japonês" - sempre relacionada à exploração moderna da terra - aparece bem mais que o paulista.

As fazendas possuem instalações bastante rústicas(3). As casas são uma extensão do curral, ou vice-versa. A porta da sala geralmente dá direto para a principal repartição do cercado, onde o estábulo dos bezerros divide parede com o paiol, que guarda o milho na palha, e com a casa da máquina, onde fica a picadeira de ração. A casa e o curral são misturados, como a família e os negócios.

Em extensão ao curral estão a capineira e o canavial. Na capineira existem as variedades de capins africanos para arraçamento - Cameron ou Napier - que mantidos sempre perto do curral recebem, a cada corte, uma porção de esterco recolhido

(3) Brandão (1982) observa a mesma coisa no seu estudo sobre os camponeses goianos. A distribuição familiar do trabalho também é muito semelhante nos dois casos.

na hora. Desta maneira o serviço de coletar capim e arrastar o gado é conjugado com o de distribuir esterco, o que economiza bastante trabalho, e é muito satisfatório, se considerarmos que a grande maioria das fazendas são tocadas com o trabalho familiar.

Depois do curral e da capineira, nos beirais das aguadas, estão as roças. São nos fundos dos vales onde mais se concentra, ou concentrava, a fertilidade; é terra de cultura propriamente dita.

As roças dos fazendeiros nunca são muito grandes; vão de meio a dez hectares, quase sempre de milho, e a cada ano são mais reduzidas. Depois de colhido o milho, a roça é aberta para que o gado aproveite a palhada; em agosto e setembro é esvaziada para ser capinada, ou arada, e novamente plantada. Como o pastejo do gado na seca geralmente leva sementes de capins para a roça, adubadas, que nunca são inteiramente eliminadas na capina, ela cumpre dupla função: fornecedora de grãos no verão e reserva de forragens no inverno. Quando a produtividade da roça vai decaindo, independente da escassez de chuvas, o fazendeiro transforma aquele trecho em piquete para o rebanho e cerca uma nova área, de preferência próxima à água para fazer uma nova sementeação.

3 A Produção Fazendeira

A colonização é um marco na vida dos fazendeiros. O ano de 1974 é o divisor para muitas coisas, boas e más. Esta ruptura pode ser captada nos depoimentos, separando o "antes" e o "depois" como dois tempos diferentes⁽⁴⁾. A referência genérica ao passado sempre diz respeito ao período anterior ao Programa, identificado geralmente com a grande produção das roças.

Sempre que falam das lavouras antigas, os fazendeiros acentuam a fartura. Ela não se refere apenas à quantidade de bens colhidos, embora este aspecto seja muito importante. A abundância é relacionada também com a variedade de bens, a regularidade das safras e a facilidade de encontrar mão-de-obra

(4) Sigaud (1977 e 1979) é um dos autores que desenvolve análises sobre o tempo histórico entre populações rurais. Este assunto será novamente estudado nas partes seguintes.

para produzir, coisa que, segundo eles, de ano para ano vem desaparecendo na região. Os fazendeiros reproduzem com muita facilidade as safras de 10, 15 anos passados, apontando as culturas, a área plantada, o total colhido. As safras passadas eram maiores porque a área plantada era maior, a variedade de plantas era maior e o tempo corria, dizem eles, como um relógio(5).

Antes do programa, o fazendeiro dificilmente fazia pouca roça, e sozinho. As roças eram em parte feitas em regime de meiação, com vários meeiros numa só propriedade. A meia era a oportunidade dos sitiantes produzirem mais e aumentar sua terra. Disposto de poucos recursos para tocar lavoura, o sitiante era ligado ao fazendeiro que fornecia terra limpa e sementes. Por outro lado, o trabalho na meia dava ao sitiante a autonomia que necessitava para cuidar de suas próprias terras, lavouras e rebanhos, já que não existia um vínculo permanente entre as partes contratadas. Não é por acaso que muitos fazendeiros quando referem-se ao passado, exaltam o seu antigo trabalho como meeiros, o que não é tão valorizado quando se trata de um trabalho assalariado passado.

A meia para os proprietários era também muito importante. Quando faziam lavoura, geralmente era uma parte só para eles e uma parte na meia. Na parte meiada, embora houvesse o desembolso para a limpeza da terra e para o fornecimento de semente, não se pagava o plantio, a colheita e, principalmente, os tratos culturais, o que diminuía os gastos monetários da lavoura, que mesmo sendo relativamente baixos para uma safra potencial, eram e são significativos em face dos desembolsos médios que se costumam fazer. Na roça plantada pelo proprietário geralmente usava-se complementar o trabalho familiar com o trabalho de diaristas, também contratados nos sítios das vizinhanças.

Na fala do fazendeiro, antigamente, o trabalhador diarista sempre estava próximo e à disposição. Com a chegada do Programa, este trabalhador vizinho e disponível desapareceu, para dar lugar a um diarista desconhecido, raro, caro, "pregui-

(5) Pode existir uma grande dose de idealização desse passado. Mas em relação à produção de alimentos, diversas evidências apontam para a confiabilidade das informações. Um trecho determinado produzia por anos seguidos uma safra definida, mensurável no carroto e no armazenamento.

çoso e respondão". A implantação do PADAP colocou um fim nesta relação entre o fazendeiro e o sitiante, pois hoje a família sitiante em grande parte trabalha nas roças dos colonos. Não dispondo mais desse reservatório de mão-de-obra, por incapacidade de concorrer com as diárias pagas pelos cooperados, impossibilitados, na maioria das vezes, de contratarem "na carteira" trabalhadores assalariados, os fazendeiros que já usavam bastante a mão-de-obra familiar, ficam cada vez mais restritos a ela.

Antigamente havia também variedade de gêneros produzidos. Como hoje, o principal produto era o milho. Mas, além dele havia fundamentalmente o feijão, que, desde uns anos vem desaparecendo rapidamente da pauta de culturas. O arroz teve reduzida a área de plantio pela quantidade de mão-de-obra que demanda. O arroz de brejo, no período de novembro-dezembro, gasta muito trabalho na limpeza, que deve ser delicada e criteriosa para não prejudicar a planta.

Coincidentemente, nessa época, os colonos contratam trabalhadores para alguma cata na soja. Mesmo que usem herbicidas, costuma haver uma certa incidência de ervas entre a soja. Para uma ação eficaz da colhedeira e um produto homogêneo, quando é verificada certa invasão de plantas estranhas na cultura de soja, os colonos contratam trabalhadores para fazerem uma capina manual nas plantações, pagando "dia-de-salário", com transporte. Nesta fase não há emprego em quantidade equivalente ao da panha de café, mas o uso da mão-de-obra, segundo os fazendeiros, é suficiente para drenar os disponíveis no mercado. Na coincidência de uso de mão-de-obra é a lavoura de subsistência que perde a concorrência, e fica reduzida aos limites da mão-de-obra familiar.

A chegada da colonização à região provocou ou acentuou diversos desequilíbrios que dificultam a vida dos fazendeiros e sítiantes. A "ocupação" do cerrado foi feita em grande escala, em área contínua, em prazo curto, com aplicação de um pacote tecnológico modernizador. E exigiu a destoca sistemática de grandes áreas para que viessem a ser ocupadas com o plantio das diversas lavouras. O desmate trouxe diversos prejuízos, desabrigando aves e outros predadores de pragas. Grande parte da área plantada é de soja, e embora ela tenha certo po

der para a regeneração de solos, por converter terras fracas em terras férteis, pela adição de nitrogênio e matéria orgânica, seu impacto sobre o meio ambiente é semelhante ao de qualquer monocultura. Substituída a vegetação nativa pela soja, principalmente, houve acentuado aumento das pragas da lavoura(6), algumas das quais ultrapassam a lavoura dos colonos e atingem as fazendas. Aqueles costumam defender suas plantações usando agrotóxicos, mas, para os criadores "tradicionais" não existe essa possibilidade. Primeiro, porque o equipamento e o veneno são caros, depois, porque suas roças são pequenas, e, por último, porque é perigosa e complicada a aplicação. As pragas, então, descem do chapadão e invadem as culturas das vertentes.

O pior problema do Programa para os fazendeiros foi a destruição da lavoura de feijão. Para isto existem três versões. Diz uma primeira que a monocultura estimula as pragas - o que é verdadeiro - e que estas proliferam em todas as direções, atingindo todas as lavouras que estão no seu raio de influência, particularmente uma planta sensível como o feijão. Uma segunda interpretação afirma que a soja traz consigo um fungo (ou vírus) que convive com ela sem prejuízo, mas é fatal para o feijão. Por último, há os que dizem que soja e feijão, na região, não têm qualquer incompatibilidade. Há, dizem, uma lagarta chamada "Elasno", que está presente em toda a região do PADAP - mas não por ação do Programa - que entra na planta e destrói sua brotação.

O fato, para os proprietários "tradicionais", é que a lavoura de feijão sumiu, e com ela uma parte da fartura:

"- Eu colhia bem feijão, nós parou de plantar feijão tem

(6) As variedades mais produtivas geralmente são as mais frágeis. A monocultura, como se sabe, estimula as pragas. Já no século XIX, Kautsky (1972) observava este fenômeno: "Se os modernos processos de criação de gado e de exploração diminuem a força de resistência das plantas e do gado contra os microorganismos que os ameaçam, o desenvolvimento moderno das comunicações permite a estes animais daninhos expandirem-se rapidamente e devastarem regiões inteiras. Os produtos tornam-se delicados ao mesmo tempo que o solo empobrece. Às despesas de estruturação vêm juntar-se as da profilaxia e, quando se recua perante essas despesas ou quando se não consegue aguentá-las, as más colheitas, as epidemias, danificando as plantas e os animais, completam a ruína do agricultor".

uns quatro ano. Parou porque plantava e não dava, sabe? Agora o japonês explicou prá nós a doença que dá no feijão. A doença eu não sei qual é, que o japonês não me contou direito qual é a doença. Eles é que planta feijão. Aí, quando o feijão adoce aplica o remédio para matar o incômodo, sabe? Antes, quando nós plantava, nós colhia aí 30, 40 saco de feijão, colhia arroz. Naquele tempo era muito custoso, botava dentro de carro de boi, em pescoço de burro, e levava no Ibiã prá veder no armazém lá. Acabou o feijão deu prejuízo. Se plantar ele nasce dos mais bonito. É só eles lá (os colonos), eles pulverizar, não sei, ou se é trem que vem da soja, amarela todo e acaba todinho. Ele, desse tamaninho, ele amarela, dentro de 3 dia acaba todo. Você planta, sabe?, ele madura a folha antes de soltar flor para dar vagem. Agora o japonês tá colhendo feijão aí mais é a custa de veneno, jogando veneno e combatendo os micrôbio."

Na região o feijão era plantado sistematicamente, principalmente para consumo familiar. Havia um certo comércio de excedentes, que em alguns casos alcançava expressão significativa na renda familiar. Mas o importante mesmo era o feijão como componente da cesta de alimentos, pelo poder nutritivo, pelo hábito alimentar e pela durabilidade do grão.

O fim da lavoura de feijão representou um rombo importante na economia familiar, pois sendo impossível mudar os hábitos alimentares, fazendeiros e sitiantes viraram compradores da mercadoria. Este é o dado mais significativo para todos os chamados "remanescentes". Desaparecer a lavoura de feijão foi criar uma nova forma de relação dos plantadores com o mercado. Atualmente, parte da renda monetária vai ser transformada num bem que antes não era comprado.

Com modernos sistemas de irrigação, os colonos produzem uma enormidade de feijão no cerrado - sua produtividade é 3 vezes maior que a média nacional, produzem 2t por hectare, enquanto a média é 0,6 - de onde tiram a soja, colocam, na seca, o feijão irrigado. Este, naturalmente, é tratado com defensivos agrícolas, de forma que produz com os mesmos processos que a lavoura de exportação, recebe adubação no plantio e em cobertura, água do "pivot" ou do canhão, e os diversos agrotóxicos. Mas para dar padronização ao produto, o feijão é "maquinado" no secador de cereais, tornando-se mais duro, sem poder germinativo. É o que os fazendeiros chamam de "feijão de japonês". Para eles, um feijão muito diferente do que costumavam colher. Apesar de estar há muito tempo provado que o feijão não é mais viável, alguns fazendeiros e sitiantes ain-

da insistem no plantio. A recompensa não existe, a produção é insignificante, não traz qualquer retorno ao plantador.

Feijão, depois do PADAP, é lavoura de cerrado, cara, pois além das operações de aração e gradagem, exige recuperação de solos, irrigação, defensivos e adubação em cobertura. Ficou completamente fora do alcance dos fazendeiros, virou uma prática que escapa a seus limites de recursos e vai para o mundo da técnica e do capital, onde a maioria deles não pode entrar.

A referência ao passado é de fatura. E ela está relacionada, também à fertilidade natural e superior da terra de cultura. Mas essa terra sofreu dois tipos de desgastes: inicialmente, o relacionado ao uso ininterrupto das terras, que levou à queda ou desaparecimento da fertilidade natural. O outro, relacionado à produtividade diferencial das terras de cerrado aproveitadas pelos colonos que usando de tecnologia moderna e intensiva, conseguiram uma produtividade comparável e das melhores terras agriculturáveis do Brasil.

A fatura também é referente à área e à variedade de plantas. Esta segunda fatura era derivada da possibilidade de usar meeiros e diaristas - que a cada ano mais se torna remota - e da viabilidade dos plantios de feijão. Com a chegada da soja, esta lavoura praticamente desapareceu da fazenda. Por último, deve ser notada a modificação dos climas, onde a estiagem e o inverno não mais ocorrem com a regularidade dos anos passados. Mas este último não é um fenômeno local e sim nacional.

Sobraram para os fazendeiros as lavouras de milho e mandioca. O milho é uma cultura rústica; exige pouca mão-de-obra, é muito resistente às pragas, secas, e sua produtividade, mesmo quando é baixa, compensa, aos olhos do produtor "tradicional", os insumos que consome. Além do mais, o milho pode ser plantado com um certo atraso, desde que não seja excessivo, sem grande prejuízo para a safra. Pode ser colhido praticamente de abril a julho, lentamente, sem grande quebra de safra ou desperdício de grãos, servindo bem para as unidades que usam o trabalho familiar.

Mas é a lavoura de mandioca a peça de resistência da economia familiar. Ela é plantada no mesmo período que o milho e as demais lavouras: na "boca das águas", isto é, no início das chuvas de fim de ano, geralmente primeira quinzena de ou-

tubro. A mandioca é também uma planta rústica, que gasta poucas capinas, e pode ser plantada em consórcio com o milho. Estabelecida na terra, enraizada, a mandioca pode ir sendo aproveitada aos poucos, sem muito prejuízo, pelo menos aparente⁽⁷⁾, da produtividade. Esta é a grande vantagem da mandioca para os fazendeiros: nas entressafras, quando está terminada a colheita de milho, o trato do gado na seca ainda não aperta muito e não foi começado o preparo da terra para novo plantio, a família dedica este tempo "vazio" à produção de polvilho e farinha para comércio.

A produção de polvilho demanda pouco maquinário e conhecimentos: apenas um triturador de mandioca e paciência. A raiz é arrancada, descascada - a casca é dada para os porcos - e levada para a máquina que a transforma numa massa, de caldo branco. A massa é prensada e o caldo aparado em maceiras ou latões, onde fica assentando. Depois de um dia de repouso, a parte de cima do caldo é jogada fora, pois é quase que só água, e a parte do fundo fica secando até ganhar uma consistência de argila, e é posta ao sol, para virar grandes torrões de polvilho. Aí, depois de seco, é só rebentar os torrões, que está pronto o polvilho. A massa de mandioca, depois de torrada, vira farinha, que na região encontra pouca demanda.

A renda do polvilho é parte significativa, mas não fundamental do orçamento familiar. O mesmo motor que toca a picadeira de capim, move o triturador de mandioca, em horários alternados. No entanto, enquanto o serviço de picar capim é masculino, a ocupação do polvilho e do queijo, é feminina. No mandiocal, compete ao homem plantar, limpar e colher; à mulher a elaboração da goma.

Em certas ocasiões, quando há maior incidência de parasitos que prejudicam as vacas, menos vacas produzindo leite na seca, ou entra em ação qualquer mecanismo que leve à queda a produção leiteira, a família concentrará esforços maiores na produção de polvilho, como forma de compensar a queda da renda. É uma atividade que pode ser encurtada ou encomprada, de acordo com a situação das rendas domésticas. Se, por exemplo, além do mandiocal o fazendeiro possui cafezal, no ano de má safra cafeeira, deslocará parte do esforço familiar para a

(7) Os técnicos, em geral, divergem dessa opinião.

produção de polvilho durante a estação seca. Aquele que não possui fonte regular de recursos, além da pecuária, orientará maior ou menor esforço para a produção de polvilho, de acordo com a capacidade do leite de suprir, em grau razoável, as necessidades domésticas de consumo. De qualquer forma, em todas as fazendas o polvilho é produzido mesmo que seja para a fabricação de quitandas.

Mas a principal fonte de sustento dos fazendeiros vem mesmo é do leite. A produção entregue à Nestlé ou transformada em queijo é que garante o grosso da renda necessária para o sustento da família e da fazenda.

Todo o manejo do gado, na maior parte do ano, é feito nas terras de cultura, onde os fazendeiros também assentam suas casas, suas roças, seus currais e suas capineiras. As partes mais altas das fazendas, o teto dos vales, são terras de cerrado, naturalmente mais fracas. De dois em dois anos são queimadas, depois de feito o aceiro (uma rua capinada de mais ou menos metro e meio para cada lado das cercas). Isto ocorre quando o fazendeiro não plantou brachiária no cerrado. Neste último caso, a terra foi objeto de investimento: foi pago um trator para destocar, outro para arar e gradear, foi gasto talvez algum fosfato e finalmente a semente, que não é barata. Quando um pasto de brachiária é formado no cerrado, em geral ele é - depois da lavoura de café, quando existe - o principal investimento do fazendeiro. Neste caso não há queima do cerrado.

A brachiária entrou na região no começo da década de 70, mais ou menos ao mesmo tempo em que invadiu as demais áreas de pecuária. No caso desta região, ela veio junto com uma modificação dos rebanhos. O antigo gado era mais puxado para o lado do zebu, não exatamente o zebu, mas aquele que os pecuaristas chamam "mestiço" ou "zebuado", um rebanho com forte influência das variedades indianas rústicas. Pela rusticidade, esse gado carecia de pouco trato, resistia mais aos parasitos e infestações comuns à pecuária extensiva.

A entrada da Nestlé em Ibiã, na década de 60, polarizou toda a produção da região e facilitou as condições da comercialização do leite, levando a maioria dos fazendeiros à substituição do "zebuado" pelo gado "cruzado", resultante da miscigenação do gado zebuino com holandês. Este novo rebanho tem

maior aptidão leiteira, mas perde muito para o antigo, em rusticidade⁽⁸⁾. É menos resistente aos parasitos (vermes, carrapatos e bernes) e exige maiores cuidados sanitários e alimentares, na estação seca. A mudança do rebanho, às vezes, teve de ser acompanhada por uma certa assiduidade de visitas de veterinários.

O veterinário, no entanto, não é presença frequente nas fazendas. É hábito dos fazendeiros consultar vizinhos quando ocorre qualquer anormalidade no seu gado, que não seja do seu conhecimento. Se nada apura com eles, espera um pouco para ver se a rês melhora. Caso não ocorra a cura, recorre finalmente ao veterinário. Mas, em grande parte dos casos, a visita dos veterinários é para casos extremos de doenças no gado. Uma vez visitada uma fazenda, diagnosticado um mal e prescrito um remédio, o veterinário dificilmente voltará a tratar daquele mal, naquela fazenda, a convite do fazendeiro. Ele próprio se incumbirá do diagnóstico, da receita e da dosagem da droga, nas próximas vezes em que a doença se manifestar.

As transformações que ocorreram na pecuária local não se relacionam, senão indiretamente, com o PADAP. A plantação da brachiária está ligada a uma certa obrigatoriedade de explorar o cerrado, ditada pela Ruralminas, e pela carência de pastos. Mas a continuidade da formação de pastos novos tem evidente relação, primeiro com o relativo crescimento da oferta de tratores de aluguel com a chegada da colonização, e depois, com a demonstração de resultados de plantio nas terras planas pelos colonos.

Mas a formação de pastagens não é uma panacéia para a pecuária de cerrado, ao contrário do que afirmam diversos técnicos. Ela é plenamente rentável se os pastos ganharem capacidade multiplicada de suporte. Saturnino e outros (1977), estudando comparativamente receita, despesa e saldo da pecuária no cerrado, em "condição natural"-o uso predatório do cerrado e da cultura "brutos" - e em "uso intensivo" - destoca, fertilização e plantio de pastagens - concluem que para modernizar os pastos há um patamar econômico. Aquém dele, a formação não tem qualquer sentido (Tabela II-1). Pode ser observado que nas faixas de 0,3 e 1,4 Unidades Animais por hectare, para um

(8) A este respeito ver Marques (1969)

crescimento do "saldo" de aproximadamente 45%, foi necessário um investimento ("despesa") 31,5 vezes maior. Assim, o maior desembolso não vai corresponder a um retorno proporcionalmente maior. Dessa maneira, a formação de pastos de brachiária, embora aumente a possibilidade de ampliar o rebanho, não aumenta na mesma proporção o retorno. Se o fazendeiro realiza o plantio, tem que aumentar a produtividade leiteira para conseguir pleno retorno, e isto só é possível com a melhora do rebanho.

TABELA II.1 - COMPARAÇÃO DE DESPESA, RECEITA E SALDO ENTRE DOIS TIPOS DE PASTOS DE CERRADO

DISCRIMINAÇÃO	CONDIÇÃO NATURAL			USO INTENSIVO		
	0,2	0,3	0,4	1,2	1,4	1,6
Capacidade de Suporte (U.A./ha)						
Despesa Cr\$	15,03	22,00	28,98	678,54	694,95	711,39
Receita Cr\$	72,34	108,52	144,67	703,71	821,00	938,28
Saldo Cr\$	57,31	86,52	115,69	24,17	126,05	226,89

FONTE: Saturnino e Outros (1977:80)

Mudaram o rebanho, os pastos e as condições gerais de produção, mas o fazendeiro permanece fiel, na medida do possível, ao antigo sistema⁽⁹⁾: tentam manter o gado cruzado no mesmo esquema de criação. Se isto funciona para o período das águas, na seca se revela quase catastrófico. De um lado, o rebanho europeizado sente mais que o zebuado a falta de forragens verdes, obrigando a família a um trabalho extra para o arraçoamento da seca. De outro, o calor do fim da seca, acompanhado da falta de alimentos, deixa o rebanho mais vulnerável ao ataque de parasitos, o que implica em maiores gastos

(9) Sistema de produção pode ser tomado num sentido técnico (intensivo, extensivo, etc.) ou num outro, mais corriqueiro. Neste sentido o "sistema" é a forma como o proprietário organiza sua fazenda, sua produção, os "fatores", o manejo que faz de seu rebanho, etc. É a forma - dadas as circunstâncias - que o fazendeiro encontra para produzir. Praticamente cada proprietário desenvolve um sistema, que para cada região tem características mais ou menos comuns. Por exemplo, o manejo cultura-cerrado, o arraçoamento da seca, não cria de bezerros machos, fazem parte do sistema geral dos fazendeiros da região do PADAP, e cada proprietário tem esse sistema geral, com pequenas adaptações. É neste sentido que o termo sistema é usado aqui.

em remédios e trabalho. Todos esses dissabores, segundo os fazendeiros, são compensados por uma maior produção leiteira no tempo das águas e pelo melhor preço que o europeizado alcança na venda.

Não apenas o feijão foi afetado do ponto de vista sanitário: novas doenças atingem os pastos, os rebanhos e as pessoas. Os fazendeiros dizem ter surgido um mal que afeta o capim meloso, a "doença do meloso", que impede o pastejo sistemático. Para os veterinários e agrônomos da região, a doença não existe, ou melhor, existe e é chamada por eles de "fungo pé de boi": excesso de pastoreio sem dar aos pastos condições de recuperação. Com a desapropriação de Antônio Luciano Pereira, que dizem, fornecia pasto livre a quem quisesse, alguns fazendeiros foram colocados diante de duas alternativas. A primeira, tratar o gado constantemente na seca, gastando mais trabalho e dinheiro, pois sempre tem que haver uma torta ou farelo para complementar a ração. A outra, vender o excedente de gado, de forma a aliviar o pasto e permitir a manutenção das "cabeceiras", o gado de melhor estirpe. Sem o pasto livre do campo, as culturas sobrecarregadas não suportam a expansão do rebanho. Daí que o meloso sempre podado vai enfraquecendo. Sem crescimento, o capim não pode defender-se das pragas que existem realmente, além do pé do boi, e vai cada vez mais perdendo força.

Fenômeno semelhante ocorre com a brachiária, que é atacada pela "cigarrinha" - não apenas no PADAP, no Brasil inteiro. Para evitar a infestação, os técnicos recomendam manter o capim alto, regulando o pastejo de maneira que a planta possa defender-se melhor, com a toxina da "cigarrinha" distribuída por muitos ramos, e não apenas concentrada nas raízes. Mas, isto é possível apenas quando o proprietário pode fazer rodízio de pasto, o que não é sempre o caso desses fazendeiros. Têm, em geral, pouco gado, mas também pouca terra de cultura e pouco pasto nutritivo:

"- Antigamente, como não existia o PADAP, isso era pasto de todo mundo, todo mundo soltava gado, chegava essa época (a seca) eles botavam fogo. Na rebrota do capim eles soltavam o gado. Então tem essa área que eles não podem mais colocar gado, aí eles ficaram com as pastagens judiadas, com excesso de pisoteio."

O gado padece ainda de uma nova doença, chamada pelos fa

zendeiros de "doença do carrapato". É uma espécie de mal que o carrapato transmite, e o gado de origem européia, menos rústico que o zebuado, é vítima fácil: pele fina, saúde sensível. Trocando um rebanho rústico por outro nem tanto, para lidar nas mesmas condições anteriores, as dificuldades aumentam e a rentabilidade não cresce, necessariamente. A sobrevivência dos fazendeiros foi severamente ameaçada pela modernização e, embora refiram-se ao aspecto positivo do Programa - a valorização das terras - sempre se lembram também que ela trouxe desequilíbrios, que complicam a produção da fazenda.

A pecuária de muitas fazendas é prejudicada ainda pela chamada "mosca do café", um mosquito predador muito semelhante à mosca doméstica, só que é hematófaga. Durante a estação das chuvas, a mosca ataca sistematicamente o rebanho e reduz sua capacidade de pastejo pelo incômodo que provoca. Essa mosca é comum no Sul de Minas, onde, dizem, é praga que os cafeeiros levam para a pecuária. A mosca fica alojada na cama de frango, seu melhor meio de cultura, e prolifera com grande rapidez, com a existência de calor e umidade.

Na região do PADAP, a mosca chegou com a lavoura de café. Os colonos levaram para lá o esterco, para funcionar como adubo do cafezal. Junto com o adubo, a mosca. Ausentes os predadores naturais, dizimados pela monocultura e pelos agrotóxicos, a mosca saiu dos limites do cafezal e atingiu o gado, causando problemas aos produtores (10). Embora não se tenha notícia de doenças transmitidas pela mosca, sua picada é dolorosa, suficiente para deixar o rebanho inquieto, sem condições de aproveitar o pasto:

"- Vem o mosquito na entrada das água, é só chover, só com chuva ele vem. Ele prejudica o gado. Agora, a vaca que dava aí, oito litro de leite, ele volta, dá quatro. Chupa sangue, enquanto ele não encher ele não larga. O gado corre para lá e prá cá o dia inteirinho. O gado fica doidinho. Já viu essa mutucazinha? Ele é muito pior do que ela. E não larga a rês não. Enquanto ele não encher, ele não larga. É produzido do, do trem que eles traz das granja de São Paulo, de galinha. Por exemplo, eu trato aqui até chover, outubro, quando o gado começa a a leitar, então vai melhorando, aí vem o mosquito, aí dá

(10) Esta incidência de nuvens de moscas não ocorre em todos os vales: em alguns, os fazendeiros jamais ouviram falar de tal praga. Mas, em outros, é o principal problema da pecuária e os criadores não podem tomar qualquer atitude.

dã prã trãs, as vaca dã menos leite que na seca. A hora que começa a esfriar o mosquito some. Aí o leite aumenta um tiquinho, mas o gado já estragou. Enfraquece demais."

As medidas recomendadas pelos técnicos estão geralmente fora das possibilidades dos fazendeiros. Recomendam calçar o curral com cimento e lavã-lo diariamente para evitar que os resíduos sirvam de meio de cultura para a mosca. Deve também ser evitado que a água emposse nas proximidades do curral. Essas medidas são geralmente inacessíveis para os fazendeiros, pois envolvem gastos altos.

A renda gerada pelo leite ou queijo, que sustenta a família e a fazenda, ficava, em geral, em torno de 3 ou 4 salários mínimos mensais, em julho de 1984, entressafra leiteira. Quando o leite é entregue à Nestlé, são feitos diversos descontos, como carreto, seguro, Funrural e o chamado "segundo percurso" (transporte do leite resfriado de São Gotardo ou Rio Paranaíba até Ibiã, onde está o laticínio). O dinheiro do leite financia ao mesmo tempo grande parte das despesas da família e dos gastos da fazenda. Fredericq (1982), analisando as relações entre a empresa e os produtores, faz as seguintes considerações:

"Como a maioria não contabiliza sua força de trabalho em sua propriedade como custo, eles continuam sem perdas nem lucros, recebendo uma quantia de dinheiro líquido a cada mês. Esse dinheiro é essencial para pagar as despesas familiares como alimentação, vestuário e saúde, e algumas despesas mensais da exploração agropecuária, como a compra de rações, salários de empregados, etc.: a produção leiteira fornece, mensalmente, ao produtor o capital de giro que lhe falta e que não consegue com a venda de suas colheitas agrícolas anuais. A renda do leite não é suficiente para permitir-lhe fazer investimentos, nem mesmo, muitas vezes, para cobrir os custos diários de sua exploração, mas é essencial, porque se trata de dinheiro líquido, com o qual ele pode contar para pagar parte de suas despesas mensais.

Ao produtor faltam alternativas que lhe garantam uma renda imediata e regular desse tipo. A atividade leiteira, mesmo não sendo rentável, é uma atividade segura: a certeza de conseguir vender a produção quase toda e a regularidade do pagamento compensam a fraca rentabilidade constatada."

A Nestlé recolhe o leite posto pela manhã na entrada da fazenda e o deposita na cidade. Além de fazer os descontos citados, ainda estabelece o sistema de cotas, subtraindo parte importante da renda do produtor. Esse sistema funciona da se-

guinte forma: durante o período de chuvas, o broto verde dos capins, mais ricos em nutrientes, faz crescer a produção leiteira das vacas. No período de estiagem, o enfraquecimento dos pastos reduz a produção de leite, que só pode ser compensada com suplementação balanceada do arraçoamento, coisa que os fazendeiros em questão dificilmente podem fazer.

Existe então uma produção leiteira maior no período das águas e menor no período de estiagem. As indústrias de laticínios, às vezes, podem não ter capacidade de beneficiar todo o leite recebido nas águas e estabelecem as cotas. A média diária do leite entregue nos meses de estiagem (junho a setembro) serve como base para o estabelecimento da cota máxima de leite a ser recebido, a preços oficiais, no período das águas. Desta forma, quando cresce a oferta leiteira dos fazendeiros, eles ficam sujeitos a receberem a remuneração de tabela para apenas uma parte do leite, entregando o extra-cota a um preço apenas nominal(11).

O leite, em algumas outras fazendas, serve para fazer queijo. A renda dessas atividades, considerando um tanto fixo de leite, é mais ou menos igual. O fazendeiro que opta pela Nestlé, geralmente ocupa a mão-de-obra da família na fabricação de polvilho, mas não age necessariamente assim.

Quando o leite é usado para fabricar queijo, esta alternativa não é derivada de um controle de tecnologia por parte de alguns: a fabricação de queijo é muito conhecida, e, em todas as fazendas, mesmo nas que entregam leite, há fabricação de queijo para consumo doméstico. O negócio de queijo tem a vantagem de deixar a sobra do soro, que serve para engordar os porcos. Tirante isto, a renda das duas atividades, leite e queijo, é praticamente igual. Em diversas situações, um fabricante doméstico de queijo vira entregador de leite e vice-versa, sem maiores consequências.

A venda de queijo é feita basicamente de duas formas. Numa, o fazendeiro cultiva uma freguesia urbana e semanalmente faz entrega domiciliar, recebendo pagamento a vista. Neste caso, existe o ônus do transporte, que recai sobre o produtor, mas de qualquer maneira a viagem semanal à "rua" teria de ser feita, para abastecimento familiar. Noutra, o fazendeiro en-

(11) Sobre o sistema de cotas da Nestlé, consultar Fredericoq (1982).

trega na porta da fazenda os queijos produzidos durante a semana a um comprador que leva a produção para outros lugares: São Paulo, dizem. Nas duas situações, o preço pago pelo queijo é mais ou menos o mesmo; não há prejuízos ou lucros maiores no uso de uma ou outra forma de comercialização, apenas maior liquidez no caso da venda do queijo.

Parte principal dos gastos da fazenda são com remédios e alimentos para o gado. O rebanho cruzado, mais suscetível às infestações, exige um cuidado rigoroso no período de estiagem e consome os minerais, por exemplo, que são fornecidos quase que sem interrupção, sob risco do gado comer roupas, paredes, ossos, todas essas coisas. O rebanho consome ainda uma série de medicamentos regulares, como desinfetantes e larvicidas, que os fazendeiros economizam até onde podem. É o sobranter das despesas que é incorporado ao orçamento familiar, como se vê, em geral bastante magro.

Se os fazendeiros mais modestos tivessem de recorrer continuamente ao mercado, seria muito difícil a sobrevivência, mais do que é. Podem, no entanto, passar ao largo de várias despesas corriqueiras no meio urbano, através da produção gerada na própria fazenda. Têm, por exemplo, o arroz, que apesar da baixa produtividade atual das terras de cultura, persiste sendo plantado. Essa produção não é de forma alguma significativa: é, essencialmente, para consumo familiar. O arroz é uma lavoura trabalhosa, é certo, mas,

"- Qualquer lotezinho faz um faturão."

O trabalho familiar invertido na cultura de arroz rende ao fazendeiro a economia de comprar comida para boa parte do ano e uma sobras.

Outro produto significativo para o consumo familiar é o próprio leite. Não fornece apenas o queijo do consumo, mas também as diversas quitandas. O soro do leite serve para os porcos, que também aproveitam as raspas da mandioca usada para fazer polvilho e sobras da ração (cana e capim) das vacas. O porco gordo tem a dupla função de reserva monetária de contingência (é um bem de alta liquidez) e de alimento. Existe ainda a mandioca, o milho, as galinhas e o pomar. Portanto, o leite geralmente fornece o grosso da renda, mas a roça e as criações garantem também parte da subsistência.

A roça pode ser preparada com trator, enxada ou boi, dependendo da situação. Se o fazendeiro tem trator, é óbvio, fará a lavoura com ele. Se não tem, o que ocorre na maioria dos casos, a situação fica um pouco mais complicada. Não possuindo maquinário, poderá alugá-lo, ou tendo filhos adultos, o fazendeiro provavelmente preparará a terra com arado de bois, pois o rendimento do serviço de enxada é comprovadamente muito baixo. O período de aração do solo (agosto-setembro) coincide com o fim da safra de café, a fase em que a colheita paga menos, pois os grãos estão esparsos, dão mais trabalho para colher e a demanda por mão-de-obra nos cafezais é bem reduzida. No caso dos filhos do fazendeiro colherem café nos colônos vizinhos, estarão, nesse período, relativamente liberados para participar do trabalho familiar e ajudar o pai.

Caso não tenha filhos adultos, ou já os tenha excluído do trabalho familiar para cuidar de sua própria fazenda ou dedicar-se a alguma atividade urbana, a situação fica difícil. Poderá recorrer ao auxílio dos vizinhos. Os disponíveis trabalharão alguns dias com ele na aração, guiando os bois ou o arado. Ele devolverá esses dias, trabalhando no mesmo serviço, ou equivalente, nas terras do vizinho; é a chamada troca-de-dia. Mas é mais comum o fazendeiro alugar um trator por poucos dias para arar e gradear o terreno, fazendo o plantio, a capina e a colheita manualmente.

No limite, quando o fazendeiro não dispõe de recursos para o aluguel da máquina, recorre ao colono vizinho e pede o trator por empréstimo, à noite, ou aos domingos, quando então a terra será trabalhada. Isso não é muito comum, pois dificilmente o colono tem trator disponível nesse período, que coincide com a época do preparo dos terrenos para o plantio de soja. Além disso, é necessário que o fazendeiro tenha relações bastante sólidas com esse vizinho, para aventurar um pedido dessa natureza.

O pedido é feito apenas quando algum tipo de vínculo permite essa atitude. Por exemplo, quando o filho trabalha regular para o colono, ou quando esse é devedor de algum tipo de favor ao fazendeiro. Apenas quando sabe que o cooperado é devedor ou onde uma relação de subalternidade já está criada entre os dois, o fazendeiro pede a aração.

"- O japonês, o Venceslau, me pediu uma água para regar a lavoura na seca: - 'Quero te comprar água e uma terra prá mim bater os cano, e trago a luz para a força ajudar o motor para jogar água lá em cima. Que dá feijão bom é na seca', falou assim para mim. Falei: - 'Não, nem não te vendo água, te dou água dada - e o lugar de fincar os cano, por que você vai é fazer progresso, fartura aí prá nós', não é mesmo? Japonês é bão. Venceslau foi e arou terra prá nós, dado."

Em suas lavouras o fazendeiro dificilmente segue especificações técnicas. Depois que os colonos chegaram, o uso de a adubo químico recebeu uma grande difusão, mas não de forma a alcançar os padrões técnicos reivindicados pelos agrônomos. Os fazendeiros passaram a usar adubo, depois que constataram que a "cultura cansou", isto é, que a fertilidade natural das terras baixas vem decaindo.

Mas é bom que se diga que isso pode não corresponder exatamente à realidade. A colheita nas culturas, antes da colonização, não possuía qualquer padrão de mensuração relativa. Uma boa produção eram dois "carros" de milho por hectare(12). Quando os colonos conseguiram colher 4 ou 5 toneladas de milho por hectare de cerrado, ficou muito evidente o cansaço da cultura. A partir daí, os fazendeiros ganharam um novo padrão de referência para mensuração de produtividade e ficou evidente o fim da fertilidade da cultura.

O adubo é usado em doses regradas, sempre de acordo com a disponibilidade de recursos do fazendeiro, que planta com capital próprio. O adubo usado nas roças de milho é muito caro. A aplicação rigorosa por processos manuais é muito trabalhosa, pois além de exigir o coveador e o sementeador das roças manuais, exige ainda uma terceira pessoa para cuidar de colocar o adubo na cova. Por outro lado, o adubo não pode ser posto junto da semente na cova, o que aumenta o trabalho. Os fazendeiros podem sanar esse problema usando a plantadeira manual (a matraca) que além de exigir um esforço enorme para sua utilização, não faz uma distribuição muito equitativa do

(12) O carro é uma medida muito difundida no interior de Minas, particularmente no Oeste. Corresponde a um carro de boi, com esteiras, cheio de milho em palha. Em geral é igual a 40 balaios, com 60 espigas cada um, que, debulhadas, vão ser iguais a 13,5 sacos de 60 quilos, ou 810 quilos, no total. Dois carros por hectare é, portanto, o equivalente a 1.620 quilos de milho em grão. Mas o volume pode variar de uma para outra região.

fertilizante, deixando umas covas sem adubo, outras sem sementes. Pode ainda "mascar", como dizem os matraqueiros, e deixar várias covas sem adubo ou semente. De qualquer forma, ainda é a matraca o mais eficiente dos métodos baratos de plantio.

É comum entre eles o uso de sementes selecionadas. Elas começaram a ser usadas muito antes do PADAP, não havendo qualquer relação evidente entre seu uso e a colonização. Estas sementes são usadas desde que começaram a ser produzidas ali em Patos de Minas. O efeito difusão, o esforço dos extensionistas, a publicidade e a degeneração dos híbridos nos plantios posteriores levaram à sua adoção. Conta também a dificuldade de conservar intactas de junho a outubro as sementes da própria fazenda. Embora mais cara, a semente selecionada tem a vantagem de brotar sempre e não ser facilmente atacada pelos carunchos, umidade ou formigas⁽¹³⁾.

Nas colheitas, os fazendeiros usam principalmente o trabalho familiar. Quando a lavoura é maior, recorrem ao auxílio dos sítiantes vizinhos, que trabalham a dia e fazem, invariavelmente, a ressalva do caráter de "ajuda" do seu trabalho:

"- Tinha uma cepa de milho na roça para colher, pasto para bater e vaca para tratar. Fui atrás de Zê Honório, vizinho meu aqui, mais fraco, e chamei ele para colher comigo. Ele falou: - 'Olha, tou lá no japonês na panha de café e está rendendo bem. Sô para semana eu posso ir, ajudô o senhor'. Ele veio, eu, minha mulher, nós três colheu tudo. Se não é os vizinho nossas hora de aperto era muito maior."

O trabalho do sitiante na colheita do fazendeiro é compreendido, antes de mais nada, como um favor, que apesar de mediatisado por uma relação monetária, jamais perde aquele caráter. O fazendeiro, nesse caso, além de pagar o dia a preço de mercado, fica devedor de uma certa obrigação ao sitiante. Essa obrigação não precisa ser saldada necessariamente no correr do ano, e, na safra seguinte, o sitiante pode ser novamente convidado para "ajudar" o fazendeiro e assim sucessivamente. O caráter de ajuda é ressaltado pelo fato do sitiante não precisar obrigatoriamente do ganho daqueles poucos dias para sua

(13) Se não for seguido todo o receituário agrônomo (preparo de solo, fertilização, adubação, etc.) a semente selecionada representa muito pouco em incremento de produtividade. Por isso, apenas aquelas vantagens são ressaltadas aqui. Sobre o assunto ver Queda (1980).

sobrevivência, e pelo fato do fazendeiro não precisar de forma contínua da ajuda do sitiante. Assim, não se cria uma relação estável de assalariamento, mantendo o sitiante grande autonomia frente ao fazendeiro.

A produção dos fazendeiros, geralmente, apresenta custos bastante superiores aos custos da produção dos colonos. Apesar do baixo nível de investimentos de suas roças, a produtividade também baixa empurra para cima os custos unitários. Já o colono faz grandes investimentos em cada safra, mas também se apropria integralmente os ganhos do progresso técnico, com a ampliação da produtividade e conseqüente redução do custo unitário do produto.

Por exemplo, o fazendeiro Seu Otávio⁽¹⁴⁾ é proprietário de 120 hectares, onde, além dele, trabalham um filho adolescente e a mulher. Planta geralmente 4 ha de milho, que tritura e fornece às galinhas e ao gado, na seca. Até 1982, alugava o trator de seu sogro a preço de custo (70% do preço de mercado), para preparar a terra. Quando o sogro vendeu o trator, passou a alugar de outros, a preço de mercado, realizando a família todas as demais operações (plantio, tratos e colheita) manualmente.

Conforme pode ser visto na Tabela II-2, os custos de produção dessa propriedade "tradicional" não são inferiores aos da propriedade moderna. Pelo contrário, suas condições rústicas implicam em maior gasto relativo à produção (expresso no custo unitário superior) e em retorno mais reduzido em relação ao "capital" utilizado. Se o proprietário insiste na roça, não é por desconhecer a superioridade de seus custos de produção. Pelo contrário, ele é perfeitamente cômico, tanto que esse fazendeiro, e outros, sugeriram a comparação dos custos, já sabendo a que conclusões chegaria. Isso, independente de considerar as condições de armazenamento e comercialização, que são desiguais.

Por que então o produtor continua na lavoura, apesar das condições adversas? Se, por exemplo, optasse por trabalhar para outros esses dias que usa para si, a dia no café ou em em-

(14) Esse exemplo é aleatório, mas próximo da média dos casos. Os dois casos extremos são, de um lado, o uso de trabalho braçal em todo o processo, ou o uso da máquina em tudo, como faz o colono. Seu Otávio combina pelos extremos; trator e êxada, como a maioria dos fazendeiros.

preitadas, o total dos rendimentos da família ficaria decrescido do resultado líquido, mas poderia ser compensado com os ganhos da empreitada (o "lucrim", como os empreiteiros falam) ou pela extensão da jornada na colheita do café.

A resposta para isso não se acha exatamente na economicidade da prática - que conforme vimos, não predomina nesse caso - mas na própria insistência em sobreviver como produtor autônomo, dono das terras, das ferramentas e do produto. O trabalho familiar não é considerado custo, da mesma forma, a fertilidade da terra. Embora esse proprietário saiba - e diga - que esses "insumos" deveriam ser considerados custos, eles não são de forma alguma levados em conta. Custos, para eles, são custos explícitos, isto é, realizados monetariamente no mercado⁽¹⁵⁾. Assim, sua produção é mais cara e sua penalização diante dos mercados, maior. Mas sua sobrevivência autônoma fica em parte assegurada. Pesa para "Seu" Otávio, antes de mais nada, o dado cultural; o fato de ser proprietário da terra - de um bom pedaço de terra, diga-se - deixa-o impedido de trabalhar fora e obriga-o a resistir, mesmo em condições bastante difíceis:

"- Tendo a terra, nós, tem quase tudo. É o leite, é o queijo, os porco, galinhas, às vez feijão. Um pai dá uma terra prá um filho ele tem obrigação de produzir. Não é certo nós ter esforçado prá fazer crescer a terra que o pai deixou e depois largar ela parada, sem cuidado. Mesmo os fraco têm de produzir, para não aguentar abuso de patrão, de japonês. Nós não vive com luxo, você está vendendo, nós vive em cima de nossa terra. Um dia que nós quer ir na rua, quer passear na casa de um parente, nós pode ir sem perder dia, sem pedir licença prá ninguém."

Deve-se considerar ainda, que a produção de milho não é feita para entrar no mercado de grãos, mas sim, por outros caminhos, no mercado de leite. O milho, como foi dito, vai compor a ração da seca. O alto custo de Seu Otávio é o baixo custo da Nestlé. O fazendeiro pode, perfeitamente, comprar de outro produtor o milho na safra, por preço equivalente ao custo de produção, mas não faz disso uma regra, por dois bons motivos. Primeiro, o medo de escassear dinheiro na safra de milho, de forma que não possa adquirir os oito carros de que precisa. Plantando a roça, o dispêndio em dinheiro é mais re-

(15) Ver sobre o assunto Martins (1975 e 1979)

duzido (60%, mais ou menos, do preço do milho, o resto é trabalho familiar que não é contabilizado exatamente como custo) e pode ser parcelado, quando se compra com antecedência, ou a prazo, as sementes e os fertilizantes. Segundo o medo de escassear milho na safra. Anos de má safra na região colocariam o fazendeiro inteiramente nas mãos de indústrias de rações e concentrados, mercado oligopolizado, onde seu poder de barganha é nulo.

TABELA II.2 - CUSTOS COMPARADOS DA PRODUÇÃO DE MILHO: FAZENDEIROS E COLONOS (a) (UM HECTARE DE MILHO A PREÇOS DE JULHO DE 1984, SUPONDO IGUAIS OS PREÇOS DA TERRA)

ESPECIFICAÇÃO	UNID.	COLONOS		FAZENDEIRO	
		QUANTIDADE	CUSTO (Cr\$)	QUANTIDADE	CUSTO (Cr\$)
1. Insumos					
Sementes	kg	20	40.000	20	40.000
Fertilizantes (NPK)	kg	300	120.000	150	60.000
Cobertura (N)	kg	45	14.000	-	-
2. Preparo do Solo (b)	ht	4,5	63.000	4,5	90.000
3. Plantio					
Manual (c)	dh	-	-	10	30.000
Mecânico	ht	2	28.000	-	-
4. Tratos Culturais					
Mecânico (2 cultivos)	ht	6	84.000	-	-
Manual (1 cultivo)	dh	-	-	10	30.000
5. Colheita					
Mecânica (d)	ht	2	42.000	-	-
Manual	dh	-	-	15	45.000
6. Outras Despesas (e)	\$	-	158.000	-	-
7. Custo Total	\$	-	549.000	-	295.000
8. Produção	kg	4.000	-	1.620	-
9. Total das Vendas (f)	\$	800.000	-	324.000	-
10. Líquido (9 - 7)	\$	251.000	-	29.000	-
11. Custo Unitário (7 ÷ 8)	\$/kg	137,3	-	182,1	-

FONTE: Pesquisa de Campo

- a) Esta tabela é baseada na metodologia de custos de produção desenvolvida por Fernandes e Teixeira (1981).
- b) O fazendeiro aluga trator para preparo do solo e faz as demais operações manualmente. Por essa razão contabiliza-se a hora do trator próprio do colono como 70% do preço da hora no mercado; do fazendeiro que aluga, em 100%, ou seja: Cr\$ 20.000 a preços de julho de 1984. Hora de trator = ht.
- c) Inclui coveamento, adubação e plantio. Dia/Homem = dh. Preço, do d/h = Cr\$ 3.000.
- d) Supõe-se a hora de colhedeira 50% acima da hora de trator.
- e) Refere-se à depreciação da correção do solo. Supondo o gasto de calcário, fosfato, trator para distribuir fertilizantes, arar e gradear, o total é Cr\$ 790.000. Supondo o desgaste completo em 5 anos, a depreciação anual (20%) é de Cr\$ 158.000.
- f) Preço corrente de julho/84: Cr\$ 12.000 a saca de 60 quilos, Cr\$ 200 o quilo.

4 A Família e o Trabalho

A fazenda da região do PADAP usa fundamentalmente trabalho familiar: a grande maioria delas é tocada pelo trabalho do casal (Tabela II.3). Ao homem compete o trabalho dito "pesado", de manejo e trato do gado, reformas de cercas e estradas, aração, capina e colheita. A mulher faz todo o trabalho "acessório": o doméstico - como preparo de alimentos e cuidado dos filhos - a produção de queijo e polvilho, até todas as tarefas em que o marido precise de auxílio. Não é raro as mulheres participarem da ordenha, da aração, da capina, da colheita e, em alguns casos extraordinários, de trabalhos como amansação de bois de carro, tarefa de homem. A mulher, em qualquer tempo, carrega as responsabilidades da casa, da fabricação de queijo para consumo ou venda, ocasional ou sistemática fabricação de polvilho, e o trato dos porcos e das galinhas. Vez em quando é convocada para "dar uma mão" ao marido, sem prejuízo das demais atividades que desenvolve. A divisão sexual de funções não é rígida a ponto de impedir a participação feminina em trabalhos qualificados de masculinos; vai, até onde é possível, obedecendo a certos critérios mais ou menos estáveis. De fato, para um casal sem filhos, com filhos pequenos ou emancipados, é a mulher a substituta eventual do marido em todas as tarefas da fazenda.

A distribuição do trabalho pelo ano é uma coisa que praticamente não varia de uma para outra fazenda, ressalvadas algumas diferenças de nível técnico. A regência do trabalho é feita pela divisão ordenada pela natureza: o tempo da seca e o tempo das águas, pois são um pouco diferentes as atividades desenvolvidas numa e noutra estação.

O tempo das águas é o período de abundância; é quando as vacas produzem mais leite, as roças estão plantadas, é época dos pastos verdes. Mas, contraditoriamente, a lama invade o curral, a friagem afeta os bezerros, as roças carecem de capina. Porém as vacas demandam pouco trato, sobrando mais tempo para os cuidados da roça de milho, que só vai produzir lá para meados do ano. É um tempo melhor que a seca porque o gado está gordo e limpo de parasitos.

No período maio/junho, entrada da seca, começa o tempo difícil; são computados os ganhos da lavoura e a fazenda pre-

para-se para a estiagem. É a quebra do leite, a ervação do gado, os bernes e os carrapatos que infestam. Nessa época, as chuvas ou as neblinas já escasseiam, seca a terra e as raízes de mandioca; é o período próprio para a fabricação do polvilho. É também no meio do ano, dependendo de como ocorrerem as águas, que começa o trato do gado e o acompanhamento deve ser mais rigoroso, pois aí as deficiências do gado cruzado mostram-se de forma mais acentuada. É comum o envenenamento por ervas e as manifestações da chamada "doença do carrapato", que afeta muitos bezerros.

De julho em diante, o trato vai-se tornando cada vez mais importante, pois as forragens ficam muito escassas. Ai pelas 5, 6 horas da manhã as vacas são presas e ordenhadas. Terminado isto, vão para um piquete reservado, enquanto o fazendeiro entrega o leite à Nestlé ou coloca na fervura para iniciar a fazeção de queijo. No meio da manhã, começa o corte da ração, que depois é picada em máquina, misturada ao concentrado e disposta no cocho. Nesta hora, já começa da tarde, o gado é buscado no pasto e posto nos cochos, separadas as vacas dos bezerros. Esta lida termina pelas 3, 4 horas da tarde, quando então o fazendeiro vai fazer alguma tarefa sobranete da propriedade. A fazenda sempre carece de um retoque nas cercas, uma coleta de lenha, alguma compra ou entrega na cidade.

A ordenha e os cuidados com o rebanho atravessam o ano inteiro, de janeiro a dezembro, sendo mais acentuados na seca. Nesse entremeio, diversos trabalhos têm de ser realizados, como reforma de cercas e instalações, limpeza de pastos, onde a família sempre faz o que pode e empreita o resto. Os meses de agosto e setembro são sempre dedicados ao preparo da terra para plantio, que é feito em outubro. Nesses dois meses, o fazendeiro geralmente usa mais mão-de-obra, se o cultivo não for mecanizado. Novamente em novembro, época de limpa das plantas, há necessidade de mais trabalho num período concentrado de tempo.

Existem três modalidades de trabalho temporário que podem ser usadas: o trabalho do "companheiro", o trabalho do peão "solteiro" e o regime de empreitada. Cada um desempenha tarefas em situações específicas e tem, para o empregador, sentido bastante distinto, envolvendo também formas distintas de controle sobre o trabalho. O "companheiro" é diarista que tra

TABELA II.3 - DISTRIBUIÇÃO ANUAL DO TRABALHO FAMILIAR E TEMPO RÁRIO NAS PROPRIEDADES "TRADICIONAIS" DA REGIÃO DO PADAP

TAREFAS	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET
Preparo da Terra (a)											-----	-----
Alimentação do Gado na Se ca	-----											-----
Ordenha												-----
Plantio (b)										
Capina (c)								
Colheita (d)					
Limpeza de Pastos							
Fabricação de Polvilho												-----
Colheita de Café (e)									

FONTE: Pesquisa de Campo

CONVENÇÕES: ----- trabalho familiar
 trabalho temporário
 ----- máquina própria ou alugada

NOTAS

- (a) Considerando-se que o proprietário usa trator. Aqui é apontado o período provável de uso da máquina.
- (b) Ciclo provável: dificilmente um mês é gasto no plantio.
- (c) Inclui a limpeza da mandioca e do feijão da seca, além do milho.
- (d) Janeiro para o feijão, quando há.
- (e) Casos isolados, dos que possuem cafezal e cumulam todas essas tarefas.

balha ao lado do empregador, geralmente em trabalhos de envergadura delicada como plantar ou tirar moirões; serviços que, por serem pequenos ou complicados, devem ser bem controlados e são difíceis de serem empreitados⁽¹⁶⁾. O peão "solteiro" é o trabalhador contratado por poucos dias, para pequenos serviços, quando o empregador está ocupado com outros. A empreitada é dada para um só trabalhador, ou muitos representados por um só (que fixa preço e condições do trabalho), em geral para serviços de limpar pastos.

(16) Este termo perdeu muito da conotação original. Para adoçar a rudeza do termo "peão" ou "bóia-fria", por possuírem parentes, amigos ou vizinhos nessa situação, os fazendeiros chamam, indistintamente, de "companheiro" qualquer assalariado temporário. Falam assim: "- Isso é trabalho para 3 serviços de 5 companheiros", quer dizer, 15 jornadas de trabalho.

O trabalho do peão "solteiro" é inteiramente diferente do trabalho "companheiro". Neste, o proprietário da terra, ou assalariador - se for o caso - trabalhando ombreado com o assalariado dará o ritmo e a duração da jornada. Os "poros" são criados pelo próprio patrão que disciplina o dispêndio da força de trabalho do assalariado com vigilância e exemplo. Naquele, a situação se transfigura. "Solteiro" ou em grupo de assalariados, o peão larga repetidamente o trabalho para pitar, verter água ou merendar, se não foram criados instrumentos para disciplinar a jornada. Se o trabalho for simples braçal, mais difícil de ser inspecionado, a forma mais comum de controle será a definição prévia da cota de produção, ficando a critério do trabalhador fixar duração e intensidade. O assalariador, em serviços de limpa de pastos, por exemplo, quando o serviço é pequeno e há necessidade de apenas ou de poucos diaristas, pode fixar uma medida de trabalho, que varia de acordo com a limpeza ou sujidade dos pastos, isto é, maior ou menor invasão de moitas, mata-pasto ou assa-peixe. A cota geralmente é fixada em "varas" (vara de pau mesmo) de doze palmos ou 264 centímetros. Para áreas de sujeira média, geralmente são fixados "quadros" de 10 x 10 varas (696 m²) como a cota de um dia de foice. Entregando pronto aquele trecho, em menos ou mais que um dia, o diarista ganha uma jornada, ou "serviço".

A empreitada é baseada na contabilidade passada ou estimada do número de "serviços" gastos para fazer determinada tarefa. O empreiteiro baseia, o empreitador baseia; chegados a um acordo, definem tantos "serviços" a tantos cruzeiros cada, totalizando o valor da empreita. Se o empreiteiro leva turma, repetirá com seus braçais o procedimento do fazendeiro, determinando quadros diários de "varas" a serem cumpridos, como uma subempreita.

Em algumas fazendas, os filhos trabalham com os pais. As filhas, no mesmo trabalho da mãe. Raramente (mais que os filhos) como diaristas; em geral, quando não vão para atividades urbanas depois que acabam os estudos, ficam em casa até o casamento. Os homens solteiros têm trabalho exatamente igual ao paterno, quando há trabalho na propriedade. Os pais estimulam o filho a frequentar a escola e fazem alguma questão que ele complete o primeiro grau. Mas, continuar, ou parar um pou

co antes, já é um problema quase que exclusivo do filho, não mais dos pais. Se ele resolve prosseguir além do primeiro grau o pai geralmente incentiva, mas a limitação de recursos, na maior parte das vezes, impede que esse interesse transforme-se num apoio efetivo. A partir daí, terá que contar com suas próprias forças, principalmente capacidade de empregar-se na cidade para custear seus próprios estudos.

Caso resolva parar os estudos, poderá encontrar alguma ocupação na fazenda, como auxiliar do pai, até afazendar-se, por compra ou doação, geralmente depois de casado, e passar a cuidar de sua própria vida. Em geral, concluído o primeiro grau, o filho retorna à casa paterna. É onde se define por prosseguir ou não no trabalho fazendeiro: Ficará junto com a família, quando a fazenda comportar trabalho de mais um. Em alguns casos não haverá ocupação produtiva para os filhos durante o ano todo, e alguns procurarão ocupações urbanas ou rurais em parte do ano. Pode ser nas propriedades dos colonos, mas com justificativas curiosas.

Conforme foi dito antes, o fazendeiro autodefine-se em primeiro lugar por não trabalharem, ele e a mulher, para os outros. São bastante enfáticos ao afirmarem sua própria autonomia, que compreende a si próprio, a mulher e os filhos menores. Por isso, há grande resistência se os filhos, mesmo emancipados, querem trabalhar como volantes. Mas se inviável a sobrevivência perene do filho na propriedade, este poderá procurar o emprego mais razoável possível, que é, quase sempre, no lote do colono. Nem sempre, no entanto, os filhos dos fazendeiros integram-se ao mercado de trabalho rural como diaristas. Esta, aliás, será sempre a última alternativa, mesmo assim coberta de justificativas racionalizadoras.

É uma situação complicada: existe muito segredo, uma certa tensão, quando se fala do trabalho desses filhos, para estranhos. Antes de mais nada, é inconcebível para o fazendeiro que as terras de cultura não mais suportem uma fragmentação progressiva, que sua fazenda não dê ocupação para toda a família. E o trabalho para outros, a-dia, é visto como desonra. Não maior que a do filho ficar desocupado dentro de casa, mas sempre desonra. Dificilmente os filhos casados dedicam-se a esse trabalho. São geralmente os solteiros e mesmo assim com objetivos definidos.

Da mesma forma que os pais antigamente, proprietários, faziam-se meeiros para acumular patrimônio pecuário e fundiário suficiente para a manutenção autônoma da família, os filhos repetem a prática (pelo menos nas verbalizações) quando trabalham atualmente como diaristas.

O filho do fazendeiro não abandona a casa da família enquanto colhe café, e vai da casa à rota do caminhão do lote com a subsistência em parte assegurada ainda pelo pai. O dinheiro que economiza na safra que termina em agosto é geralmente transformado em novilhas, que são recriadas. O fim da safra de café é de certa maneira coincidente com o pico da seca: é quando fazendeiros e sitiante podem estar presos por escassez de pasto, capineiras ou milho, concentrando seus esforços na manutenção das melhores matrizes leiteiras e, portanto, tendentes a vender gado solteiro por preço baixo. É aí que o filho do fazendeiro poderá começar a formar seu rebanho. Ele terá um caráter bastante diferente do paterno, pois seu gado é reserva para comprar terra. Daí, pretenderá continuar acumulando reses até criar condições de manter-se com seu próprio patrimônio.

O rebanho do filho não possui acomodação imediata na fazenda. Após anos de pastejo contínuo, sem replanta das variedades e atacados por diversos predadores, os pastos da cultura sentem bastante o excesso de gado. O crescimento do rebanho a ponto de dobrar (o objetivo aparente dos filhos) é inviável na maioria das fazendas. O rapaz coloca então parte do seu rebanho nas terras do pai e distribui o restante em propriedades de amigos, parentes, padrinhos e, por vezes, no lote do cooperado.

Malgrado o combate sistemático que o colono dá às ervas, em algumas lavouras o capim meloso brota viçoso em meio às sobras de plantação e, por outro lado, restos de cultura de milho e trigo (a de soja é quase que imediatamente incorporada ao solo pela gradagem, por seu valor na adubação de solos) constituem ração possível para o gado na seca. Desde que o proprietário do rebanho tenha relações sólidas com o colono, e este não faça cultivos temporões com irrigação, que possam ser prejudicados pelo gado, pode ser conseguido algum pasto no inverno. Mas, isto não é fácil, principalmente pela distância que existe entre colonos e fazendeiros.

Em geral, esses rapazes que trabalham como diaristas não gostam do serviço no lote, da sua condição, e em nenhum deles percebe-se satisfação, ou pelo menos aceitação, que o leve a auto-identificar-se como assalariado. Não é que haja exatamente preconceito contra o colono, embora isso pese um pouco. O que parece haver, fundamentalmente, é nostalgia de uma vida que pouco conheceram e, para eles, é insustentável a situação do trabalho para outros por muito tempo, sendo sua família proprietária de razoável extensão de terra. Trabalham por contingência, mas dificilmente aceitam esta contingência como própria para si. O trabalho na colheita alheia é mediado, nas falas, pela esperança de formar seu rebanho; é um trabalhador criterioso, ao que diz, que tenta alcançar o máximo de produtividade e renda em cada jornada, para safar-se no prazo mais curto possível do suplício.

A colheita de café é feita no sistema de tarefas, onde o proprietário estabelece um determinado preço por saca colhida, variando de acordo com a densidade do produto e a oferta de mão-de-obra. Um trabalhador diligente (que tenha também a sorte de receber boas ruas para colher) consegue receber até uns três salários mínimos mensais, durante a safra.

Quando falam de seu trabalho no lote, esses rapazes são um bocado ambíguos, confundido, ao que parece propositadamente, o entrevistador. Por exemplo:

"- Tem trabalho no trator, na colhedeira. Eu trabalho em todo serviço, até na panha de café."

Mas pela roupa e adereços, está claro que trabalha na colheita. E, perguntado se trabalha o ano inteiro no lote:

"- Tem gente que trabalha o ano todo, fica arando ou gradeando. Consertando estrada. Mas tem uns que só trabalha poucos mês. Tem uns que tem registro (carteira assinada) e outros que é só diarista."

E ele, tinha carteira?

"- Não, mas eu tenho emprego o ano todo."

Então por que o colono não assina a carteira, faz um contrato de trabalho permanente?

"- Não gosto de trabalhar direto. É bom folgar para ajudar o pai nas roça. Não gosto de trabalhar muito tempo num lugar só, nem de trabalhar alugado os dia."

E é bom o trabalho ocasional de volante? Melhor que trabalhar permanente?

"- Bóia-fria é gente sem pouso no mundo. Vive da mão prá boca. Eu tenho minha roça e minhas vaca, trabalho com o japonês só de vez em quando. Precisar mesmo, não preciso."

O trabalho volante não é negado apenas nas intenções. Alguns rapazes de famílias proprietárias, dizem que costumam faltar um dia ou dois por semana ao lote, para cuidar do seu rebanho ou fazer outro serviço em casa. Caso interessante de relação de trabalho no lote é o de um moço, cuja família possui 250 hectares:

"- Eu cansei de trabalhar com os japonês, porque era aquela amolação de japonês e gerente, e vendi umas vaca que eu tinha, e casei. Aí eu abri uma bitaca (barzinho ou boteco) no Rio (Paranaíba) e mudei prá lá. Aí os empregado me roubou e eu não dei para o negócio de ficar controlando balcão. Eu voltei prá cá e fiz uma roça grande de milho, mas ela não produziu e eu fiquei devendo e tive de ir trabalhar uns dias com o japonês para sustentar a família, a mulher e a filha. Depois o Vilino (criador de gado vizinho do pai do locutor), Seu Vilino, comprou a fazenda e chamou eu para tomar conta. Agora estou lá, é melhor que os japonês."

O trabalho de familiares no lote é bastante raro. Preferem, na maioria das vezes, as ocupações urbanas, que tiveram a demanda bastante aumentada nos últimos anos em São Gotardo, principalmente. Quando os filhos optam pelo trabalho como diaristas, é sempre, dizem, com objetivo de acumular patrimônio para estabelecer-se por conta própria. Da mesma forma que pejam-se em dizer que um filho trabalha eventualmente para os colonos, os fazendeiros orgulham-se em apontar, no rebanho preso no curral, as reses que o filho vem adquirindo, gabando-lhes a qualidade e o preço baixo que foram compradas.

5 Negócios de Fazendeiros

Assim que começa a haver café seco nos terreiros dos fazendeiros, começa a venda. Entregam a safra quase sempre em grandes lotes ao beneficiador, que paga preços geralmente mais baixos, por ser o único grande comprador da região. Desconta adiantamentos e juros que tiver feito para financiar a colheita e fornece a única renda substantiva que esses fazendeiros dispõem. Grande parte desse lucro vai ser convertido em adu-

bos e defensivos que devem ser fornecidos ao cafezal no ano seguinte.

Naturalmente, nem todos os fazendeiros que possuem cafezal vendem sua produção na safra. Uma parte deles vende o café necessário para o custeio da colheita e dos tratos mais imediatos e armazena o restante em silo próprio, para ir fazendo frente às despesas e esperando as melhoras de preço que ocorrem na entressafra.

Quase todo o lucro retirado da lavoura de café, quando não consumido em melhoramentos ou reforma da fazenda, é investido em gado. É comum o fazendeiro comprar fêmeas de ano ou mais, como forma de aumentar seu rebanho leiteiro e, secundariamente, servir como reserva de dinheiro. O fazendeiro raramente utiliza de formas urbanas de poupança. Dificilmente deixa dinheiro "parado" em cadernetas de poupança, como atestaram os diversos entrevistados. A compra de gado, geralmente poucas cabeças, funciona como aplicação privilegiada das sobras, porque dá condição ao fazendeiro, de transformá-lo em dinheiro, sem grandes esforços nas horas de precisão. Enquanto não precisa, aquela aplicação rende leite, valorização e bezerros.

Deve ser notado que apenas esses aspectos são ressaltados em relação ao gado. O fazendeiro não considera que gasta defensivos, trato (de remédios, alimentos, concentrados, minerais) e pasto. Sendo a pecuária a ocupação central do fazendeiro, parte importante do seu tempo já é dedicado à observação e trato do rebanho. Umas reses a mais, dentro dessa lógica, fazem pouca diferença. De fato, o custo de um aumento pequeno da criação, dentro de certos limites, parece ser realmente igual a zero. A relativa simplicidade⁽¹⁷⁾ com que o fazendeiro converte um pouco de gado em dinheiro - ou serviços, com os vizinhos - dá ao rebanho bovino um duplo caráter. De um lado as vacas produzem leite que depois de comercializado fornece a maior parte da renda familiar cotidiana. De outro, o rebanho é reserva de contingência; fornece, nas eventualidades da precisão, o dinheiro que o fazendeiro necessita para enfrentá-las.

(17) Embora seja simples este processo, em determinadas circunstâncias pode trazer alguns prejuízos.

O fazendeiro sempre vende o gado macho assim que desmama. O bezerro não pare nem aleita; com o trato rústico que é fornecido ao rebanho, leva anos para ganhar peso suficiente para dar preço em açougue. Para o fazendeiro, é pesado manter bois na engorda, pois tiram pasto das vacas, e sua venda na desmama não é difícil, daí o comércio. Faz parte da previsão de receita da família o dinheiro desse comércio:

"- Bezerro macho nós vende tudo. Vende para açougueiro, para catireiro, vende para criador. As fêmea nós recria e depois, se elas prestar, nós põe no curral para produzir. Os macho, se nós criar, eles estorva muito. Prejudica a produção das vaca, aquela subição, atrapalha a brotação do capim. Aí nós sempre vendeu. É assim: as vaca dá leite, dá as fêmea e os macho. Agora esse dinheirinho dos macho é para o gasto mesmo."

É considerado dinheiro para despesa e não lucro para ser investido, ao contrário do que pode ocorrer com os ganhos líquidos do cafezal, por exemplo. Já as fêmeas não entram nesse tipo de cômputo. Elas são incorporadas ao rebanho, recriadas e selecionadas de acordo com a procedência, de maior ou menor aptidão leiteira. Anual ou bienalmente, o fazendeiro dá uma depurada nas vacas e novilhas, de acordo com a pressão que estejam exercendo sobre os pastos. Havendo exaustão, o fazendeiro forma um lote de fêmeas para descarte, que compreende as vacas velhas, as de mais baixa produção leiteira e as novilhas de pior estirpe. Este gado é geralmente vendido aos poucos para açougueiros, pois dificilmente consegue preço para recriar. O dinheiro da venda destas fêmeas, ao contrário da venda dos machos, é destinado ao investimento. Teria de converter-se em melhoramento da fazenda, compra de terra ou de gado. Mas, com os fracos resultados da agropecuária, este dinheiro vem sendo usado para consumo, engordando o orçamento familiar.

O comércio de produtos agrícolas é um pouco diferente da pecuária. Quando o fazendeiro possui cafezal, na época da safra, como foi dito, entrega praticamente toda a produção. Nenhum deles possui capital suficiente para bancar sozinho a colheita e, nestas circunstâncias, antes de começá-la sempre em dividam-se com o IBC, com os bancos, ou com os compradores. Detestando conviver com dívidas, tratam de vender o primeiro café que seca no terreiro, saldar os compromissos e levantar

dinheiro para fazer frente ao restante da colheita. Poucos possuem armazéns próprios para a estocagem do café, daí, vão entregando o restante da safra, pagando os colhedores e economizando o que sobra.

No momento da venda, o comprador é sempre escolhido por razões aparentemente pessoais, subjetivas. Os fazendeiros vendem ao beneficiador de São Gotardo, porque é perto e porque ele adianta dinheiro para a colheita. As duas razões estão misturadas: convive com todos, conhece suas dificuldades, assim faz EGFs (Empréstimos do Governo Federal) e repassa o dinheiro aos cafeicultores, senão seus amigos, pelos menos conhecidos. Os fazendeiros não têm necessariamente a obrigação de vender para ele, mas como foram ajudados no início da safra, são suggestionados a fazê-lo. Outros, que não recorrem a este beneficiador e sendo pequena a lavoura de café, conseguem colhê-la com seus próprios recursos, usando trabalho familiar e uns poucos diaristas. Exatamente por ser pequena, não é compensadora a montagem de armazéns para estocagem da safra. O critério de escolha do comprador vem a ser novamente o das relações de amizade ou proximidade. Um fazendeiro, por exemplo, proprietário de uma "chácara" de café, contou que vendeu a um comprador de Ibiá toda sua safra recém colhida, porque tinha havido uma ameaça de chuva, e o comprador emprestara as sacas que permitiram o armazenamento do café na própria casa do fazendeiro. Perguntado se o intermediário sempre emprestava as sacas, ele respondeu que sim; aquele comprador sempre estava por perto na hora da safra, quebrava os galhos e ficava mal vender para outro que não ele.

Na verdade esta aparente ignorância dos mecanismos de mercado tem uma certa dose de esperteza. Os compradores habituais das safras têm privilégios derivados de favores que fazem, mas não são apenas os favores que emprestam estabilidade à relação entre compradores e vendedores. Além deles, existe a garantia histórica de solidez no negócio, de cumprimento à risca das obrigações assumidas pelo comprador. Com uma bagagem de prejuízos conhecidos, próprios ou de amigos, os fazendeiros dificilmente fecham negócio sem conhecimento da respeitabilidade do comprador. É mais seguro, afirmam, fazer um negócio razoável com um comprador de credibilidade conhecida,

que uma ótima venda sem garantias para um comprador desconhecido, que pode falir ou sumir sem que seja possível levantá-lo o rastro. Desta forma, por trás da aparente cordialidade das relações de compra e venda, está um lastro de conhecimento, necessário a qualquer transação.

A venda de café, mesmo na safra, cria a receita necessária ao custeio da lavoura e gera os recursos para o fazendeiro melhorar sua propriedade, ou aumentar seu rebanho, ou manter os filhos na escola. São estas basicamente as aplicações dos lucros. Embora seja mais lucrativa que a pecuária extensiva, a cafeicultura envolve gastos também muito importantes: exige um mínimo de três capinas anuais, o que pelo menos em parte tem de ser feito de enxada. Por outro lado, gasta quatro adubações anuais (os fazendeiros geralmente fazem apenas três) e, finalmente, um mínimo de três pulverizações, sob risco de perder o cafezal e o investimento já feito. Como dificilmente usam crédito, essas despesas têm que ser feitas com desembolso próprio, dinheiro guardado ou investido em gados que nos momentos de carência são transformados em dinheiro.

As safras de milho dificilmente são vendidas. O fazendeiro geralmente guarda em paiol a produção anual, para ir consumindo no trato das vacas de leite, das galinhas, dos porcos; quando chega a haver venda, é quase que só para a vizinhança, nem sempre envolvendo dinheiro. É comum a troca de milho por leitões, ou por serviços que um fazendeiro presta a outro, com maquinário que um possui e outro não. Embora possa de vez em quando entrar no mercado em circunstâncias mais ou menos excepcionais, a produção não é absolutamente destinada para este fim. O milho é plantado com o propósito de satisfazer as necessidades de consumo da fazenda. Pode acontecer, como ocorreu em 1983, uma alta espetacular no preço do milho e um relativo estacionamento no preço do leite. Aí, diversos fazendeiros sacrificaram parte da produção leiteira pela venda do milho em grão ou espiga. Mas, isto foi apenas uma circunstância, e não é a regra do destino da produção de milho.

Além desses, outros produtos comercializáveis são o polvilho e os bezerros. O polvilho é vendido para freguesia cativa de particulares ou lojas na cidade. Os bezerros são vendidos quase sempre para os chamados "catireiros". O catireiro, que em geral tem esta como a sua ocupação principal, é o cida

dão que se dedica a fazer "catira", pequenos e contínuos negócios, que não envolvem necessariamente dinheiro, podem ser trocas. O catireiro é um sujeito informado, conhecido, que dispõe de algumas propriedades, e sempre tem dinheiro, ou equivalentes, para aproveitar os negócios de ocasião.

Conhecedor das fazendas da região, o catireiro sempre sabe onde existem algumas reses para serem compradas, ou algum comprador interessado no gado que ele tem ou pode adquirir. A atividade ocupa boa parte do seu tempo: compra pequenos lotes de uma três cabeças ou pouco mais que isto, transporta-as para seu próprio pasto e, ao fim de algum tempo, dependendo das oportunidades, repassa-as a outro comprador. Dificilmente vende para outro catireiro, pode ser para outro fazendeiro, mas, em geral é para o "boiadeiro", um comprador de partidas de dez ou vinte cabeças, que pode ser o agente ou ele próprio um "invernista", cidadão que compra gado novo e magro, engorda-o e vende, tempos depois, aos frigoríficos e açougues, fazendo disto seu meio de vida. Como se diz, o invernista "termina" o gado. O catireiro então, geralmente, é o primeiro elo de uma cadeia de intermediação que tem o seu pico no frigorífico.

As razões que levam o fazendeiro a vender seu gado ao catireiro são as mesmas que levam o cafeicultor a negociar com o beneficiador conhecido. O catireiro está sempre por ali, dificilmente tem por onde escapar, se der calote. Suas propriedades, sua família, são conhecidos, de forma que funcionam como a garantia que, de certa forma, sustenta as transações.

Essas são as transações ordinárias. Mas a renda das famílias é composta por uma quantidade imensa de negócios, feitos com produção ou intermediação⁽¹⁸⁾. Na medida em que pode ganhar explorando recursos naturais (tipo lenha, carvão, moirões, aluguel de pastos) ou oportunidades surgidas, aproveitá-las. Apesar de definirem-se como produtores de leite, esta atividade é apenas uma das muitas de que se ocupa: seu objetivo é ganhar dinheiro, aumentar o gado, aumentar a terra. É acumular patrimônio.

(18) Um estudo da EPAMIG, de 1979, aponta nas fazendas "tradicionais" do PADAP uma pauta média de 19 produtos.

6 A Sociedade Fazendeira

Alguns elementos formam a base da sociedade fazendeira da região do PADAP. A maioria das fazendas, independente da fortuna do seu proprietário, tem pontos básicos que definem sua organização:

- a propriedade da terra como forma de capital;
- a exploração da pecuária;
- o uso exaustivo dos recursos naturais;
- o trabalho braçal e o gerenciamento direto da produção pela família proprietária;
- a produção parcial dos bens de consumo.

Estes pontos fornecem a unidade que permite caracterizar o sistema fazendeiro de exploração. Mas, não é apenas nesses aspectos que sua coesão se fundamenta. Uma série de outros dados fornece unidade ao conjunto.

Os laços que unem os fazendeiros de cada vale onde estão as suas propriedades são fortes. O vale é o lugar de morar e de conviver. Entre eles há muito parentesco, em graus próximos, compadrio ou amizade sedimentados por um passado de ajuda recíproca. Sendo fazendeiros e trabalhadores ao mesmo tempo, o auxílio do vizinho é necessário nas diversas precisões. Esta ajuda começa nas coisas que são obrigações de vizinhos. Como reparo de cerca, fuga de gado. Daí, estende-se numa variedade de favores mútuos, na troca de dias de serviço, no empréstimo de equipamentos e insumos, nas trocas de alimentos e nos empréstimos de dinheiro.

O meio mais fácil de se conseguir dinheiro, pouco e com pequeno prazo, é na vizinhança. Os juros são negociados entre os contratantes e o prazo de pagamento não é fixado rigidamente: quando pode, o devedor salda a dívida. Isto não quer dizer que uma dívida possa ser rolada indefinidamente, pois esta situação comprometeria as relações de amizade, já que todos sabem das dificuldades dos outros, e que a pequenez de um empréstimo é significativa para o prestador.

"- Nossos banco aqui é os vizinho. Na hora da precisão nós vamo atrás deles, até vender uma rês ou um porco, é uma ajuda doida. Eles colabora nos juro, porque hoje nem para os filho está dando para emprestar sem juro, mas

nós paga nos prazo que combinamo. Agora, às vez eles tam**ã**m pega dinheiro com a gente, se nós tiver, empresta com muita satisfação."

O vizinho é sempre um credor razoável, conhece as dificuldades do devedor e se por acaso os apertos deste se acen**tuam**, dificilmente forçará a situação. Geralmente os fazendei**ros** não gostam de dever, mas havendo necessidade, recorrem aos vizinhos, principalmente pela compreensão nos prazos.

Uma propriedade de 100 ou 200 hectares, como é a média dos fazendeiros da área do PADAP, é muito difícil de ser explorada apenas por um casal, sem auxílio de maquinário. Mesmo a criação extensiva, de subsistência, exige em certos momentos mais trabalho que o das duas pessoas. Nestes momentos, a solidariedade torna-se vital. Por exemplo, no trabalho da colheita. Em geral ela é feita lentamente, mas, em junho, podem ocorrer chuvas que prejudicam a colheita que permanece na roça. Nestas horas o auxílio dos vizinhos é necessário, e o primeiro a ser considerado, pois é época que os sitiante**s** e diaristas, em geral, estão ocupados na colheita de café.

Esse auxílio não tem a forma de mutirão ou qualquer coisa parecida. É apenas um auxílio de caráter eventual, mas de uma eventualidade quase sistemática e recíproca, onde cada um dos fazendeiros conhece o trabalho e as dificuldades de outro. Essas ajudas nunca são pagas em dinheiro. Dentro do universo dos fazendeiros isto não seria admissível. No entanto, há uma contabilização de memória dos dias gastos, que são repostos sob a forma de trabalho quando o credor precisar. Esta troca de dias e serviços entre fazendeiros não é restrita aos mais pobres e, com graus variados de sofisticação, atinge a todos os vizinhos. Há, por exemplo, entre os mais abastados, o hábito de trocar dias de tratores, se é preciso arar com maior rapidez uma área de terra, ou dias de picadeiras na época de encher silo.

As relações dos fazendeiros com os sitiante**s** são diferentes. Se excetuarmos aqueles com graus de parentesco próximo, eles têm um tratamento relativamente distinto das relações estabelecidas entre o conjunto de médios e grandes proprietários. Os sitiante**s** possuem patrimônio, mas este não dá ocupação total e não impede a venda constante da força de traba-

lho. É exatamente esta dualidade, de proprietários e diaristas, que distingue e exclui o sitiante do mundo do fazendeiro.

Um sitiante dificilmente será procurado para trocar dias com o fazendeiro, e este, sempre que precisa do trabalho daquele, remunera o dia. Quando isto ocorre há o caráter de favor, que foi citado antes, porque o sitiante é quase que sistematicamente um trabalhador do colono. Embora em intensidade menor, não estão absolutamente excluídas da relação fazendeiro-sitiante as possibilidades de trocas de favores, como empréstimos de pastos ou de implementos, mas dificilmente no mesmo ritmo que entre os pares de fazendeiros. Mesmo porque o movimento de trabalho do sítio é bem menor que o das fazendas.

Em relação aos colonos, as atitudes dos fazendeiros são bem mais complicadas. Os fazendeiros construíram, a partir de diversas referências, uma imagem bastante negativa dos cooperados. Com o correr do tempo, as posições dos novos habitantes em relação aos antigos sedimentaram aquela imagem e cavaram um fosso entre os dois. Excetuados os proprietários que têm laços de dependência pessoal, há uma grande intolerância em relação aos donos dos lotes.

Antes de mais nada, deve-se considerar que os colonos chegaram lá como os beneficiários de desapropriação, que atingiu, em graus variados, todos os proprietários. Depois, os cooperados foram também beneficiários do bom trato dos órgãos públicos, principalmente da ACAR-PCI, ironicamente chamada de "ACAR-dos-ricos", em oposição a "ACAR-dos-pobres" que assistia aos fazendeiros.

Os colonos também, como vizinhos, jamais se revelaram grande coisa. Enquanto os laços entre os fazendeiros são mantidos e refeitos com as trocas de favores, os cooperados, na maioria dos casos, revelaram-se completamente avessos a sustentar essas relações. O depoimento de um fazendeiro é bem ilustrativo neste aspecto:

"- Vizinho, atola uma vaca eles vem tudo ajudar a tirar, se eles mata um porco nós recebe um quarto. Se nós precisa de ajuda, sem nós abrir a boca, quase, eles aparece. Os japonês, passa por nós na estrada e cumprimenta."

Os colonos, então, escapam completamente aos códigos da

sociabilidade fazendeira. Além de não oferecerem ajuda, jamais pedem, destruindo as possibilidades de estabelecimento de vínculos sólidos.

O dono do lote não segue as regras elementares de vizinhança. Principalmente não se preocupa muito com o reparo das cercas divisórias, a menos que seja plantador de milho. Se o gado do fazendeiro escapar e entrar na lavoura de soja ou trigo, por certo causará alguns prejuízos. Porém a ingestão de proteínas e agrotóxicos, vindas do pastejo nessas lavouras, é tão violenta, que dificilmente a rês sobrevive. Desta forma, o zelo pelas cercas recai apenas sobre o fazendeiro, parte interessada, subvertendo a concepção histórica de ser a cerca o brigação dos dois vizinhos. Para o colono, a cerca é geralmente supêrflua, tanto que sua propriedade não tem qualquer divisão, nem mesmo externa com vizinhos cooperados. Para o fazendeiro, a cerca permanece uma obrigação das duas partes.

Parte das referências dos fazendeiros aos colonos é perjorativa ou irônica. Os cooperados são proprietários que passam todo o dia na CAC, que gostam mesmo é de dirigir carro novo. Os peões do lote são vagabundos e todos os diaristas da região foram convertidos pelos colonos em imprestáveis. Dizem que o colono vai raramente à propriedade e deixa os diaristas entregues ao gerente, que pouco interesse tem em vigiar o trabalho. Daí, nas tarefas que são pagas a-dia, e não por tarefa, os peões simplesmente andam pela lavoura enquanto estão sendo olhados, e quando cessa a vigiãção, caçam uma sombra e dormem. Para os fazendeiros, são os donos dos lotes dos responsáveis por tal relaxamento e também pela escassez de mão-de-obra. Drenaram toda a força de trabalho dos sitiãntes, al-tearam os salários e tiraram dos trabalhadores toda a dedicaçãõ que podiam ter na realizaçãõ de uma tarefa. Enfim, chegaram e roubaram o antigo equilíbrio da vida fazendeira, que nunca mais pôde ser recomposto. Em parte, é assim que o fazendeiro vê o colono.

Mas, o colono é um produtor que também tem virtudes reconhecidas pelos fazendeiros. Há, antes de tudo, um respeito pela coragem e a visão do colono que não teve medo de penhorar aquela terra, destocã-la, enfrentar os revezes dos primeiros plantios e sobreviver como agricultor no cerrado. Muito poucos pecuaristas sabem que os colonos dispunham de cobertu-

ra da CAC, e o que significava esta cobertura para enfrentar o risco. Mas mesmo os que sabem, têm imensa reverência pela valentia de arcar com os riscos da exploração. Essa "visão" que o cooperado teve na época faz com que ele cresça aos olhos dos fazendeiros.

Num segundo aspecto ainda, o colono aparece destacado. No que diz respeito à técnica. Ele domina, aos olhos dos pecuaristas, a tecnologia e o segredo da exploração das terras planas. É um conhecimento que eles não têm, e são tão grandes a produção e a produtividade conseguidas por aqueles, que deixam os fazendeiros da cultura completamente desorientados com seu velho conhecimento. Por isso, quando referem-se aos colonos, ao lado das objeções, é sempre glorificando, entre outras coisas, a "capacidade de administrar". Por isto se estende o domínio da técnica e a coragem de endividar-se loucamente:

"- Japonês é doido. Conhece a lavoura e sabe fazer a medida da terra. Toma crédito, tem a ciência lá deles de plantar e não tem medo das dívida. Fiado, japonês te compra até urubu voando."

Embora considerem-se inferiorizados tecnicamente, passa pela cabeça de muito poucos fazendeiros a possibilidade de aprender a agricultura moderna. Para dominar a técnica é necessário endividar-se, colocar o patrimônio em risco e perder o sossego de viver.

Desta forma, o colono é para o fazendeiro um personagem ambivalente, ao mesmo tempo desprezível por seus costumes e louvável pela coragem e técnica. Foi criada uma relação mista de desprezo e admiração que torna os cooperados personagens inteiramente distantes.

Existem casos onde as relações entre fazendeiros e colonos se estreitam: quando são criados laços de dependência entre eles. Nesta situação, mais que simpatia de um pelo outro, há necessidade objetiva de conseguir favorecimentos, o que leva o fazendeiro a descrever o colono como uma imagem bastante positiva.

A maior dependência do fazendeiro em relação a seu vizinho é o emprego dos filhos. Sendo vizinho, o empregado consegue algumas regalias, como empréstimo de máquinas, sobras de lavoura ou pasto para serem usadas no trato do gado, etc. As-

sim, o fazendeiro mais pobre pode estimular o filho a manter-se trabalhando permanente ou nas colheitas, como forma de conseguir certos benefícios. A partir daí, pode ser montada uma série de reciprocidades, que envolvem trocas diversas de favores entre os dois. No entanto, os fazendeiros que mantêm alguma ligação com cooperados são porção mínima.

Para o fazendeiro existe um personagem sempre citado: é o natural da região que virou colono. Ao lado dos cooperados imigrantes, uns dez fazendeiros locais conseguiram entrar para a CAC e tornaram-se produtores de grãos. Estes são vistos com grande destaque pela comunidade fazendeira e sempre dados como exemplo de inteligência nacional. O fato de se terem tornado cooperados e produtores, de certa forma, os exclui do convívio da maioria. Mas, são tratados com enorme deferência - não apenas pela fortuna que conseguiram acumular - e considerados superiores aos outros colonos. Mas são referências distantes, no sentido que nenhum dos fazendeiros quer imitar seu exemplo. Antes, procuram o exemplo do pecuarista abastado, mais próximo e pertencente a um universo menos complexo.

A "Reforma" do cerrado trouxe muitas consequências para a agropecuária local, mas não modificou, senão superficialmente, o caráter familiar e extensivo da exploração, apesar de atenuar o aspecto predatório. A reprodução e a sobrevivência dos fazendeiros como produtores não são uniformes, apresentam várias situações. A descrição dos fazendeiros feita até aqui não esclarece as diferenças de riqueza existentes entre eles. Nem todos são dependentes da pecuária de forma absoluta, nem todos têm renda magra, nem todos vêem seus filhos ocasionalmente trabalhando para os vizinhos. Existem fazendeiros que conseguiram acumular dentro daquele sistema de exploração e funcionam geralmente como referência sistemática para os menos afortunados.

Os mais abastados têm, na maioria das vezes, a mesma origem que os outros, têm irmãos ou pais na vizinhança, viveram as mesmas desventuras na implantação da "Reforma". Seu patrimônio maior não os distingue dos outros por atitudes diferentes diante do mundo, ou pelo absenteísmo. Apenas a riqueza é distintiva, com mais algumas diferenças derivadas, como por exemplo, não precisar de vender bezerros machos em pequenos lotes, não fabricar polvilho para comércio e prescindir absolu-

tamente do colono, fazendo questão de afirmar isto. Estes fazendeiros colocam com mais clareza suas diferenças com os colonos. De um certo modo, funcionam como símbolos demonstradores da viabilidade da pecuária e exemplos sempre citados de exploração vitoriosa.

A vida deles tem raízes iguais as da maioria. Nasceram na roça, frequentaram, como todos, a escola rural e começaram a vida produtiva trabalhando à meia em terra dos outros, quando o sítio paterno mostrava-se insuficiente para mantê-los ocupados todo o ano. Aí, no entanto, suas vidas sofrem uma inflexão que não ocorre para a maioria dos outros: começam a negociar. Uns, estabeleceram venda, depois de uma safra lucrativa, e tocaram negócio sem abandonar a lavoura. Outros, começaram a fazer catira vendendo e comprando gado e porcos. A partir daí, cresceram em terra e rendas, alcançando o patrimônio que têm hoje. O lucro vira terra, a terra vira patrimônio, o patrimônio faz um fazendeiro. Acumular é ter patrimônio.

A atividade de negociante, combinada à de proprietário, forneceu o capital necessário para ir comprando terrenos:

"- A coisa mais fácil que tinha era comprar terra, devia ter dinheiro. Se tivesse, comprava tudo quase de graça. O cerrado mesmo, era de um preço tão baixo que ninguém vendia cerrado, quase que era dado."

Suas fazendas são bem cuidadas; formadas de brachiária, gado selecionado, produção leiteira bem acima da média regional. Estes fazendeiros dispõem de tratores, caminhões, roças de café e empregados permanentes. A roça de café não foi a origem da fortuna, só depois de endinheirados é que resolveram montar essa lavoura. Antes de ser fonte de enriquecimento, ela é símbolo de riqueza já estabelecida, que permite ao fazendeiro sustentar os tratos e as colheitas sem necessidade de recorrer a muitos empréstimos.

Estes fazendeiros não estão excluídos do restante pela riqueza que têm. São pessoas destacadas e, na maior parte das vezes, bemquistas, que relacionam-se com os vizinhos dentro dos esquemas de sociabilidade comuns a um determinado vale. Embora seu universo de relacionamento seja bem mais amplo que o dos fazendeiros mais "fracos", seu mundo não exclui o daqueles; inclui e ultrapassa. Permanecem sabedores de todas as notícias de interesse, e são os mais solicitados quando os ou-

tros fazendeiros precisam de informações sobre o trato do gado ou negócios de roças.

Por serem ricos, esses fazendeiros não se desobrigam do trabalho. Como todos os outros, como os "fracos", enfrentam o trabalho cotidiano da propriedade, do mais sofisticado, na gerência, ao mais rude, nas capinas. Afirmam que s^os os peões não produzem direito; é preciso vigiar e trabalhar junto, senão o serviço não sai, ou não sai tão bem feito quanto queriam que ficasse.

As mulheres destas famílias também não estão excluídas do trabalho. Ao crescer a fortuna da família, crescem as suas atribuições, que vão envolver a parte da contabilidade, vigilância de assalariados permanentes e o zelo por uma parte do patrimônio familiar que passa a ficar sob sua responsabilidade, além de todas as tarefas domésticas.

Com o aumento do patrimônio, estes fazendeiros desmembram a administração da propriedade em atividades seccionadas, que passam a ser controladas por membros da família. Seus filhos, ao contrário dos filhos dos fazendeiros "fracos", jamais se afastam ou montam exploração à parte. Misturam trabalhos e patrimônios, separando a administração. Assim, numa família dona de grande fazenda de criação, a mulher cuida da loja da família, o filho mais velho dos tratores e do caminhão, o chefe da família da produção leiteira. Noutra família, a compra de uma nova propriedade absorve o pai na construção das cercas, o filho na aração dos terrenos e transporte dos trabalhadores, enquanto a mulher toca administrar a pecuária, na propriedade original da família.

Estes fazendeiros mais ricos também não se dedicam à "lavoura branca" (lavoura de grãos, exclusive café), senão em roças suficientes para o abastecimento familiar, tocando no período das chuvas uma pequena lavoura mecanizada. Suas posições em relação aos cooperados são exatamente as mesmas dos outros fazendeiros. Apenas podem partir para enfrentamentos ocasionais, devido à sua independência absoluta em relação aos colonos. São aqueles que conseguiram capitalizar-se, ou já vinham desde antes do Programa capitalizando-se - não em decorrência do PADAP - e adaptaram seu sistema de exploração à nova situação. Neste caso, enfrentaram menos problemas quando foram obrigados a modernizar suas propriedades, pois dispu-

nham de recursos próprios suficientes para ocuparem seus cerrados. Prosperaram ainda mais com a conversão das terras planas em novo local de exploração. São poucos e já não têm na maioria das vezes, a pecuária como principal fonte de rendimentos. Em geral combinam pecuária com cafeicultura, de forma que a tiração do leite fornece a renda ordinária de custeio da propriedade e a lavoura de café os rendimentos excedentes que permitem a acumulação.

Mas, é ilusório supor que eles viraram fazendeiros modernos, na acepção que se costuma dar ao termo. Permanecem usando força de trabalho familiar, embora já não seja esta a principal fonte de trabalhadores. Continuam diversificando suas atividades, não desprezando pequenos negócios, vendendo e comprando gado em pequena escala, fazendo rocinha de milho e arroz, como todos os outros fazendeiros. Comercializam sua produção na safra, carregam seus próprios caminhões de café e vão entregá-los ao atravessador de ocasião. A sua exploração, em geral, independe de técnicos e bancos, suprindo eles próprios essas necessidades, através do empirismo no primeiro caso, e de um certo planejamento das disponibilidades, no segundo. Embora abastados, continuam participando da mesma vida de todos os outros fazendeiros, inteiramente integrados, como camada superior, à sociabilidade fazendeira. No seu caso, a pecuária extensiva apenas mudou de forma. Dentro do mesmo esquema, continuam usando a terra, criando gado, produzindo café e tendo na propriedade sua principal forma de capital e garantia contra as eventualidades.

Estes fazendeiros sabem perfeitamente que receberam benefícios indiretos do Programa. Tiveram suas propriedades valorizadas, e, podendo mantê-las, fizeram seu patrimônio crescer, sem interrupção. Tiveram também o acesso às formas modernas de explorar o cerrado, porque dispunham de capital para bancar o investimento. Em geral, entraram e saíram da CAC, entraram e saíram da lavoura de soja. Por ter um acervo assim diverso de experiências, são os que descrevem com mais clareza o universo que vivem, as relações com os colonos e os problemas do conjunto fazendeiro. Essas idéias de comunidade de interesses, de igualdade de sistemas, de vinculação com a pecuária e seus problemas, são frequentemente expostas por eles,

que se transformaram em exemplo e, num certo sentido, em liderança (19), nos vales em que vivem.

Os fazendeiros mais abastados têm também condição de manter consigo os filhos. A família, como um coletivo, explora por partes o patrimônio, da forma descrita antes. Dispondo de trabalho e renda, ampliando a riqueza, a família dificilmente se fragmenta, sendo aqui raros os casos em que os filhos, mesmo adultos, saem da propriedade familiar.

Uma outra parte dos fazendeiros vive situação diferente. Não dispunham de recursos suficientes para autofinanciar a reforma da propriedade, e, em geral, perderam parte importante das terras de cerrado, ficando reduzidos em grande parte às culturas. Dispondo de família numerosa, estes fazendeiros fizeram reformas parciais em suas propriedades, adaptando razoavelmente suas explorações aos novos tempos. Alguns compraram trator, uma ou outra máquina de beneficiamento, plantaram um pouco de brachiária, fizeram silos para estocar alimentos para o gado e vêm esforçando-se para conseguir um melhoramento do rebanho. Estes fazendeiros vivem sem grandes folgas de dinheiro e a forma fundamental de trabalho ainda é a familiar.

São proprietários que abandonaram o arado de boi, por exemplo, e mesmo quando não possuem trator tratam de alugá-lo do vizinho, ainda que isto represente um rombo na economia familiar. Sua situação, no entanto, não é de progresso. Antes, estão estacionários, assentados numa posição aparentemente irremovível, utilizando as diversas alternativas de produção de subsistência oferecidas pela fazenda para resistir à decadência de suas rendas. A família é ocupada na fabricação de polvilho, parte do tempo. Em outra, ocupa-se de produzir alimentos como o arroz, frutas, hortaliças. Para esses só está colocada a perspectiva da reprodução: sobreviver como proprietários e pequenos produtores, sem conseguir expandir a fazenda, a forma por excelência de acumulação entre os fazendeiros.

(19) Liderança aqui é tomada num sentido um pouco diferente do que a EMATER costuma usar. Para a empresa, o líder é o sujeito que vanguarda a introdução do progresso técnico e do crédito rural. São líderes porque têm alguma influência de tipo patriarcal, baseada na reciprocidade dos favores, que sempre têm condições de prestar mais, e porque o seu mundo, sem dúvida, é bem mais amplo que o da maioria. O conceito de liderança, conforme usa a EMATER, é exposto em Leite (s.d.).

Curioso que possa parecer, a situação desses proprietários tem muito pouco a ver com o tamanho de suas terras. Estacionários são fazendeiros de 100 ou 400 hectares, independente da forma física de suas terras, da fertilidade natural da cultura, ou da quantidade de cerrados restantes. Sua estabilidade deve-se fundamentalmente a dois fatores: o tamanho da família capacitada a produzir, e a capacidade de trabalho do próprio fazendeiro, variável relacionada fundamentalmente com a idade. A diversificação da produção escorou e escora a família, de forma que permite sua reprodução relativamente à margem de um único mercado. Vão adicionando pequenas reformas e adaptações, formando piquetes em terra recuperada, ajustando seus sistemas extensivos à limitação da terra e garantindo a sobrevivência.

Num terceiro degrau, a situação já é substancialmente diferente. São proprietários que vêem, dia a dia, sua situação deteriorar, sem condição de fazer frente à redução de receita. São, em geral, proprietários mais velhos, cujos filhos já partiram há tempos para explorações próprias ou para atividades urbanas, sem qualquer perspectiva de encontrar neles a resistência necessária para reproduzir as velhas condições. Por outro lado, não dispõem de capital para fazer as reformas, mesmo as de superfície, necessárias para agregar capacidade de suporte e produção às suas explorações.

Também aqui a situação do fazendeiro é mais ou menos independente do tamanho da propriedade: há um proprietário de 900 hectares, terra avaliada na casa de bilhões (1984), que mal e mal vive da exploração de 50 vacas de mã estirpe. Dos seus quatro filhos, três trabalham para os colonos como diaristas, e as perspectivas de continuidade da exploração são as piores possíveis. O pai espera, segundo ele próprio, a morte; os filhos a terra, para vender e estabelecer "negócio na rua", montar loja ou bar. O tamanho da propriedade, como vemos, não guarda relação direta com a prosperidade do fazendeiro: embora todos os fazendeiros abastados tenham em geral propriedades maiores que 300 hectares, outros, donos de áreas maiores que esta, vivem em condições piores que diversas famílias de trabalhadores volantes de São Gotardo.

Sendo proprietários e trabalhadores, estes fazendeiros, fracos, remediados ou ricos, trabalham de dez a doze horas diá

rias, com a mulher pelo menos, sem desfrutar de praticamente nenhuma das comodidades que o PADAP trouxe para a região. Suas casas são rústicas, seu trabalho é pesado, e, as recompensas, para a maioria, bastante magras. Por que então os mais fracos persistem na fazenda, uma vez que estas observações aqui são feitas também por muitos deles?

Porque a fazenda é o seu lugar no mundo, é o seu patrimônio, é onde está cercado por amigos e parentes, num meio que integra e valoriza o indivíduo membro. Ser fazendeiro é uma posição que localiza o indivíduo no universo, que estabelece as referências mais sólidas da vida, e o leva a estar, sempre, "fazendo":

"- Por que nós ainda produz, você quer saber? As cultura cansou, não produz quase mais milho. E os japonês acabou com o feijão. As vaca fica tudo atacada de tudo quanto é doença e todo dia aparece uma nova. O preço do leite você sabe; o queijo é uma trabalhadeira. Mas nós gosta da vida. Aqui nesses baixo nós é tudo amigo, e a gente já nasceu nesse trem de tocar fazenda, não tem jeito de parar. Parar, só morrendo."

CAPÍTULO III

A ERA DA REFORMA

"- Mas, quem era que podia explicar isso tudo a eles, que vinham em máquina enorme de cumprir o grosso e o êsmo, tendo as garras para o pescoço nosso mas o pensante da cabeça longe, só geringonciável na capital do Estado?"

A operacionalização do projeto modernizador da agricultura ocorreu com ênfase mais acentuada a partir da década de 60, particularmente nos seus anos finais. Há um período no pós-64 que o ordenamento vai sendo montado e os instrumentos preparados. Alguns, que imediatamente depois de 64 pareciam ter grande importância, tiveram pouquíssima utilização (caso do imposto progressivo, por exemplo). Enquanto outros, definidos de forma precária no Estatuto da Terra e participantes secundários dos debates da época, vieram a ter um destaque capital, como é o caso do crédito rural.

Se excetuarmos os programas regionais específicos, as ferramentas da modernização não são muitas. São constituídas por alguns instrumentos financeiros - como o crédito, os preços mínimos, por exemplo - outros, de caráter mais "social" - a assistência técnica e extensão rural, o estímulo ao cooperativismo, a colonização - outros, mais técnicos - a pesquisa agropecuária, os programas de sanidade animal, a vinculação dos cursos da área aos interesses empresariais - e os programas gerais de infra-estrutura, fundamentalmente, armazenagem e transporte. É bom no entanto ressaltar que jamais houve uma articulação muito consonante entre projetos e instrumentos; até, muitos deles são descoincidentes no tempo e no espaço. Alguns foram e são priorizados, enquanto outros vêm sofrendo re formulação constante.

Para os que nos interessa no presente trabalho, foram eleitos cinco desses instrumentos para uma análise. Não são de forma alguma os únicos recursos utilizados pelos governos para o caso geral da agricultura brasileira. Foram no entanto,

os principais instrumentos articulados para a consecução do Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba - PADAP - objeto deste estudo. São o Crédito Rural, a Pesquisa Agrícola, a Assistência Técnica e Extensão Rural, o Cooperativismo e a Colonização. Neste capítulo serão examinadas as relações entre os instrumentos de política agrícola e a propriedade "tradicional", na forma como o contato aconteceu na região do PADAP.

1 A "Exploração Racional"

A chegada do PADAP na região provocou sérias transformações, rompeu uma dinâmica de vida e produção, e a ruptura entre o antes e o depois do Programa, é um registro histórico notável. O ano de 1974 é um marco: pela desapropriação, pela exploração dos cerrados e pelas transformações contínuas que foram ocorrendo, sem interrupção. Nas referências dos fazendeiros ao passado e ao presente, são mesclados os qualificativos "bom" e "ruim"; nem tudo antigo era "bom", nem tudo contemporâneo é "ruim", e vice-versa. A vida passada era "boa" para umas coisas, "ruim" para outras, como a atual, mas, num aspecto, todos os fazendeiros concordam: era muito diferente.

O dado essencial para a produção fazendeira é a propriedade da terra, e ela passou por uma grande transformação. Antes, a terra era acessível ao despossuído - quase todos os entrevistados transformaram-se em proprietários através do trabalho -, era barata, valia pouco, comparada com os gêneros que um meeiro podia produzir, comparada com bezerros e vacas. O passado tem essa positividade, de certo modo idealizada, mas em grande parte real(1). Pelo trabalho se conseguia a terra, equivalente da riqueza, que crescia como patrimônio, com o crescimento daquela. Mas, essa positividade do passado não era integral, tinha o seu aspecto "ruim", porque mesmo sendo comerciável, o preço da terra era baixo.

Com a instalação do Programa a terra ganhou preço, não

(1) Comparando preços de gado e terra, milho e terra, feijão e terra, quinze anos antes e em 1984 nota-se a queda relativa do preço da produção agrícola. Este exercício apresentou grande coerência na totalidade das entrevistas.

só nominal, real mesmo(2). Então, as fazendas ficaram caras, multiplicando o patrimônio:

"- Aqui melhorou muito. Porque a terra não valia nada, então, se desde o princípio não vale, o fim é pouco também. Hoje todo mundo que tem sua terra aqui, que ele produz ou não produz não importa, mas ela tem um alto valor. Mesmo as cultura, as terra torta. Tendo terra o sujeito tem, como se diz, 'inhambú na capanga', é só abrir a boca e vender."

Mas ampliado o patrimônio pela valorização da terra, fica também difícil o crescimento da pecuária, pois o preço dela subiu muito à frente do preço dos grãos e do gado. Aumentar a riqueza fica complicado, e embora satisfeito por ter ganhado dinheiro a mais, sem esforço, o fazendeiro ressen-te da impossibilidade de comprar mais terra, de ter muitas cabeças de gado, dos filhos afazendarem-se, de ter que agora procurar um novo crescimento do patrimônio em outras coisas, como a seleção do gado ou a recuperação de solos.

Antigamente era "bom" porque produzir era fácil:

"- O tempo antigo para muito coisa era melhor, antigamente dava mais coisa, hoje não dá igual dava. Para nós pesou porque tá tendo que comprar muita coisa. Era melhor, dava mais mantimento, hoje é caro produzir."

Mas, contraditoriamente, era difícil, do ponto de vista técnico, tocar uma lavoura. Era "ruim" porque não se conhecia o adubo, o trato da terra tinha que ser feito à base de enxada ou boi, não de trator, como geralmente se faz depois do PADAP. Apesar disso, o presente, nesse aspecto, não é somente "bom", porque o novo manejo da terra, cultura ou cerrado, é caro e, maior parte das vezes, inacessível. Então, antigamente era fácil e difícil - porque a ciência era simples, mas pouco produtiva - hoje também é difícil e fácil - porque a nova ciência de produzir é cara. Os tempos são diferentes, como os processos e os problemas, e o divisor de águas, o nascimento da diferença, foi a chegada da colonização à região.

As políticas de colonização organizadas no Brasil tiveram início no século XIX, com a formação de núcleos de povoamento estrangeiro em zonas de baixa densidade demográfica. Quase

(2) A valorização da propriedade territorial é um fenômeno que independe do proprietário, determinado por mecanismos próprios, do movimento do capital no campo. Sobre o assunto ver Marx (1975).

sempre, sob o patrocínio do Estado, ou contando com alguma co laboração de sua parte. Conforme Tavares e outros (1972), colonização se define quase sempre como o processo de povoamento, precedido de planejamento, para ocupar ordenadamente uma determinada área. Em quase todos os projetos brasileiros, o objetivo perseguido foi a construção de propriedades parcelares, exploradas com trabalho familiar e com agricultores de baixa capitalização.

A colonização oficial até aproximadamente a década de 1930 era norteada principalmente pelo interesse de povoar determinadas zonas com pessoal estrangeiro. A partir daí essa política passa a ser reorientada, se não priorizando, pelo menos dividindo os supostos benefícios com população nacional. Tavares e outros (1972) acentuam que particularmente nos anos 40 a colonização vai perdendo o caráter exclusivo de povoamento e ganha sentido propriamente político⁽³⁾, na medida em que será utilizada como instrumento de redução de tensões sociais, através do deslocamento de populações para além da fronteira agrícola. E há, por essa época "indicações de que havia também, ao menos no espírito do legislador, alguma preocupação com o nível de vida dos colonos" (Tavares e outros, op cit).

O Estatuto da Terra, em 1964, dá, para os projetos de co lonização, uma forma definitiva. Nesse documento serão definidos os objetivos e procedimentos da colonização, as normas gerais para seu funcionamento. Mas, nos primeiros anos, ela não foi ainda utilizada como viria a ser depois. É a partir de 1970, com a criação do INCRA, que a política de colonização será definitivamente confundida com a Reforma Agrária, e, de preferência, passará a ser realizada em áreas de fronteira. O Governo Médici, com o "Brasil Grande" e a integração da Amazônia, transformou a distribuição de terras, os problemas agrários do Nordeste e Sudeste, a construção de rodovias e o povoamento da fronteira, numa única política, articulando tudo num projeto imenso, e em grande parte fracassado⁽⁴⁾.

As deficiências de comercialização, assistência técnica, pesquisa e crédito, levaram grande parte desses projetos à estagnação ou regressão. O modelo de colonização construído pe-

(3) Tavares dos Santos (1985) também aponta este movimento.

(4) Esta questão foi analisada por Cardoso e Muller (1977).

lo INCRA (incluindo agrópolis, rurópolis, etc.), que procurava organizar comunidades que culminariam em empresa cooperativa, em poucos casos vingou, por razões que não cabem aqui serem analisadas.

No governo Geisel (1974/1979) a prioridade amazônica foi revista e relativizada, mas colonização continuou sendo equivalente à Reforma Agrária. Apenas, esta política foi subordinada aos critérios de produção e eficiência. Na organização dos núcleos foram priorizados infra-estrutura e crédito. O foco central de atenção passou a ser menos o lavrador da subsistência e mais o proprietário-empresário; os módulos de exploração familiar foram substituídos por propriedades - modulares, é certo - mas tecnificadas e integradas ao mercado consumidor:

"Esta escolha (por empresários rurais) significa que os beneficiários diretos do crédito rural e da elevada formação pública de capital, para abrir regiões isoladas e aumentar a área sob cultivo, estarão concentrados no decil superior da distribuição de renda rural."

(Goodman, 1978:325)

Daí, os benefícios para as faixas de menor poder aquisitivo deixariam de serem fornecidos diretamente pelo Estado, passando a aparecer sob a forma indireta, com a criação de empregos no campo.

Colonização associa-se à modernização agrícola, Reforma Agrária, crédito. Sob a batuta do INCRA e outros órgãos, são articulados projetos globais de integração da produção ao mercado, como se o Estado não só fornecesse as condições, mas criasse ele próprio o espaço físico da reprodução do capital.

No Estado de Minas Gerais, funções semelhantes às do INCRA são cumpridas pela Fundação Rural Mineira - Colonização e Desenvolvimento Agrário, Ruralminas. Empresa constituída na década de 1960, coordena a política fundiária e de desenvolvimento rural do Estado. Embora sua ocupação não seja apenas a colonização, é ela a responsável por toda essa política em Minas Gerais, coordenando planos de assentamento e colonização desde sua formação.

No começo dos anos 70 a ação da Ruralminas passou a ser bastante diversificada, e dirigiu projetos da Secretaria da Agricultura como o Provárzeas e o Planoroeste. O último, que foi um projeto amplo e envolveu inclusive colonização, foi de

onde a empresa tirou experiência para aplicar no PADAP. A diferença é que o Planoroeste previa o assentamento de colonos sem-terra ou posseiros, no espírito, digamos, "antigo" do Estatuto da Terra.

A ação da empresa no PADAP consistiu na coordenação geral dos diversos órgãos públicos e ordenamento da situação fundiária, retirando daí toda a base do seu poder. Dessa forma, sua função foi fornecer a infra-estrutura viária, fundiária, energética, etc., ao projeto, de forma a permitir que o capital se expandisse, numa espécie de transferência de capitalização ao setor privado.

O PADAP chegou aos fazendeiros com a desapropriação. O impacto da tomada da terra - que depois, para a maioria dos proprietários acabou sendo devolvida - foi considerável e é a mais sólida demarcação temporal que existe para todos aqueles que viveram o processo. É claramente marcado na memória dos depoentes o tempo do "antes" - quando o chapadão era quase todo de Antônio Luciano Pereira - o "durante" - o ano em que o governo reteve o título e arvorou para si a propriedade de todas as glebas - e o "depois" - quando a CAC instala seus colonos, convertendo os campos do chapadão em lavouras de soja, trigo e café e os fazendeiros assistem a transformações substanciais no seu mundo.

O governo precisava das terras de Antônio Luciano e desapropriou toda a área circunvizinha:

"- Em 73, dia 13 de setembro. Eles falaram que ia vir o INCRA e que tinha essa lei de desapropriar, mas quando a gente viu, foi no jornal com o nome de quem tinha sido desapropriado. Foi aí que todo mundo levou um susto. Em 73 o decreto veio com quem tinha sido desapropriado, em 74 os japoneses ocupou a terra. Isso (a desapropriação) foi uma coisa que nós passou por ela e nem não entendeu. Eu fiquei na terra e eles não mandou sair hora nenhuma, mas me proibiu todo meu trabalho. Foi desapropriado mas nós não foi retirado."

Antônio Luciano é de São Gotardo, onde sua família era afazendada. É médico, ex-banqueiro, empresário e latifundiário. Possui uma quantidade imensa de fazendas (umas 500 segundo algumas estimativas), e uma imensa crônica, política e de costumes. Segundo alguns cálculos, suas fazendas, não-continuas, vão da barra do Rio Urucuaia à Serra da Canastra, portanto do Médio São Francisco ao Campo das Vertentes. É, todavia,

praticamente impossível levantar todas as propriedades, pois diversas empresas, subsidiárias e proprietários nominais ocultam a extensão de suas terras, que alguns afirmam totalizar 500.000 hectares em Minas Gerais(5).

A gleba desapropriada que deu lugar ao PADAP, ao que informam, não era muito bem administrada. Era usada para pastoreio de gado (6.000 reses, segundo uns, 200 apenas, segundo outros), empregava também número discutível de pessoas. Segundo as fontes oficiais, responsáveis pela desapropriação, eram empregadas apenas 9 famílias (FJP, 1983). Segundo um antigo funcionário da fazenda, havia 200 empregados, todos com carteira assinada e gozando dos privilégios que um bom patrão costuma fornecer:

"- O homem que era desapropriado aqui, ele tem muita fazenda aí, pode olhar que os empregado dele é tudo legalizado, tudo é pago com carteira assinada, paga mais do que o salário. Ele não deve nem um tostão a ninguém, pagou todo mundo. Inclusive quando foi desapropriado ele tinha uns 5.000 hectares de terra arado, gradeado, pronto para plantar arroz, mas ele plantou e não colheu, porque arroz aqui (nos altos) não dá. Todos os empregado que tava devendo em venda ele mandou pagar tudo. Ele tinha uns 200 empregados, tudo com segurança, tudo com médico por conta dele, farmácia ele pagava. Ele tinha muito gado, 6 ou 7.000 cabeças. O pessoal que trabalhava aqui ele mandou transferir uns para Brasilândia, uns para Lagoa da Prata, outros para Belo Horizonte e teve que mandar um bocado embora. Indenizou um dinheirão, chamou no acordo."

As terras desapropriadas de Luciano cobrem uma imensa área contínua que abarca uma boa parte do município de Rio Paranaíba, e atinge os municípios de São Gotardo, Ibiá e Campos Altos. Esta gleba é composta de chapadão (de vegetação campo, sujo e limpo, e cerrado) e vertentes de córregos. O chapadão quase todo era de Luciano, as vertentes quase que só de fazendeiros e sitiantes.

(5) "Este é o primeiro ano de plantio de soja, e a pretensão de Luciani-
nho, um jovem administrador de empresas de 36 anos, é cobrir grande
parte dos cerrados, embora a grande mágoa de seu pai, Antônio Luciano
Pereira, seja a desapropriação de 52.000 ha de terras feita pelo
ex-ministro Alysson Paulinelli, em 1972, para a implantação da Coope-
rativa Agrícola de Cotia. As terras foram cedidas aos cooperados, a
maioria japoneses, e até hoje o governo não pagou a indenização que,
segundo os cálculos, com os juros e a correção monetária, gira em
torno de Cr\$ 50 bilhões". ("Estado de Minas", Agropecuário, 19/12/
84; "Fazendas ecléticas conquistam o Cerrado").

A fazenda Santa Bárbara das Guaritas, que parece ter sido a propriedade original da família de Antônio Luciano, foi devolvida e hoje é um exemplo de empresa rural, segundo o jornal "Estado de Minas" (edição citada). Os proprietários tornaram-se cooperados da Cotia, produzem soja e café, além de bois de corte, leite, burros, cavalos Mangalarga e Campolina. Neste mesmo artigo, são descritos os manejos do fazendeiro e o processo de circulação dos rebanhos entre as diversas propriedades. Assim, na região do Alto Paranaíba, são citadas as seguintes fazendas: Santa Bárbara das Guaritas (área não especificada), dos Ferreiras (4.000 ha); das Fragatas (550 ha); dos Ribeiros (600 ha) e do Salto (1.000 ha).

Antônio Luciano herdou uma parte dessas terras. O resto foi comprando, na grande maioria das vezes, chapadão, e expandindo na direção de Rio Paranaíba:

"- Desde antes dos japoneses aqui, terra era um negócio muito comerciável. Sempre era vendido, mas o cerrado era sem preço. O Luciano, por exemplo, comprou essas terras aqui (do alto) na faixa de 10 mil réis o alqueire, e ele comprava de uma vez, ele comprava direto, tanto que o PADAP desapropriou 51.000 hectares, só dele, e nós todos foi desapropriado, todos vizinho de Luciano. Dele, comigo, nunca tive queixa nenhuma. Comprou isso e deixou, todo mundo é que desfrutava, isso aí era do povo, povo punha gado. Ele era assim, ele ia comprando, daí não usava para nada não."

O chapadão não tinha preço, e na área comprada havia o mesmo processo usado pelos outros fazendeiros: queima em agosto para pastoreio extensivo no fim das secas. Espalhados pela fazenda havia alguns retiros, onde moravam empregados do fazendeiro. Mas, ao que parece, era muito difícil administrar toda esta área dentro do sistema de pastoreio extensivo, gerando uma constante mistura de rebanhos com os outros criadores.

Antônio Luciano é muito querido pelos fazendeiros e sítiantes. Por laços distantes de parentesco, pelas regalias que suas terras e seus prepostos ofereciam aos proprietários vizinhos, e, talvez por ser, aos olhos destes, melhor vizinho que os colonos. Parte dos sítios e algumas fazendas não possuíam cercas divisórias com o dono do chapadão; em acordo com os vaqueiros e administradores, o rebanho daqueles pastava livremente durante uma época do ano nas terras deste. Alguns sítiantes falam com saudade do tempo em que podiam criar livre-

mente. Embora fosse pouco seu gado, eram menores ainda suas terras, e o cerrado livre permitia a criação extensiva, sem a luguêis ou pagamento de qualquer taxa:

"- Nossas terra era pouca e na seca apertava muito de pasto. Nós ia atrás do povo de Totoca (Antônio Luciano) e pedia uns pasto. No campo eles dava, e nunca cobrou um tostão de nós. As vez também o gado deles entrava nos campo nosso, mas nós nunca maltratou nem desnor-teou, nós levava direitinho lá para os retiro."

Em 1973, usando dos poderes concedidos pelo Estatuto da Terra, o governo considerou a área prioritária para Reforma A grária. Segundo o diagnóstico havia na região os males do latifúndio e do minifúndio: a muita terra ociosa de Antônio Luciano e dos fazendeiros, a pouca terra dos sítios, inferior ao módulo mínimo para sobrevivência de uma família. Apesar da justificativa exclusivamente técnica para a desapropriação, procurava-se, na verdade, ao mesmo tempo, modernizar o perfil agrário e romper o poder local, do então chefe Antônio Luciano. A colonização surge como forma de eliminar uma estrutura de poder e de produção.

Houve um conflito entre o poder do Estado e o local, baseado nos esquemas tradicionais de mandonismo. A respeito dessa questão e dessa época, Martins (1984) identifica o conflito e aponta seu sentido mais geral:

"Era impossível sobrepor o poder federal ao poder local e regional sem confiscar a sua principal base de sustentação, que é a terra, e o controle dos mecanismos de distribuição de terras entre os membros das oligarquias. O combate à oligarquia implicava em expropriá-la do seu principal meio de poder, que é a terra. (a intervenção federal) transformou-se na condição para que o desenvolvimento regional saísse das mãos da oligarquia, dos comerciantes e proprietários tradicionais, e abrisse espaço ao grande capital, cedesse terreno à acumulação dos grandes grupos econômicos, cuja escala de operação e de interesse faz deles justamente os efetivos agentes econômicos da centralização do poder. É a ação que dá envergadura nacional ao mercado de produtos agrícolas e industriais, ao mercado de capitais e, o que é particularmente importante neste caso, ao mercado de terras."

(Martins, 1984:50)

A tomada da terra de todos os fazendeiros e sitiantes em controu resistências, de várias formas. Primeiro foi uma tentativa violenta e clandestina de impedir a perda das terras. Alguns furavam pneus de carros e tratores da Ruralminas, fur-

tavam peças de máquinas, jogavam bombas nas casas dos primeiros colonos que chegavam, segundo pode-se apurar. Não é muito clara a origem e o número de participantes nesses episódios, mas essa revolta foi minada com os métodos próprios dos governos militares: houve intervenção do DOPS, SNI e Exército. Alguns fazendeiros, foram ameaçados com armas e processos de forma a desistirem do protesto:

"- Eu fui desapropriado. Eles mandaram a polícia aí na época da desapropriação, nós tava mexendo, chegou a polícia e cercou nós na estrada com metralhadora. Aí nós desistiu de mexer com isso, nós ficou amedrontado. Veio um general aí, não-sei-o-quê."

Existem variedades de resistência, onde os proprietários usaram da criatividade, às vezes do desespero. Há o caso único, pitoresco, de Pedro Basílio, alcunhado Pedro Demanda, que nunca permitiu a entrada de agrimensores e técnicos na sua propriedade; armado, ficava postado por dias na entrada de sua fazenda, atirando em todos os carros e tratores que se aproximavam. Pedro Basílio jamais aceitou a desapropriação, a medição de suas terras, a devolução delas ou o novo título de propriedade emitido pela Ruralminas. De nada adiantaram as conversas e ameaças de políticos ou policiais; sua terra é inacessível para estranhos, e como sua propriedade é quase toda plana, permanece ilha de mato, cercada de soja e trigo.

Mas o caminho mais comum da resistência foi a negociação. Desapropriados e impossibilitados de produzir, pois não gozavam de plena propriedade da terra - havia, segundo eles, o risco de plantar e não colher, se a terra fosse realmente confiscada - organizados em grupos, foram a Belo Horizonte conversar na Secretaria de Agricultura, na FAEMG, na Ruralminas:

"- A fortuna do homem é a terra, a terra o governo tomou, então nós não valia nada. Aguentamos esse ano só nas economias. Eu passei uns tempo sem poder tirar daqui (da fazenda) uma caixa de fósforos. Na hora aí a conversa é que nós tinha sido desapropriado. Ninguém sabia, certo como era o trem, ninguém sabia. O assunto era só desapropriar, não dizia o que eles ia fazer, era nada, a conversa era só desapropriar. Falava às vezes que nós tinha que sair em 48 horas, como que a gente saía em 48 horas? Eles falando: - 'Não é seu', mas não veio aqui desentocar nós. Ninguém podia plantar, não tinha esperança da gente colher.

- Nós foi com os outro fazendeiro, nós conversou com um homem, naquele prédio branco, ali perto da rodoviária de

Belo Horizonte (Secretaria da Agricultura): - 'Aquela terra não tem jeito não'. Um homem aí do Rio Paranaíba falou que não dava uma galinha pelo que nós tinha. Falou, nós acreditou. Nós voltou em Belo Horizonte. Conversou com outro homem, bom de serviço, não tem base. Nós ficou assustado, porque nós tira da boca para comprar um pedaço de terra. Na época a gente perdeu o sono, nós encontrava uns com os outro, conversava, reclamava: - 'Não tem base'. Nós ficou com medo. O homem falar que não dá galinha pelas terras que a gente tem?

- Nós ia diário para Belo Horizonte, era a FAEMG, era o INCRA, era a Ruralminas, não sei o quê. Nós chegou lá, pôs o advogado, que foi arranjar outro advogado para fazer não sei o quê, gastou demais. Nós não tinha orientação."

O poder do executivo forte não era sensível a organizações civis do tipo da FAEMG, e a impessoalidade do Programa não era acessível a contatos de tipo pessoal. O PADAP apresentou-se u no, como uma organização dirigida por técnicos, e, simultaneamente diverso, como um empreendimento que envolvia muitos órgãos - Incrã, Acar, Ruralminas, BDMG, CAC, Secretaria da Agricultura, Governo Federal - de poderes múltiplos e interpenetrados. Nesse cipoal os fazendeiros sentiam-se perdidos, viram a imensidão do poder do governo e a insignificância da pressão:

"- Como é que uns jacu aqui da roça, igual nós, podia enfrentar o governo? Na época a conversa era que foi desapropriado e o sujeito não ia receber aquilo de volta, né? Nós ficou na mão deles."

Em 1974 o governo devolveu as fazendas e sítios, menos grande parte da propriedade de Antônio Luciano. A condição, no entanto, para a devolução era a "exploração racional" das glebas com mais de 100 hectares: a conversão da exploração "tradicional", de baixa eficiência, em propriedade moderna, tecnificada e eficiente. Os fazendeiros da região não eram obrigados a entrar para a CAC, por exemplo, mas sim usar o cerrado de forma "racional", fazendo planos de custeio e investimento. Para isso foi instalado em São Gotardo um escritório da ACAR, incumbido da assistência a esses proprietários.

Dados os riscos, a pressão política e o volume de investimentos necessários, a ambição do projeto original foi reduzida, e os fazendeiros incluídos. Os sitiante foram entregues à sua própria sorte. Mas, a própria inclusão dos fazen-

deiros foi excludente: são chamados de "remanescentes" (6), os que sobraram. E na sua própria versão, a inclusão foi fortuita:

"- Foi feito um desapropriamento da área grande, total, então eles queria desapropriar as área maior. Então mediu uma área maior do que eles mesmo queria e aí nós entrou na desapropriação. Aí entrou a Ruralminas e mediu a área de todo mundo. Dentro daquele plano que foi feito para desapropriação, não é? É que o PADAP ficou nas área maior de produção, maior de terra, nas terras do Luciano. Agora, você vê aí, tem 65 mil hectares de terreno plantado. Isso é o que foi desapropriado de Lucianinho, que é aquele Totoca, tá lá em Belo Horizonte, você conhece ele, ou já viu falar nele. Esses 65 mil hectares era de Luciano. As (glebas) menor então, já não foi preciso, porque aí, depois, o governo de Belo Horizonte já conseguiu devolver o título das área menor. Então aí eles disse para nós, que se quisesse fazer o plano dentro do PADAP fizesse, mas deu a Emater para dar a orientação sobre as cultura nova, mas nós tinha que fazer, senão perdia de novo a terra. As área menor da nossa região era mais prejudicada, porque era torta. Aí ficou nisso, entrou a Cotia nas área de desapropriação, nas área mais plana. Então quem tinha mais de 100 hectares ainda tinha de fazer um plano pela Emater ou pela Cotia para desenvolver dentro da área."

Dessa forma ficou cristalizada a situação que é a descrição histórica que os órgãos oficiais fazem do PADAP:

"O programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba (PADAP) objetivou introduzir a atividade agroindustrial em bases empresariais, associando o setor público e o empresariado, este representado basicamente pela Cooperativa Agrícola de Cotia. Compreende uma área de 61.000 hectares entre os municípios de São Gotardo, Rio Paranaíba, Ibiá e Campos Altos, com assentamento de 90 colonos e a reincorporação de 310 produtores locais." (Ruralminas, 1982)

A Administração direta do Programa na fase inicial ficou entregue à Ruralminas. Cuidando das medições e titulações, o órgão era uma espécie de vice-reinado do governo na área; mexia com a posse da terra, titulava, resolvia pendências por propriedades. Os chefes de escritório da empresa e os técnicos

(6) Martins explica que não é gratuito o processo de dar nomes ao homem do campo. De um original depreciativo como "caipira", por exemplo, constrói-se um conceito político: "São palavras que deste tempos remotos têm duplo sentido. Referem-se aos que vivem lá longe, no campo, fora das povoações e das cidades, e que, por isso, são também rústicos, atrasados, ou então ingênuos, inacessíveis. Tem também o sentido de tolo, de tonto. (...) No conjunto são palavras depreciativas, ofensivas." (Martins, 1981:22)

cos eram sempre trocados: as pessoas que tinham nas mãos o poder de decisão sobre a terra não possuíam um rosto ou nome conhecido. Num mundo assentado nas relações pessoais, no parentesco, compadrio ou amizade foi grande a transformação provocada pela impessoalidade da empresa.

Nas vertentes, onde era maior a unidade dos produtores, maiores seu poderio e capital para questionar as atitudes da Ruralminas, a terra geralmente foi devolvida intocada. Em outras, onde a falta de recursos dos proprietários era muito evidente, a desapropriação ganhou, às vezes, o caráter de roubo de terras.

Diversos sitiantes possuíam terras de cerrado que se limitavam com Luciano. Como o chapadão em muitos vales era de uso livre, apesar de possuir proprietário formal, bastante razoável, portanto, que não fossem construídas cercas, apenas assinaladas as divisas, com pedras ou estacas. Muitos desses perderam em definitivo seu cerrado, incorporado sem explicações às terras desapropriadas. Não se sabe se foram classificadas, ou não, como áreas transferidas aos colonos pelo Estado. Uma antiga moradora de Abaeté dos Mendes, que é trabalhadora volante em São Gotardo, narra assim sua versão de desapropriação:

"- Meu marido trabalhava no DER quando nós foi desapropriados. Eles disse que só ficava pra nós o trecho que fosse cercado. Aí nós comprou arame, mas os menino era pequeno para ajudar e ele só tinha de tarde e aos domingo para fazer a cerca. Então o nosso sítio ficou sendo só a cerca que nós deu conta de fazer. Foi disso que nós recebeu o título."

Diversos depoimentos como esse mostram que o poder de reivindicação e as atitudes do proprietário estavam, muitas vezes, associados com a integridade de sua propriedade. Raramente proprietários maiores perderam terra. Às vezes, mesmo cercada, parte da gleba dos proprietários menores era simplesmente integrada à área desapropriada. Desconhecedores dos canais de reclamação, carentes de contatos políticos que poderiam "dar um jeito" de restabelecer a posse, sobrou a esses proprietários apenas a visão do seu cerrado convertido em lavoura moderna, de outros.

Com os fazendeiros, proprietários de glebas maiores, esse fenômeno aconteceu de forma menos frequente. Apenas dois,

entre os entrevistados (ver tabela III-2, com a relação dos fazendeiros), perderam alguma terra. Um, líder suposto da oposição ao PADAP, perdeu por volta de 120 hectares. Recorreu a advogados, a políticos, mas a terra não voltou às suas mãos. Outro é um caso mais próximo dos sitiantes. Seu trecho de chapadão entrava como uma cunha de 40 hectares em terras de Luciano, e, na demarcação definitiva da Ruralminas, essa terra não constou em seu nome. Tratando-se de um fazendeiro pobre, "fraco", não pôde pagar advogado. Propôs a um advogado de São Gotardo, tentar a devolução em troca da metade da área desapropriada. Mas ele não mostrou muito interesse e a situação permanece, para o proprietário, irresolvida. Mesmo depois de 10 anos, o fazendeiro ainda não dava o cerrado por perdido. Com razão: o colono que recebeu aquela gleba nunca fez a destoca, o que indica que a reivindicação do fazendeiro não é inteiramente carente de justiça, pois os cooperados sempre desmatam todo seu lote. A situação desse fazendeiro é semelhante à de muitos sitiantes: a impossibilidade absoluta de reclamar a terra pelas vias formais converteu-os em presa fácil para desapropriações privadas.

A intervenção do governo, através da Ruralminas, mostrou aos proprietários a extensão do poder autoritário, o poder absoluto de anular o direito da propriedade da terra. O período que ficaram sem ela foi a evidência deste poder. Mostrou também, que esse poder é discriminatório; embora tenha uma aparente impessoalidade, atinge com mais dureza os mais fracos, ou os mais rebeldes. E, que o poder do Estado é às vezes impermeável a pedidos e contatos de tipo pessoal.

Para os fazendeiros, o PADAP é uma mescla de diversos elementos, sustentados principalmente pela Cotia. O programa chegou com a desapropriação, e a antiga pessoalidade de "Totoca" foi substituída pela impessoalidade do poder do governo, da Ruralminas. Quando a Ruralminas afastou-se para o canto da cena, os colonos assumem o primeiro plano. O que perturba a vida dos fazendeiros não é apenas o fato do cerrado ter novos donos, mas sim do cerrado ter aqueles donos, que implantaram novas culturas, novos hábitos, inteiramente distintos dos seus. "Totoca" - rico, milionário - era e em parte ainda é, um fazendeiro "tradicional". Sua imensidão de posses transforma-o, aos olhos dos fazendeiros, num dos seus pares que se

destaca. Mesmo sendo poderoso e distante - mora em Belo Horizonte - seu sistema de criação e expansão é parecido como o de todos. Do Governo aos colonos: no fim das contas essa associação é clara. O governo é o responsável pela vinda dos colonos, os colonos são o PADAP, e, a forma material do PADAP, além das plantações, é a Cotia.

Segundo a versão dos órgãos do governo (por exemplo, FJP, 1983) e de técnicos a eles ligados, os chamados "remanescentes" venderam quase a totalidade de suas terras aos colonos da CAC. Reza uma outra versão, muito difundida entre os técnicos que executaram o Programa, que quando foi estabelecida a obrigatoriedade de "exploração racional" para as áreas maiores que 100 hectares, os fazendeiros vendiam suas terras até chegar a 99 hectares, quando então ficavam livres da "reforma". De qualquer forma, segundo qualquer das versões, há uma absolutização do volume de vendas de terras, que precisa ser examinado com bastante cuidado. Se dividirmos as propriedades segundo o critério da desapropriação e devolução - mais e menos que 100 hectares - veremos que as propriedades menores reduziram-se muito em quantidade e área. Grosseiramente, podemos afirmar que dos 230 pequenos proprietários existentes em 1974, restavam em 1984 apenas uns 60⁽⁷⁾, dentro da área total de 62.000 hectares desapropriados. Quanto aos proprietários de áreas maiores, embora seu número tenha decrescido, não foi reduzido de maneira tão drástica, comparando-se com os proprietários de áreas menores (ver tabela III-1).

Podemos demarcar claramente dois momentos de acentuação de vendas, onde o ritmo dos negócios foi mais ágil. O primeiro, no durante e no imediatamente após a desapropriação, quando o risco de perder a terra ainda estava presente. O segundo, no sucesso da "exploração" dos cerrados, que ocorre por volta de 78-79, que valoriza enormemente as terras da região, principalmente as planas, compradas por novos colonos, que em 10 anos dobraram o número de associados da CAC em São Gotardo, passando de 90 para 180 cooperados.

As vendas de terras obedeceram a vários critérios, mais

(7) Essa estimativa - não exata - foi feita na pesquisa de campo. É bem mais difícil conseguir informações sobre antigos sítiantes, muito numerosos, que sobre antigos fazendeiros.

TABELA III-1: Proprietários da Área do PADAP, com Glebas Maiores que 100 Hectares, segundo Três Levantamentos (a)

AUTOR DO LEVANTAMENTO	NÚMERO DE PROPRIETÁRIOS
EPAMIG (1979)	68 (b)
EMATER (1982)	45
PESQUISA DE CAMPO (1984)	40 (c)

- a) Apenas as propriedades com mais de 100 hectares foram obrigadas à "exploração racional".
- b) Levantamento feito em 1977.
- c) A estimativa foi feita da seguinte forma: partindo das áreas maiores de 100 hectares desapropriadas em 1974, foram procurados em cada vale, através de informações com moradores e vizinhos, os proprietários citados na desapropriação; se venderam, mudaram de vale ou morreram. O número é aproximado, pela fragmentação ocorrida nas glebas, pela expansão de alguns, pelo uso de apelidos, etc.

TABELA III-2: Proprietários e Áreas de Fazendeiros e Sítiantes da Região do PADAP, entrevistados na Pesquisa

NOME	ÁREA 1974 (ha)	ÁREA 1984 (ha)	DIFERENÇA (84-74) (ha)	COMPR./VENDEDOR (a)
Alberto	1.200	400	- 800	col./faz.
Jurandir	30	195	+ 165	sit.
Múcio	150	150	-	-
Geraldo	192	105	- 87	col. -
José Carlos	201	201	-	-
Abraão	102	102	-	-
José Bernardo	25	25	-	-
Eurípedes	473	600	+ 127	sit.
Francisco	138	138	-	-
Marcos	120	120	-	-
José Antônio	204	102	- 102 (b)	-
Xavier	156	139	- 17	col.
Paulo	115	99	- 15	faz.
Caio	315	600	+ 285	faz.
Juraci	10	70	+ 60	sit.
Alfredo	390	517	+ 127	sit.
Euclides	30	30	-	-
Daniel	70	800	+ 730 (c)	faz.
Ernesto	1.400	900	- 500	faz.
Almiro	20	70	+ 50	sit.
José da Zica	30	120	+ 90	faz.
Dão	150	700	+ 550	faz.
Vanderley	-	20	+ 20	sit.
Jardel	400	700	+ 300	faz./sit.
João Domingos	800	2.000	+1.200 (c)	faz./sit.
Hércules	20	400	+ 380 (c)	faz. sit.
Norato	15	15	-	-
Lúcia	30	-	- 30	faz.
Carlos	20	15	- 5	faz.
Manuel	120	120	-	-
Francisco P.	150	125	- 25	faz.
Avelar	350	400	+ 50	sit.
Eugênio	160	160	-	-
Otávio	195	195	-	-
Nonato	250	280	+ 30	sit.
Pedro	220	300	+ 80	sit.
Afonso	300	210	- 90	faz.
Alexandre	60	90	+ 30	sit.
Marcílio	45	45	-	-
Cícero	30	20	- 10	sit.
TOTAIS	8.686	11.278	+2.592	-

- (a) Comprador/Vendedor: sitiante, colono, fazendeiro
- (b) Com a morte da mulher, doou metade aos filhos
- (c) Cooperados da CAC, naturais de São Gotardo

ou menos diversos entre si. Em primeiro lugar, a chegada do PADAP não destruiu de forma absoluta a tendência histórica à divisão e reconcentração da terra na região. Sítiantes estão constantemente vendendo suas terras para procurar uma cultura "descansada", filhos de fazendeiros podem estar procurando uma gleba para começar seu afazendamento, fazendeiros continuam expandindo suas propriedades, etc. A divisão e a troca de donos, de sítios e de fazendas, prosseguiram pelo menos nas verbalizações. Os sítiantes estabelecem-se de preferência nas culturas, e esta terra não apresenta qualquer interesse, a não ser ocasional, para os colonos; os interessados nela são os antigos habitantes locais.

Depois, com o PADAP, houve uma valorização das terras, mesmo de cultura, que funcionou como estimulante para que parte dos antigos sítiantes, convertidos em trabalhadores volantes, trocassem a propriedade do sítio por uma casa em São Gotardo, de preferência. Lá, além dos confortos e vantagens da cidade (educação dos filhos, empregos urbanos para alguns membros da família, luz, televisão), não estavam em nada separados do seu local de trabalho: o lote do colono. Os compradores dos sítios não foram sempre os colonos: as terras tortas, da cultura, impróprias para o uso de maquinário, em boa parte das vezes foram compradas por sítiantes vizinhos, fazendeiros ou filhos, e passaram a ser usadas, geralmente, como área de criação (ver na Tabela III-2 a expansão bruta dos fazendeiros).

A valorização das terras, aliada à impossibilidade de continuar fragmentando certos sítios, levou alguns sítiantes à alternativa extrema. Com a decadência do antigo sistema de produção, empregados, quase permanentes, de patrões incertos, muitas famílias de sítiantes saíram da terra, já convertida então apenas em local de morada, e procuraram o caminho da cidade. Geralmente os que possuíam terras cercadas pelos colonos de todos os lados venderam suas glebas para esses que na maioria das vezes estavam interessados na água, para irrigação.

Nos diversos vales do PADAP podem ser encontrados novos sítiantes, estabelecidos naquela propriedade há pouco tempo. Maior parte das vezes, são dali mesmo da região, naturais de outros vales, que mudaram seu local de morada para continuar

na mesma atividade. Da mesma forma, é comum, quando se pergunta a um fazendeiro o destino do vendedor de um sítio que ele recém-comprou, encontrar a indicação que o antigo proprietário "desceu o córrego", isto é, estabeleceu-se numa área abaixo, fora do PADAP, mas no mesmo vale, onde as terras são menos valorizadas. Sintetizando este movimento de venda, podemos afirmar que as compras e vendas de terras continuam funcionando entre os proprietários da região. Ele é acentuado de um lado pela valorização das terras ocorrida na região, de outro, pela conversão definitiva dos sítiantes em volantes. No entanto, ressalve-se mais uma vez, nem toda venda incluída nesse caso significa um rompimento definitivo dos laços com a terra, pois ainda fica aberta a possibilidade de estabelecimento em regiões menos valorizadas.

Outro caso, é mais diretamente ligado ao fazendeiro. É uma situação em que os proprietários sentiram-se ameaçados pela desapropriação, ou dificultados de realizar uma "exploração racional" de suas terras. Neste caso, o terror infundido pela "reforma" da Ruralminas foi tal que levou alguns proprietários a desfazerem-se de suas terras. Venderam rápido e barato suas propriedades, geralmente a colonos recém-chegados ou a fazendeiros mineiros em expansão. A venda da terra, aqui, é derivada exclusivamente de impossibilidade de enfrentar a nova situação. Parece que nesse caso a venda não transformou os antigos proprietários em assalariados, pois geralmente afazendaram-se de novo, e a notícia que temos deles é que mudaram, para outra região ou Estado. A redução do número de fazendeiros parece ser devida muitas vezes à pressão da "reforma".

Um último caso envolve maior complexidade. Com a devolução das terras, como foi dito, os fazendeiros foram obrigados a assumir um compromisso de modernizar a propriedade. A modernização, do ponto de vista do Programa, era o plantio de soja, trigo ou café nas terras de cerrado. A sutileza que escapou ao INCRA, na época, foi a diferença entre um latifúndio e uma grande propriedade de subsistência. Da forma como é praticada a pecuária na região, a carência absoluta de muitos fazendeiros, 200 ou mesmo 300 hectares, dependendo da qualidade (isto é, da proporção entre cultura e cerrado) não podem ser considerados um latifúndio: é apenas área suficiente para sustentar razoavelmente uma família.

Obrigados a modernizar, os fazendeiros tiveram de recorrer ao crédito. O fracasso das primeiras safras levou, em alguns casos, à venda de parte das fazendas, para sanear o endividamento forçado. A soja leva alguns anos para alcançar, nas terras de cerrado, a plena produtividade. Os insucessos seguidos - de 2 ou 3 anos - mostraram aos fazendeiros o risco de prosseguir naquela atividade. Assim venderam uma parte das fazendas, quase sempre o cerrado, para pagar os bancos. Percebendo que a vigilância da Ruralminas relaxava, alguns plantaram brachiária no trecho trabalhado do cerrado, e voltaram a dedicar sua atenção à pecuária abandonando de vez a modernização. A brachiária, plantada no cerrado, constituía uma demonstração de que o chapadão estava sendo explorado. Mas, vários proprietários optaram também, quando estavam endividados, por vender a terra plana que estava valorizando, e comprar, dos vizinhos, extensões razoáveis de terra de cultura, eliminando assim diversos sitiantees daquele vale.

A grande maioria dos fazendeiros, quando forçada a modernizar suas explorações, fracassou. E isto redundou parte das vezes em venda de terra. Alguns perderam com isso a melhor parte de suas fazendas. Outros, que plantaram brachiária, ganharam uma área de cerrado aproveitável. Muitos fazendeiros perderam terra nesses processos. Alguns vales, de terra mais esconsa, onde mesmo o cerrado é torto, foram isentados de modernizar as propriedades, pela absoluta impossibilidade de mecanizar aquelas áreas. Estes geralmente conservam a propriedade integral: não interessa aos colonos, e hoje, muito pouco, a seus vizinhos.

O que ocorre então, com a venda de terra, não é "incapacidade administrativa", como acusam certos técnicos, ou "resistência à modernização". É, antes de mais nada, a impossibilidade de aceitar a modernização da forma como é proposta. A persistência na lavoura moderna, com créditos complicados e área limitada, é uma aventura suicida. Desfazer-se de parte da gleba para sobreviver na antiga forma, não é uma atitude irracional. Antes, é uma demonstração da vitalidade do sistema fazendeiro de explorar a terra, que, mesmo acuado, sobreviveu.

2 A Modernização e os Fazendeiros

O sucesso dos colonos do PADAP foi derivado de uma combinação de tecnologia, topografia, terra barata e uma pitada de aventureirismo. Tudo movido pelos créditos do Polocentro. Quando começou a ser montado o Programa, havia, por parte dos órgãos e pessoas envolvidas, uma certa dose de insegurança. Jamais se havia plantado no cerrado em tão larga escala e área contínua. Os novos produtos já eram cultivados, mas em terras férteis, no sul do país.

"- Essa área de cerrado antes ficava um pouco esquecida, não que a Emater não trabalhasse. O problema é que o pessoal não demandava o escritório, porque eles estavam acostumados a explorar a pecuária, sem um padrão genético bom. Era aquele gadinho, o caboclo tinha 200 vacas e tirava 100 litros de leite por dia. Hoje é anti-econômico, mas na época dava para eles sobreviverem; o leite para a Nestlé e um queijo. No cerrado praticamente a gente trabalhava de acordo com a procura, nós também não tínhamos confiança nenhuma no cerrado, não tinha trabalho nenhum, não tinha pesquisa, não tinha nada que provasse que o cerrado tinha esse potencial que hoje se vê. Tanto que, na implantação do projeto, foi um desafio, tanto para a pesquisa, quanto para a assistência técnica, quanto para o governo. No caso, nós, a ACAR (atual EMATER), foi um desafio trabalhar, com receio de dar certo ou não. A partir do 2º, 3º ano, começou a dar frutos, e nós vimos que o negócio tinha o potencial, houve expansão no ano de 1977. Hoje, que deu certo, todo mundo é o pai da criança; a Cotia, a Ruralminas, o Paulinelli, todo mundo. Mas naquele tempo não era essa confiança toda.

O japonês veio para cá primeiro. Eles tinham tradição de plantar soja, mas vieram de uma terra completamente diferente, que é o Paraná, São Paulo. Lá, o solo é completamente diferente; então, nos primeiros anos, nós tivemos que usar uma tecnologia própria para cerrado, diferente daquela que eles usavam lá. Então aconteceram muitos insucessos, os 2, 3 primeiros plantios, até adaptar a tecnologia, diferente, para aqui."

O cerrado era (em parte ainda é) um mistério para os técnicos. Para seu aproveitamento é necessário a destoca⁽⁸⁾, uma

(8) A destoca geralmente é feita com trator de esteiras, que derruba com a lâmina todas as árvores e extrai suas raízes. Pode também, às vezes, ser feita com o "correntão", uma corrente grossa, unida cada uma das extremidades e um trator pesado. Os dois tratores trabalhando paralelos, a uma distância razoável, vão arrastando com a corrente todas as árvores que estão entre eles. Ainda, tratando-se de um cerrado fino - ou campo sujo -, podem ser combinadas a destoca, aração e gradagem, quando é acoplada a um trator de esteiras uma grade pesada (tipo "Romme"). Aqui, o trator vai destocando a pouca vegetação arbórea e a grade lava em profundidade. Geralmente a parte mais onerosa das operações - é a destoca. Ver sobre assunto Informe Agropecuário (dez/77) e Campo (1980).

aração profunda e a cata de raízes. Daí vem uma fase de fabricação da terra, quando deve haver a calagem (aplicação de calcário) e a fosfatagem (sempre de acordo com a análise do solo). Elas devem ser renovadas periodicamente (mais ou menos a cada 5 anos), sob risco de desaparecer a fertilidade criada. O fosfato e o calcário adicionam à terra os elementos necessários para neutralizar sua acidez e fornecer às plantas os nutrientes de que precisam para seu desenvolvimento. Para a região do PADAP a dosagem desses elementos é bastante alta, em geral 4 ou 5 toneladas de calcário por hectare, 1 ou 2 de fosfato, mas isso varia muito, de acordo com a terra. É como se coubesse à natureza fornecer apenas a base física - o solo - e a luz, aos homens criar a fertilidade.

O plantio também exige grande sofisticação: a variedade da planta, o espaçamento e a adubação devem obedecer rigorosamente as determinações dos técnicos. A adubação geralmente é pesada, envolve alto consumo de nitrogênio, potássio e fósforo (NPK), e quase sempre deve ser seguida pela adubação em cobertura, para fornecer à planta mais nitrogênio, que a terra não possui. Depois de feito tudo isso, e plantado, ainda assim a produção é incerta: os elementos adicionados à terra na calagem e fosfatagem levam alguns anos - 2 ou 3 - para reagirem, ficarem incorporados ao solo⁽⁹⁾. Os dois ou três primeiros plantios no cerrado servem geralmente para "amansar" a terra⁽¹⁰⁾, romper a camada superficial, incorporar matéria orgânica, das raízes e sobras de cultura. Para a "amansação" as lavouras mais indicadas são a soja e o arroz. Principalmente a primeira, que fixa nitrogênio ao solo e a palha é decomposta com certa rapidez depois de colhido o grão. No quarto plantio de cerrado, a terra geralmente já atingiu um grau satisfatório de fertilidade, alcançando plena produtividade e admitindo o plantio de outras diversas lavouras. Até chegar nesse

(9) Desde o começo dos anos 80, os agrônomos vem abandonando o uso do calcário como fertilizante inicial e recomendando fosfatos solúveis de mais rápida penetração no solo e resultados mais prontos. Foram, também, desenvolvidas novas variedades, extremamente rústicas, de milho e soja, que alcançam plena produtividade já no primeiro plantio. Assim, já é possível, mediante maior investimento, possuir, desde o princípio, uma terra com capacidade plena de produção. Mas não era, em 1974.

(10) Ver a este respeito IPEA (1981).

ponto, no entanto, o produtor deve arcar com os prejuízos do alto investimento com baixa produtividade inicial. Depois de "feita", a terra estará sujeita apenas às oscilações do tempo - chuva ou sol -, bastando a renovação periódica das doses de fosfato e calcário e a adubação regular nos plantios de manutenção.

Existe no caso do PADAP o plantio numa área contínua, e a destoca indiscriminada com posterior monocultura, fizeram desaparecer parte dos predadores naturais de pragas de lavouras. Reciprocamente, foi multiplicada a área a ser atacada. Deste modo, a lavoura moderna trouxe para aquele cerrado o que era comum nas plantações do sul: as pragas e os agrotóxicos. Este combate de veneno é necessário para a produção em áreas de monocultura, é bastante caro e dependente de um acompanhamento rigoroso por parte do produtor e técnicos. As lavouras contínuas fazem as pragas proliferarem com rapidez, pulando de uma para outra plantação, de forma que o proprietário é obrigado a consumir agrotóxicos, e em grande quantidade, fazendo crescer um bocado os custos do plantio (11). Mas não é só isto. O solo, vítima de herbicidas e defensivos, foi perdendo vitalidade no chapadão do PADAP, transformando-se apenas em base física, local de depósito dos insumos da indústria agrícola. Jonas Brudeckas (1984), num estudo sobre o solo da região, diz que poucas formas de vida ainda habitam as lavouras dos colonos: a terra, atacada pelos venenos e resíduos de adubação, vai morrendo.

O cultivo de produtos de transformação industrial tem uma certa escala econômica, definida. O plantio de milho, arroz e feijão, por exemplo, da forma como é praticado na região pelos fazendeiros, pode ser feito em área de qualquer tamanho. O produtor pode perfeitamente consumir, trocar ou vender a produção ali por perto mesmo, sem gastar maiores esforços. Pode usar na pequena lavoura força animal ou familiar, porque o custo do ócio de um arado de bois, uma capinadeira, enxadas e foices, é muito baixo, mesmo para um produtor descapitalizado. A recompensa do seu trabalho representará, no fim das contas, o consumo da família ou pouca coisa mais, sendo

(11) Estes custos nem sempre são compensados por uma alta proporcional da produtividade. Ver Graziano da Silva e Kageyama (1983). Ver também Guedes Pinto (1981).

sempre computado como ganho, mesmo o pouquinho que se tira da roça.

Quando se trata de lavouras de transformação industrial, no entanto, a coisa é completamente diferente. Quando o governo montou o PADAP já criou uma área contínua de lavouras, com colonos agricultores vivendo disso. As glebas distribuídas foram de bom tamanho, 200 ou 300 hectares, não podendo ser operadas com trabalho braçal, ou animal, apenas; foi necessário o uso de máquinas. Estas máquinas só são compensadoras se forem usadas em trabalhos que forneçam ocupação para boa parte do período agrícola. Por exemplo, não se justifica adquirir um trator para arar 2 hectares de lavoura, nem comprar uma colhedeira para trabalhar 10 hectares. O preço da máquina, bastante alto, torna absurdos os custos de produção. Se o produtor ficar na dependência da produção de tais áreas para pagar essas máquinas, terá de plantar o resto da vida e ainda sobrá muito trabalho para seus filhos. Sobre o assunto, diz Kautsky (1972):

"A exploração por meio de máquinas tem (...) maiores obstáculos a transpor na agricultura do que na indústria (...). Não são apenas dificuldades técnicas, são também dificuldades econômicas que se opõem ao emprego da máquina na agricultura. Aqui, a maioria das máquinas só é utilizada durante uma pequena parte do ano: na indústria, as máquinas são utilizadas do começo ao fim do ano. Em igualdade de circunstâncias, aliás, a economia de força de trabalho por meio de máquina é muito mais considerável na indústria. Se, de duas máquinas, equivalente cada uma delas a dez forças de trabalho por dia, uma é acionada apenas 10 dias por ano e a outra 300 dias, a economia anual de trabalho é, num caso, de 100 dias de trabalho, no outro, de 3.000 dias. Se ambas durarem 5 anos, a economia total de trabalho com a máquina agrícola eleva-se a 500 dias de trabalho, com a máquina industrial a 15.000 (...). Se o valor de cada uma for de 1.000 dias de trabalho, a introdução da máquina industrial significa uma economia de 14.000 dias de trabalho, a da máquina agrícola, pelo contrário, um esbanjamento de 500 dias de trabalho."

O tamanho do lote do colono é combinado com a proposta de transformar o agricultor num consumidor do setor industrial. Para produzir nos moldes definidos pelo governo e pela CAC, teve de consumir todo o pacote, que inclui as máquinas, os implementos, as colhedeiras, fertilizantes e adubos, sementes e defensivos. Ao contrário das áreas de terras férteis

(onde a agricultura também se modernizou em moldes semelhantes, precedendo o cerrado), o chapadão do PADAP só pode ser explorado com calcário e fosfato - dada uma tecnologia constante -, a não ser para pecuária extensiva e carvoaria. Se compra uma parte do pacote agrícola, o produtor é obrigado a ir até o fim. A produtividade, por exemplo, das novas sementes não é diferente das antigas variedades, se não forem usados fertilizantes, adubos e defensivos(12).

Por outro lado, deve ser observado que se o pacote for a ceito, ele é indivisível; dificilmente pode ser decomposto pa ra uma série de propriedades. Aí por volta de junho, julho, feita a colheita do trigo, começa a aração e a gradagem que preparam o terreno para receber, em outubro geralmente, as se mentes de soja. Após o plantio e os tratos, capinas e pulveri zações, vem a colheita, que deve ser feita em prazo rápido. Caso a colheita se atrase, por questão de dias, as folhas se- cas de soja caem, criando um colchão no solo, retendo a umida- de da evaporação, o que, aliada às sobras de adubo, faz bro- tar rapidamente todas as sementes de ervas que ficam no chão, inviabilizando a colheita mecânica. Sendo uma lavoura de lar- go consumo e produção, o lucro unitário gerado pela soja é baixo, devendo ser compensado com a alta produtividade e as economias de escala. Assim, a colheita manual da soja, que é bastante difícil - as vagens abrem-se com relativa facilidade - tornaria extremamente onerosa a lavoura, mesmo para áreas pequenas, se fossem usados processos não-mecânicos. Daí que o maquinário (tratores, implementos e colhedei- ras) usado na lavoura principal do PADAP encontra ocupação integral por um pe- ríodo determinado, e é isto que compensa a sua aquisição. O produtor, não possuindo maquinário próprio, ficando na depen- dência de aluguéis ou empréstimos, corre riscos fatais, como aconteceu de fato com muitos, e acabou por levá-los à desis- tência. Explorar uma área de 200 hectares de lavoura exige três ou quatro tratores, uma colhedeira. Este é o pacote: fo ra dele, dentro dessa política, não há saída.

Penso ter deixado claro que a ocupação do cerrado deman- dou grandes gastos: a destoca e a correção do solo como opera- ções iniciais, a adubação pesada, as sementes selecionadas, o

(12) Ver sobre o assunto Queda (1980).

maquinário completo, específico e próprio para garantir plantio e colheita como operações regulares. Acrescentando o prazo necessário para a terra chegar à plenitude da produção, entendemos a importância do crédito rural subsidiado como viabilizador dessa exploração. Os jorros de crédito de investimento do Polocentro, com largos prazos, permitiram a fabricação da terra e a aquisição do maquinário; as linhas de crédito de custeio asseguraram o sustento do Programa. Ao lado disto, os técnicos e a cooperativa fizeram as duas pontes que se mostraram necessárias: levar a tecnologia acabada ao produtor e assegurar a lucratividade na comercialização da safra. Sobre estes três pilares - crédito, assistência técnica e cooperativismo - foi construído o sucesso do PADAP.

2.1 - Os Fazendeiros e o Crédito

Desde os finais da década de 60, o Crédito Rural tem sido o carro chefe do projeto modernizador. A partir da difusão do seu uso, assiste-se a uma acentuação no consumo de insumos industrializados e uma ligação crescente da agricultura aos mercados. Este fenômeno atinge, no entanto, apenas alguns produtos, produtores e regiões, conforme notam, entre outros, Guedes Pinto (1981) e Szmrecsányi (1983).

Os bancos, que participam do programa, preferem reduzir seus riscos, concentrando os créditos em poucos tomadores. Dessa forma, reduzem também o custo de administração. Conforme Homem de Melo:

"A característica subsidiada dos programas de crédito rural no Brasil tem como consequência que os bancos integrantes do sistema tenderão a selecionar seus clientes, principalmente pelo seu nível de risco, das garantias apresentadas e da sua situação de liquidez. Certamente isso implica em maiores dificuldades de acesso dos pequenos agricultores às linhas de crédito subsidiado (...) Por outro lado, juntamente com as melhores condições - risco, garantias e liquidez - que normalmente são oferecidas pelos tomadores de maior porte, os próprios custos de transação dos bancos para com esses clientes tendem a ser menores de que para com os pequenos tomadores, o que introduz uma razão adicional para a maior concentração dos financiamentos entre as propriedades maiores." (Homem de Melo, 1982; 102. A esse respeito, podem ser consultados ainda Guedes Pinto, 1979; Szmrecsányi, 1983; Castro, 1979, entre outros)

Por essas razões, a distribuição do crédito tendem a re-

produzir a concentração da estrutura fundiária. Segundo vários autores, a poupança de recursos próprios realizada pelos grandes tomadores permitiu ainda que eles orientassem o seu capital para a aquisição de mais terra, realizando todo o custo da propriedade com capital subsidiado, resultando em valorização acentuada da terra nas regiões onde há maiores números de contratos. Conforme diz Guedes Pinto (1981):

"Em 1975, enquanto as pequenas propriedades receberam 200 cruzeiros por ha de área de lavoura, aquelas com mais de 10.000 ha recebiam 3.143 cruzeiros. De outro lado, o financiamento correspondia a 6% do valor da produção das pequenas propriedades, e a 75% do valor da produção para aquelas com mais de 10.000 ha."

Os produtos voltados para exportação e transformação industrial, receberam parcela de crédito mais significativa que os chamados produtos de mercado interno. Para os primeiros, a pesquisa agrônômica mais aprofundada, a maior articulação com a indústria de insumos, por certo deve ter estimulado a recorrência ao crédito. Da mesma forma, as regiões Sul e Sudeste receberam historicamente mais crédito que as demais. Os produtos, produtores e regiões mais ligados à agro-indústria canalizaram para si o grosso dos recursos do crédito rural, fazendo com que o comando do programa tocasse aos setores mais ligados à acumulação de capital.

Guedes Pinto (1981) divide em três fases a história do crédito rural no Brasil. A primeira, que vai de 1500 a 1937, era o crédito orientado para alguns poucos produtos de exportação, sem expressão nacional e sem continuidade. Havia, neste período, uma série de dificuldades de viabilização dos empréstimos pelo número reduzido de bancos, as dificuldades de comunicação e realização das hipotecas, etc. Esta observação também foi feita por Martins (1979), quando descreve os problemas da transição da garantia creditícia do escravo para a terra.

O segundo período vai de 1937 a 1965. Neste primeiro ano o governo estabeleceu as normas e garantias do crédito, criou a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil (CREAI) que, a partir de então, passou a ser a principal fornecedora de crédito rural:

"A CREAI proporcionaria ao setor rural três vantagens especiais: garantia de recursos para financiamento das ativi-

vidades rurais, a partir da previsão de fontes supridoras que alimentariam o Banco do Brasil; estabelecimento dos prazos adequados à natureza e especificidades das operações; concessão de taxas de juros favorecidas, já que os financiamentos seriam feitos a custos inferiores àqueles normalmente cobrados em outros setores da economia." (Munhoz, 1982:20)

O uso do crédito só atingiu expressão significativa na década de 40 e até o ano de 1965 foi ofertado exclusivamente pelo Banco do Brasil.

O terceiro período, de 1965 em diante é de grande reformulação das práticas creditícias. Segundo Paiva (1976) assiste-se a uma "revolução total no sistema de crédito rural no país". Desde então, toda a rede bancária veio a participar (os bancos federais, estaduais e privados), fornecendo dinheiro a taxas inferiores às de crédito normal e estabelecendo que os bancos privados deveriam dedicar 10% de seus depósitos à vista a empréstimos para a agricultura, ou recolhê-los ao Banco Central, que repassaria estes recursos a outros bancos e remuneraria a instituição original com juros inferiores aos do crédito rural.

Com o "milagre brasileiro", pós-68, o crédito passou a ser oferecido em grande quantidade. É aí, que o crédito será usado como instrumento por excelência de modernização das propriedades rurais. Esta idéia empolgou a agroindústria, as publicações, os técnicos e o governo.

Os fazendeiros mineiros da região do PADAP foram obrigados a modernizar suas explorações. Isto significava fazer um projeto e ocupar intensivamente seu cerrado. Modernizar, dentro dessa concepção, só é possível numa direção: na substituição das culturas de subsistência por lavouras de transformação industrial, no uso intensivo de insumos industriais e maquinário. Com as dificuldades conhecidas de capitalização dos produtores, o crédito é tido pelo governo e seus técnicos como a panacéia milagrosa, já que fornece poder de compra ao agricultor, produtos para consumo final e agroindústria, consumo para a produção industrial e lucro para os bancos (a este respeito ver Sorj, 1980, entre outros).

Nos idos da década de 70 o crédito era farto, como mostram as estatísticas, e barato, principalmente se pensarmos nas linhas de crédito do Polocentro (a respeito das facilidades do Polocentro consultar IPEA, 1981; FJP, 1984; França,

1984; D.R., 1976 e Goodman, 1978). Por que, então, a maioria dos colonos endividou-se, e os fazendeiros, em grande parte, não aproveitaram aqueles empréstimos? Os técnicos da região dão esta resposta, que outros, de fora, em linhas gerais, concordam:

"- Primeiro por falta de tradição ao crédito e segundo por falta de esclarecimento deles. Nós já estamos com quase dez anos (de Programa) e eles ainda estão nesse esquema. O nosso produtor é atrasado, tradicional, conservador, quer saber é da vidinha lá dele. Eles têm medo do progresso, têm medo do crédito, têm medo de tudo. Existia medo de pagar juros, porque na região, de modo geral, eram pessoas que tinham pouco acesso ao crédito rural. Então, de início, quando eles viram que a exploração estava sendo agrícola e a exploração deles era basicamente pecuária, ficaram com medo de entrar no projeto: - 'Eu não sei plantar soja, quem sabe é só japonês'. Eles são assim."

Esta fala reduz todo o problema a uma subjetividade que reage negativamente à inovação. Sendo empresários, os fazendeiros deveriam correr ao crédito fácil; não o fazendo, seu comportamento escapa das regras da objetividade econômica. Mas a objetividade econômica linear dos técnicos, apenas, não explica a lógica daqueles fazendeiros. Nesse caso, são outras objetividades, digamos assim, que apontam os motivos dos fazendeiros em geral fugirem dos créditos, dos técnicos e da modernidade, como é oferecida.

Os fazendeiros jamais haviam visto créditos daquele tamanho proposto, mesmo sendo aquela uma região onde os empréstimos de uma certa forma eram e são difundidos e fizeram parte da vida de todos. São que em escala mais reduzida e para investimentos bem mais prosaicos que a modernização. Em geral, já recorreram a financiamentos para compra de picadeiras, instrumento essencial para o sustento do gado na estação seca, e, de tempos em tempos, faziam dívidas para adquirir tortas e farrelhos. Estes, são pequenos empréstimos feitos, desde muito, antes do PADAP, como o crédito para custeio agrícola, que era usado com certa regularidade, mesmo por sitianteiros. O recurso ao crédito teve uma certa presença entre os fazendeiros, apesar do seu volume reduzido.

O que assustou os fazendeiros inicialmente foi o tamanho da dívida a ser contraída e a ausência de perspectiva de saná-la. Não sabiam da "potencialidade dos cerrados", e acredi-

tavam ser loucura tomar empréstimos daquele tamanho para explorá-lo. Ainda mais com lavouras que para eles eram completamente desconhecidas. Aquela era uma região de escassa liquidez. Segundo o relato de um fazendeiro, o modesto tamanho dos negócios colocava em apuros - antes do Programa - quem carecesse fazer grande pagamento:

"- São Gotardo era uma cidade pobre. Se a gente precisava de muito dinheiro, não arranjava quem emprestava, e não era de ruindade não, é que ninguém tinha mesmo. Tinha uns dois ou três fazendeiros de recurso aqui por perto, mas eles fazia mais era comprar umas boiada de vez em quando, não era de fazer muitos empréstimos não. Quando eu fui comprar essa fazenda aqui, saí vendendo umas vaca, aqui, outras ali, até nos Campos Altos eu vendi gado, para ajuntar dinheiro. Naqueles tempos nós não sabia desses crédito grande não, que os banco faz."

A pecuária leiteira e as rocinhas, da forma como são praticadas na região, não permitiam a geração de grandes excedentes; os poucos recursos, que sobram são sempre utilizados em pequenos melhoramentos na fazenda. Os fazendeiros que expandiram suas propriedades por compra, geralmente combinaram vários pequenos negócios com gado, expansão do rebanho e finalmente a compra da terra, reproduzindo continuamente este esquema. A terra, para eles, além de ser o local de viver, quase sempre correspondeu a uma venda de gado ou de uma boa safra. A formação de um rebanho é simultaneamente o entesouramento de um bem de relativa liquidez.

Quando o fazendeiro faz um empréstimo, por pequeno que seja, está sempre coberto de garantias patrimoniais, e o crédito se apresenta para ele, quase sempre, como o adiantamento da venda de parte do rebanho ou outro bem disponível. Dificilmente endividam-se pensando, por exemplo, nos resultados de uma safra futura, ou do que pode sair da barriga de uma vaca. São acostumados aos maus resultados da safra, às altas taxas de mortalidade dos bezerros. Enfim, às incertezas da atividade agropecuária. Quando toma um empréstimo vultoso, maior que seus bens mais líquidos (gado ou safra colhida), há um risco para a terra, patrimônio maior. Quando fazem um empréstimo, é como se contabilizassem o seu valor em gado, separassem umas reses suficientes para saldar a dívida nos prazos, e sem "apertos":

"- Comprei as máquina tudo financiada, não deu para com-

prar sem ajuda do governo. Inclusive esse meu trator, se eu contar hoje, parece brincadeira, mas me custou 73 mil cruzeiros. Trabalho com ele diário, carrega alguma coisa, ara terra. Mas eu sô faço empréstimo que acho que vai me dar proveito. Comprei trator, grade, pulverizador, arado e financeiei tudo. Mas eu tinha gado, tinha casa, peguei o empréstimo sabendo que pagar eu podia, não ia perder a terra não. Eu tinha uma porção de gado, sempre umas 300, 400 reses, sempre eu tinha. Vendi vaca a mil cruzeiros para pagar financiamento, vendi muita. De uma vez vendi 100, outra vendi quase 100, mil cruzeiros cada vaca. Gastei um mundo de gado para pagar esse trator que eu comprei para mim. Paguei tudo com gado. Todo dia que vencia uma prestação tinha que estar com o dinheiro lá, sair de onde que sair, saísse."

A compra da picadeira a crédito é baseada na venda dos bezerros machos, que poderão então esperar época mais propícia de negócio, e estarão reservados exclusivamente para aquela necessidade. A compra a crédito sempre tem essa fundamentação. O fazendeiro sô se arrisca ao empréstimo, quando sabe que o seu patrimônio em gado cobre, com certa folga, aquele débito. Mesmo assim, trabalhará com o "sentido naquilo", estará permanentemente preocupado com o vencimento de títulos, pagamento de dívidas e sossego para o avalista:

"- Fico achando que a gente faz um negócio grande, depois a gente pode emburricar e pode atrapalhar aí as outras coisas que a gente tem. Pode dar uma ré pra trás, dar uma friagem no negócio. Empréstimozinho pequeno eu faço."

Os fazendeiros dificilmente dispõem de reservas em dinheiro, suas sobras de ganhos eram e são transformadas em gado, e este é sua garantia nos negócios. Quando adquire terras, casa na cidade ou carro, vende uma porção do rebanho, geralmente o "fundo" do gado, isto é, as reses menos produtivas ou de pior origem, mantendo consigo as "cabeceiras", o gado melhor.

"- Tenho medo demais de dever. Tenho que vender os trem para pagar as dívida. Se eu ia no banco pegava um dinheiro assim com 6 meses, 90 dias, já sabe que tenho que vender um trem para pagar aquilo. Nós não é acostumado a de ver."

Manter uma parte do patrimônio em gado é para eles uma sólida garantia de investimento. Mas, excetuadas certas operações rotineiras de venda para "fazer" dinheiro, nos chamados momentos de "aperto", dificilmente conseguem desfazer-se do rebanho rapidamente, sem prejuízos. A compra de umas reses adicio

nais, ou sua venda, é uma operação às vezes planejada com larga antecedência, e pode envolver complicadas negociações:

"- Eu tenho um vizinho aqui para cima que tinha umas cru zadinha muito boa. Um dia o filho dele falou para os meu que ele ia vender um lote delas, das cabeceira, para pagar uns aperto aí que ele tinha. Aí uma hora que eu ia para o Rio (Paranaíba) eu olhei elas e agradou, elas ficava ali naquele pasto que a gente passa quando vem para cá, né? Lá no Rio eu procurei um catireiro que tava inte ressendo nuns bezerro macho meu e deixei o negócio com e le assim, você sabe, quase apalavrado. Aí eu voltei e pa rei para conversar com ele (o vizinho).

- Sobre as novilhas?

- Não. De jeito nenhum, né? Eu falei que queria uns boi eco erado para eu amansar umas junta. Aí ele mandou os filho dele pegar os boieco e botou eles mais as novilha no curral. Nós olhou os boi, olhou, ele pediu preço, eu desconversei, falei da gente fazer umas troca, ele desagrado: - 'Quero negócio é no dinheiro'. Eu ofereci um pouco, ele pediu mais, ficou aquele peteco ali.

- E o senhor não falava nas novilhas?

- Não. Quem entra falando, sai perdendo. Já mais tarde eu falei para ele: - 'Bom, seus boi tá muito caro, não vou querer não'. Aí, ele falou: - 'Eu tenho essas novilha aí que às vez pode te interessar', eu falei para ele: - 'Mas isso é fundo, é gado três-quarto, só presta prá berne, se for prá eu ficar com elas só pago tanto', falei um preço lá, terça parte que as novilha valia. Ele negaciou, pediu um preço, eu fui subindo aos pouquinho até que chegamo no preço, bem barato, que era um pouquinho mais só do preço que eu já tinha apalavrado os bezerro para o catireiro. Às vez, se a gente sabe ter paciência, compra os trem quase de graça."

Pode ser feita assim grande parte dos negócios de vulto, em situações de aperto. Não envolvem um preço de mercado, mas uma imensa gama de variáveis, como a situação do pasto do vendedor, os apertos ou as folgas, a disposição ao negócio, as mantas passadas de um ou de outro lado em negócios recíprocos, tratando-se de negócios de gado. Ora, quando o fazendeiro planeja uma grande compra, ou uma grande dívida, carece de prazo para realizar uma boa venda, sob o risco de levar prejuízo nos negócios feitos às pressas. Então, no espaço de meses, ou até mesmo de ano, escolherá o gado que vai vender, a época, e até o preço aproximado. Um complicador adicional na história é o fato de não existirem na região muitos compradores de rebanhos, que disponham de dinheiro para comprar grandes partidas. Nota-se por exemplo, a ênfase do fazendeiro citado atrás (- 'Vendi vaca a mil cruzeiros'), que aponta a quan

tidade vendida e repete o preço ("- mil cruzeiros cada vaca") considerado baixo por ele, que faz o negócio premido pela necessidade de pagar o financiamento.

Quando os proprietários foram modernizar suas explorações, além de sentirem uma brusca mudança nos seus hábitos de lidar com empréstimos, sofreram, por parte dos bancos, uma recepção muito pouco calorosa, pois o crédito é oferecido de preferência para grandes proprietários. A demanda - obrigada, esclareça-se - dos fazendeiros por endividamento não encontrou resposta correspondente pelo lado de oferta, os bancos, pois o crédito foi oferecido seletivamente para proprietários privilegiados.

É mais lucrativo para o banco concentrar seus recursos em poucos tomadores; reduz a tramitação da oferta, reduz os custos de avaliação dos projetos, e é mais recompensador para os gerentes fortalecer-se junto aos grandes produtores. Em segundo lugar, e fundamentalmente, o crédito, particularmente o de investimento, exige garantias: o credor deve oferecer sólidas contrapartidas aos bancos, compostas de patrimônio, avalistas e credibilidade própria dos tomadores (a respeitabilidade que desfruta no meio em que convive, etc.).

No caso, os fazendeiros mineiros, a contrapartida mais séria que podiam oferecer, era o grosso do patrimônio, a terra. Esta, entrava fatalmente nos projetos de investimentos que foram obrigados a fazer. Mas o preço da terra era baixo, e quando houve a entrada do PADAP, antes do sucesso, as terras naquela região valiam pouco mais que nada. O cerrado então, inservível para a prática contínua da pecuária extensiva, e para nada de agricultura, sequer constava na avaliação para herança ou venda. Era formalmente transcrito nas escrituras, mas seu valor venal era quase nulo. Com um patrimônio de tão baixa cotação, muito pouco tinham a oferecer aos bancos: aquelas terras eram insuficientes para garantia ao crédito de investimento necessário para a modernização em larga escala. No entanto, obrigados, os fazendeiros levantaram magros créditos, não apenas porque tinham uma "resistência natural" às dívidas, mas também porque suas garantias eram muito pequenas.

Os financiamentos levantados pelos fazendeiros foram baixos: pelo fato de a situação ser forçada, pelo baixo preço da terra, pela dificuldade de conseguir avalistas, pela política

seletiva dos bancos, pela desconfiança na nova lavoura, pelo tamanho da dívida que deveria ser feita. Crédito limitado implicou naturalmente em investimento limitado. Daí, tiveram a oportunidade de destocar, fazer a recuperação dos solos e plantar em área limitada, de 20 a 40 hectares, em média, um ou outro podendo comprar um trator financiado. Esse crédito não serviu a eles como a ponte para o enriquecimento. Antes, funcionou como um complicador para suas vidas. Plantando em área limitada, sua produção não ocupava integralmente um trator ou colhedeira. Obrigava-se a alugar este maquinário nas épocas de preparo do solo e colheita. Ocorre que o tempo de plantio e colheita do fazendeiro é o mesmo do colono; e quando há coincidência, o dono da máquina fará, obviamente, primeiro o trabalho na sua propriedade, para então servir ao vizinho. Graziano da Silva (1983:82), analisa um fenômeno semelhante, ocorrido no Paraná:

"O pequeno proprietário passou a (...) depender do aluguel do capital fixo que não possui, ficando na dependência da disponibilidade deste por parte dos grandes proprietários, o que lhe impõe rígidos limites às possibilidades de sua acumulação. Paralelamente o aluguel da máquina viabiliza a compra do capital fixo pelos grandes e médios proprietários, incentivando a concentração de terras na região."

A grande maioria dos fazendeiros saiu do plantio da soja. Plantando tarde e colhendo tarde, a sua lavoura apresentava produção bem inferior à prevista:

"- Plantei soja, tive que entrar numa meia só para colher, porque não tinha máquina, não tinha nada para colher, e ela tava perdendo. Aí, veio um japonês que colheu para mim, na meia."

Ainda um elemento deve ser agregado a isto. A soja nos primeiros plantios na terra recuperada apresentava uma produtividade muito baixa e desta forma dificilmente cobria o empréstimo de custeio. No caso dos cooperados da CAC, a safra entregue, poderia conseguir preços recompensadores. Se, antes da comercialização, vencesse alguma parcela da dívida, a Cooperativa adiantava o dinheiro sobre a safra depositada, permitindo um desafogo relativo para o colono, e condições de levantar novos créditos para fazer outro plantio. A grande maioria dos fazendeiros, não cooperados, vendia a soja na safra, em pequenos lotes, para atravessadores. No primeiro ano, ia

parte do rebanho, vendido para pagar o custeio do plantio. Levantado novo crédito, feito novo plantio e colheita com maquinário alugado, novo fracasso na produção e comercialização. Vendia então uma parte do cerrado, saldava os débitos. Regra geral, no trecho de cerrado recuperado que sobrava, o fazendeiro plantava brachiária. Nesta época a vigilância da Ruralminas cessou. Em 1978 o Programa passou para o controle exclusivo da CAC e foi considerado emancipado. Eles abandonavam, então, a agricultura moderna e voltavam para a pecuária extensiva, aos seus sistemas exclusivamente, às vezes incluindo um trecho recuperado de pasto no cerrado, ex-moderno.

Para os que vieram com a CAC a história era bastante diferente, porque eram o objeto real do programa, tomadores privilegiados de crédito. Mas, isso não era razão suficiente para que os bancos fornecessem capital: o que realmente pesou foi a intervenção da CAC, atuando como avalista, que praticamente abria as portas dos bancos. O endosso da CAC foi definitivo para a concessão dos créditos, que nas mãos dos colonos fizeram o PADAP (13)

Se por um lado, era vasto o crédito disponível para os colonos, para os fazendeiros as coisas não corriam do mesmo modo. Embora partissem aparentemente do mesmo ponto; proprietários, população-programa e modernizadores dos cerrados, do lado dos bancos havia seletividade em relação aos tomadores. A posição dos bancos espelhava a posição do governo. Embora supostamente iguais, fazendeiros e colonos recebiam tratamentos diferentes. Para isso, entre outras coisas, foram criados dois órgãos de assistência técnica: Acar-PCI e Acar-Ruralminas. Aquela, dedicada exclusivamente aos colonos, era chamada "Acar-dos-ricos", levantava grandes créditos, tinha 10 técnicos em São Gotardo; a outra, dedicada exclusivamente aos "remanescentes", era a "Acar-dos-pobres", com 4 técnicos para um público 4 vezes maior que o da outra. Esta falsa igualdade alimentou o preconceito e enriqueceu de argumentos os órgãos da agricul

(13) "(Pós-78) a atuação da CAC na área de financiamento passou a ser bastante significativa. Este financiamento ocorre de várias formas, para custeio, comercialização e investimento, assim como para a venda de insumos a prazo, adiantamentos para a colheita, adiantamento de recursos financeiros até que a produção seja comercializada, venda de máquinas a ser liquidada na colheita, etc." (França, 1984:65)

tura do governo mineiro contra o "nosso agricultor tradicional".

As praxes bancárias, a política do governo, o desconhecimento dos mecanismos de endividamento, a falta de avalistas, a escassez histórica de grandes negócios na região, afastaram os fazendeiros dos créditos de investimento fornecidos pelo POLOCENTRO. Para a tomada desses empréstimos era necessária a penhora de bens de valor muito superior ao que o rebanho podia cobrir, e colocar a terra em jogo, algo inconcebível para o fazendeiro. Ainda mais para plantar no cerrado, área tida como imprestável, pois não havia qualquer segurança para aquele plantio desse certo. Quando foram obrigados a tomar os créditos para explorar racionalmente o cerrado, usaram apenas uma parte de sua terra. A modernização total representava o risco de perder a totalidade da gleba. Entrando aos poucos, ficavam com a possibilidade de expandir o cultivo, se desse certo, e resguardavam a possibilidade de saldar os compromissos, mesmo com o sacrifício do rebanho e de parte da terra.

Acontece que o pacote da modernização vem pronto, não pode ser aplicado em doses homeopáticas, sob risco de ser menos lucrativo que os sistemas ditos "tradicionais". Quando o plantio dos colonos revelou-se um sucesso, a demanda criada pelos novos cooperados empurrou para cima o preço da terra plana, servindo então para garantia de empréstimo. Aí, quando alguns fazendeiros pensaram expandir, explorar o cerrado que não haviam vendido, os créditos do POLOCENTRO já escasseavam, os juros já eram outros.

Alguns fazendeiros "venceram" no cerrado, como cooperados ou não. Em geral, já possuíam sólido patrimônio quando o Programa chegou, construído no comércio regular, ou na catira. Mas, também estes usaram em escala muito reduzida os créditos de investimento, pois trocaram parcialmente de atividade, convertendo um grande rebanho em lavouras no cerrado. Um fazendeiro que possuía o melhor rebanho da região, famoso, a ponto de virem criadores de longe para comprar suas matrizes, quando foi forçado a plantar no cerrado, escolheu o café, e foi se desfazendo do gado, chegando a ter um grande cafezal e uma sombra do rebanho que tivera. Todo o processo de destocagem, recuperação, plantio e tratamentos, por anos seguidos, foi feito com venda de gado:

"- Esse cafezal aí, foi todo formado com recurso próprio. Me custou o dinheiro de 300 vaca."

2.2 - Os Fazendeiros e os Técnicos

A Assistência Técnica rural no Brasil sempre foi executada pelo Estado: no período imperial, com órgãos de pesquisa; com as políticas de fomento, já na República⁽¹⁴⁾. É da atividade de fomento que deriva o atual sistema de Extensão Rural e Assistência Técnica, apesar da primeira basear-se em princípios bastante distintos. O fomento consistia na venda de insumos a preço baixo, no fornecimento de serviços básicos (mecanização, conservação de solos, etc.) e no oferecimento de Assistência Técnica orientada para determinados ramos de produção vegetal e animal. A política de fomento beneficiava apenas número pequeno de produtores e servia quando muito para distribuição concentrada de favores políticos.

A A.T.E.R. que surge no Brasil de pós-guerra aparece como alternativa crítica às políticas de fomento: enquanto esta orientava-se para os elementos físicos da produção, aquela surge como proposta de ação rural global, mas fundamentalmente "educativa" e "preocupada com o fator humano". Inicialmente o objetivo da A.T.E.R. era educar a população rural, que procuraria através de seu próprio esforço o aumento da renda e maior participação no mercado de produtos e insumos, para dessa forma chegar ao "desenvolvimento".

A noção de desenvolvimento agrícola da A.T.E.R., no entanto, é puramente quantitativa. Depende da alocação conveniente dos recursos e, em algum grau, é discordante da noção de "promoção humana" que supostamente norteia sua ação:

"O processo de desenvolvimento (da agricultura) consiste, fundamentalmente, numa série de mudanças na forma e na proporção, relativamente ao modo pelo qual se combinam os fatores de produção, visando a alcançar combinações racionais, ao nível da técnica existente com o objetivo de aumentar a produtividade do trabalho." (Araújo e outros, 1981:4)

O caminho para alcançar o desenvolvimento seria aumentando a qualidade técnica dos agricultores, de forma a capacitá-los a gerenciar uma adequada alocação de fatores:

(14) Ver sobre o assunto Queda e Smrecsányi (1976)

"É um sistema educativo destinado a motivar o agricultor à adoção de práticas racionais e à obtenção de maior renda, vencendo as resistências advindas de tradições, costumes, apatia, ignorância e indredulidade, de maneira a criar na agricultura uma mentalidade progressista (...) Quando busca o aumento da produtividade, conduz o agricultor a transformar-se em empresário, capacitando-o a aumentar a produção e a renda da propriedade, gerar o recurso necessário ao aperfeiçoamento contínuo da empresa, e introduzir melhorias que elevem o nível de vida de sua família." (Araújo e outros, op. cit., 24 a 27).

A Extensão Rural no Brasil nasceu com esses objetivos. Surgiu em Minas Gerais, ligada à antiga Universidade Rural, a atual Universidade Federal de Viçosa, a partir das "Semanas do Fazendeiro", organizadas desde a década de 30. A partir de algumas experiências realizadas em Santa Rita do Passo Quatro foi constituída em 1948 a ACAR, que nos anos seguintes espalhou-se por quase todo o Brasil, até a constituição da ABCAR, em 1954.

O modelo brasileiro foi copiado do similar norte-americano, que funcionava desde o início do século. No começo, a ACAR-MG, instituição modelar, contava com apoio financeiro, técnico e de pessoal fornecido pela A.I.A., órgão do grupo Rockefeller⁽¹⁵⁾. Conforme dizem Silva e Lima (1984):

"O serviço de extensão foi criado e praticamente mantido nos seus primeiros anos pela A.I.A. Desse modo, foi o senhor Nelson Rockefeller, então presidente da A.I.A., quem lançou as bases da Extensão Rural no Brasil (...)."

Copiando o modelo americano e utilizando seus técnicos, a ACAR sofre no seu começo séria crise de identidade. O modelo importado previa uma série de atividades, como a preparação de conservas para o inverno, por exemplo, no mínimo estranhas para os agricultores nacionais. O esforço fundamental dos extensionistas neste primeiro período foi dirigido para as atividades propriamente "educativas" e o "crédito rural supervisionado". Segundo esse esquema, o financiamento global da propriedade permitia ao agricultor assimilar, ao lado das novas práticas e insumos agrícolas, uma forma nova de organizar a vida. Segundo Silva e Lima, a ACAR-MG desenvolveu notáveis esforços na modernização da agropecuária mineira:

(15) Na década de 50 o grupo Rockefeller entra no ramo de produção de sementes selecionadas e outros insumos agrícolas.

"Foi a ACAR que introduziu no meio rural mineiro os primeiros fertilizantes químicos e defensivos agrícolas, a vacina contra aftosa e o milho híbrido. Além de difundir a tecnologia, eles, inicialmente, tiveram também de comercializar esses produtos. As poucas casas comerciais existentes não tinham suporte financeiro para trabalhar nessa área, uma vez que estariam sujeitas a prejuízos."

Nesse primeiro momento a ACAR cumpria a função de contrapor-se às alternativas de Reforma Agrária. Pautando sua ação pela tentativa de "modificação das mentalidades" e baseando-se no apelo dos benefícios do progresso, a ação educativa era, no discurso, despida de intenções políticas. Mas, na metodologia e ação, profundamente conservadora:

"Na época da criação do Serviço de Extensão, havia muita agitação no meio rural, decorrente de problemas de distribuição de terras. O Serviço de Extensão colocou-se à margem desses problemas, pois não podia fazer nada para ajudar, além disso havia órgãos específicos que cuidavam desses problemas. O que o Serviço de Extensão buscava era mudar a mentalidade das pessoas, pois achávamos que isso era muito importante e que a mudança de mentalidade traria, como conseqüências, melhoria para as famílias. Além disso, de que adiantaria dar um pedaço de terra para um 'coitado', se o que ele produzia mal dava para a família viver? Então, enquanto se falava em colonização e reforma agrária, o Serviço de Extensão se propôs educar, sempre educar ..., por acreditar que sua função era muito mais educacional que qualquer outra." (Silva e Lima, op cit.)

Na sua primeira fase, postas à margem as questões políticas, o sistema ABCAR procurava difundir tecnologia através da educação rural. Por cópia do modelo importado, difundia-se aqui a tecnologia gerada no exterior para as propriedades familiares. Ocorre que nos EUA, já no início do presente século, a migração rural - urbano havia orientado a pesquisa para tecnologia intensiva em capital. No Brasil esta transformação não se apresentava da mesma forma e com a mesma intensidade. Aqui, a população rural sobrando, que dispunha de terra, em grande parte dos casos, tinha como complemento apenas trabalho, e não capital. Daí resultar estranha a venda de tecnologia poupadora de trabalho para os pequenos agricultores brasileiros, público alvo essencial da ATER nesta época.

Em meados da década de 60 esse modelo sofre uma inflexão. Pela própria acentuação do caráter modernizador da política do governo, a ATER vai perdendo seu caráter "educativo", derivado da extensão e privilegiado o aspecto da assistência

técnica. A partir de então, o crédito "supervisionado" (isto é, global) vai sendo substituído pelo crédito "orientado", onde o papel do técnico fica restrito somente às indicações de aplicação de tecnologias modernas. Os governos, federal e estadual, vão assumindo controle cada vez maior sobre a instituição, retirando a antiga autonomia que desfrutava e, segundo reclamam velhos extensionistas (citados por Lima e Silva), influenciando bastante a política de contratação de pessoal. Pós-68, o Sistema ABCAR passa a ser órgão anexo (e menos influente) dos instrumentos do governo: vai se transformando em elaborador de projetos de crédito rural, prolongamento subordinado da rede bancária.

Na primeira metade da década de 70 a ABCAR passa por uma remodelação que a transforma em empresa pública. Dentro da nova sistemática, caberia à EMBRATER, o novo nome da ABCAR, cuidar da ATER e à EMBRAPA caberia a pesquisa agropecuária, de forma que a tecnologia gerada pela segunda, fosse repassada ao produtor pela primeira.

A pesquisa agrícola brasileira também, sempre foi feita, em grande parte, pelo Estado. Mais ou menos na mesma época foram fundadas EMBRATER e EMBRAPA, esta recebendo a função de articular os centros de pesquisa já existentes, e desenvolver novos. Houve (segundo Pastore e Alves, 1975; também Graziano da Silva e outros, 1983) a opção pelo chamado "modelo concentrado", que privilegia a pesquisa em certos produtos e regiões, de forma a compor pacotes de tecnologia. Esclarecendo melhor, podia-se optar pelo chamado "modelo de difusão" onde a tecnologia gerada, de forma dispersa, ficaria disponível ao produtor, que a partir da oferta poderia compor seu próprio sistema de produção. Ou, pelo "modelo concentrado", que orienta a pesquisa para produzir pacotes, tido como mais eficiente para o caso brasileiro. Aqui, os recursos são escassos, não podendo, portanto, ser diluídos em pesquisa que não tem aplicação imediata.

Um pacote agrícola é um sistema fechado, daí o nome. O produtor, ao recebê-lo, não tem muitas opções de manejo ou uso alternativo de insumos, senão aqueles que constam do receituário. Por exemplo: o manual "Sistemas de Produção Agrícola

para as áreas de influência da CAMPO"(16). Neste texto são fornecidas em detalhe as normas para desbravamento do cerrado (qual trator usar, qual método, gasto em horas, metodologia de enleiramento, etc.), para a cultura de soja (variedade de soja, época de plantio, espaçamento entre plantas, etc.), de trigo (idem) e outros produtos. O manual chega à sofisticação de prever as pragas mais frequentes e indicar o agrotóxico mais eficiente, seu custo de aplicação e resultados. Enfim, o pacote cerca o produtor, fazendo do ato de produzir uma ciência exata, um controle absoluto sobre as variáveis que cercam a produção.

O orientação da pesquisa realizada pelo sistema EMBRAPA é, em grande parte, derivada de "sinais" (conforme Pastore e outros, 1982) captados no mercado. Ocorre que esses "sinais" são fornecidos fundamentalmente por produtos de transformação industrial e exportáveis, cujos produtores, intermediários e industriais formam grupos de pressão suficientemente fortes para transformarem seus interesses em orientação da política de pesquisa. Os chamados produtos de exportação(17), dada sua importância desde a década de 70, o próprio governo se incumbiu de transformá-los em prioritários. Mas, os chamados produtos de mercado interno, geralmente não dispõem desses meios:

"(...) a não utilização de um produto como consumo industrial ou a falta de sofisticação do mercado consumidor diminuem bastante as possibilidades de os diferenciais de preço transformarem-se em sinais para a geração e adoção da inovação técnica. Isso dificulta a formação de grupos de interesse capazes de influenciar o desempenho da pesquisa. Além de se institucionalizarem os canais de comunicação com os pesquisadores, as mensagens do mercado são por vezes demasiado vagas para poderem sensibilizar os pesquisadores. Por outro lado, a ausência de grupos de interesse politicamente organizados em torno da solução de possíveis problemas de produtividade tende a tornar esporádica e sem continuidade a atuação do Estado nessas áreas." (Pastore e outros, 1982)

(16) A CAMPO é a polêmica Cia criada pela Cooperação Nipo Brasileira para cerrados. Sobre ela ver San Martin e Pelegrini (1984), C.P.T. (1984), C.P.T. (1985), França (1984), entre outros.

(17) Alguns autores preferem chamar estes produtos de "dinâmicos", que parece ser mais correto. De fato, nem toda soja, café ou milho produzido em condições de alta capitalização é orientado para o exterior. O trigo, então, altamente "dinâmico", é exclusivamente para mercado interno.

A pesquisa, conforme mostram os autores, é orientada efetivamente pelo governo e pelos mecanismos de mercado. Nesses produtos onde os interesses são mais organizados (caso da cana, café, etc.) os resultados da pesquisa tendem a transformar-se em incremento de produtividade. Noutros casos (feijão e mandioca, por exemplo), interesses mais dispersos não permitem que estas lavouras sejam beneficiadas por resultados comparáveis.

Desta forma, a integração Pesquisa - ATER - Pequeno Produtor, da forma como vem sendo elaborada, fica seriamente prejudicada. De um lado, porque a ATER tem a oferecer aos pequenos produtores quase que somente os "pacotes" ou sistemas de produção, elaborados para produtos dinâmicos. De outro, porque mesmo se a necessidade de pesquisa dos pequenos produtores fosse traduzida em "sinais" pela ATER, provavelmente seria, em primeiro lugar, transcrita pela ótica peculiar do extensionista - modernizador; em segundo, dificilmente se transformaria em decisão orientadora de pesquisa, dado o pouco prestígio e expressão que ela desfruta no conjunto dos órgãos do governo.

De fato, a ATER foi perdendo no correr dos anos o seu papel. Primeiro, porque os governos a partir da década de 50 privilegiaram as grandes propriedades (18) e os produtos dinâmicos, dando à "educação e promoção rural" papel pouco mais que insignificante. Daí veio o vínculo da ATER aos pacotes tecnológicos, aos bancos e grandes produtores. Por outro, a função de assistência técnica vem sendo assumida pelos próprios vendedores de insumos, agroindústrias (Cica, Nestlé, por exemplo) e cooperativas. É bastante sintomático o fato de, em 1984, a Federação da Agricultura ter proposto a fusão da EMATER com o Instituto de Saúde Animal, dando àquela a função de vigilância sanitária e coleta de estatísticas. Em defesa da EMATER, no debate que travou-se na época, não apareceu ninguém, a não ser ela própria.

Além dos que já foram apontados, o sistema ATER padece de outras graves deficiências no que respeita a seus pressupostos e métodos de trabalho. O ponto de partida da ação extensionista é a comunidade rural, compreendida como universo

(18) Isto não quer dizer que antes o pequeno produtor fosse privilegiado. Apenas quando a política agrícola começa a ser criada, surge beneficiando as maiores propriedades.

homogêneo, livre de diferenças e contradições. Os desníveis de renda e interesses dentro dela são abstraídas, a bem dos resultados do chamado "efeito demonstração": qualquer produtor que for tocado pela centelha da ciência agrônômica, independente da forma desta, dos seus haveres, etc., desde que se já um líder, difundirá aqueles preceitos na comunidade. Por outro lado, a antiga ênfase na pequena produção - que vem voltando à cena - propõe para esta o pacote tecnológico. Mesmo se o pacote fosse - e ele não é - adaptado às demandas específicas daquela organização da produção, a ATER não observa (conforme notam Smrecsányi e Queda, 1976) que no Brasil este grupo antes de ser produtor de bens é, fundamentalmente, fornecedor de força de trabalho para as propriedades maiores.

Mais ainda algumas observações podem ser feitas. A ATER trabalha com um todo homogêneo (a "comunidade"), mas segmentado em grupos de produtores, mães e jovens, como se cada um tivesse interesses distintos. Conforme foi visto no Capítulo II, a organização familiar é ao mesmo tempo uma organização produtiva. A fragmentação desde fora, sugerida pela ATER, encontra respostas muito tímidas por parte das "comunidades".

No entanto o maior problema da ação da ATER parece ser mesmo a forma de operacionalizar suas idéias. As propostas de trabalho, no sul ou norte, faça frio ou calor, não oscilam. O técnico despeja seu pacote sobre os produtores, num espetáculo inesquecível para quem é dado assistir⁽¹⁹⁾. O trabalho "educativo" na "comunidade" tropeça na definição do universo e do seu caráter, submetendo os técnicos de campo a um imenso rigor metodológico, que deixa poucas margens à avaliação própria e inventividade no espaço que opera. O técnico recebe, de cima, sua camisa de força, seu modelo de ação, e deve comportar-se de acordo com o figurino.

Parece que nos últimos anos a instituição trava sério debate interno a respeito de seu futuro. Exemplo disto é o trabalho de Reis (1978) que faz um esforço de redefinição conceitual da pequena produção, buscando entender as dificuldades

(19) Em três ocasiões e regiões distintas participei como expectador dessas cenas: no Norte, Sul e Oeste de Minas. Em todas três o receituário era exatamente o mesmo, para públicos inteiramente diferentes: clubes de mães, de jovens, aproveitamento de várzeas, horticultura, etc.

que a ATER vem enfrentando não no objeto de trabalho (o produtor ignorante, etc.), mas na própria metodologia de trabalho. A questão levantada pelo autor, é que não se trata de buscar formas mágicas para "educar" o agricultor, mas sim de educar o técnico a partir da cultura e das demandas originárias da pequena produção. Este, parece, é o ponto de partida correto para o debate, e a pesquisa de campo no PADAP veio a confirmá-lo inteiramente.

Os fazendeiros do PADAP, em geral, não confiam muito nos técnicos, em particular aqueles ligados à EMATER. Isto não quer dizer que não gostem dos técnicos, podem até gostar, mas não se entregam jamais ao conhecimento deles em matéria que conhecem. A raiz da desconfiança está no fato do técnico confundir "patrimônio" com o dinheiro: pelo fazendeiro possuir muitos hectares de terra, o extensionista tenderá a pensar que está lidando com um proprietário que tem disponibilidades. Despejará então um receituário completo de investimentos modernizadores. Para o fazendeiro é perfeitamente clara esta diferença: ele tem "patrimônio" (terras), pode estar "folgado" (livre de "apertos"), exatamente porque não gasta dinheiro em coisas que considera desnecessárias. Seu patrimônio foi construído com trabalho próprio, economias duras e rusticidade de vida. A gleba e o gado para o fazendeiro, têm de produzir com uma injeção mínima de recursos, e até seu próprio trabalho e o da família são considerados trabalhos gratuitos se aplicados à propriedade.

Dáí começamos a entender porque o fazendeiro recusa certas receitas modernas de lidar com a agropecuária. Para os bezerros, por exemplo, os técnicos recomendam uma saraivada de vacinas e exames. Os fazendeiros pensam ser fatal que uma certa percentagem dos bezerros morra durante o ano. Distribuir vacinas e coletar exames são gastos que, para eles, reduzirão tão pouco a mortalidade que parece desperdiçado o dinheiro gasto com estas coisas.

De fato é baixa a queda na taxa de mortalidade de bezerros se, acompanhando vacinações e controles, não houver uma oferta equilibrada de alimentos, estábulos sadios do ponto de vista sanitário, controle eficiente de parasitos e manejo adequado do rebanho. Envolve um pacote tecnológico-modernizador de grandes proporções, que geralmente não vale a pena ser im-

plantado sem uma troca do rebanho por outro de melhor qualidade. Troca de rebanho e pacote tecnológico já envolvem uma reestruturação completa da fazenda, que suporia um novo manejo, formação de pastos de alta produtividade e talvez mecanização de parte da lida pecuária. Neste ponto, a coisa já é completamente inviável para o fazendeiro, pois são exigidos pesados investimentos que só são possíveis com a recorrência ao crédito, ou com a venda do rebanho, ou de parte da terra.

Muitos fazendeiros preferem "adaptar" o saber dos técnicos, evitando sua presença constante na fazenda, "economizando" propostas e gastos com assistência técnica. Segundo alguns agrônomos e veterinários, se eles fazem algum trabalho numa propriedade, o fazendeiro dificilmente volta a chamá-los para o mesmo serviço. Um veterinário certa vez foi fazer o parto de uma vaca numa fazenda e o proprietário auxiliou no serviço. Depois teve notícia que seu cliente não só passou a fazer todos os partos complicados que apareciam em sua propriedade, mas também a oferecer serviços aos vizinhos e amigos. Isto ocorre também em descornas, castrações, diagnósticos e receitas, sistemas de plantio. O fazendeiro dificilmente gasta com sua fazenda no que não veja materializar-se em receita imediata, ou no que não traz retorno rápido. A fazenda é geradora, jamais sorvedouro de dinheiro.

Os fazendeiros não gostam de pagar por serviço de técnicos, em geral por desconfiarem mesmo daqueles conhecimentos. Um fazendeiro contou que havia feito um empréstimo para comprar doze vacas, e o fiscal do banco mandou que ele tirasse uma amostra de sangue de cada uma e levasse guardado em vidro esterilizado ao Carmo, para submeter a exames de brucelose. Teve um trabalho medonho para fazer isto e quando chegou lá o veterinário disse que aquele sangue não prestava mais, tinha de recolher novas amostras. O fazendeiro voltou para casa e recolheu uma grande amostra de uma só vaca, colocou numa garrafa térmica e levou ao Carmo. Lá distribuiu o sangue por doze vidrinhos e entregou para exame. O resultado apontava que das doze, três deveriam ser abatidas, pois tinham brucelose.

À parte ser ou não verdadeira, esta história revela que existe um conflito de culturas na relação técnico-fazendeiro. O saber científico formal é a cada passo questionado e, a não

ser que apresente evidências incontestáveis de superioridade, dificilmente será acatado pelo fazendeiro.

Os técnicos são geralmente persistentes, e têm na ponta da língua uma série de reformas que pretendem fazer na região. As mais cotadas são o uso de pastos em rodízio, não permitindo que o pastoreio pode o capim até quase a raiz; a construção de cercas divisórias obedecendo às curvas de nível, de forma a evitar a erosão; o fim do plantio nas terras cansadas das culturas, ou pelo menos a sua recuperação; o uso sistemático de sal mineral; a cultura de hortaliças e o uso corrente de soja na alimentação. Todas estas propostas esbarram em recusas, mas os sucessos parciais alcançados dão novo ânimo ao prosseguimento da cruzada pela modernização.

O que os técnicos pretendem, segundo seu ponto de vista, é tornar os fazendeiros mais endinheirados e as fazendas mais produtivas. Para eles algumas medidas racionalizadoras de alta eficácia e custo relativamente baixo em relação ao patrimônio total, tornariam maior a renda dos fazendeiros e melhores seu padrão de vida e consumo. A análise do técnico é urbana e, para ele, correta. Segundo Lewin (1974), o condicionamento urbano ignora as razões do meio rural:

"A 'demora cultural' de que padece a comunidade rural na aceitação das inovações é colocada em termos de resistência ou obstáculos à mudança, devido à sua constelação de características negativas que atuam num movimento de causação cumulativa que domina o agricultor e do qual tem dificuldade de romper o círculo de ferro que o mantém cada vez mais atrasado. Dessa forma, o estímulo tem que vir de fora do contexto rural e, assim, a cidade passa a ser qualificada e legitimada para levar avante o progresso e fazer diminuir as disparidades inter e intra-regionais."

Dessa forma, para que houvesse sintonia entre técnicos e fazendeiros seria necessário que a visão dos segundos fosse inteiramente subordinada à dos primeiros. Acontece que não é. Os técnicos geralmente planejam em termos de capitais imobilizados (terras) enquanto o fazendeiro sempre pensa em termos de disponibilidades (rebanho). O desentendimento entre os dois é inevitável.

Como o fazendeiro dificilmente está disposto a desfazer-se de parte ou colocar em risco o seu patrimônio territorial, via crédito, a ação do técnico fica limitada às reformas parciais e à colocação de novos produtos. Persiste com o

projeto de levar a cabo uma grande reforma no perfil agrícola, mas é obrigado a satisfazer-se, a contragosto, em realizar pequenas alterações, como uma cunha do "efeito demonstração", que levarão aos fazendeiros as luzes da ciência moderna.

É perfeitamente observável no discurso do técnico que seu "tipo ideal" de fazendeiro não é aquele com quem lida. Seu sonho é o proprietário revolucionário que incorpora ao diário da roça a técnica, a máquina, a pesquisa e a administração racional. As referências ao seu universo de trabalho não são marcadas pelo que ele é, mas pelo que poderia ser. Por isso as descrições das fazendas ganham conotações extremamente negativas do tipo "irracional", "atrasado", "ineficiente", e outros termos semelhantes. Mesmo quando virtualmente conformados às práticas dos fazendeiros, quando já incorporaram o linguajar, a roupa, os hábitos e, às vezes, até as soluções "irracionais" à sua prática cotidiana, persiste a utopia que, no mais das vezes, é sintetizada numa expressão: "o nosso agricultor é muito atrasado".

Para o técnico, o fazendeiro deveria ser estritamente racional. Como qualquer empresário que escolhe um ramo de atuação, sua prática deveria ser norteadada pela busca incessante do lucro, que seria conseguido com a adoção de práticas modernas de manejo, trabalho e administração. Para todos os técnicos isto é perfeitamente lógico, é muito claro.

Estas coisas não se definem com tanta lógica assim para os fazendeiros, e o meio de ganhar dinheiro não aparece com tanta clareza. Para eles, o uso da "racionalidade técnica" tem um custo que não traz dividendos correspondentes na pecuária leiteira e na agricultura de subsistência. A não ser técnicas parciais, de eficiência testada, que afetam apenas a superfície dos sistemas de criação, é pouco compensador, pensa o fazendeiro, realizar alterações substantivas. Ocorre, que os sistemas modernos envolvem altos gastos. No caso da pecuária, a modernização predonizada pelos técnicos passa por uma rigorosa seleção do gado, acompanhada de sistematização de currais, estábulos, cocheiras e modificações no arraçoamento de forma a fornecer todos os nutrientes necessários para alcançar alta produtividade, a produtividade econômica. Isto envolve também a modificação das variedades de forrageiras, substituindo os tradicionais meloso e provisório, sazonais e de bai

xa produtividade, por capins selecionados mais aptos para a pecuária leiteira. Seria conseguido por exemplo com o consórcio guiné (âguas) e brachiária (seca) complementados por concentrados de origens diversas.

Fazer tudo isto custa dinheiro. Mas não traz o retorno que os técnicos supõem, sabem os fazendeiros. Para estas transformações é necessário tomar créditos, penhorar a terra, arriscar o patrimônio. Daí, a venda do leite dificilmente recompensaria este investimento. Conforme diz Fredericq (1982):

"O preço dos alimentos é mantido artificialmente baixo, através de um controle governamental constante, para permitir a compressão do salário do operariado urbano: colabora dessa maneira com a acumulação industrial. O preço dos produtos industriais acabados, ao contrário, não é controlado de maneira tão rígida, graças ao maior poder de barganha desse setor que se transformou, desde a década de 1950, no eixo de acumulação da economia brasileira. Com isto, o produtor rural acaba tendo de pagar um preço cada vez mais elevado pelos insumos e equipamentos de que precisa. Proporcionalmente, o preço que recebe por sua produção agrícola segue uma tendência nitidamente de crescente."

Antes de mais nada, os fazendeiros sabem que a política de preços do leite está na mão do governo. E,

"- O governo é doido, na mesma hora que faz, desfaz."

Ficam portanto, se sujeitos ao crédito, submetidos a uma outra força que não controlam, que sabem, por experiências, ser incontrolável e irracional. Ou dotada de uma racionalidade inteiramente incompreensível para eles.

Mesmo que seja parcial a modernização proposta pelo técnico, sofre, por parte do fazendeiro, uma consideração, envolvendo valores e retornos. Os valores, referidos ao rebanho disponível e negociável, o retorno, considerado dentro do achatamento habitual dos preços. Portanto, é irracional para o fazendeiro envolver seu patrimônio em um negócio que não controla. Subordinar sua vida ao pagamento de uma dívida vinda da modificação do sistema de exploração encontra do seu lado uma reação negativa, que é prontamente identificada pelo técnico com "conservadorismo". Além do mais, o fazendeiro encontra, ao lado, a sua referência mais ilustre: os vizinhos abastados. Combinando "trabalho, economia, esperteza e sorte", esses fazendeiros "venceram" com o mesmo sistema de exploração

de todos. Vencedores, não negaram o sistema comum; expandiram a superfície plantada de brachiária, melhoraram por cruza (não por compra) seu rebanho, compraram mais terra. Isso em escala variada todos fazem. Fugir desse caminho para cair na mão do técnico, entregar duplamente sua autonomia - a barganha de preços, roubada pela Nestlé, a de gerir a fazenda, roubada pelo técnico - é matar-se como produtor.

Técnico, para o fazendeiro, é sinônimo de crédito. A EMATER ter principalmente carrega esse estigma desde o tempo da "Reforma". Naquela época, obrigados a modernizar, os fazendeiros procuravam ou eram procurados pela ACAR-Ruralminas. Faziam projetos como forma de garantir a propriedade contra a "Reforma". Obviamente pequenos projetos, de forma a não comprometer a totalidade do patrimônio em terras. Às vezes, quando podiam, levavam à frente o projeto com recursos próprios. A marca da obrigatoriedade vinculou, aos olhos dos fazendeiros, a EMATER aos bancos. Se eles têm uma relação amistosa com muitos dos técnicos dessa instituição, nutrem uma justificável desconfiança pela Empresa, ela própria identificada em grau razoável com a "Reforma". Fica difícil, por mais que tentem os técnicos, passar uma imagem de EMATER extensionista, auxiliar do desenvolvimento das comunidades, pronta para auxiliar os produtores, etc. A sua imagem é de uma extensão dos bancos. Diversos produtores, quando perguntados se usavam ou não os serviços da EMATER, respondiam que sim, quando faziam empréstimos. E por que não usavam sempre? Ora, porque não faziam projeto de crédito todo dia.

Uma razão ainda aparta técnicos e fazendeiros. Formados na ideologia modernizadora, de eficiência e produtividade máxima, viabilizadas pelo crédito rural, os técnicos acreditam que a lucratividade é alcançada com a especialização. Quanto mais esforço, atenção, experimentação e recursos o fazendeiro dedicar a uma determinada atividade escolhida, maior será o retorno em bem-estar, progresso e lucro.

O colono da CAC, para boa parte dos técnicos, é o modelo do proprietário. Primeiro, porque seus lotes são exemplos de exploração especializada. Agricultores, concentram seu interesse em três produtos básicos: soja, trigo, café. A atividade é concentrada em produtos que possuem sólidas linhas de pesquisa já desenvolvidas. E o comportamento do colono é ex-

tremamente racional; substitui facilmente uma lavoura que dá menor rentabilidade, por outra mais lucrativa, dependendo apenas da indicação dos orientadores da CAC e do mercado.

Depois, porque ele acompanha cegamente o técnico. A sua lavoura é feita com indicações precisas, e, durante o ciclo, o técnico está na proximidade de plantação. Quando o colono opta por pecuária leiteira como atividade complementar, o que vem ocorrendo com alguma frequência nos últimos tempos, faz a felicidade dos veterinários. Ele exige um acompanhamento quase diário por parte do técnico, de forma que a exploração leiteira é montada sob a tutela deste, que realiza então seu sonho de modernização. Escolherá matrizes de alta produtividade, manejadas em estábulos higiênicos, receberão rações cientificamente testadas em regime de confinamento ou semi-confinamento. As sobras de lavoura de transformação industrial do colono serão usadas no arraçoamento, e os dejetos do rebanho usados como adubo nas lavouras, fechando o ciclo de economia, eficiência e prosperidade.

Com os fazendeiros a coisa é diferente. Não são especialistas num produto, e a pecuária leiteira apenas ocupa parte principal do seu tempo e é fonte majoritária de renda líquida. Praticando diversas lavouras e negócios, conseguem aumentar a renda e melhorar a alimentação da família. Por outro lado, na diversificação conseguem também ocupar produtivamente, quase sempre, a totalidade da força de trabalho familiar, evitando simultaneamente os perigos das secas, das chuvas e da depressão de preços (20). Junto com a pecuária há uma multiplicidade de cultivos e negócios, de onde todos os fazendeiros arrancam uma parcela de subsistência ou da renda monetária. A própria atividade pecuária é desmembrada em produção de leite, produção de bezerros para comércio, venda eventual das matrizes excedentes. Ao lado disso, há produção de milho, arroz, farinha, polvilho, suínos para comércio e consumo; produção de frutas, galinhas, ovos e, às vezes, persistindo, feijão, para consumo apenas; moirões, carvão, etc.

Embora proprietários formalmente autônomos, sabem-se cativos da Nestlé, dos catireiros, dos açougueiros, dos comerciantes, e dos baixos preços agrícolas que são, em geral, pra

(20) Sobre este assunto consultar Homem de Melo (1982) e Reis (1978).

ticados. Deste círculo vicioso dos preços deprimidos sabem que não há escapatória a não ser na diversificação das atividades, onde a catástrofe da baixa nunca atinge todos os preços. E se os atingir, sempre poderão subsistir, convertendo parte da produção em consumo. É por isso que o fazendeiro tenta, ao máximo, absorver as funções do intermediário, fazendo a venda direta do queijo, do leite, do polvilho, do gado e uma imensidão de outras coisas. É por isso, também, que a roça é sempre um pouquinho maior que o de consumo, que dois ou três bezerros - quando é possível - são recriados, que uma roça de mandioca é refeita todo ano. A oscilação dos preços reais dos produtos agrícolas elimina, para o fazendeiro, que conta apenas consigo e a família, a possibilidade de cogitar em especializar-se. Embora defina-se como pecuarista, e esta seja sempre sua ocupação principal, não deixa de ter jamais uma variedade de outras produções que asseguram estratégias alternativas de sobrevivência.

Os fazendeiros sabem que o controle dos mercados está fora de seu alcance. Sem possibilidade de conquistar e manter um mercado cativo por tempo integral, eles estão sujeitos a enfrentar situações adversas nos períodos de saturação. Na safra leiteira, por exemplo. Por isso explica-se a diversificação de sua produção. Os momentos de depressão de uma atividade podem converter em bens mercantilizáveis produtos gerados para o consumo, como o milho, os porcos, as galinhas. Isto não implica que, vendendo produtos de auto-consumo, o fazendeiro alterará o seu sistema de produção. Poderá operar com prejuízo durante certo período, porque a ausência de vínculos com os bancos, o uso de mão-de-obra familiar e a produção parcial da subsistência, tornam-no pouco vulnerável às oscilações dos mercados. A multiplicidade de produtos funciona como a peça de resistência desta economia. Evitam ficar inteiramente subordinados à Nestlé, aos catireiros, aos comerciantes, mantendo autonomia relativa na continuidade de suas explorações. Por esse caminho, dificilmente o fazendeiro vai à falência.

O fazendeiro, por princípio e experiência, é praticante de várias culturas. Mesmo os fazendeiros da região que entraram para a CAC e deram-se bem como cooperados, diversificam suas atividades. Mesmo que essa diversificação não seja mer-

cantil, ela pode constituir parte importante do consumo da família. Um grande plantador de soja e café, natural de São Gotardo, dono de 2.000 hectares de terra, de tratores e colheadeiras, pratica numa parte grande de sua propriedade uma pecuária leiteira extensiva. Outro, também da região, proprietário de 800 hectares, quase que inteiramente plantados, possui vacas, carneiros e galinhas em sistema não-intensivo, um computador e a "Folhinha de Mariana".

São geralmente irônicas as referências dos técnicos aos hábitos de diversificação dos fazendeiros. Para eles é irracional e atrasada essa prática:

"- Este pessoal continua plantando uma agriculturinha."

Mas, esta "agriculturinha" é a garantia da sobrevivência autônoma, isto é, não assalariada, de todos eles como produtores.

"- Tem vez que o dinheiro do leite vai para as torta, o dinheiro dos bezerro vai para os remédio e vacina; nós fica sem nada. Se nós não tem uma rocinha, tem que ir nos banco, ou pegar um dinheirinho com os vizinho que é fraco que nem nós. Nós, todo ano, faz sacrifício mas planta. Eu digo - 'Olha Antenor, vamos pegar os boi e arar a roça'. Este meu filho é modernoso, influencia de japônês, quer saber de lavoura no cerrado. '- Pai, faz um crédito, planta nos alto, nós aluga trator, colhedeira, nós faz mais fartura'. Até que podia ser. Mas as máquina come os lucro todo, o que sobra prá nós? As dívida. Aí a gente sacrifica, mas faz roça nas cultura. Um milho, u mas rama de mandioca, uns litro de arroz. Nós trabalhamos muito; serviço de boi, seu menino, é puxado e rende pouco. Na hora da capina a mulher trabalha, os caçula trabalha, nós todos trabalha. Depois nós ficamos o ano inteiro sem conta no armazém do Rio. Não tem mais a fartura que tinha, mas sossegado nós fica, graças a Deus. Pode ser de outro jeito?"

Esta chamada "resistência à modernização" decorre de um conflito baseado em diferentes compreensões do universo econômico. Os técnicos operam no universo das objetividades econômicas, que compreendem preços, custos e lucros, numa sucessão perfeitamente articulada. Os fazendeiros agem noutras esferas, onde a riqueza não se materializa apenas na produção vendável e seus custos. Eles se permitem cálculos intrincados que compreendem dados extra-econômicos - culturais e afetivos - sempre regidos pela estratégia maior da sobrevivência, como família, como produtores e principalmente, como proprietários. A lógica do técnico encontra fundamentação na literatura espe

cializada, na política e nas ordenações do governo, nas instituições bancárias, e tem o exemplo máximo dos colonos da CAC e seu sucesso como exploradores do cerrado. Sobre o fazendeiro desaba tudo isso e sua prática é baseada numa estratégia que apresenta economicidade fundada num lastro cultural inteiramente diverso do técnico.

Para o fazendeiro, a sua atividade econômica tem por espaço a fazenda. É o "locus economicus" por excelência. A atividade agropecuária deve garantir a sobrevivência da família. Caso contrário seria um trabalhador para outros, um volante do café. E a fazenda não se definiria como local de produção, seria apenas morada e investimento, ou patrimônio.

Parece a eles completamente estranha a idéia exposta pelos técnicos, que a terra corresponde a um investimento X, e que deveria então fornecer um lucro Y, proporcional ao tamanho do investimento, superior às taxas de juro mínimas praticadas no mercado. Caso contrário, pela lógica do técnico, era mais negócio o desfazer-se desse ativo menos rentável - a terra - e procurar forma melhor de remuneração para seus capitais. Mas não é assim que pensam os fazendeiros.

O preço da terra não é contabilizado como parte de qualquer custo de produção, nem associado a qualquer retorno em dinheiro de um trabalho nela aplicado. É um dado que antecede à produção e a viabiliza, sem jamais agregar qualquer preço que, mesmo de longe, possa soar como equivalente à renda da terra. A análise desse fenômeno é feita por Wanderley (1979):

"(...) ao comprar uma terra, o proprietário não tem em vistas considerá-la exclusivamente como condição de produção e como fonte de uma remuneração específica, sob forma de renda fundiária. Por razões econômicas de ordem mais geral (inflação, por exemplo), o capital investido na compra da terra será valorizado, independentemente de um posterior investimento de capital produtivo nesta mesma terra. Não é, portanto necessário para o proprietário/dirigente da produção 'recuperar' imediatamente o preço da terra, contabilizando-o nos custos de produção. A terra tem um significado de reserva de valor e é considerada fundamentalmente como um patrimônio, independentemente de qualquer exploração econômica."

Analisar o preço da propriedade como participante da formação de preço das mercadorias é inconcebível para os fazendeiros, porque a terra é compreendida como um bem que obedece a uma coerência própria, autônoma das vontades: a lógica da valorização.

Terra é ao mesmo tempo meio de produção e investimento. Meio de produção na medida em que libera o fazendeiro da parceria em terra dos outros. Cria a oportunidade de produzir em terra própria e possuir morada própria.

Por outro lado, a terra é investimento, materialização de todo o esforço da vida, é "patrimônio". É uma garantia para o presente e o futuro e um lugar para situar a si e a família no mundo. Significa para o proprietário que ele venceu as adversidades, trabalhando, economizando, sacrificando a família para assegurar o direito de dono.

Dentro da lógica do fazendeiro, é a exploração da propriedade que deve garantir seu sustento, e a terra, como bem assegurado, não pode ser exposta ao risco, sob pena de desabar uma sólida urdidura de vida. O investimento feito na terra não deve aparecer sob a forma de renda: os gastos de aquisição não devem necessariamente corresponder a uma certa rentabilidade líquida, surgida no processo produtivo. São duas coisas inteiramente distintas: de um lado, a renda da lavoura, que é derivada do esforço produtivo, da ciência do plantio e do dado divino, a fertilidade natural da terra. De outro, a valorização, compreendida como remuneração "natural" do investimento, que independente da exploração ou não da propriedade, aparece, consolidando a imagem da terra como efetivo patrimônio em valorização.

É por essas razões que divergem fazendeiros e técnicos. São duas formas completamente diferentes de pensar a organização produtiva. Para os técnicos é uma questão de educação. Ou má-educação. Uma irracionalidade, uma falta de "visão empresarial". Para os fazendeiros, no entanto, é uma questão vital: sobreviver.

Mas, existe uma situação onde o fazendeiro recorre geralmente ao técnico; é quando se trata da exploração dos cerrados. Neste caso, os proprietários não possuem o conhecimento da exploração e vão utilizar os técnicos para iniciá-los nos segredos. Além das operações normais de destoca, aração e gradagem, o cerrado consome outra série de operações para a sua fabricação, que gastam especificações exatas de fosfato, calcário e adubos. Ocorre que essas especificações não são universais para qualquer solo de cerrado, mas consoantes com análises de solo, portanto incompreensíveis para os leigos. Cada

solo exigirá uma dosagem correta de elementos, que pode ser inteiramente diferente da adotada pelo vizinho ou parente. Neste caso, o fazendeiro fica à mercê do técnico, ainda que a contragosto.

Apesar das oposições dos fazendeiros, os técnicos têm conseguido algumas vitórias expressivas na modernização das propriedades, e isso tem servido para granjear-lhes certa estima e consideração. No entanto, são modernizações descontinuadas, desiguais. Sua adoção dificilmente leva o fazendeiro a modificar seu sistema de produção. Na verdade, a modernização atinge segmentos do processo produtivo e é acoplada à forma "tradicional" de acontecer a produção.

O exemplo mais ilustre é o do uso de capineiras. Os capins africanos que começaram a ser plantados no começo da década de 70, têm no pico da estação seca um poder nutritivo muito superior ao dos capins de pastejo. Embora não consigam manter inalterada a produção leiteira ao longo de todo o ano, asseguram ao rebanho aquilo que os veterinários chamam de "ração de manutenção", a dose de alimentos que assegura a saúde do gado no mínimo vital, desde que associados a alguns concentrados. Esses capins (napier e camerum) têm uma produtividade muito superior à dos capins de pastejo, rebrotam em qualquer estação e alcançam produtividade quase plena já no primeiro ano⁽²¹⁾ de plantado. Recomendados pelos técnicos, seu sucesso junto aos fazendeiros é fabuloso.

Outro sucesso é o espaçamento de milho. Os técnicos insistiram para que o número de plantas por área fosse dobrada, demonstrando que não dá mais trabalho cuidar da plantação, e que se ganha uns 50% na produtividade, economizando nas capinas. Também plantado em ruas convenientemente espaçadas, o milho facilita a capina animal e sistematiza a colheita.

Quando há intervenção do técnico no sentido de auxiliar o fazendeiro a reproduzir "tradicionalmente" sua propriedade, existe também boa recepção. Isso aí implica um técnico mais distanciado de sua utopia, ou, dadas as circunstâncias, contrafeito com aquele trabalho.

Alguns fazendeiros usavam serviços de técnicos para fazer projetos e comprar matrizes a crédito. Compradas as re-

(21) Sobre o assunto consultar Marques (1969)

ses, recriavam, vendiam, compravam mais terra. Novo projeto então, novas reses, recriação, venda e mais compra de terras. Há que se observar que neste processo o gado a crédito era sempre avalizado por um rebanho equivalente ou maior de garantia, que ficava no pasto. A operação de crédito era lastreada com gado suficiente para honrar os compromissos, evitar vexames com os fiadores e ter a atenção chamada pela agência de crédito.

No caso em questão, o projeto de crédito - ação por excelência da EMATER - está em perfeita consonância com o sistema do fazendeiro. O técnico aqui intermedeia a forma "tradicional" de ser da reprodução, sem agregar qualquer novidade tecnológica à propriedade e sem transmitir, diretamente, qualquer perspectiva de melhoria do bem-estar da família.

A grande alteração que pode sofrer a relação técnico-fazendeira ocorre quando o primeiro abandona a ideologia dos modelos e dos pacotes que aprendeu na escola ou no discurso oficial. Os técnicos preferidos são aqueles que abandonaram há muito tempo o discurso "científico", incorporaram ao seu vocabulário os termos regionais e não se opõem aos usos e costumes da prática agropecuária "tradicional". Com os anos de convívio alguns técnicos passaram a respeitar certas tecnologias, por sua viabilidade. Daí, é comum, em algumas fazendas, convivem sob as bênçãos dos técnicos, o Ivomec, um anti-parasitário moderno, de vanguarda, e a prática, quase sistemática, de benzeção das pastagens para combater ervas venenosas.

Quando larga estas posturas e passa a propor uma modernização seletiva, de baixo custo e pronta resposta, as porteiras das fazendas começam a abrir-se para ele. Alguns, no entanto, que incorporarem de forma radical a "modernização", passam a corporificá-la e gastam todo seu tempo pregando no deserto, taxando enfaticamente o fazendeiro de ignorante, conservador e reacionário.

2.3 - Os Fazendeiros e a Cooperativa

Os autores observam três fenômenos marcantes nas cooperativas: primeiro, uma tendência a concentrar-se em regiões de maior desenvolvimento; segundo, uma tendência a ser monopolizada pelo grupo de produtos mais fortes e, terceiro, uma certa tendência ao gigantismo, a partir da diversificação das a-

tividades, que separa fatalmente o cooperado da gestão do órgão. Dessa forma, afirmando-se como grande organização, gozando de benefícios concedidos pelo governo, o cooperativismo aparece como elemento chave na concepção modernizadora(22).

Dentre as cooperativas brasileiras, a Cooperativa Agrícola de Cotia - CAC - tem posição de destaque, pelo número de associados e volume de comercialização. Essa cooperativa foi fundada em 1927 por um grupo de imigrantes japoneses, produtores de batata, no município paulista de Cotia. Nos anos seguintes, cresceu e diversificou suas atividades, passando a lidar com outros produtos e compra de insumos. O crescimento da C.A.C. foi gigantesco, passando a atuar nas áreas de armazenamento, crédito e assistência técnica aos cooperados, abandonando os limites do Estado de São Paulo e dedicando-se a muitos produtos, inclusive exportáveis. Desde os anos 70 começa a desenvolver projetos conjuntos com o governo, na área de assentamento. Nesses, a empresa detém o monopólio de venda de insumos e comercialização da produção.

O ganho da empresa, segundo Loureiro (1983), surge da forma peculiar que organiza seus negócios. Assim a CAC tem como pontos fundamentais para atuação:

1. a captação de taxas sobre a produção comercializada dos cooperados, que serve para formação de capital;
2. a recepção da produção em regime de consignação, deixando a cooperativa isenta dos riscos de comercialização;
3. a venda, em regime do monopólio, dos insumos agrícolas consumidos pelos cooperados.

O PADAP hoje é a CAC. Esta afirmação é feita por fazendeiros, cooperados e técnicos. Sem dúvida foi a presença da Cooperativa, aliada às condições oferecidas pelo governo, que possibilitou o sucesso dos colonos no Programa. A produção entregue à CAC é beneficiada, classificada e armazenada pela cooperativa; na comercialização, que pode ser definida pelo colono, ela assessora e coloca a mercadoria. Ainda, fornece insumos a crédito e assistência técnica, desenvolve pesquisas, faz adiantamentos de colheita por produção entregue. Enfim, é como diz um fazendeiro: "- A cooperativa é a mãe do japonês".

(22) Sobre o cooperativismo podem ser consultados "Dirigente Rural" (março/abril 1977), Fleury (1983) e Loureiro (1983).

No entanto, dos "expropriados ou remanescentes" - os fazendeiros e sitiantes, segundo o jargão da Ruralminas - muito poucos tornaram-se cooperados e a maioria, por sinal, mantém uma distância razoável da cooperativa e de seus associados. A comercialização da sua produção é feita individualmente, o recurso ao crédito, com o fim virtual do subsídio em 1983, é praticamente inexistente, e as novidades de pesquisa entram em suas propriedades apenas seletivamente, na medida em que são adequadas a seus sistemas.

Para os técnicos que participaram da implantação do Programa, em particular, os da Emater, o fato de os fazendeiros não se tornarem cooperados é inconcebível, pois negaram-se a oportunidade de prosperar. Para eles, a ausência da associação, em grande quantidade, é explicada pela aversão ao espírito cooperativista e pelo individualismo do produtor.

"- Por falta de tradição em cooperativismo, que até hoje é um grande problema. Porque você vê, uma cooperativa como essa, com a estrutura dessa, montada em Minas, uma das maiores na exploração de trigo e soja, e eles ainda ficam receosos de entrar. Se bem que hoje nós temos de 10 a 15 produtores da região que são associados à cooperativa e trabalham integrados, mesmo não deixando de explorar sua pecuária. Na cooperativa existe até certo ponto uma série de medidas burocráticas que dificultam a entrada de colonos nativos. E eles são acomodados, então, se têm um pouco de trabalho, já que a tradição é pouca, eles se acomodam e não produzem."

Para os fazendeiros, essa questão parece bem mais complexa, e para alguns deles, pareceu, a entrevista foi a primeira ocasião em que pensaram o assunto.

A CAC para os fazendeiros é o símbolo máximo da presença dos colonos na região. Afinal é lá que eles guardam suas safras, e passam grande parte do seu tempo. Mesmo, dizem, além do necessário à atividade cooperativa, como informações de preços e reuniões ordinárias. É o lugar do lazer, também. Ora, esses mundos, o do colono e o do fazendeiro são distintos, são duas sociedades mutuamente excludentes, não exatamente por assinalar uma diferenciação baseada em critérios de renda. Assim, o espaço do cooperado é o lote e a CAC, e, para muitos fazendeiros, a CAC é "coisa de japonês".

Mas, o que é "coisa de japonês"? Isso envolve a percepção que o fazendeiro tem do colono, que a seus olhos é o produtor que movimenta quantidade imensa de dinheiro, de máqui-

nas, de insumos numa única safra. Os poucos proprietários da região que têm contatos mais estreitos com os colonos, geralmente porque existem laços de dependência entre eles, assombram-se constantemente com o volume dos investimentos necessários para tocar a lavoura no cerrado. Os outros, têm idéia aproximada do gigantismo do negócio dos cooperados. Traduzida em outros termos, a CAC é "coisa de grande": Grande, no caso, é o produtor, dono de milhares de sacos de grãos, dos tratores, das colhedoras, do capital.

Por outro lado, para os fazendeiros, a CAC não é um local apenas de grandes produtores, privilegiados, mas também o local de produtores especializados. O cooperado carece de grandes armazéns, grandes movimentos, grandes créditos, específicos para aquela atividade que desenvolve, e, deste universo, o fazendeiro está excluído, pois considera-se pequeno produtor e pecuarista. Eles geralmente separam de si o mundo da CAC, não por se acharem pobres em relação aos colonos (embora o mais das vezes sejam), mas fundamentalmente por compreenderem a Cooperativa como o local de atividade especializada e de grande volume. A CAC é para os colonos, grandes produtores de soja e trigo, grandes devedores.

Mas porque os fazendeiros não se tornarem também produtores de soja? É preciso voltarmos às exposições precedentes e compreendermos as razões de exclusão. A lavoura especializada contraria os hábitos e sistemas dos fazendeiros. As políticas e os pacotes tecnológicos são feitos apenas para o novo agricultor, de novos hábitos e práticas. A "exploração" dos cerrados, pela complexidade dos processos que envolve, dessa ótica, exige que os velhos métodos realmente sejam excluídos (a esse respeito ver Silva, 1977). Quando foi criado o Programa, tratava-se de assentar os colonos, os novos agricultores, e os demais foram classificados de "expropriados ou remanescentes", os excluídos. No primeiro caso, identificaram-se fazendeiros e sitiantes pela condição, circunstancial, de haverem perdido a terra. No segundo, a partir da condição de sobrantes, que não puderam ser despejados, e, por residência na área, terminaram sendo incluídos, como sobra. A própria forma de classificar os produtores locais qualificava a sua participação no Programa.

Mas, da mesma forma que alguns fazendeiros produziram so

ja, também alguns entraram para a CAC; diversos entraram e saíram. Não permaneceram principalmente porque deixaram de ser produtores de grãos. Os que abandonaram a lavoura de cerrado têm uma boa explicação para isso: não fizeram financiamento para a compra de todas as máquinas que esse cultivo exige, especialmente as colhedoras, e terminaram ficando na dependência de outros cooperados. O atraso em plantios e colheitas sucessivos levou-os a abandonar a soja, e com ela, a CAC. Foram poucos os que realizaram o ciclo completo crédito - soja no cerrado - filiação à cooperativa.

"- Fiquei com área dentro do PADAP e desapropriado, essa área de 152 hectares era o cerrado, mais 78 hectares. Depois que eles desapropriou diz que se não plantasse eles tomavam de novo, então quando vi aquela coisa meti os peitos nos trem, plantei soja três anos e entrei para a Cotia.

Eu fiquei cooperado lá dois anos, saí porque não gostei. Primeiro ano que eu entrei de sócio lá, eu colhi 270 mil cruzeiros de soja e eles me deu só 190 mil cruzeiro. O resto eu não sei onde é que eles pôs. Falou que era despesa, sei lá, despesa de pagar não-sei-o-quê. Quando foi no segundo ano já me pagaram quase o total que eu depusitei lá, mas também eu já ia largar. Pedi pra sair. Eu utilizava pouco lá. Eu entrei na Cotia só por um motivo: não ter as vez lugar onde que vender a soja e eles fazia toda transação, podia depositar lá que eles fazia a transação do negócio e dava o dinheiro para a gente. Mas não gostei. Larguei a plantação de soja. Eu não tinha colhedora, na hora de colher, eles tratava de vim colher não vinha, a soja caía lá, perdia, enfezei com aquilo, botei as vaca lá. A mexida de soja não é ruim, mas o negócio é que a gente não tem todas máquina, né?, tem que ter colhedora para plantar 150 hectares de soja, nas horas de colher, arranjava um colhedor, eles tratava de vim, as vez tava passando de hora, vem amanhã, vem depois, quando vinha a soja tinha perdido, dava prejuízo."

Os que entraram dispunham geralmente de grande patrimônio, de gados, de benfeitorias. Mas, não foi por que dispunham de uma visão privilegiada que resolveram entrar para a CAC. Antes, foi o fato de possuírem fortuna expressiva que viabilizou a sua entrada. A Cooperativa possui critérios bastante rigorosos para escolher seus filiados. Curiosamente ou não, dos fazendeiros locais entrevistados, que se tornaram e permaneceram cooperados, todos têm curso superior completo. Ela exige que o cidadão tenha um vasto inventário de qualidades, que compreende desde a "capacidade de gerenciamento" até boas referências na cidade. Deve ter também, aos olhos da CAC,

um desempenho satisfatório na agricultura e uma propensão a aceitar procedimentos técnicos avançados. Além disso, deve aceitar as rígidas regras de fornecimento e comercialização da Cooperativa e passar pelo crivo de uma assembléia de cooperados, que dá a última palavra sobre seu pedido de ingresso(23). Esta longa série de exigências dificilmente é satisfeita pelos fazendeiros, que são pouco propensos ao uso do crédito e a alterar seus sistemas de produção.

O grande motivo a afastá-los da CAC é a identificação expressa com os colonos e os grãos. Só mediante a aceitação de certas regras de produzir, a incorporação efetiva de uma certa "ideologia do progresso", é que os fazendeiros se dispõem a entrar. Por exemplo, no caso de dois produtores de café. O primeiro, com 10 hectares de café, não tem a menor ambição de filiar-se, pois, segundo ele, para tornar-se cooperado o cidadão tem que ter um "grau elevado", entendendo por isso muito dinheiro e plantações. Pensa que a CAC jamais o aceitaria por sua pequena expressão como produtor de grãos. O outro, possuidor de 38 hectares de café, procura meios de entrar para a Cooperativa. Para ele, o colono fez muito bem em montar a Cooperativa:

"- Lá, o plano lá, a gente estando junto com a Cotia, ela tem muita coisa que ajuda a gente. E depois, a gente junto com a Cotia, mesmo não precisando dela, do dinheiro dela, ela tem armazém, ela tem muita coisa boa. Ela tem adubo pra vender pra nós. O japonês é muito esperto. Eu acho que ele é mais inteligente. E ele ganha dinheiro."

Ao fim das contas, as regras, métodos e identificação exclusiva da Cooperativa com os colonos, inibe a participação dos fazendeiros. De fato, não é apenas o individualismo do fazendeiro que o separa da CAC. Mais do que isso, a própria forma de organizar a produção e o comércio tornam a Cooperativa desnecessária e distante dos fazendeiros.

(23) Sobre o rigor da seleção da CAC ver San Martin e Pelegrini (1984).

CAPÍTULO IV

A MORTE DA CULTURA

"E quando olho minhas tralhas pen
duradas, de tristeza dou risada,
para não chorar de paixão."

As transformações ocorridas no cerrado no intervalo 74/84 provocaram mudanças significativas no mundo dos fazendeiros. Embora a propriedade da terra tenha sido atingida apenas parcialmente(1), as condições históricas de produção foram sendo alteradas, por fora e por dentro.

Isto não significa que a propriedade dita "tradicional" tenda a modernizar-se. Há, na verdade, uma espécie de reciclagem e adaptação às novas condições de produção. Gradativamente os sistemas de produção vão sendo limitados na sua forma histórica, resultando em uma expropriação econômica e cultural(2).

Os fazendeiros do PADAP foram atingidos no cerne do seu processo de acumulação. A valorização da terra, os problemas da pecuária, a escassez relativa de força de trabalho de parceiros e diaristas, os problemas de ajustamento ao novo patamar tecnológico que é imposto, funcionaram para eles como um "fechamento" da fronteira agrícola e agravamento das dificuldades de produção. Desde então, esta organização produtiva é impelida a um movimento duplo e simultâneo de atração e repulsão pelos mecanismos e processos da modernização. Daí, assistimos a uma queda no ímpeto da acumulação de patrimônio: a não ser alguns poucos fazendeiros, mais capitalizados, cujo movimento essencial é a reciclagem(3), a grande maioria perde, aos poucos, as condições de continuar acumulando, adaptando-se paulatinamente a uma reprodução simples. Este capítulo é uma descrição da expropriação porque passaram os fazendeiros.

(1) O caso dos sitiante é diferente.

(2) Sobre o assunto, ver Palmeira (1977).

(3) Isto não quer dizer, necessariamente, modernização.

1 A Vida Desconsertada

1.1 - A "falta de mão-de-obra"

Segundo os fazendeiros a chegada da colonização trouxe muitas vantagens para a "classe pobre": o emprego, ou a possibilidade de trabalhar nas propriedades dos colonos;

"- O pobre, sabe, que precisa trabalhar alugado porque ele vive de ordenado do braço, agora tem serviço para trabalhar, nos japoneses. O pessoal que trabalha para os japoneses, antes pegava empreitada, meia, praquí, pralí. Passava até falta em casa, coitado. Plantava uma rocinha, um trem, mas eu vou te contar, não dava. Agora eles tão lá com os japoneses. Diarinho, esses bôia-fria, você só vê caminhão, cheinho de gente, levando gente, trazendo gente. Fica a-toa quem quiser, mas nessa base de bôia-fria empregado com os japoneses. Eles fica direto com os japoneses."

Os colonos, em relação aos fazendeiros, são grandes empregadores de diaristas. O projeto de implantação do PADAP previa a formação de grandes "depósitos" de força de trabalho:

"Serão implantados dois centros rurais e um centro comunitário, nos quais serão abertos 41 quilômetros de ruas e instalados 41 quilômetros de redes de água, construídas 10 escolas rurais, 3 grupos escolares, 2 unidades auxiliares de saúde, um ambulatório com leitos e reformadas 13 escolas. Em toda área serão construídas 1.150 casas e também galpões, totalizando o investimento, nesse setor, de cerca de 42 milhões de cruzeiros (...) Os dois centros rurais e o centro comunitário são para operários não especializados e cada um terá 400 residências. Neles será montada uma estrutura escolar e médico-hospitalar, para assistência às famílias, devendo cada operário ter sua casa própria com pequeno quintal, onde poderá produzir alimentos para o consumo próprio."

(Boletim Informativo Cooperminas, 1974)

Estes centros jamais saíram do papel. Guarda dos Ferreiros, A baeté dos Mendes, Capelinha, têm suas ruas atravancadas pelo trânsito dos caminhões, que de madrugada e à tarde coletam e devolvem trabalhadores; a unidade de saúde ainda é em São Gotardo, para onde são levados os volantes acidentados ou envenenados por agrotóxicos.

A pressão pelo lado da demanda de força de trabalho, provocada pelos colonos, numa região onde praticamente não existiam outras ofertas de emprego, combinada com a forte redução

no número de sitiante, desembocou na formação de um grande contingente de trabalhadores disponíveis nas cidades, nas vilas e nos sítios. Se os trabalhadores apareceram, por estarem desvinculados da propriedade da terra, ou por não conseguirem a subsistência na lavoura do sítio que continuaram proprietários, foi desnecessária a construção de Centros e casas. O próprio mercado ficou incumbido de resolver os problemas de habitação dos trabalhadores.

Segundo França (1984), a proposta de habitação para "operários não especializados" teve caráter meramente "político", para efeito de venda do projeto:

"A programação da Ruralminas previa para os três primeiros anos do PADAP o ingresso de 3.000 famílias de trabalhadores na área, para os quais projetou a construção e recuperação de vários povoados. Como tal volume de emprego agrícola não foi gerado, e como é difícil acreditar que uma instituição desconheça a tal ponto a realidade objeto de seu trabalho, resta-nos a alternativa de pensar que tal projeção do emprego foi utilizada basicamente como indicador "positivo" para a negociação política do programa. Não só não se concretizou o ingresso das famílias, como muito menos se realizaram os investimentos a ele vinculados."

Sem construção de escolas, casas, áreas de plantio ou ambulatórios, os trabalhadores foram atraídos pelas perspectivas de ganhos nas colheitas e alguns tratos, formando um mercado de trabalho fluído, mas perene.

A chegada dos colonos absorveu os sitiante e outros trabalhadores primeiro na catação de raízes. Após a destoca, ficam tocos pequenos e raízes no terreno, que atrapalham a passagem da grade. Podem ser removidos com ciscadeira mas ela não faz um serviço completo. E depois da primeira colheita ainda sobram algumas raízes para recolher, que atrapalham gradagens e arações. Depois, carecia de mão-de-obra para capina manual de soja e café, invadidos por ervas do campo, ou rebrotas, que não são aniquiladas pelos herbicidas nos primeiros plantios de cerrado. Desta forma, sitiante e despossuídos passaram a ter novos lugares de trabalhar, que foram se tornando constantes quando as lavouras de café entraram em produção.

Os cafezais começaram a oferecer trabalho na colheita, de maio até agosto, às vezes até setembro, e carrearam de vez a mão-de-obra "sobrante" para os lotes dos colonos. A safra é

um período onde toda, ou quase toda a família desloca-se para o cafezal, e alguns colhedores mais habilidosos chegam a ganhar dois ou três salários mínimos por mês. A premência da colheita leva alguns colonos a disputarem mão-de-obra no pico da safra, elevando o salário e o nível de emprego sazonal (alguns costumam contratar até 100 trabalhadores - dois caminhões - por dia, durante 60 dias). O pagamento do café é feito por tarefa (saca colhida), e desde que o trabalhador receba uma boa "rua" ele pode colher até 6 sacos por dia, remunerados em média a Cr\$ 2.000 em julho de 1984. A renda monetária da família sitiante cresceu, embora isto não indique melhora no seu padrão de vida; passaram a necessitar do mercado para satisfazer todas as suas necessidades de consumo, já que grande parte deles abandonou o plantio próprio. Não sendo constante o emprego, o trabalhador dispõe de renda monetária apenas parte do ano.

Mas, não é apenas a mão-de-obra dos sítiantes a usada pelos colonos. Grande parte deles, com a valorização, vendeu suas terras e transferiu-se para São Gotardo de preferência, convertendo-se em assalariados completos. De outra parte, a safra de café do PADAP atrai trabalhadores de toda aquela região da Mata da Corda; de Matutina, Arapuã, Santa Rosa e mesmo de lugares mais distantes. Durante a colheita toda a família muda para São Gotardo, onde aluga casa e vai diariamente à lavoura de café.

As vilas ficam esvaziadas durante o dia. Na safra, o A-baeté dos Mendes, antigo vilarejo de sítiantes e criadores de porcos soltos, vira arraial-dormitório. Sobram apenas os incapitados fisicamente, os doentes, parte pequena dos comerciantes: mesmo as crianças de colo - acompanhando as mães - e os velhos vão para os "lotes".

Grande maioria dos trabalhadores contratados pelos colonos são temporários. O número de trabalhadores permanentes é proporcional ao número de tratores existentes por propriedade, ou um trabalhador por 100 hectares de terra, segundo França (1984). Os permanentes são quase todos "fichados", isto é, possuem contrato regular de trabalho, e ocupam funções que exigem uma certa especialização, razão de seus salários serem um pouco acima do mínimo, e sua situação no "lote" relativamente estável. Estes trabalhadores fixos são parte pouco sig-

nificativa da força de trabalho total empregada pelos colonos, principalmente em relação à quantidade de diaristas na colheita do café. (Ver Tabela IV.1 e IV.2 abaixo)

TABELA IV.1 - Trabalhadores Temporários^(a) nas Propriedades dos Colonos e nas "Tradicionais"^(b), PADAP, Julho de 1976 a Junho de 1977

M E S	PROPRIETÁRIO	
	"TRADICIONAL"	COLONO
Julho	502	857
Agosto	432	1.167
Setembro	481	1.319
Outubro	690	979
Novembro	677	1.060
Dezembro	515	959
Janeiro	681	1.261
Fevereiro	533	1.197
Março	555	980
Abril	499	814
Maio	569	740
Junho	527	822
Média	555	1.013
Área Total (ha)	19.840	19.500 ^(c)
Trabalhador por 100 ha	2,8	5,2

Fonte dos Dados: EPAMIG (1979)

- (a) Inclui homens, mulheres e crianças
 (b) Inclui grandes, pequenos e médios proprietários
 (c) Foram entrevistados 78 colonos pela EPAMIG, multiplicando pela área média de 250 hectares, portanto, 19.500 ha. Nessa época os cafezais ainda não estavam em produção

TABELA IV.2 - Ocupação e Emprego Permanente nas Propriedades dos Colonos e nas "Tradicionais" do PADAP, Junho de 1976 a Julho de 1977^(a)

PROPRIETÁRIOS	TRABALHADORES	ÁREA TOTAL	TRABALHADOR POR 100 ha
"tradicionais"	974	19.840	4,9
colonos	77	19.500	0,4

Fonte dos Dados: EPAMIG (1979)

- (a) Mesmas observações da tabela acima

Pelo tempo passado desde que o levantamento da EPAMIG foi feito, alguns reparos podem ser agregados. Em primeiro lugar, a quantidade de diaristas contratados pelos proprietários "tradicionais", para as condições do ano de 1984, parece um

bocado alta: em poucas propriedades pode-se observar movimento de temporários. Nos seus depoimentos, os fazendeiros apontam raras contratações, feitas sobretudo em outubro e novembro. Deve ser notado, que em 1976 a fazenda "tradicional" estava apenas tendo os primeiros contatos com a modernização, e o lote era plantado pela segunda ou terceira vez, não necessariamente na área total. Esta é outra observação a ser feita: em 1976/7 o café dos colonos ainda não produzira, não demandava portanto as centenas de volantes que viria a exigir depois.

Em relação ao trabalho permanente (Tabela IV.2), podemos notar que enquanto as propriedades "tradicionais" tendem a ocupar de forma mais constante a mão-de-obra (em geral familiar), os colonos, pelo contrário, tendem a absorver mais trabalhadores temporários. Esta tendência é confirmada por França (1984), que afirma ter crescido, em 1983, para 1,0 por 100 hectares o emprego de permanentes e decrescido para 2,6 por 100 hectares o número anual médio de diaristas nos "lotes" dos cooperados. De qualquer modo, se houve queda relativa ao número de volantes contratados, comparando-se 1976/7 com 1983 (ano da pesquisa de França), houve crescimento absoluto, pois entre um e outro período a área explorada pelos colonos cresceu mais, mantendo relativamente estável o total de empregos temporários.

Fora da safra de café existem outras ocupações para trabalhadores temporários, mas estas mais inconstantes. Absorvem menor quantidade de trabalhadores, por períodos mais curtos de tempo e com remuneração mais baixa, no patamar do salário mínimo. É o caso por exemplo da colheita de batatas, da capina manual da soja, ou da limpeza de certos trechos das ruas de café. Não tendo cercas nem pastos, os colonos têm poucas despesas de conservação nas propriedades, tarefas que podem ser feitas pelos próprios trabalhadores permanentes. Também a CAC na safra de milho e da soja costuma empregar entre 200 e 300 trabalhadores temporários nos trabalhos de armazenamento.

Segundo a CAC e alguns técnicos, os colonos "inventam" trabalho durante todo o ano, para manter cativa a mão-de-obra que carecem nas colheitas do cafezal:

"- O pessoal saiu do meio rural para procurar aqui (São Gotardo) para trabalhar, porque tem escolas, melhores hospitais e médicos. Aqui tem salário garantido, porque o

japonês na época da entressafra não dispensa o empregado, coloca ele para capinar estrada, porque sabe que precisa dele depois."

Mas isto não é de todo verdadeiro. Os trabalhadores masculinos adultos têm uma estabilidade virtual no trabalho. Contam com ofertas de trabalho distribuídas ao longo do ano por um só colono, de forma a dispor de emprego com certa constância. Mas, são geralmente chefes de família, aptos para o serviço, que cativam para o cafezal a mão-de-obra da família no período da colheita. Os velhos, as mulheres, os adolescentes e as crianças geralmente ficam desocupados durante todo o período extra-safra de café. Neste período, a população trabalhadora reflui para os sítios, para as vilas, para os bairros, sobrando ao contingente dos expropriados definitivos bater de porta em porta de colonos à procura de trabalho. Como Joãozinho, de São Gotardo, 16 anos, 2 como trabalhador volante:

"- Na colheita de café é bom, nós fica folgado, com dinheiro. Os povo do caminhão até briga tem para levar nós. Nós fica parado ali, eles vai chegando e falando - 'Pago tanto, pago tanto'. A hora que acaba o café vai ficando difícil, aí nós vai nas casa dos japonês, precisa do favor do serviço com ele."

A avaliação que os fazendeiros têm desse fenômeno é inteiramente diferente. Para eles, a chegada dos colonos implicou numa concorrência por força de trabalho que não podem suportar, já que na safra cafeeira os colonos drenam toda a mão-de-obra, e fora da safra deixam disponíveis apenas poucos trabalhadores aptos para o serviço da fazenda.

"- Esse PADAP deu emprego para a turma desse lugar. Todo mundo tinha uma miséria tremenda, hoje com essas lavoura ninguém tem miséria, todo mundo ganha seu salário. Aí tinha gente que passava fome. De primeiro você arranjava companheiro aqui (na porta da casa), companheiro vinha oferecendo para você de fazer fila. Sai hoje, não arruma companheiro, está uma concorrência danada. Se você chega com 4 mil cruzeiros hoje - 'Vem, vai pra mim a 4'. - 'Japonês tá pagando a 5, vou pra ele'. Quem paga melhor é que leva eles. Esses bôia-fria vai para quem paga melhor. Para eles melhorou demais, melhorou cem por cento."

A chegada dos colonos puxou para cima os salários, levando-os a alcançar e as vezes a superar o salário mínimo. Os fazendeiros em geral não podem pagar nessa faixa. Seu próprio rendimento, maior parte das vezes, excede em pouco o que ganha um diarista. Antes do Programa, eram os grandes, quase os únicos

empregadores, e tinham poder para determinar salários. Quando as culturas eram férteis, podiam oferecer a parceria e produzir com mais sossego, segundo eles.

Não é que a parceria tenha desaparecido completamente. O que ocorria, antes do Programa, era o fazendeiro oferecer toda a terra capinada ou arada. Todo o serviço era manual ou usando tração animal e feito pelo próprio meeiro, que recebia a-dia para fazer todo o serviço, de "companheiro". Pronta a capina ou a aração de boi, o "companheiro" metamorfoseava-se em meeiro. Então recebia as sementes para plantio e teria a incumbência de plantar, fazer os tratos e colher a roça. Embora ainda exista este processo, é cada vez mais raro:

"- Veio o japonês para cá e melhorou a classe pequena porque cada um foi empregar com seu salariozinho, para se viver, né? O fazendeiro arava, não precisava de adubo. Na cultura, sobrava lugar de plantar. O fazendeiro plantava, um trecho ele arava, dava para o meeiro, ele tratava e partia. Não precisava de adubo, não precisava, calcário, não precisava de isso nenhum.

Depois que veio para cá o japonês não tem condição mais. Agora acabou a cultura e a erosão tomou conta dos terreno, cê sabe, as coisa vai mudando. Foi onde atrapalhou. Para o pessoal da rua melhorou. Depois da colheita de café eles vai para a capina do café, tem que limpar a soja, porque nasce muito ramo no meio da soja. Ganha o dia. Sempre geralmente tem serviço para a turma.

Sempre tem algum que fica aí esperando para colheita de café de novo, é aonde prejudica mais o lugar foi nisso, uma parte fica esperando. Tem gente que fica aí de uma colheita de café na outra esperando aí. Vive no rolo. Não faz uma rocinha que o fazendeiro não tem condição de dar roça para ele, porque roça hoje é no cerrado. Fazendeiro que não tem máquina, ele tem que pagar o desmate, a aração, o calcário, o adubo, para dar a meia não tem condições, sai caro demais. Aí não tem jeito. Como é que faz para ele conseguir, se o fazendeiro não tem condição?"

A meia foi sumindo: primeiro porque na época de preparo da terra, agosto-setembro o sitiante pode ainda estar ocupado no lote do colono. Depois, porque a cultura "cansou"; fazer roça em qualquer parte da fazenda demanda o adubo, que é caro e não agrega produtividade suficiente para compensar seu uso em troca de metade apenas da colheita. O fazendeiro geralmente proporá duas soluções: ou o sitiante paga metade do adubo (imediatamente no plantio ou com preço corrigido no fim da safra), ou recebe para si dois terços da produção. E cada vez faz menos roça. Dados os preços dos insumos necessários, os

investimentos obrigatórios na terra são feitos na pecuária: é uma brachiária, uma capineira, um silo, qualquer coisa diferente da agricultura. Enquanto os colonos plantam cada vez mais, eles, em geral, plantam cada vez menos.

Os sitiante, a não ser que reduzidos à miséria extrema, dificilmente vão aceitar as meias propostas. Dispondo ainda de terra, podem usar o ganho economizando na colheita e pagar aração mecânica para fazer sua própria roça, dedicando-se a ela e não à terra do fazendeiro. No entanto, se sua área for pouco apta ao cultivo, sem reservas para investir na fabricação de terras, poderão em alguns casos aceitar a meia naquelas condições oferecidas. A sobrevivência da parceria é precária, funcionando mais como exceção que regra de produção para o sitiante, e perde rapidamente o caráter de meio de acumulação tanto para o fazendeiro quanto para o sitiante. Depois do PADAP, a parceria tende a ser identificada muito mais com pobreza constante que com enriquecimento futuro.

As operações necessárias (reforma ou construção de cercas, limpeza de pastos e capina de roça) são cada vez mais difíceis de serem feitas:

"- Tá muito difícil de arranjar gente para trabalhar. Eles trabalha mais para o japonês. Pra gente eles não gosta porque a gente sempre quer turminha pequena, uns 3, 4, e o serviço é mais apertado né? Agora com os japonês não. Eles trabalha lá, 50, eles passa mais é farreando. Pra gente, a gente paga quase pelo dobro e eles acha melhor trabalhar lá do que para a gente, porque lá eles enrola o tempo no meio de turma grande, não sei porque, não gosta de trabalhar pra gente não. Mas precisando de companheiro para poucos dias, arranja, mas não é fácil. Você tem que fazer um serviço, avisa uma semana antes, primeiro. Uns que é assim, mais ou menos amigo da gente: - 'Vocês segura uns dia aí pra mim', aí eles já dá um jeito. Para arrumar uma cerca, bater um pasto, pega os vizinho. Tem pouca gente, mas arruma. Gente que tem lá as propriedadzinhas deles, né? Tira lá uns dia para servir a gente."

Algumas tarefas com período paralelo à colheita de café, como a limpeza de pastos, são feitas de forma irregular e assistemática. Outras, como a capina da roça do fazendeiro, vão sendo reduzidas ao tamanho que a família dá conta de tocar, pois a escassez e o alto preço da mão-de-obra, a impossibilidade de modernizar, levam o proprietário a dimensionar a roça de acordo com a mão-de-obra disponível, a familiar, na maioria

dos casos. A fazenda vai encontrando limite de produção na capacidade de trabalho familiar, reduzindo a área de cultivo e mantendo a pecuária como uma atividade rústica.

Anteriormente ao Programa, uma parte da renda dos sítios era derivada da "bateção de pastos", realizada no início da estação seca, de março em diante. Esta operação consiste em roçar os pastos, abatendo as diversas ervas invasoras, de forma que o capim brote vigoroso. Em 1984, para conseguir trabalhadores para este serviço, que sempre era feito por empreiteira, os fazendeiros disputaram no preço de mercado com os colonos. Como é difícil acompanhar o nível das diárias, grande parte das vezes são eles mesmos mais a família que roçam parte da propriedade, deixando o resto sendo invadido pelo mato. Antes, a família já fazia parte deste serviço. A diferença é que contava com os "companheiros". Quando não há limpeza, além de ocorrer redução na brotação do capim, há forte incidência de parasitos, que no fim das contas vai implicar em gastos para o pecuarista, que terá de adquirir defensivos animais para debelar o mal. A troca do rebanho zebuado pelo cruzado trouxe maiores gastos destes remédios: menos rústico, este rebanho é mais atacado por bernes e carrapatos, mais sensível ao ataque, de forma que precisa quase que sistematicamente de remédios.

Segundo os fazendeiros, os colonos arrasaram as condições de produção. A valorização das terras reduziu o número de sítios; a demanda por mão-de-obra aumentou os salários; o pagamento por saca colhida - sem vigilância - converteu os peões em vagabundos; a mudança dos "companheiros" para a cidade dificultou conseguir mão-de-obra. Diz um fazendeiro:

"- Se for preciso arrumar companheiro para desatolar um boi sabe que morre lá, morre a rês. Serviço que eu não der conta de fazer, fica sem fazer. Você pode pagar o dobro que eles (os trabalhadores) não vem. Eles vai para lá e fica a-toa, direto, acostumou com aquele sistema. Tem nego que dorme lá (durante a jornada). Eu nunca fui muito arranjador de companheiro não. Desde eu mais moço trabalhava muito. Mas era fácil de arranjar, na hora que precisava, arranjava. Hoje, se quiser produzir, tem que ser sozinho. Aqui procê arranjar uma pessoa que for fazer o servicinho que eu faço aí, mexer com essas criação zinha e tratar, se não pagar por mais do salário 20, 30 mil, não arranja não. Hoje em dia o povo do Abaeté tudo trabalha para os japoneses. Uns trabalha, outros fica a-toa. O povo de hoje não quer nada com a dureza não.

- Peão hoje é igual doutor, a gente tem que marcar o dia e a hora que vai precisar dele. - 'Hoje não posso, a manhã também não'. Agora a vida pra eles tá bem melhor, porque tem sempre fazendeiro procurando companheiro, tem sempre japonês querendo gente pra colher café ou fazer outro serviço. Agora prá nós ficou difícil. Quando eles vem tá caro, custoso e luxento. Tem lá a hora deles regulada de pegar o batente. Nós é acostumado a pegar madrugada com companheiro bom e ficar no serviço sem esmorecer até de noitinha. Hoje tá difícil, o povo tá preguiçoso, não consegue mais companheiro bom. Eles quer saber é de dinheiro e de registro."

O "problema" de mão-de-obra não é absoluto nem difundido entre todos os fazendeiros. Ainda restam em torno de fazendas de certos vales, alguns sitiante que sustentam a velha relação com os fazendeiros e estão dispostos a trabalhar ocasionalmente em empreitadas, permitindo a limpeza dos pastos em sua totalidade, tocar roças, fazer meias. Existe ainda, para grandes partidas de trabalho, que duram quinze dias ou mês, para cinco ou dez trabalhadores, a possibilidade de recrutar mão-de-obra nas vilas fora do PADAP. Como estes trabalhadores podem estar longe do círculo de influência do café e dos colonos, ou impossibilitados de alugar casas em São Gotardo na época da safra, alguns fazendeiros costumam buscá-los, alojando-os na fazenda mesmo, enquanto dure o serviço. Neste caso, é necessário maior disponibilidade de recursos.

No fim das contas, são os recursos dos fazendeiros que irão definir a possibilidade de usar trabalhadores, sua capacidade de concorrer. Com dinheiro, existe a possibilidade de participar do leilão de mão-de-obra, em pé de igualdade com os colonos. Os que não tem desta condição, constroem uma explicação para seus problemas que não está localizada exatamente nas suas condições efetivas de contratar trabalhadores, mas sim no próprio trabalhador, que aproveita o crescimento do mercado de trabalho temporário e escapa do relativo controle de determinar salários e estender a jornada que os fazendeiros dispunham.

Todos, abastados ou "fracos", sabem que ocorreram transformações, e que a mão-de-obra não é mais disponível como era. De qualquer maneira, a redução do número de sitiante representou um baque para a acumulação do fazendeiro, que já não é mais viável, como fora até passado recente.

O problema não é exatamente mão-de-obra, mas trabalhado-

res que produzam como diaristas, em tarefas de curto prazo, nas condições de salário deprimido e jornada extensa. Conseguir trabalhadores permanentes parece não ser difícil, dizem os próprios fazendeiros. O problema é gente que faça uma roçada, uma cerca, uma capina, e depois volte novamente para o sítio ou o serviço do colono. Para os fazendeiros "fracos" a dificuldade é imensa, embora para os abastados não seja:

"- O sujeito que é pequeno, faz pequena lavoura e isso dá serviço ao peão determinado tempo. O peão que é bom quer um serviço onde ele trabalha direto, o ano todo, e o pequeno produtor não tem condição de dar serviço direto. Existe esse fator que o pequeno tem dificuldade. Inclusive eu passei por essa fase, uma dificuldade de peão, tudo, até que minha lavoura de café começou a produzir. Não tinha condição de manter a turma. Como hoje já produziu e a gente tem melhores condições, eu quase que vivo é dispensando peão. Todo dia tem um insistindo, querendo vim trabalhar, que quer tocar meu serviço. Hoje, é meu serviço que é pouco para o tanto de peão que eu encontro. Para o fraco falta por causa disso, o peão vem uma semana, vem um mês e acaba o serviço."

1.2 - Os Problemas da Pecuária

Com a colonização e a valorização da terra, muitos fazendeiros venderam seus cerrados e ficaram restritos à cultura, onde passaram a concentrar todo o rebanho. Perderam, por consequência, o lugar de manejo do fim da seca e começo das águas. E o resultado não foi apenas a necessidade de reduzir o gado, que antes era criado na larga. Também, os capins da cultura, com a superlotação, perderam vigor e capacidade de suporte, induzindo a necessidade de uma segunda redução dos rebanhos. Na economia baseada principalmente na pecuária, a transformação foi significativa, pois com a redução da capacidade de suporte de bovinos, reduziram-se também as possibilidades de acumulação. Com pastos mais fracos, a sobrevivência do rebanho passou a depender em grande parte do trato na seca, que representa um dispêndio maior de trabalho familiar. Antes, o trato começava em agosto até, pois a verdura do melo so garantia a alimentação. Mas, com o fim do pasto livre, o trato pode começar até em junho, e assim, a família passa a trabalhar dois meses a mais, com gasto adicional de trabalho

e concentrados⁽⁴⁾, sem acréscimo relativo de renda que recompense o esforço.

A queda na capacidade de suporte e o aumento nos gastos do trato vão redundar em descarte quase que sistemático do gado considerado excessivo. Assim, a acumulação vai ficando restringida, pois de um lado o rebanho, forma importante de capital nessa economia, tem limites físicos para o crescimento, de outro, a valorização real da terra impede que esta forma de capital se materialize em novos meios de produção. Esse é o nó da crise da economia fazendeira.

Enfraquecidas as culturas, sua condição de aguentar o gado é apenas uma sombra do que foi, e suas alternativas são poucas. Pode-se pensar em fabricar cultura. Se submetidas à correção e adubação, elas dão respostas quase que imediatas, tornando-se plenamente produtivas em prazo mais reduzido que o cerrado fabricado. Mas, a exploração moderna das culturas enfrenta pelo menos duas barreiras muito sérias. A primeira é a topografia, já que grande parte dessas terras, vertentes de córregos, são tão tortas que é impossível qualquer operação mecanizada. Para essas partes, a única coisa possível de ser feita é prosseguir na exploração na forma como vem se processando. A segunda é o custo, alto demais para proprietários que quantificam suas disponibilidades em gado, com o rebanho cada vez menor. E, esse investimento só dá pleno retorno se, de-

(4) A queda na capacidade de suporte teve efeitos na produção leiteira, que reduzida, diminuiu também a renda familiar. O trato na seca, da forma como é feito na região, composto de forrageiras plantadas e concentrados adquiridos no mercado, dificilmente compensa a falta de pastos verdes. Apenas impede que o gado emagreça, sentindo menos o efeito da estiagem. O gasto em concentrados é parte importante da despesa da pecuária leiteira, e, a não ser que estes produtos sejam oferecidos de forma criteriosa, seu resultado é pouco significativo para a produção. Sobre indústria de rações ver Sorj (1980), IPEA (1978); sobre alimentação de bovinos ver I. A. (nov 78), Ribeiro e Ferreira (1981) e Marques (1969).

pois de refeita, a cultura for usada para manejo "racional" de rebanho melhorado(5).

Para os fazendeiros que ainda têm cerrado ou campo, a barreira que enfrentam é apenas a do capital, já que a topografia favorece. Mas o capital necessário é realmente o problema. Para "fazer" capital, o fazendeiro tem duas alternativas: desfazer-se do gado ou da terra. Se descartar parte do gado para formar pastos, ocorrerá uma possível insuficiência do rebanho em relação ao investimento total, pois deveriam ser descartadas duas vacas, em média, para formação de um hectare de brachiária (a preços de julho de 1984). Depois, descartar o gado para formar pastos leva a uma regressão da renda da família: sem gado, não há leite, sem leite não há dinheiro, etc. Portanto, há muito pouco sentido em vender gado para formar pastos, em geral os proprietários preferem ir, aos poucos, descartando o "fundo", e também aos poucos ir formando pastagens.

Desfazer da terra, vendendo, para fabricar terras parece aos fazendeiros um absurdo. A capacidade de suporte da cultura "cansada" é geralmente igual à metade de uma área equivalente formada de brachiária. Não tem sentido, por conseguinte, vender metade da fazenda para formar a outra metade e explorar igual rebanho. É mais lógico, do ponto de vista fazendeiro, acumular lentamente as condições de ampliar a capacidade de suporte de sua fazenda.

Em resumo, a reprodução da pecuária extensiva tem que acontecer em novas direções. Para o fazendeiro que acumula é colocada a alternativa de adquirir mais terras para o patrimônio prosseguir crescendo, ou recuperar as partes possíveis de sua gleba. Nesse caso, há uma imobilização de capital equivalente à compra, e realmente funciona como se o proprietário adquirisse - como qualquer outro bem vendido no mercado - pro

(5) Usa-se chamar de manejo "racional" de pecuária o processo científico de seleção de variedades de capins, adaptando-os à finalidade do rebanho (leite, cria, recria, engorda). Inclui ainda um uso não predatório das gramíneas, que serão sempre mantidas no seu tamanho mais produtivo, e, periodicamente fertilizadas. Além disso devem ser observados o tamanho dos piquetes, a relação entre cercas e níveis, o plantio de leguminosas em consórcio, etc. Rebanho melhorado, como o nome indica, é o que sofre aprimoramento genético, com o uso de reprodutores selecionados ou inseminação artificial. Através da seleção, o produtor vai, no correr do tempo, apurando um rebanho de aptidão específica (carne ou leite). Ver Marques (1969).

atividade para suas terras. Mas, geralmente, esta incorporação de produtividade não representará um retorno do investimento sob a forma de uma renda a mais que será agregada ao orçamento ou consumida. Na verdade, a fabricação agrega preço de venda à terra, como uma antecipação dispendida que retornará a ele no dia em que se desfizer da propriedade. A compra de mais terra ou a fabricação da velha gleba permite aumentar o rebanho. Este crescimento poderá ser feito por reprodução (recria) ou negócio, no velho esquema de ampliação do patrimônio. A pecuária que não conhecia o limite da terra, aprendeu a conhecê-lo, e o capital aponta a direção da sua sobrevivência: na multiplicação da terra, na seleção do rebanho, no consumo de produtos veterinários, rações e concentrados. Desta forma, o caráter extensivo e predatório de exploração é forçado a ceder lugar a um sistema extensivo e "científico", por razões que escapam inteiramente ao controle dos fazendeiros.

1.3 - A Modernização Parcial

Emparedados entre os altos custos relativos da mão-de-obra assalariada, os limites da produção com trabalho familiar e o baixo retorno da sua agropecuária, os fazendeiros estão sendo obrigados a modernizar, pelo menos em parte, as suas propriedades:

"- Quando eu cheguei aqui, quando eu fazia roça precisava de dois peão para amanhã, arrumava hoje. Agora você não pode fazer roça, porque se precisar não arruma, está todo mundo empregado. Para mim atrapalhou. Para mim e muitos, nós tem que trabalhar sozinho. Hoje nós tem que apelar pelas máquina, porque companheiro nós não arruma."

Incapacitados de modernizar a totalidade das fazendas, muitos absorvem de forma parcial a tecnologia disponível, ficando a meio caminho entre a propriedade dita "tradicional" e a "racional", ou moderna.

Com a dificuldade de conseguir companheiros e a fartura de crédito que foi oferecida em certa época, alguns fazendeiros compraram tratores, modernizando, nesse aspecto, a sua propriedade. Esses, não se consideram tão lesados pelo progresso quanto a maioria, embora nem de longe sua rentabilidade aproxime-os dos colonos. A aquisição da máquina criou para eles a possibilidade de plantar mecanizado, e transformou a

máquina num fetiche, que fica depositado em local nobre da fazenda:

"- Eu tenho um trator, um arado, duas grade, carreta grande e boa, distribuidor de calcário e comprei tudo por 77 mil cruzeiros, financiado. Hoje eu pago 1.580 cruzeiro de prestação e só um disco de arado custa 100.000 cruzeiro. O trator taí (fora, no terreiro), para a hora que eu quiser plantar, que meus filho quiser. A hora que nós quiser, nós tem jeito de plantar. É que nós não gosta de lavoura, nossa mexida todinha é com criação."

A máquina representa para eles a parte mais significativa - depois da terra - dos meios de produção que dispõem. Se ela só não permite o plantio em alta escala, nem acompanhar o ritmo de plantio dos colonos, isenta-os de parte da dependência em relação àqueles no preparo do solo e no plantio. Não elimina a dependência na colheita, se resolverem plantar muito, nem a descapitalização para adquirir os insumos, nem o estreito poder de barganha na hora de comercializar a safra. Mas o trator já dá ao fazendeiro certas garantias, pois agrega a uma das condições de produzir - a propriedade do solo - parte da outra, um instrumento de trabalho.

Muito embora parcial, o trator confere a seu proprietário uma condição que os demais não usufruem: o direito de plantar certa quantidade de milho um pouco além da capacidade da força familiar, se usa métodos rústicos. Esta produção de milho permite o enchimento do silo, a engorda de uns porcos, um excedente vendável. O trator na fazenda dá condição de revirar periodicamente a brachiária; de expandir a capineira sem recorrência externa; de limpar o cafezal, quando há. Estes proprietários, é claro, têm alguma condição superior de produzir.

Essas máquinas são para seus proprietários o signo por excelência da modernização. Mas na maior parte dos casos, vão muito pouco além de signo. Tratores de média potência são usados durante o ano, em diversas propriedades, para tarefas singulares como carregar moirões de cerca, puxar mandioca da roça para casa, ou passeios. Em geral, ficam maior parte do tempo ociosos. Dessa forma, se submetidos às análises de custo-benefício que os técnicos costumam fazer, os tratores na propriedade mostram-se uma irracionalidade completa. O alto preço não condiz com a alta ociosidade da capacidade de trabalho.

O que viabiliza o trator e torna-o econômico para as modestas funções que desempenha é o fato de ter sido adquirido com o crédito subsidiado do POLOCENTRO, de forma que 7 anos depois de comprado, a sua prestação equivalia ao preço de um litro de óleo diesel. Apenas durante os meses de agosto ou setembro é usado, para arar e gradear uma área, que dificilmente ultrapassa 10 hectares, onde são plantados o milho e a mandioca.

Os que compraram tratores com implementos vão usá-los no plantio e na capina da roça, mas esses são pouquíssimos. Maior parte das vezes têm poucos implementos e o trator apenas ara e gradeia uma terra que o fazendeiro pode ter dificuldade de plantar, limpar e colher apenas com a força familiar de trabalho. Sua capacidade de preparar terrenos é maior que o seu poder de comprar insumos e de levar à frente os tratos e a colheita. Nessa hora, o proprietário da máquina poderá procurar um meeiro para ocupar parte das terras prontas. Vê-se então, que a forma "moderna" de lidar com a terra viabiliza as relações "tradicionais" de parceria. Só através dessa modernização parcial fica plenamente possível a sobrevivência do "tradicionalismo".

O uso da aração e gradagem amplia a permeabilidade do solo e reduz a concorrência das ervas invasoras permitindo um certo aumento da produtividade. O trator pode também converter, com mais facilidade que a enxada, terras de pastagens em terras de lavoura, pois, gradeado por duas ou três vezes o capim e as ervas perdem vigor vegetativo. Se esta operação fosse feita com enxada sairia bastante cara, exigindo possivelmente o auxílio do fogo, que tira fertilidade. Assim, fica relativamente fácil saltar de uma terra "cansada" para outra, "descansada", isto é, que está há vários anos liberada para o pastoreio, que recuperou, parte - pequena que seja - da fertilidade natural com o acúmulo de matéria orgânica vindo das partes altas e do esterco depositado pelo gado. É preciso ficar claro que o trator, apenas, não repõe fertilidade. Somente permite multiplicar a capacidade de ocupação de terras.

Na área recém-ocupada, "descansada", é usado menos adubo, o que permite ao fazendeiro atrair meeiros, que passam a ter condição de combinar, sem prejuízo do ganho a-dia, o trabalho para os colonos com algum trabalho de meia. Dificilmente trabalhará como companheiro; apenas receberá a terra pron-

ta e a tarefa de semear, adubar, capinar e colher. São atividades descoincidentes no ciclo agrícola com o período de colheita do cafezal.

Pode acontecer também, de vez em quando, do fazendeiro propor a chamada "meia-de-pasto". Neste caso, ele destoca uma terra, faz as correções necessárias e contrata parceria por dois anos seguidos, ao fim dos quais receberá a área formada de pasto.

Algumas plantas de cerrado, de raízes fundas, são insistentes em rebrotar, e o plantio seguido por dois anos vai totalizar pelo menos duas araçoens, duas gradagens e quatro capinas, que eliminam as rebrotas e "amansam" a terra. Fica então apta a receber o capim que pode ainda aproveitar o resíduo do adubo do milharal. A meia, no caso, reduz os custos de formação da pastagem.

Mas, esses casos são raros. Quando dispõe de trator, o fazendeiro tenderá mais facilmente a realizar com a família todas as operações de lavoura, pois os custos de manutenção da máquina são altos; natural, portanto, que busque a recompensa integral do plantio. Apenas no caso de dispor de pouco dinheiro para financiar os tratos ou escassearem membros da família é que procurará o meeiro.

Apenas parte pequena dos fazendeiros tem trator, e a maioria é obrigado a usar arado de boi ou alugar a máquina. O aluguel é cada vez mais uma alternativa; a evidência do descompasso tecnológico entre as propriedades tem indicado esta direção. Toda vez que um fazendeiro puder deixar de tocar "braçalmente" sua propriedade e "maquinar" sua roça, irá fazê-lo. Mas como a receita e as economias são pequenas, o uso da máquina terá esse limite. Daí que a grande maioria dos fazendeiros, principalmente os que não têm trator próprio, vão reduzindo de ano para ano o tamanho de suas roças. Mas, em algumas ocasiões, por usarem adubo e trator, a produtividade das plantações cresceu de forma significativa, principalmente lembrando que o espaçamento foi reduzido por sugestões dos técnicos, dobrando o número de plantas por hectare, mostrando a eficácia da técnica e da máquina.

Existe nas propriedades um convívio entre antigas e modernas tecnologias. É comum numa mesma fazenda, na divisão entre as atividades agrícolas e pecuárias, uma variedade descon

tínua de práticas, as vezes surgindo curiosas mesclas de conhecimentos. Enquanto a pecuária persiste extensiva, no sistema de manejo cerrado-cultura, pode haver o uso de sofisticados insumos da lavoura cafeeira, de forma que no universo do fazendeiro convivem dosagens de sulfato para o café, com receitaário de benzeduras para bicheiras. Este convívio não é tenso, porque é mediado pela racionalidade do fazendeiro.

Observa-se então um processo de absorção desigual de tecnologia. Onde as limitações econômicas e as barreiras culturais impedem a modernização, o fazendeiro adapta parcialmente tecnologia, incorporando processos novos que estabelecem simbiose com processos antigos, sempre perseguindo a reprodução como produtores. Esta desigualdade expressa de uma certa maneira aquilo que Graziano da Silva (1980) chama de força e fraqueza do capitalismo na agricultura: o poder de transformá-la é limitado por não poder transformar inteiramente, permitindo a diversidade das formas de organizar a produção. É o caso, por exemplo, da capitalização intermediária que dá ao fazendeiro condições de adquirir um trator, mas não o necessário para o custeio completo da safra agrícola, obrigando-o então a recorrer em certas ocasiões, a parceria. A velha relação é redefinida de acordo com as condições de produção, mediada pela tecnologia de ponta, ocorrendo uma nova simbiose que assegura, para alguns, a reprodução.

Essas transformações não são captadas, geralmente, na sua totalidade, mas como fenômenos esparsos e descontínuos. A própria incorporação de nova técnica de produzir implica alteração de hábitos, pois representa economia de trabalho e gasto adicional de dinheiro, ou entrada em cena do capital, sob suas diversas formas, sem modificação significativa das condições de vida da maioria da população fazendeira.

A modernização parcial é completada por uma apreensão também desigual das coisas novas do mundo, que se espelha, por exemplo, no novo vocabulário, onde palavras "modernas" são incorporadas em contexto inteiramente distinto do linguajar urbano ou técnico. A totalidade da transformação, a não ser por poucos, foi captada apenas parcialmente. O convívio entre a vanguarda da pesquisa agrônômica e o "conservadorismo" dos fazendeiros é expresso num vocabulário de uso difícil, composto de dados fragmentários, como está ficando fragmentário o próprio universo fazendeiro.

2 O Nascimento do Cerrado

A medida que a produção capitalista se desenvolve, tende a separar o trabalhador dos meios de produção⁽⁶⁾. No caso da indústria, a expansão capitalista destrói (ou assimila) as formas passadas de organizar a produção, inserindo o trabalhador livre no mercado de trabalho. Esse personagem tem uma característica dupla. De um lado, é despossuído; não possui nada além da sua força de trabalho, o que torna-o dependente do salário para adquirir a subsistência. De outro, a partir da expansão da capitalização, o conhecimento específico do trabalhador vai perdendo a importância, na medida que o controle e a dinâmica do processo imediato de produção vão passando para o capitalista. Assim, o trabalhador que no artesanato controlava ele próprio o processo e o resultado do trabalho, perde essa possibilidade e esse conhecimento com a expansão da indústria.

No caso da agricultura, a capitalização⁽⁷⁾ pode ter uma dinâmica diferente, mas a essência do processo é igual. Expandindo a concentração, há separação entre o trabalhador e os meios de produção e, ao mesmo tempo, separação do trabalhador do seu conhecimento, que vai se tornando inútil nas novas condições de produção. Kautsky define assim esse fenômeno:

"(...) a medida que (a agricultura) se transformava, deixava de ser um ofício cuja rotina se transmitia de pais para filhos para se tornar uma ciência, ou antes, um sistema de ciências, que diariamente alarga o campo das suas investigações e o horizonte dos seus conhecimentos teóricos." (Kautsky, 1972:81)

Dessa forma, a capitalização da agricultura tende a criar um trabalhador desvinculado do controle e do conhecimento do seu próprio trabalho. E, por outro lado, um capitalista que explica sua presença no processo de produção pelo controle da aplicação da tecnologia, não apenas pela propriedade dos meios de produção.

(6) Ver sobre o assunto Marx (1975), especialmente capítulos XIII e XXIV. Também Marx (1978) e Marglin (1980).

(7) Capitalização, é bom que fique claro, não quer dizer "penetração" do capitalismo na agricultura. Significa, no sentido que é tomado aqui, uma intensificação do uso do capital (aquilo que Marx chama de "concentração de capital"), que traz como resultado uma acentuação das características e consequências da produção capitalista.

O chamado produtor "tradicional" do PADAP, nesse processo, ocupa uma posição singular: não perde a propriedade da terra (apesar disso acontecer em alguns casos), mas vai perdendo as condições de produção. Na medida que acentua-se a capitalização do cerrado, a forma "tradicional" de organizar a produção vai sendo desqualificada. A expropriação não atinge esses produtores no que diz respeito à propriedade do meio de produção fundamental - a terra -, mas na forma como lidam com a terra.

No caso presente, na medida que a agricultura se transformou em uma ciência, três fenômenos passaram a atuar sobre a sociedade fazendeira:

1. Reduziu a utilidade do conhecimento "tradicional" sobre o seu universo de trabalho, pois o saber dos fazendeiros e sitiantes perdeu importância para os atos de produção;
2. Retirou a importância da terra como meio de produção, transformando a propriedade em apenas um dos elementos necessários para a produção;
3. Destruiu, por consequência, as referências produtivas e históricas daquele sistema, criando novas, inacessíveis aos produtores.

As páginas seguintes serão dedicadas a um exame mais detalhado dessas questões.

A terra de cultura era o lugar privilegiado da propriedade. Possuía fertilidade, água e lenha, dava as condições para exploração. Quem ia virar sitiante procuraria comprar primeiro uma terra que preenchesse essas condições. Difícil, mas não impossível, era encontrar a terra de cultura dissociada de cerrado; geralmente eram associadas e a propriedade ia da beira do córrego ao alto do chapadão, cobrindo geralmente toda a gradação de vegetação de tipo cerrado (cerradão, cerrado, campo sujo e limpo). O campo era geralmente o ônus da propriedade, a parte anexada por obrigação à cultura, conforme diz um sitiante:

"- Esse alto aí era meu, e eu não fazia quase nada com ele, não prestava para nada. Aí um japonês chegou e me deu uns cobre por ele e eu vendi depressa, achei que estava fazendo um negócio muito bom."

Era a cultura que assegurava o mínimo indispensável para o estabelecimento. Depois de adquirida esta, é que o proprietário, expandindo, comprava campos. O cerrado acrescentava muito pouco, quase nada, ao preço da propriedade. Não representava patrimônio, e apenas parcialmente era meio de produção.

Uma área suficiente para sustentar uma família nessas condições, devia ser bastante grande. A criação era extensiva durante o ano, e super-extensiva no começo das águas. A lavoura, concentrada nos poucos baixios da cultura, não encontrava muitas áreas de expansão. Esgotadas as terras baixas por anos de plantio, o agricultor podia plantar nas partes mais íngremes. Essa solução, no entanto, não era muito tentadora, já que essas roças duravam muito menos tempo, em virtude da erosão e do desconhecimento das práticas de conservação de solos (curva de nível, plantio em linha, excesso de exposição, etc.). O plantio nos cerrados, ou campos, não era possível: a acidez dos solos inviabilizava qualquer tentativa nesse sentido. Assim, as áreas de cultivo realmente eram poucas, e a maior parte das culturas, as partes mais tortas, tinha que ser entregue ao gado.

Daí se compreende porque o sitiante muitas vezes carecia de trabalhar fora, desde os tempos antigos, nas empreitas, nas meias ou a-dia para os proprietários vizinhos; dificilmente ele conseguiria garantir a subsistência da família lavrando apenas a pouca terra que dispunha. O trabalho da família sitiante distribuía-se entre uma roça em sua terra e o manejo de um gadinho; como diarista, ou empreiteiro, nas fazendas; em serviços avulsos distribuídos ao longo do ano. Às vezes nas meias, também com os fazendeiros. Parte da sobrevivência do sitiante era assegurada pela simbiose com a fazenda vizinha:

"- Esse povinho aí, das beira de corgo, hoje tá tudo com seu emprego garantido nos japonês, tá tudo ganhando bem. Eles era assim: eles trabalhava nas fazenda, tinha serventia para todos serviço. Nas carpa, nas lavoura, na fazção de cerca, roça de meia. Essas coisa toda eles fazia."

Essa situação garantia reprodução e acumulação para o fazendeiro. Oferta larga de mão-de-obra barata permitia tocar roça sozinho, roças de meia, manter os pastos limpos e, às vezes, tocar também à meia o negócio de polvilho. Mesmo assim não havia riqueza para o fazendeiro. O sitiante fornecia con-

dições mais suaves - para os grandes e médios proprietários - que as existentes depois do Programa, para a reprodução. Era necessária uma vastidão de terra de cultura, suficiente para caber um grande rebanho, para que o proprietário pudesse gozar de mais "folgas", que maior parte das vezes eram conseguidas mais com os negócios de comércio que propriamente com a pecuária. A pecuarização da região, acentuada na segunda metade dos anos 60, com a chegada da Nestlé a Ibiã (FJP, 1983; França, 1984), apenas serviu para melhorar as condições de liquidez dos proprietários, pela maior facilidade de escoar a produção leiteira, mas não causa qualquer modificação substantiva na fortuna da família.

Esses sistemas tanto do fazendeiro quanto do sitiante, baseavam-se até a década de 70 num sistema extensivo e predatório. A fertilidade retirada da terra de cultura pela lavoura nunca era repostada, antes, a terra era cedida para o gado, para ocupação, na "solta". O cerrado era ocupado de forma predatória e sua função básica nessas economias era completar o uso das terras de cultura, garantindo o pousio. A má qualidade dos pastos definia o caráter extensivo; a área de plantação e a imensidão de cerrados permitiu o funcionamento desse sistema por anos seguidos, sem qualquer ruptura de vulto.

Esse sistema de exploração dos cerrados desenvolveu um certo conhecimento específico, nessa região que a terra é meio madrastra. Não que falte chuva, como nas caatingas. Não é esse o caso. Mas, a fertilidade natural da terra, mesmo da terra de cultura, está muito longe de acompanhar outras zonas de Minas Gerais, como a Mata e o Vale do Rio Doce, por exemplo. A sobrevivência não é assegurada em qualquer pequeno lote de terra. Daí ser comum a disciplina do trabalho na família: o excedente produzido por um trabalhador em condições rústicas dificilmente possui expressão suficiente para sustentar muitos não-trabalhadores. Na região, mesmo famílias proprietárias de grandes extensões são acostumadas ao trabalho diário e duro. Pessoas ociosas são raras nas fazendas, mais raro ainda o absentismo.

A adversidade da natureza estimulou o lavrador rústico a procurar um conhecimento apurado do seu meio-ambiente. Bem maior que o desenvolvido pelos agricultores de outras regiões de Minas. A incapacidade do solo de campo produzir em condi-

ções naturais e a escassez das culturas, levaram os moradores a desenvolverem formas singulares de prevenção de tempo e de aferição de fertilidade, que caracterizam, vamos dizer assim, uma ciência própria dos cerrados.

Através de diversos indicadores naturais podem saber como vão correr as águas, a extensão da seca, o momento de plantar. O exame da floração das paineiras, por exemplo, informa ao agricultor se as águas virão ou não em quantidade. Isto pode ser confirmado pela rebrota do pau-ferro, que informa sobre a época provável do fim da estiagem de setembro. Andar com um conhecedor pelos cerrados é uma aventura, pois a cada passo o cidadão vai apontando sinais, que estão no jeito dos bichos construírem suas casas, na forma que as ervas nascem, no comportamento de formigas e aranhas, em todas essas coisas. Essas observações fornecem ao agricultor dados de uma certa eficiência sobre a conveniência ou não de plantar, sobre a hora de colher, sobre a qualidade da terra, sobre o tipo de produto que aquela terra gera.

Quando, na década de 70, começa a exploração empresarial do cerrado, as velhas práticas agrícolas foram perdendo sentido, substituídas por uma nova ciência. A exploração moderna dos cerrados apresentou índices de crescimento de área, produção e produtividade bem superiores ao conjunto da agricultura brasileira. O "Dirigente Rural" (outubro de 1984) apresenta o crescimento da soja nos estados centrais, um indicador importante da capitalização da região:

TABELA IV.3 - Produção de Soja no Brasil e nos Estados Centrais (a)
- Mil Toneladas -

DISCRIMINAÇÃO	1975	1978	1980	1983	1984
Brasil	9.892,1	9.535,1	15.153,5	14.533,8	15.200,0
Estados Centrais	433,4	717,1	2.198,3	3.601,5	4.167,0
Participação Percentual dos Estados Centrais	4,4	7,5	14,5	24,8	27,4

FONTE: Dirigente Rural (outubro 1984)

(a) Estados Centrais: M.G., M.S., M.T., GO., D.F.

O novo uso do cerrado só é estimulado com maquinário, ca

pital e tecnologia competente. Essa exploração foi possível pelos créditos do POLOCENTRO. Mas eles, apenas, não explicam tudo. Pode-se notar pela Tabela IV.3, que mesmo após o fim virtual do POLOCENTRO, 1979, fim do governo Geisel, a produção continuou crescendo, apesar de minguar o crédito para recuperação de solos e investimentos. Este programa serviu como uma espécie de chamariz para a exploração moderna dos cerrados e foi seguido por uma série de outros investimentos públicos, privados ou mistos que transformaram o cerrado numa nova fronteira agrícola(8).

O cerrado, para essa forma de exploração, exigiu atitudes e trabalhos inteiramente novos do agricultor. A produção passou a independe da fertilidade natural da terra, da oferta de mão-de-obra, às vezes até da chuva, quando o produtor usa irrigação. A fertilidade da cultura, dado essencial na prática fazendeira "tradicional" da região do PADAP, perde todo o sentido diante da nova agricultura. O uso de maquinário e adubos permite multiplicar a produção até níveis jamais sonhados pelos velhos habitantes.

A fé no cerrado nos idos de 70, no entanto, não existia para os fazendeiros. Nos técnicos, era apenas uma meia-fé. Em muitos casos, parece, fundamentada apenas no fato de que eles não tinham nada a perder com a aventura. Somente alguns escalões da burocracia estatal e dos órgãos de pesquisa acreditavam sem dúvidas na nova terra e na nova técnica.

Quem então, seria o sujeito daquela nova exploração? Quem arcaria com o trabalho, os riscos e - por que não? - os frutos? Essa resposta foi dada de forma muito precisa por um dos criadores e, parcialmente, coordenador da implantação do PADAP. Trazendo o agricultor de outra região e até de outra atividade (cafeicultores do Paraná, horticultores de São Paulo, agrônomos, veterinários e engenheiros do sul do país, filhos de cooperados da CAC), ele entraria no Programa pela mão do técnico, que teria condições de propor novos métodos de lida com a terra, novas variedades, novos produtos e até novas experiências de manejo. Conforme diz um técnico:

"- Uns 80% dos japoneses que vieram para cá não sabia na

(8) Sobre o assunto ver F.J.P. 1983; C.P.T. 1984 e 1985; França, 1984, entre outros.

da de agricultura. Então era um acompanhamento com a mãe pajeando o filho começando a andar. Eu tinha no primeiro ano quatro cooperados que eu ficava à disposição deles; no segundo ano eu fui para sete, no terceiro eram doze. Era assistência integral, eles aproveitavam a situação.

Teve uma época, para você ver a ignorância do indivíduo, eu marquei uma demonstração técnica para regulagem de máquina de semente e adubo. - 'Você deixa a semeadeira abastecida com semente e adubo'. Eu fui chegando com a turma de cooperados quando ele (o colono) me chamou e disse: - 'Tã vazando adubo"; - 'Mas que diabo, vazando adubo como?' Cheguei lá, sabe o que ele tinha feito? Ele leu, tantos por cento solúvel em água, e ele foi e tacou água no tanque. Junto com o adubo! Japonês sim! O japonês e o nosso agricultor têm duas diferenças contrastantes. O japonês se você mandar ele colocar 300 quilos (de adubo), você tem que segurar para ele não colocar mais; o nosso agricultor você tem que empurrar para ele colocar os 300 quilos."

O produtor recém-chegado ao cerrado, sendo guiado pelo técnico, realizaria o sonho burocrático da fazenda-empresa (o "lote"). Recebendo a terra a crédito, subsídio a longo prazo ao capital de investimento, necessário para a montagem da propriedade, estava sob controle. Desta forma processou-se a colonização: a aventura do colono foi financiada e estimulada pelo governo e mostrou os frutos para quem "acreditou no cerrado" (9).

Para o fazendeiro, a exploração moderna do cerrado apareceu como uma loucura. A terra de plantar era a cultura, mal e mal o cerrado fornecia algum pastoreio. As experiências de plantio que haviam feito enfrentavam a barreira da acidez do solo. E a ciência dos fazendeiros era insuficiente para assegurar um uso mais produtivo para aquelas terras. Daí, lançar-se a essa exploração pareceu a todos eles uma impossibilidade. A colonização foi uma surpresa e trouxe consigo a agonia do velho sistema.

(9) A versão da EMATER para esta história é a seguinte:

"A ocupação da área deu-se através de dois grupos distintos de colonos: o colono nativo ou remanescente, e o colono de origem japonesa, que se estabeleceu na área por se enquadrar dentro dos critérios de seleção adotados. Com o desenvolvimento do Programa, observou-se que o colono de origem japonesa se adaptou inteiramente à situação, fazendo uso integral de todas as vantagens oferecidas e oferecendo, em contrapartida, uma excelente utilização da terra com elevados retornos em produção. Em situação diametralmente oposta, o remanescente mostrou-se quase que totalmente alheio ao Programa." Emater, São Gotardo, s.d.

"- A Ruralminas já tinha medido a área toda, dividido em lotes, numerado os lote. Quando eles chegaram, já sabiam onde era o lote deles, o número do lote, quantos quilômetros tinha até a cidade, tudo foi programado. E o japonês foi chegando e metendo o correntão no cerrado. E aí foi calcário, fosfato e aquela luta que a gente estranha va muito. Só se via cerrado caindo, terra arada."

Com o correr de 3 ou 4 anos a colonização mostrou ser um sucesso e a velha forma de exploração foi passando a se tornar inútil. Da fertilidade das "culturas das vertentes", o que a planta não suga, a chuva leva embora. A fertilidade do cerrado vem de fora, trazida de caminhão, ela é produzida e tende a crescer com o tempo.

Instalada uma "agricultura de trocas", conforme queriam os técnicos, começou a liquidação da "agricultura de extração". O sistema extensivo de criação passa a ser limitado pela limitação do cerrado. O sistema predatório da lavoura esgotado pela queda da fertilidade natural e por sua própria desqualificação, como sistema produtivo, diante da modernização. O conhecimento dos manejos "tradicionais", apesar de sobreviver, serve pouco aos fazendeiros, em face da evidente superioridade da técnica empresarial.

As imensas possibilidades de produção no cerrado revelaram-se apenas quando tocadas pelo poder do capital, e somente desse modo - com capitalização - vem sendo possível alcançar níveis de remuneração satisfatórios para os investimentos agrícolas. A ocupação dessas terras, nessas condições, obrigaram a uma redefinição quase que completa das concepções de fazendeiros e sitiante sobre lavoura e criação, pois quando vem o sucesso da capitalização, ocorrem também transformações significativas nas referências técnicas, econômicas e culturais dos velhos moradores.

A exploração produtiva só é possível com a capitalização. E tornar o cerrado produtivo envolvia gastos muito superiores aos que os fazendeiros poderiam ter algum dia sonhado investir nas suas terras (ver Tabela IV.4). Plantar no cerrado além do pesado investimento inicial, representa um gasto contínuo de insumos e máquinas. Significa inverter a lógica da produção fazendeira: a terra sempre fora, aliada ao trabalho familiar, a mãe de toda a riqueza. Mas, a nova lavoura demanda a interveniência de um terceiro elemento: o capital.

TABELA IV.4 - Custos de Destoca e Recuperação de Solos de Cerrado, por Hectare, na Região do PADAP, a Preços de Julho de 1984 (a)

DISCRIMINAÇÃO (operação ou produto)	INSTRUMENTO E UNIDADE	QUANTIDADE	CUSTO UNITÁRIO (Cr\$)	CUSTO TOTAL (Cr\$)
1. Desmatamento	trator de esteiras (ht)	3,0	30.000	90.000
2. Enleiramento	trator de esteiras (ht)	1,0	30.000	30.000
3. Retirada da madeira	trator de pneu (ht)	4,0	20.000	80.000
4. Distribuição de calcário	trator de pneu (ht)	2,0	20.000	40.000
5. Distribuição de fosfato	trator de pneu (ht)	1,5	20.000	30.000
6. Aração	trator de pneu (ht)	6,0	20.000	120.000
7. Gradagem	trator de pneu (ht)	3,0	20.000	60.000
8. Cata de raízes (manual)	homem/dia (h/d)	20,0	3.000	60.000
9. Retirada de raízes	trator de pneu (ht)	3,0	20.000	60.000
10. Calcário	tonelada (t)	5,0	30.000	150.000
11. Fosfato	tonelada (t)	1,5	80.000	120.000
12. TOTAL PARCIAL				840.000
13. Carvão	metro cúbico (m ³)	5	12.000	60.000 (b)
14. TOTAL GERAL (12 - 13)				780.000

FONTE: Pesquisa de Campo

- (a) A planilha foi construída com base em pesquisa de campo e informações constantes do "Informe Agropecuário" (dezembro 77 e julho 83), EMATER ESLOC São Gotardo (s.d.) e CAMPO (1980). Supõe uma área de cerrado "bruto", isto é, nunca cultivado. Os preços foram levantados em campo e um hectare de cerrado valia Cr\$... 800.000.
- (b) Um hectare de cerrado produz em média 30 m³ de lenha, ou 10 m³ de carvão. Vendido o carvão, os custos de produção correspondiam na época, à metade do preço de mercado. Por isto a receita considerada é de Cr\$ 60.000.

Não se pode deduzir daí que as relações de tipo "tradicional" estabelecidas na região desconheciam a presença do capital. Apenas, naquela economia, o capital operava fundamentalmente na esfera da circulação. Parte da produção agrícola era mercantilizável. A criação de bovinos, em particular, inteiramente mercantil. Além de fonte contínua de renda, derivada de produção de queijo e leite, era fonte de outras receitas ordinárias - a venda de gado -, e motor por excelência da acumulação que se materializava na compra de terras. Mas o processo de produção demandava baixa capitalização.

Na esfera produtiva não havia investimento de vulto, de forma a igualar a propriedade a uma empresa "moderna". O que se gastava, por exemplo, num curral era o mínimo necessário à

produção, realizado em grande parte com trabalho familiar, não contabilizado como custo. As cercas e benfeitorias, instrumentais de trabalho agrícola e pecuário, envolviam parte mínima do patrimônio. A lógica da vida fazendeira era adquirir terra, estabelecer um patrimônio; deixar o gado entregue à reprodução autônoma; produzir com trabalho familiar, de diaristas ou de meeiros, os alimentos e os eventuais excedentes. Não cabia nesse sistema a inversão de grandes somas para frutificar num único cultivo.

Como então investir pesado no plantio do cerrado? Antes de mais nada é uma profunda alteração no sistema fazendeiro, pois representa um risco efetivo do patrimônio, em cada safra. Envolve valores e modificações que estão muito além do cotidiano do fazendeiro. Significa a subordinação pelo menos no começo dos plantios, às determinações de um técnico; participar dos intrincados mecanismos de comercialização das safras (a de trigo, por exemplo, regida pelo Banco do Brasil); envolver-se profundamente na tomada de créditos - subsidiados ou não. Ainda, tais investimentos não podem ser feitos parcialmente, implicando na verdade o total de um pacote tecnológico. A recuperação dos solos deve ser acompanhada de plantios sistemáticos e de ampla escala. E cada plantio obedece a um conjunto de regras, pré-definidas, que compreendem a mecanização completa como forma única de alcançar uma produtividade plena. Inviáveis a exploração familiar, os diaristas, ou a parceria não-mecanizados, sobra ao agricultor a alternativa de assimilar ou não o pacote.

Impossibilitados, pela escassez de garantias para oferecer aos bancos, de adquirir todo o maquinário, alguns fazendeiros tentaram comprar parte do pacote. Compravam o trator e os insumos, realizavam destoca e recuperação de solos, mas entregavam aos tratores dos colonos vizinhos parte das operações de plantio, limpeza e, principalmente, de colheita. Pelas razões expostas antes, o colono não pode oferecer maquinário de aluguel na medida da necessidade do fazendeiro, redundando para este o ônus da produção sem a recompensa do lucro:

"- Plantamos soja e trigo. Mas eu não tive resultado. Por que a gente não tinha as máquina suficiente, tinha que alugar as máquina dos vizinho, com isso, o lucro a máquina do vizinho levava. Inclusive meu menino até hoje tá plantando, mas no início se eu não tivesse os recursos,

para dar uma ajuda para ele, ele teria que vender as ter
ra. Ele não tinha crédito para investir e o lucro não dã
va para pagar os banco."

A aquisição parcial da modernização termina por retirar do fa
zendeiro o controle sobre seus meios de produção. O significativo
gasto feito na fabricação do solo, e os vários insumos
de uso normal no plantio servem no final das contas para deixã
lo subordinado ao capital dos bancos, na medida em que é
forçado a produzir para ressarcir os empréstimos; subordinado
ao maquinário dos colonos, imprescindível para o sucesso de
sua produção; subordinado aos técnicos, que regem a ciência
de produzir.

Mas o fazendeiro é um sujeito em todos os sentidos afirma
tivo sobre a sua autonomia. A produção de variedades múlti
plas de bens de consumo⁽¹⁰⁾, a resistência na produção familiar
descapitalizada, são apenas facetas desse caráter. A ascen
são à propriedade representa geralmente a libertação da
peia da meiação, ou do trabalho a-dia, ou das empreitas, quando
então não deve mais obrigações ou presta serviços aos donos
da terra. Embora sejam relativamente estáveis as relações
de trabalho estabelecidas na fazenda, são sempre sujeitas à
disponibilidade de serviço e dinheiro dos empregadores. O par
ceiro está sempre dependente da sobra de recursos do fazendei
ro, da oferta constante de terra boa, e da boa vontade contínua
do proprietário para aceitá-lo como meeiro. Por trás das
relações solidificadas pelo costume, pelo hábito do trabalho
"companheiro", há sempre uma certa tensão, que pode eventualmente
emergir, deixando o trabalhador sem emprego.

Ora, alcançar a propriedade converte o trabalhador num li
berto, que na condição de dono de terras, surge apto a libertar
a si e a seus descendentes do trabalho para outros. E, do
tado da capacidade de subordinar meeiros, diaristas e empreiteiros
:

"- Nas cultura eles plantava milho, feijão. O povo tocava
aquilo na meia. Eles dava a terra e a gente entrava
com toda a mão-de-obra e produzia na meia. Isso os antigo
Eu trabalhei muito assim. Eu trabalhava em fazenda
mesmo, com os fazendeiro. Aí eu parei de trabalhar com
os fazendeiro um tempo e passei a trabalhar sozinho numa
olaria, fazendo tijolo. Depois aluguei uma terra, plan-

(10) Ver Homem de Melo (1982)

tei, criei porco. Sô fazia roça, criava porco. Nesse tempo não tinha soja, o óleo era de porco. Produzia e vendia particular. Trabalhei com ela e quando foi em 62, ele (o dono) resolveu vender e eu comprei. Os próprio que eu comprei a fazenda era meu patrão.

Tinha muita gente nesses córrego. Tinha muita gente que tinha suas terrinha e trabalhava para os fazendeiro vizinho. Aí eles veio trabalhar comigo, para todo serviço. Para as meia, para as capina."

Com a propriedade o agricultor alcança sua graça. Livre da dependência de outro proprietário, que era seu patrão, que podia ser a um só tempo sócio e patrão, converte-se também ele num patrão, as vezes num patrão-sócio, mas sempre também um trabalhador. Mas, trabalhador no que é seu. Como entregar esta autonomia, conquistada em anos de trabalho e economias, solidificadas no patrimônio, aos bancos, aos colonos, aos técnicos?

As demandas da nova prática agrícola exigem uma redefinição completa dos sistemas de produção. Significa abandonar os hábitos e experiências sedimentadas, colocar em risco a condição de proprietário e uma parcial autosuficiência conseguida a duras penas. Acostumados no sistema de criação extensiva e lavoura predatória, as novas práticas de uso do solo aparecem de imediato absolutamente contraditórias: como plantar no cerrado, que não possui fertilidade natural? A cultura sempre fora a terra de plantio, porque dispensava adubos e tratos mais complexos. Acostumados à incerteza da produção, prejudicada pelos veranicos ou aguaceiros; à incerteza da comercialização, fracassada pelo restrito poder de compra dos vizinhos, pelo virtual monopólio de compra dos mercados urbanos; pela histórica depressão dos preços agrícolas, parecia temerário aos fazendeiros produzir em grandes extensões, com grandes investimentos.

A valorização acentuada da terra de cerrado, sua produtividade ampliada em relação à cultura, a variedade dos produtos que podem ser cultivados naquelas terras, convenceram aos fazendeiros que aquele é o lugar de produzir. Mas, lidar com o cerrado envolve gastos infinitos, em muito superiores ao que os fazendeiros costumam pensar, um preço que se compara e as vezes sobeja o da própria terra (ver Tabela IV.4). Daí, que o cerrado para o fazendeiro é um novo mundo. A um só tempo próximo, porque muitas vezes ele ainda é proprietário de

faixas consideráveis, e distante, porque entre a intenção de explorar e a exploração efetiva está interposta a barreira do capital:

"- Tenho aquele meu cerradim ali, no alto. Sassaki meu vizinho planta soja, trigo, tudo, no dele que é igualzim o meu. Para eu plantar também, tenho que ir nos banco e arranjar crédito. Os juro é alto, e se eu não der conta de pagar eu fico sem meu terreno. Eu acho que é mais negócio eu recriar minhas bezerra, p'r'o ano eu vendo, ou no outro. Com preço bom para vaca de leite, alugo trator da esteira, grade Romei, destoco, aro, formo umas brachiária com recurso meu. É mais negócio."

Quando há irrigação nas terras de cerrado, mais o preço da terra perde importância. O custo por hectare do pivot central - o mais moderno sistema de irrigação - geralmente supera o preço da terra nua. A preços de julho de 1984, um hectare de cerrado "bruto" custava Cr\$ 800.000; sua conversão em terra produtiva alguma coisa em torno de Cr\$ 800.000 (Tabela IV.4); a irrigação convencional - que multiplica por 2 a capacidade de uma terra produzir, além de ampliar a produtividade - em torno de Cr\$ 1.000.000. Tratando-se de "pivot central", cresce o preço (Cr\$ 1.700.000 por hectare instalado), mas é reduzido o custo da mão-de-obra e ampliada a área contínua de plantio irrigado. Assim, se o preço da terra de cerrado, sem destoca, calagem e fosfatagem é igual a 1, o preço de realização daquelas operações é outro 1. Vê-se que fabricar a terra tem preço equivalente ao de aquisição do chamado cerrado "bruto". A terra de cerrado só é plenamente produtiva se fabricada. Daí, a propriedade da terra "bruta" não dá ao possuidor condição de produzir. Quando agrega os sistema de irrigação ao cerrado, o colono dobra e as vezes triplica sua capacidade de produção, mas o preço da irrigação é mais uma vez equivalente ao da terra nua, outro 1.

Então, o preço do hectare de cerrado em condições de alta produtividade é 3, sendo apenas um terço referente ao preço da terra. É necessário agregar capital, para dar à terra aquela capacidade. Compreende-se porque grande parte dos fazendeiros, embora proprietários de grandes glebas, produzem pouco mais que a subsistência: a terra apenas não garante a produção.

Para lavoura no cerrado, a terra não é mais o principal meio de produção. É parte significativa, mas cada vez menos

importante, pois ganha importância o aporte de capital necessário para fabricar a terra:

"A importância desse elemento (a terra) decresce na medida em que o capitalismo se desenvolve no conjunto da economia e, em particular, no campo, eliminando econômica e socialmente a agricultura de subsistência e as formas primitivas da produção agrícola destinada ao mercado, nas quais o produtor assegura ele mesmo a produção de bens - ou de grande parte dos bens - necessários à sua subsistência. (...) Com o desenvolvimento do capitalismo, a terra perde a sua importância como meio de produção, e a separação entre trabalhador e meios de produção depende cada vez menos de propriedade da terra." (Silva, 1980)

A perda da importância relativa da terra como meio de produção não chega a converter os donos de fazendas em assalariados. Mas, o fenômeno incapacita parte deles a continuarem reproduzindo sua atividade, criando uma nova - e grande - divisão entre os que podem e os que não podem mais explorar a terra.

A nova situação tem registros claros no universo do fazendeiro. Eles introjetam a transformação como a mudança, as vezes a falência, de sua forma de produzir: a ascensão dos cerrados vai corresponder ao fracasso relativo das terras de cultura. Os novos valores que são erigidos com a nova prática agrícola são equivalentes à imprestabilidade, à decadência da velha prática. O sucesso do assentamento dirigido, expresso na capitalização, não é apenas um dado econômico-produtivo, é também um dado cultural, nova e séria referência para produção e a vida.

A chegada dos colonos evidenciou viabilidades e inviabilidades. Primeiro, serviu para exibir a possibilidade de fazer o cerrado ficar produtivo: os colonos deram conta de pegar o chapadão "onde até urubú fazia volta" e virar numa lavoura só, que está chegando no Carmo, a Ibiã. Os colonos mostraram que para ser agricultor naquela terra precisa ter muita coragem. Para pegar o crédito maior que a terra, ter prejuízo, endividar mais, até chegar ao ponto de enriquecer ou arrebentar. A coragem recebe admiração irrestrita dos fazendeiros, mas não estimula a um procedimento semelhante, já que a recorrência ao crédito de investimento, entre todos eles, tem uma conotação extremamente negativa.

Os colonos deixaram claro, também, que lavoura mecaniza-

da em terra plena é negócio tão rentável, que transformou-os em ricos proprietários no espaço de 10 anos. Compram terras, mais máquinas, trocam de carro todo ano e tem um bairro, de casas novas e chiques, em São Gotardo. Contratam grande quantidade de peões na safra de café, têm funcionários fixos, cobriram o cerrado de lavoura e todo ano têm dinheiro para tirar férias, coisa que os fazendeiros normalmente desconhecem. Esses são os sinais ostensivos da riqueza. Para os fazendeiros, tudo foi conseguido, antes de mais nada, com a mecanização e as terras planas. Assim, foi colocado um novo referencial para a agricultura dos velhos habitantes: lavoura, só é possível mecanizada, e no cerrado.

Desde alguns anos a fertilidade das terras de cultura foi decaindo, produzindo apenas uma sombra do que produzira. Isto deve-se em parte ao uso ininterrupto dessas terras para lavoura e criação. O plantio seguido depauperou as culturas, e os anos seguidos de mudança de lugar das roças esgotaram praticamente em todas as fazendas as possibilidades de abrir novas. O pastoreio por anos contínuos enfraqueceu os capins nativos que, além do uso seguido, são vítimas também de novos tipos de pragas. Por outro lado, a cultura "cansou" em relação à produção do cerrado. Mas também ela é uma terra ácida (o pH das terras de cultura gira em torno de 5,5), com pouca dotação de macro e micro-nutrientes. Quando se fala então em "cansaço da terra, quer-se dizer que grande parte de seus nutrientes foram retirados, e ela apresenta um alto teor de salinização. Os elementos sobrantes formaram compostos insolúveis, cristalizados, não-absorvíveis pelas plantas. Para a regeneração da produção da cultura é necessário um trato semelhante ao aplicado ao cerrado, apenas em dosagem inferior.

A cultura decai, emergem o cerrado e a técnica como condição de produzir:

"- Para trás ninguém botava adubo de jeito nenhum. Você roçava um mato verde que nunca entrou gente lá e plantava, um exemplo, café, e dava duas capina e colhia um mundo de café. A gente não botava adubo nele de espécie nenhuma, nem nada. No mato, mato verde, mato mesmo. Plantava esse café de coco, plantava o coco, ele levava 60 dia para nascer.

Aquele grãozinho é a folha e daquela folha, tem a obra da natureza que forma a raizinha e forma o broto da aquela folha. Aquela engrenagem do grão de café, se você já viu um grão de café limpo, aquilo ali quando abre é a

folha. A folha conserva a força da natureza. Abre, acabou o grão de café, virou folha.

Agora, se nós quisermos plantar hoje, nós planta de muda, é de muito interesse, porque em dois anos, você plantou, você têm. Plantando ela bem, você já colhe café em dois anos. Antes dava café em 4 anos. Você vê, 60 dias só pra nascer. Agora cê planta uma mudinha lá desse tamanho, en tope ela com adubo, tem base? Só pode é crescer e ser me lhor. Hoje essa cultura torta não serve mais para plan tar no cerrado. É só assim que faz fartura.

Antes, você fazia uma casinha de pau, menino, você plan tava as covas de café e toda cova tinha que fazer uma ca sinha. Você plantava o grão, naquela cova fofa, ela alcançava fundura, mas aquilo não podia entupir de jeito nenhum. Agora não dá mais, ninguém mais faz desse jeito, não dá produção, só dá prejuízo."

Ao mesmo tempo que instala outra forma de produzir, a agricultura moderna desqualifica a lavoura "tradicional", redu zindo o esforço despendido à condição de desperdício. O refe rencial produtivo é a lavoura moderna:

"- Ninguém antes usava adubo não. E fazia fatura porque era assim, plantava naquelas cultura pouca. Hoje a cultu ra acabou, sabe? Não dá mais. Agora tem que pegar um ter reno plano para botar adubo, se não botar adubo não dá, as cultura não produz mais. Algum trem que nós plantava não precisava de adubo, você dava duas quebra lá de enxa da e dava muito trem. Hoje você tem que botar adubo, pe lejar bem e arrumar bem arrumado, senão não dá. Esse ser viço todo tem que ser maquinal. Arar, espalhar os adubo todo. A terra minha é pouca e torta, não dá para maqui nar, tem que ser braçalmente."

Explorar braçalmente é saber que não acompanha os processos eficientes de produzir, e que há prejuízo em não "maquinar", que faria a potência do trabalho ser multiplicada. Mas, ao mesmo tempo, o produtor sabe que não pode sair do seu siste ma, porque a barreira do capital está postada entre ele e as máquinas.

Como estes, todos os proprietários que não puderam moder nizar suas explorações transmitem uma idéia de desvantagem em relação aos outros: a lavoura só dá lucro mecanizada. Braçal mente se produz, mas sem fartura e sem lucro. No passado, era a roça de meia ou as "moitinhas de café" que forneciam ao tra balhador as condições para acumular:

"- Toda vida mexi com agricultura, meu pai era agricul tor, desde criança meu serviço foi esse. Essas terra, até hoje o que eu tenho foi ganhado trabalhando. Era feio, sô. Eu mesmo, sozinho, capinava as roça lá na terra de

meu pai, eu que plantava, capinava, era uma luta. Vendia barato.

Depois, quando foi pra mim casar, meu sogro me chamou para ir para a fazenda dele para mexer com café: - 'Vai, te dou uma lavoura na meia'. Aí que eu comecei a ganhar dinheiro. Isso foi em 51.

Comecei a plantar uma lavourinha prá mim, fui plantando café. Aí larguei as lavoura branca e passei para mexer sô com café. Comprei um gadinho. Vendi café em Campos Alto, comprei mais gado. Daí comecei a ganhar dinheiro com essa mexida. Aí que fui comprando terra, um sitiozinho, depois mais terra. Hoje eu tenho 517 hectares."

Este caminho está vedado. Por um lado, a terra valorizou demais, em termos reais, de forma que dificilmente é acessível ao despossuído, que não contar com apoios sólidos na família. Por outro, a cultura minguou tanto frente à oferta de soja, trigo, café, milho e feijão que os colonos criam, que para todos parece inconcebível comparar-se com aqueles, ou pensar em lucrar na produção o suficiente para ampliar suas terras.

Quando o produtor compara o esforço familiar ao esforço dos colonos para produzir, aparece invariavelmente o sucesso da técnica como determinante: o trabalho de 2 ou 3 peões do "lote", auxiliados por dois tratores e colhedeira mostra um resultado infinitamente superior, um lucro excepcionalmente mais alto. Mas os fazendeiros não abandonam a lavoura, eles vão continuar trabalhando porque não têm outra forma de manter sua autonomia.

O trabalho menos rentável mostra com muita clareza um empobrecimento relativo. O enriquecimento dos colonos, materializado na produção e na produtividade, evidencia que os velhos moradores estão perdendo terreno como produtores. O PADAP, no que toca a este aspecto, criou na região uma situação bastante especial, pois, se de um lado os fazendeiros foram enriquecidos com a valorização da terra - derivada da demanda acrescida, das obras de infra-estrutura na região, etc. - de outro, foram empobrecidos pela impossibilidade de ajustarem-se aos moldes da política de modernização. Ficaram, portanto, ricos de patrimônio e pobres de produção, pelo enriquecimento relativo ao passado, quando sua terra pouco valia, e pelo empobrecimento relativo aos agricultores modernos.

Os colonos produzem todos os grãos no cerrado, mesmo o feijão que os fazendeiros não podem mais produzir, e até o

leite, já que recentemente alguns passaram a aproveitar suas sobras de lavouras para alimentar o rebanho. É interessante observar, no caso, que o capital dota o colono do poder de produzir qualquer bem, independente do caráter dinâmico ou não, e crescem os experimentos para a policultura no cerrado, feitos às vezes pelos próprios agricultores. A propriedade moderna é dotada de condições para ajustar-se rapidamente às flutuações do mercado, de mudar em poucos meses o tipo de grão que produz, dependendo apenas de pesquisa, experimentação e perspectiva de lucratividade.

Esta versatilidade observada na exploração moderna contraria inteiramente uma tese estabelecida entre acadêmicos e pesquisadores da agricultura, que diz ser a propriedade moderna inteiramente voltada para a produção de bens de "exportação", enquanto os alimentos básicos seriam produzidos sempre por propriedades de tipo "tradicional" ou camponesa. Isto é apenas parcialmente verdadeiro, e é grande o risco de se criar numa generalização que capta só em parte o caráter das transformações modernizadoras ocorridas na agricultura brasileira.

A.C. Castro (1979), um exemplo entre muitos, diz que geralmente as propriedades capitalizadas não são atraídas pela produção de alimentos básicos, pela taxa de lucro mais reduzida e porque:

- "a) o risco que representa a sua produção em relação ao clima e ao mercado torna o lucro uma incógnita;
- b) a produção de alimentos básicos pela agricultura capitalista implica em gastos elevados em mão-de-obra assalariada, em máquinas, instalações e insumos modernos, determinando a elevação do preço dos produtos em nível de consumidor, caso não se consiga um aumento expressivo em produtividade, mesmo que reduzida a intermediação." (Castro, 1979: 213, 214)

Podemos observar que as coisas não correm exatamente assim: quando de julho de 1983 a julho de 1984 o preço do feijão disparou, diversos colonos instalaram sistemas de irrigação e passaram a produzi-lo, em substituição da cultura de trigo, no inverno⁽¹¹⁾. A taxa de lucro dos alimentos básicos nem sempre

(11) Da mesma forma, produzem leite, em bases empresariais. A diversificação da produção vem ocorrendo de forma muito acentuada e não só nas propriedades modernas do cerrado. Sobre o assunto ver, por exemplo, "Senhor" (28 de agosto de 1985).

é menor que a dos exportáveis ou transformação industrial; o risco da produção, a incógnita do lucro, os gastos em insumos, etc., são comuns, de resto, a toda produção agrícola capitalizada ou não. A cooperativa reduz os custos de intermediação e a tecnologia - mesmo medíocre como é para os alimentos básicos, dada a pouca pesquisa agrônômica - é suficiente para capacitar esse produtor e dar respostas mais prontas às demandas do mercado. Na realidade, o empresário agrícola não é preso, senão em alguns aspectos, às lavouras de exportação. Antes disso, é preso ao lucro que a escassez ocasional de alimentos proporciona.

A propriedade moderna é ágil o suficiente para operar transformações radicais em sua pauta produtiva, em curto espaço de tempo. A empresa produz soja, não porque seu dono gosta do grão, mas porque ela dá lucro. Se a lucratividade estivesse na alfafa, na farinha de mandioca ou na maconha, superados certos limites técnicos e legais, certamente eles iriam produzi-las. A dedicação à soja é derivada da pesquisa, da aptidão das máquinas e do lucro, sobretudo deste último. O capital não tem preconceitos.

A chegada do Programa não provoca mudanças significativas no cerne da fazenda. Maior parte dos casos, os fazendeiros podem constatar a ausência de futuro na sua prática, e dificilmente podem incorporar a modernização às suas propriedades. Mas, a transformação cultural é significativa, na medida que fica óbvia a superioridade da mecanização, das terras planas e da nova fertilidade, o fazendeiro pensa ser aquilo o único caminho a ser seguido.

Em quase todos os depoimentos recolhidos nota-se que os fazendeiros referem-se às suas terras como "tortas", "escondidas" ou "desconsertadas". Ao contrário do cerrado que é valorizado por ser "plano" ou "consertado". Apontam a partir desta referência a absoluta inviabilidade da modernização, que deixa-os incapacitados para continuar produzindo, mesmo nas velhas condições:

"- Eu tinha muita lavoura branca no início, hoje eu não mexo mais. Hoje lavoura tem que ser só no cerrado. Porque é terra que tudo que você põe fica lá. Essas cultura de mata pega fazer erosão nelas e não tem jeito. No cerrado, tudo plano, tudo que você põe lá, fica. Tanto que a terra de cerrado agora é mais cara do que a terra de cultura.

Tem caboclo aí que ainda não acredita em técnica, tá tudo no cerrado, no meio do mato. Sem técnica, o cerrado continua não valendo nada."

O formato das terras elimina a possibilidade da mecanização e converte num dado produtivo e cultural o que era antes referência puramente geográfica.

Explorar braçalmente a propriedade dá ao fazendeiro uma clara noção de inferioridade em relação ao colono, representa um maior gasto de trabalho para uma menor recompensa. Nesta situação, sabem perfeitamente que estão atrás dos outros produtores, fazendo um esforço a mais para manter viva a propriedade, mesmo sabendo que a cultura como lugar de afazendamento morreu, com o nascimento do cerrado e o esgotamento da fertilidade. O fracasso da terra de cultura é também a morte do conhecimento daquela civilização, que fica inútil, é a falência de toda a ciência deles, de uma cultura no sentido mais comum.

A exploração não pode ser braçal, a terra não pode ser torta e a produção não deve ser o leite: é justo que os filhos possam procurar ocupações urbanas, desvinculadas da vida rural. Mas, se a segunda geração da família adapta-se a isto, porque foi criada com olhos para entender a inevitabilidade da modernização, para os velhos as coisas de apresentam mais complexas, pois não está sendo desqualificado só um sistema de produzir. Está acuado também um jeito de viver:

"- O japonês tem mais segurança com a agricultura, e o sujeito proprietário igual nós não acreditou no cerrado. Na época que o governo deu oportunidade para ele fazer a dívida certa, porque a máquina era barata, o juro era baixo, o tempo era grande, ele não acreditou no cerrado e não comprou as máquina. Nós não acreditava que aquilo produzia. Quando o japonês começou a produzir, o sujeito começou a acreditar, mas não havia a condição que o banco ofereceu. Enquanto ele podia ter comprado seis máquina antes, ele não podia comprar nem duas.

Aí o tempo do crédito passou, porque perdeu aquela oportunidade que teve. O custo era baixo, tempo longo para pagar, juro baixo. Tudo indicava. Então o japonês pegou aquilo tudo, e ele já veio sabendo o que ia fazer. O outro ficou no escuro, nós não tava sabendo o que fazia. Mas os japonês trabalharam muito durante três ano, quatro ano, e durante esses ano eles não viram dinheiro. Agora de uns três anos prá cá é que a soja, o trigo, o milho, tudo, praticamente, o trem rendeu. E o cerrado hoje produz de um-tudo. Nossas cultura morreu. Nossas terra é torta, elas é esconsa. Nossas cultura não serve mais prá cultivar."

CAPÍTULO V

CONCLUSÃO

"... Vupes. Wusp? É. Seo Emílio
Wuspes ... Wúpsis ... Vupses (...)
Vupes."

A modernização capitalista da agricultura implica geralmente na destruição das antigas relações de trabalho e produção. Isto ocorre para satisfazer, de um lado, a demanda por força de trabalho livre e despossuída para integrar-se à produção; de outro, a demanda por terras onde o capital possa se reproduzir⁽¹⁾. Dessa forma, os resultados da capitalização são a proletarização do trabalhador, a destruição da propriedade privada baseada em trabalho pessoal e a transformação da terra em equivalente de capital.

Mas, embora o caso "clássico" seja assim, não há apenas um caminho para esse processo. A hegemonia capitalista pode não implicar necessariamente na expropriação do trabalhador e na destruição dos seus vínculos com a terra⁽²⁾, mas na subordinação dessas formas de produzir aos imperativos da reprodução do capital. Assim, formas de produção são ajustadas às de terminações do capital, através das leis do mercado, sem que ocorram transformações significativas no processo produtivo. Ou mesmo formas "antigas" (tidas como não-capitalistas) são recriadas no processo de reprodução do capital⁽³⁾. O trabalho - como na produção camponesa - pode continuar a ser familiar, o grau de tecnologia permanecer idêntido, a propriedade familiar pode sobreviver, mas tudo subordinado ao capital, ligado a este pelos laços do mercado.

À medida que cresce a capitalização da agricultura, as formas particulares de organização da produção vão ficando dependentes do mercado. Quando o proprietário passa a comprar a

(1) Para uma discussão sobre o assunto, ver Marx (1975), em particular capítulos XXIV e XXV, e Kautsky (1972).

(2) Sobre este assunto ver Marx (1978) e Graziano da Silva (1983).

(3) Esta interpretação é sugerida por Martins (1979).

limentos, insumos e instrumentos de trabalho, é obrigado a colocar parte crescente do seu produto no mercado, para conseguir na realização da venda os recursos necessários para as compras. Ao mesmo tempo, face a concorrência com os outros produtores, precisa aumentar a eficiência dos seus processos de produção, recorrendo então ao endividamento (com o sistema bancário) ou à penalização do consumo da família para subsidiar a produção de mercadorias. No limite, com a impossibilidade de manter seu processo de reprodução, a família proprietária pode converter-se em fornecedora eventual ou constante de força de trabalho para outros proprietários(4).

A expansão fragmentária do capitalismo no campo brasileiro não possui poder de difusão forte o suficiente para eliminar todas aquelas formas de produção, ou para moldar à sua imagem todo o processo de reprodução do capital. Em muitos casos, como por exemplo na pecuária leiteira e na viticultura(5), interessa à empresa capitalista manter ou mesmo criar formas de produção tidas como "atrasadas". O fornecimento de matéria-prima produzida com trabalho familiar em jornada extensa, joga sobre as costas do produtor a responsabilidade integral da mercadoria, isentando a empresa de investimentos mais volumosos. Por isto se vê que as relações capitalistas não são apenas horizontais, integradoras somente de um certo tipo de empresário e trabalhador. Pelo contrário, elas são descontínuas, não homogeneizadoras, avançam e recuam, integrando e excluindo produtores e formas de organizar a produção(6).

Graziano da Silva (1982) observa uma certa "debilidade" nas transformações capitalistas da agricultura brasileira, manifestada sobretudo na incapacidade de separar de forma completa os trabalhadores dos meios de produção e de revolucionar tecnicamente o processo produtivo. Por essas razões, a modernização agrícola é dolorosa, mas não por isso, menos capitalista:

(4) Ver sobre o assunto Graziano da Silva (1983) e Kautsky (1972).

(5) A primeira analisada por Fredericq (1982); a segunda por Tavares dos Santos (1978).

(6) A este respeito consultar os trabalhos de Luxemburg (1975) e Velho (1980), entre outros.

"Essa 'debilidade' das transformações capitalistas na agricultura brasileira não deve ser entendida no sentido de que o modo de produção capitalista não seria dominante, ou coisa que o valha. Ao contrário, estamos entendendo essa 'debilidade' como uma forma específica de dominação da agricultura, onde é marcante a presença do capital comercial e usurário. Assim, apenas numa minoria dos casos - identificáveis em certos produtos e em determinadas regiões - é possível constatar a presença de formas capitalistas clássicas no processo produtivo; isto é, de grandes empresas agrícolas operando à base de trabalho assalariado sobre uma base técnica avançada, e nas quais a extração do trabalho excedente se revela como extração de mais valia diretamente do processo produtivo."

A fazenda do PADAP está incluída na produção capitalista, embora isto ocorra de forma desigual, em graus diferentes, dependendo do produtor. São eles todos empresários diferentes. Misturam família e empresa, produção e negócios. Não são especialistas ou cientistas, e tampouco têm qualquer controle sobre seus custos de produção. A modernização do cerrado atingiu de forma diferente os diversos segmentos de fazendeiros.

Alguns dispoñdo de sólido patrimônio e estribados num rebanho em expansão, puderam reciclar-se face a modernização, fugindo em parte da reprodução subordinada e simples. Puderam, no essencial, manter a expansão. Mas não modificaram, a não ser muito ligeiramente, sua maneira de lidar com a terra e com os negócios. Continuam sendo produtores e negociantes, gerentes e trabalhadores.

A fazenda, para estes, é um negócio da família, com exploração e contabilidade conjuntas. Tanto quanto os demais, são avessos ao risco, ao crédito, aos técnicos, ao associativismo e têm na propriedade territorial a forma por excelência de capital. Em suma, continuam "tradicionais", mas de um "tradicionalismo dinâmico".

Mas, as relações mais complexas são aquelas que o estrato dos fazendeiros mais "fracos" estabelecem com o mercado e com a modernização. Os problemas do sistema de exploração, que foram originados por vários fatores, levaram os fazendeiros a estreitarem os laços com o mercado, reduzindo para este grupo as possibilidades de expansão e mesmo de reprodução. O catireiro, o boiadeiro, o comprador de queijos, a Nestlé, os atacadistas, os atravessadores, as lojas de insumos, os "lotes" dos colonos vão cercando suas fazendas, levando todo o processo produtivo a passar pelo crivo do capital. Mas mantém,

no entanto, na maioria dos casos, esses fazendeiros como sócios menores, parte lesada de toda essa transformação que está ocorrendo no cerrado. O capital vai rodeando a propriedade, desqualificando a produção familiar, os hábitos históricos de lidar com a terra e a própria terra.

As velhas práticas agrícolas vão perdendo completamente o significado, na medida em que é um conhecimento insuficiente para regenerar a terra, para tornar mais produtivo o trabalho e para garantir a geração do excedente. Decrescendo o produto líquido, cai também a possibilidade de expansão, passando a haver um "fechamento de fronteira agrícola" numa agropecuária extensiva.

A produção da subsistência permanece sendo possível, naturalmente. Mas a reprodução autônoma, para os fazendeiros menos abastados, exige tanto ou mais trabalho que o necessário para subsistir como trabalhador volante. Neste caso, a propriedade de 100 ou 200 hectares não funciona como garantia absoluta de isenção de trabalhar para outros.

Permanecendo proprietários, muitos fazendeiros vão vendo a família subir o morro em direção ao "lote", ao trabalho volante, sem que a propriedade da terra sirva como garantia de autonomia frente ao mercado de trabalho.

Com a expansão da agroindústria e da economia de mercado, a autonomia relativa do produtor "tradicional" fica sempre mais difícil. Mais complicada ainda, se pensarmos na decadência da terra. Embora ele consiga escapar, em geral de forma satisfatória, do capital bancário, a sujeição ao capital comercial é sempre mais acentuada. Compradores em mercados monopolistas, vendedores em mercados monopsônicos, os fazendeiros são obrigados a viver no estreito limite entre a modernização parcial, a proletarização ou o trabalho duro, sem retornos compensatórios.

Mas, isto não quer dizer de forma alguma, que haja uma tendência marcante para o desaparecimento da propriedade "tradicional". Sua estruturação é muito sólida, pois é baseada no trabalho familiar, na distância do crédito, na produção de uma parte do consumo e, principalmente, num apego imenso à propriedade da terra. Mesmo acossados entre os preços atrativos de suas terras e a produção não rentável, trabalham, modernizam - parcialmente - quando podem, trabalham, negociam, e sobrevivem.

B I B L I O G R A F I A

- ALMEIDA, Ana Luíza O. de, coord. Biotechnology e Agricultura.
Perspectivas para o caso brasileiro. Petrópolis, Vozes/Bio
matrix, 1984.
- ARAÚJO, J.G.F. de, et alii. Extensão Rural no Desenvolvimento
da Agricultura Brasileira. Viçosa. Imprensa Universitária
- UFV, 1981.
- BOLETIM INFORMATIVO COOPERMINAS. PADAP. B.H., julho 1975, p.
23-35.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Parentes e Parceiros; relações de
produção e relações de parentesco entre camponeses de Goiás.
In: ALMEIDA, Maria Suely Kofes de, et alii. Colcha de Re-
talhos; estudos sobre a família no Brasil. S.P., Brasilien
se, 1982, p. 91-135.
- BUDRECKAS, Jonas. Quando o solo morre. São Gotardo, 1984, mi-
meo.
- CAMPOS, Irenil. Programa Juventude Rural. Goiânia, Emater,
1984, mimeo.
- CARDOSO, F.H. e MULLER, G. Amazônia: expansão do capitalismo.
S.P., Brasiliense, 1977.
- CARVALHO, Fernando J.C. de. Agricultura e Questão Agrária no
Pensamento Econômico Brasileiro. Campinas, 1978, disserta
ção de mestrado apresentada ao IFICH-UNICAMP, mimeo.
- CARVALHO FRANCO, Maria Sylvia de. Homens Livres na Ordem Es-
cravocrata. 2ª ed., S.P., Ática, 1976.
- CASTRO, Ana Célia, Org. Situação Atual e Evolução Recente da
Agricultura Brasileira, Brasília, Binagri, 1979.

CASTRO, Antônio Barros de. Agricultura e Desenvolvimento no Brasil. In: ————. 7 Ensaio Sobre a Economia Brasileira. 3ª ed., R.J., Forense Universitária, 1977, V. 1, p. 77-145.

CERRADO: O impacto da nova terra. Estado de Minas. B.H., 21 jan. 1984. Caderno Agropecuário, p. 1-2.

CEZAR, Paulo B. A Política Agrícola e a Modernização da Agricultura. R.J., Fundação Getúlio Vargas, 1980, mimeo.

COIMBRA, Renato O. Agricultura no Cerrado. In: FERRI, Mario G., coord. Simpósio sobre o cerrado. S.P., Edgar Blucher/EDUSP, 1971, p. 315-38.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA - C.P.T. Para Onde vão os nossos Alimentos. B.H., Cegraf, 1985, cartilha.

_____, Para quem fica nossa terra, para onde vai nossa gente? Minas/Goiás, 1984, mimeo.

COMPANHIA DE PROMOÇÃO AGRÍCOLA - CAMPO: Sistemas de Produção Agrícola para Áreas Influenciadas pela Campo. 1980, mimeo.

_____. Relatório Síntese de Atividades. B.H., 1981, mimeo.

_____. Relatório de Atividades. B.H., 1982, mimeo.

D'INCAO E MELLO, Maria Conceição. O Bóia-Fria, Acumulação e Miséria. Petrópolis, Vozes, 1976.

DIRIGENTE RURAL. Cada vez mais soja na região dos Cerrados. S.P., out. 1984, p. 17-9.

_____. Cooperativas chegam à maioria. S.P. mar/abril 1977, p. 10-27.

DIRIGENTE RURAL. Novos caminhos para a Agricultura. S.P., 15 (3/4):8-26, mar/abril 1976.

DOBB, Maurice. A Evolução do Capitalismo. Trad. Affonso Blacheyre. R.M., Zahar, 1973.

DUQUE, Fernando F. Sistemas de Produção Potencialmente Viáveis para a Cultura de Soja em Área de Cerrados. In: FERRI, M.G., coord. IV Simpósio sobre o Cerrado; bases para utilização agropecuária. B.H., Itatiaia; S.P., EDUSP, 1977, p. 373-80.

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL - EMATER. PADAP. São Gotardo (escritório local), 1982, mimeo.

EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA DE MINAS GERAIS - EPAMIG. Avaliação Sócio-Econômica do PADAP. B.H., 1979, mimeo.

FAZENDAS ecléticas conquistam o cerrado. Estado de Minas. B.H., 01 dez. 1984. Caderno Agropecuário, p. 3-4.

FERNANDES, Maurício R. Efeitos da Mecanização Intensiva em Áreas de Cerrado. Informe Agropecuário. B.H., 9 (103):12-16, julho 1983. (a)

_____ ; Exploração dos Cerrados: Análise e Perspectivas. Informe Agropecuário. B.H., 9 (105):36-48. set. 1983. (b)

FERNANDES, W e TEIXEIRA, E.C. Despesas de Custeio em Planejamento Agropecuário. Viçosa, Imprensa Universitária - UFV, boletim nº 28, 1981.

FERRI, Mário G. A Vegetação dos Cerrados Brasileiros. B.H., Itatiaia; S.P., EDUSP, 1973.

_____, coord. Simpósio sobre o Cerrado. S.P., Edgar Blucher/EDUSP, 1971. (a)

FERRI, Mário G. III Simpósio sobre o Cerrado. S.P. Edgar Blucher/EDUSP, 1971. (b)

_____. IV Simpósio sobre o Cerrado: bases para a utilização agropecuária. B.H., Itatiaia; S.P., EDUSP, 1977.

FLEURY, Maria Tereza Leme. Cooperativas Agrícolas e Capitalismo no Brasil. S.P., Global, 1983.

FRANÇA, Múcio. O Cerrado e a Evolução Recente da Agricultura Capitalista - a experiência de Minas Gerais. B.H., 1984, dissertação de mestrado apresentada ao CEDEPLAR-UMFG, mimeo.

FREDERICQ, Antoinette. A "Babá" dos Brasileiros. Uma Multinacional do Setor Leiteiro. In: Corradini, O e FREDERICQ, A. Agricultura, Cooperativas e Multinacionais. R.J., Zahar, 1982, p. 91-182.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Programa de Desenvolvimento Rural Ingregado do Alto Paranaíba. B.H., 1983, mimeo.

_____. Estudos para a Redefinição do POLOCENTRO - conclusões e recomendações. B.H., 1984, mimeo.

FUNDAÇÃO RURAL MINEIRA - RURALMINAS. A Ruralminas e seus programas. B.H., 1973, mimeo.

_____. PADAP: informações básicas. B.H., s.d., mimeo.

_____. A Ruralminas e seus programas. B.H., 1974, mimeo.

_____. O Trabalho da Ruralminas. B.H., maio 1976, mimeo.

_____. A Ruralminas e seus Programas. B.H., 1976, mimeo.

FUNDAÇÃO RURAL MINEIRA - RURALMINAS. O Trabalho da Ruralminas. B.H., nov. 1976, mimeo.

_____. Ruralminas. B.H., 1978, mimeo.

_____. A Ruralminas e seus Programas. B.H., 1982, mimeo.

GALANO, Ana Maria. Constituição do corpus de Análise de conteúdo de Tipo Temático para a Pesquisa sobre os efeitos Sócio-econômicos dos Planos de Assentamento Dirigido (PAD) na Região do Alto Paranaíba, Minas Gerais. 1984, mimeo.

GOODLAND, Robert. Oligotrofismo e Alumínio no Cerrado. In: FERRI, M.G., coord. III Simpósio sobre o Cerrado. S.P., Edgar Blucher Ltda./EDUSP, 1971, p. 44-60.

GOODMAN, David. Expansão da Fronteira e Colonização Rural: recente política de desenvolvimento no Centro-Oeste do Brasil. In: BAER, W. Dimensões do Desenvolvimento Brasileiro. R.J., Campus, 1978, p. 301-37.

GRAZIANO DA SILVA, J.F. A Modernização Dolorosa. R.J., Zahar, 1982.

_____. Progresso Técnico e Relações de Trabalho na Agricultura Brasileira. Campinas, 1980, tese de doutoramento apresentada ao IFICH-UNICAMP, mimeo.

_____. et alii. Tecnologia e Campesinato: o caso brasileiro. Revista de Economia Política. S.P., 3 (4): 21-55, out/dez. 1983.

_____. e KAGEYAMA, Ângela. Os Resultados da Modernização Agrícola dos anos 70. Estudos Econômicos. S. P., 13 (3): 537-59, set./dez. 1983.

GUEDES PINTO, Luís Carlos. Notas sobre a Política Agrícola Brasileira. Encontros com a Civilização Brasileira. R.J., (7): 193-206, jan. 1979.

GUEDES PINTO, Luís Carlos. Notas sobre a Política de Crédito Rural. Campinas, 1981, IFICH, Texto para Discussão nº 4, mimeo.

HOEFLICH, V.A. et alii. Sistemas de Produção Agrícola no Cerrado. In: FERRI, M.G., coord. IV Simpósio sobre o Cerrado: bases para a utilização agropecuária. B.H., Itatiaia, S.P., EDUSP, 1977, p. 37-38.

HOMEM DE MELO, Fernando B. Políticas de Desenvolvimento Agrícola no Brasil. In: SAYAD, João, org. Resenhas de Economia Brasileira. S.P., Saraiva, 1979(?), p. 45-115.

. A Política Econômica e o Setor Agrícola no Período Pós-Guerra. Revista Brasileira de Economia. R.J., 33 (1): 25-63, jan/mar. 1979.(b)

. A Política Econômica e a Pequena Produção Agrícola. In: SAYAD, João, org. Economia Agrícola - Ensaios. S.P., IPE/USP, 1982, p. 87-123.

. A Composição da Produção no Processo de Expansão da Fronteira Agrícola Brasileira. Revista de Economia Política. S.P., 5 (1): 86-111, jan/mar. 1985.

INFORME AGROPECUÁRIO. Levantamento e classificação de solos. B.H., (105): 13-29, set. 1983.

. Os resultados do trigo segundo Produtores do PADAP. B.H., 5 (50): 71-3, fev. 1979.

. POLOCENTRO: um marco nos Cerrados: B.H., (36): 16-21, dez. 1977.

INSTITUTO AGRONÔMICO DE CAMPINAS - IAC. Principais Culturas. Campinas, IAC, V. 1, 1973.

INSTITUTO DE PLANEJAMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - IPEA. Polocentro - avaliação preliminar: sumário dos principais resultados. 1981, mimeo.

INSTITUTO DE PLANEJAMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - IPEA. Considerações sobre o projeto da JICA, s.d., mimeo.

. Informações Adicionais sobre o projeto da JICA para o cerrado. s.d., mimeo.

. Elementos Adicionais para a avaliação do "Estudo de Desenvolvimento Regional de três Estados: Espírito Santo, Minas Gerais e Goiás". Brasília, s.d.

. Aproveitamento Atual e Potencial dos Cerrados. Estudos para o Planejamento. R.J., 1 (2), 1973.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA. Estatuto da Terra, Brasília, s.d.

JAPAN INTERNACIONAL COOPERATION AGENCY - JICA. Estudo de Desenvolvimento Regional de Três Estados: Espírito Santo, Minas Gerais e Goiás, República Federativa do Brasil. 1979, relatório final (sumário), mimeo.

KAUTSKY, Karl. A Questão Agrária. Trad. João Antunes. Porto, Portucalense, 2 v., 1972.

LEITE, Thereza Alves. Liderança. s.d., mimeo.

LEWIN, Helena. A Temática do "Mundo Rural" nos Planos Brasileiros de Desenvolvimento Econômico. Debate e Crítica. S. P., (4): 83-105, nov. 1974.

LIMA, Antônio L. de e SILVA, Maria do Carmo. O Serviço de Extensão Rural em Minas Gerais (retrospectiva). Viçosa, Imprensa Universitária da UFV, 1984.

LINHARES, Maria Yedda e SILVA, Francisco C.T. História da Agricultura Brasileira: combates e controvérsias. S.P., Brasiliense, 1981.

LINHARES, Maria Yedda e SILVA, Francisco C.T. História Política do Abastecimento (1918-1974). Brasília, Binagri, 1979.

LOUREIRO, Maria Rita Garcia. Cooperativas Agrícolas e Capitalismo no Brasil. S.P. Cortez, 1981.

_____. Parceria e Capitalismo. R.J., Zahar, 1977.

LUPPI, Plínio. História da Extensão Rural e Extensão Rural no Brasil. S.l., s.d., mimeo.

LUXEMBURG, Rosa. Reforma, Revisionismo e Oportunismo. Trad. Lívio Xavier. R.J., Civilização Brasileira; Lisboa, Centro do Livro Brasileiro, 1975.

MARGLIN, Stephen. Origem e Funções do Parcelamento das Tarefas (Para que servem os patrões?). In: GORZ, André. Crítica da Divisão do Trabalho. Trad. Estela dos Santos Abreu. S.P., Martins Fontes, 1980, p. 37-77.

MARQUES, Dorcimar C. Criação de Bovinos. B.H., 1969.

MARTINS, José de Souza. Capitalismo e Tradicionalismo. S.P., Pioneira, 1975.

_____. O Cativo da Terra. S.P. Ciências Humanas, 1979.

_____. Os Camponeses e a Política no Brasil. Petrópolis. Vozes, 1980.

_____. A Militarização da Questão Agrária no Brasil. Petrópolis, Vozes, 1984.

MARX, Karl. O Capital. Trad. Reginaldo Santana. R.J., Civilização Brasileira, 1975.

_____. O Capital Livro I, cap. VI, Inédito. Trad. Eduardo Sucupira Filho. S.P., Ciências Humanas, 1978.

- MELO, João Carlos. Desbravamento: A Hora e a Vez da Agropecuária nos Cerrados. Informe Agropecuário. B.H., (36): 2-16, dez. 1977.
- MELLO, Oliveira. Patos de Minas: Capital do Milho. Patos de Minas, Academia Patense de Letras, 1971.
- MUNHOZ, Dêrcio Garcia. Economia Agrícola. Agricultura - Uma defesa dos Subsídios. Petrópolis, Vozes, 1982.
- NABUCO PALHANO, Maria Regina. Agricultura, Estado e Desenvolvimento Regional em Minas Gerais - 1950/1980. B.H., CEDEPLAR/UFMG, 1982.
- NICHOLLS, William H. A Economia Agrícola Brasileira: Desempenho e Política Recente. In: CONTADOR, Cláudio R. Tecnologia e Desenvolvimento Agrícola. R.J., IPEA/INPES, 1975.
- PAIVA, Ruy Miller e NICHOLLS, William H. Mudanças na Estrutura e Produtividade da Agricultura Brasileira, 1963/1973: noventa e nove fazendas revisitadas. R.J., IPEA/INPES, Relatório de Pesquisa nº 45.
- PAIVA, Ruy Miller. Os Baixos níveis de Renda e de Salários na Agricultura Brasileira. In: CONTADOR, Cláudio R., ed. Tecnologia e Desenvolvimento Agrícola. R.J. IPEA/INPES, 1975, p. 85-112.
- _____. A Agricultura no Desenvolvimento Econômico: suas limitações como fator dinâmico. R.J., IPEA/INPES, 1979.
- _____. et alii. Setor Agrícola no Brasil. R.J., Forense; S.P., EDUSP, 1976.
- PALMEIRA, Moacir. Casa e Trabalho: nota sobre as relações sociais na "plantation" traidiconal. Contraponto. Niterói, (2): 103-113, 1977.

PASTORE, José. Agricultura de Subsistência e Opções Tecnológicas. Estudos Econômicos. S.P., 7 (3): 9-17, 1977.

_____. et alii. Condicionantes da Produtividade da Pesquisa Agrícola no Brasil. In: SAYAD, J., coord. Economia Agrícola: Ensaio. S.P., IPE/USP, Relatório de Pesquisa nº 11, p. 37-85.

_____. e ALVES, Eliseu. A Reforma do Sistema Brasileiro de Pesquisa Agrícola. In: CONTADOR: Cláudio R., ed. Tecnologia e Desenvolvimento Agrícola. R.J., IPEA/INPES, 1975.

PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO. A Conquista do Cerrado. Brasília, (82): 17-56, 1981.

PINSKY, Jaime, Org. Capital e Trabalho no Campo. S.P., Hucitec, 1979.

PROJETO CERRADO. Corredor de Transporte Goiás, Minas, Espírito Santo. B.H., INDI, 1979.

QUEDA, Oriovaldo. Formas de Propriedade e Tecnologia: algumas reflexões. Boletim da ABRA - Reforma Agrária, Campinas, (2): 34-8, mar/abr. 1980.

_____. e SZMRECSÁNYI, Tamás. O Papel da Educação Escolar e da Assistência Técnica. In: _____, Orgs. Vida Rural e Mudança Social: leituras básicas de sociologia Rural. S.P., Nacional, 1976, p. 216-33.

QUEIROZ, Maria Isaurá Pereira de. O campesinato Brasileiro. Petrópolis, Vozes, 1973.

RECH, Daniel. Estatuto da Terra: a quem interessa? Cadernos de Estudos. Goiânia, CPT, (13), 1985.

REIS, Osmar G. Adaptação de Tecnologias para os Pequenos Produtores Rurais. Brasília, Câmara dos Deputados, 1978, mimeo.

- REIS, Pery. Programa de Multiplicadores. Brasília, Embrater, 1983, apostila.
- REVISTA BRASILEIRA DE EXTENSÃO RURAL. Trigo no Cerrado. Brasília, 2 (5): 8-12, set/out. 1981.
- REVISTA SENHOR, S.P., 28/08/1985. Caderno Especial sobre Agricultura da Região Sul, p. 29-83.
- RIBEIRO, Paulo de Assis. A Reforma Agrária Brasileira. Boletim do Departamento Econômico. Agrirural - Minagri. Brasília, (109): 8-14, 1967.
- RIBEIRO, Helvécio Magalhães e FERREIRA, Paulo R.C. Confinamento de Bovinos. Goiânia, Emater, 1981.
- RIBEIRO, Darcy. As Américas e a Civilização. R.J., Civilização Brasileira, 1970.
- RIBEIRO, José Leonardo. Os Cerrados e a Produção Agrícola. In forme Agropecuário. B.H., 6 (61): 63-8, jan. 1980.
- RURALISTA. PADAP completa 10 anos. B.H., julho de 1984.
- SAINT-HILAIRE, Auguste. Viagem à província de Goiás. Trad. Regina R. Junqueira. B.H., Itatiaia, S.P., EDUSP, 1975.
- SAN MARTIN, Paulo e PELEGRINI, Bernardo. Cerrados: uma ocupação japonesa no campo. R.J., Codecri, 1984.
- SANDRONI, Paulo. Questão Agrária e Campesinato. S.P., Polis, 1980.
- SATURNINO, Helvécio Mattana et alii. Sistemas de Produção Pecuária em uso nos Cerrados. In: FERRI, M.G., coord. IV Simpósio sobre o Cerrado: bases para a utilização agropecuária. B.H., Itatiaia; S.P., EDUSP, 1977, p. 59-84.
- SCHUW, G. Edward. Pesquisa sobre o Desenvolvimento Agrícola no Brasil. Trad. Maria Helena Câmara Leite. S.P., Atlas, 1971.

SEAGRI. PADAP. Documento Básico. B.H., 1973, mimeo.

SEDEYAMA, Tuneo e REIS, Múcio S. Cultura de Soja em Minas Gerais. Viçosa, Imprensa Universitária da UFV, 1979.

SERVILHA, Valdemar. Agricultura e Acumulação de Capital no Brasil. B.H., 1978, dissertação de mestrado apresentada ao CEDEPLAR-UFMG, mimeo.

SIGAUD, Lygia. A Idealização do Passado numa Área de "Plantation". Contraponto. Niterói, (2): 115-26, 1977.

_____. Os Clandestinos e os Direitos: um estudo sobre trabalhadores da Cana-de-açúcar em Pernambuco. S.P., Duas Cidades, 1979.

SILVA, Ady Raul da. Trigo no Cerrado. In: FERRI, M.G., coord. IV Simpósio sobre o Cerrado: Bases para a utilização agropecuária. B.H., Itatiaia; S.P., EDUSP, 1977, p. 381-86.

SILVA, Juber Correa da. Demonstração de Resultados. M.G., Ema ter, s.d., mimeo.

SILVA, Sérgio. Expansão Cafeeira e Origem da Indústria no Brasil. S.P., Alfa Omega, 1976.

SZMRECSÁNYI, Tamás. Análises de Economia Agrícola e Questão Fundiária. Cadernos IFICH/UNICAMP. Campinas, (7), julho 1983.

SORJ. Bernard. Estado e Classes Sociais na Agricultura Brasileira. R.J., Zahar, 1980.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. Os Colonos do Vinho. Estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital. S. P., Hucitec, 1978.

_____. A Política de colonização no Brasil Contemporâneo. Revista da ABRA - Reforma Agrária. Campinas, 15 (1): 18-28, jan./fev/mar/abril 1985.

- TAVARES, Vânia Porto et alii. Colonização Dirigida no Brasil. Suas possibilidades na região amazônica. R.J., IPEA/INPES, 1972.
- VALÉRIO, Aluizio Fantini et alii. Descrição Geral do PADAP. B.H., 1979, mimeo.
- VELHO, Otávio Guilherme. A Propósito de Terra e Igreja. Encontros com a Civilização Brasileira. R.J., 22 (4): 157-67, abril de 1980.
- VERDADE, F.C. Agricultura e Silvicultura no Cerrado. In: FERRI, M.G., coord. III Simpósio sobre o Cerrado. S.P., Edgar Blucher/EDUSP, 1971, p. 65-75.
- WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Capital e Propriedade Fundiária na Agricultura Brasileira. In: ARAÚJO, Brás J., coord. Reflexões sobre a Agricultura Brasileira. R.J., Paz e Terra, 1979, p. 15-39.
- WARMING, Eugênio. Lagoa Santa. B.H., Itatiaia; S.P. EDUSP, 1973.